



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

HUGO DUBEUX DE BRITO

**DA COLONIZAÇÃO À (R)EXISTÊNCIA, DA VOCAÇÃO À AUTONOMIA, ASSIM
SE FEZ ESSA HISTÓRIA:**

uma experiência agroecológica em economia solidária territorializada na mesorregião
pernambucana do agronegócio da cana de açúcar

Recife

2019

HUGO DUBEUX DE BRITO

**DA COLONIZAÇÃO À (R)EXISTÊNCIA, DA VOCAÇÃO À AUTONOMIA, ASSIM
SE FEZ ESSA HISTÓRIA:**

uma experiência agroecológica em economia solidária territorializada na mesorregião
pernambucana do agronegócio da cana de açúcar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Regionalização e
análise regional

Orientadora: Prof. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes

Coorientadora: Prof. Dra. Ana Maria Dubeux Gervais

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

B862c Brito, Hugo Dubeux de.
Da colonização à (r)existência, da vocação à autonomia, assim se fez essa história: uma experiência agroecológica em economia solidária territorializada na mesorregião pernambucana do agronegócio da cana de açúcar / Hugo Dubeux de Brito. – 2019.
256f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2019.
Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Geografia. 2. Ecologia - Agrícola - Agricultura. 3. Economia social
Economia cidadã. 4. Território nacional - Fronteiras. 5. IAP. 6. Hegemonização.
7. Epistemologias do Sul. I. Almeida Fernandes, Ana Cristina de (Orientadora).
II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-0075)

HUGO DUBEUX DE BRITO

**DA COLONIZAÇÃO À (R)EXISTÊNCIA, DA VOCAÇÃO À AUTONOMIA, ASSIM
SE FEZ ESSA HISTÓRIA:**

uma experiência agroecológica em economia solidária territorializada na mesorregião
pernambucana do agronegócio da cana de açúcar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em geografia.

Aprovada em: 15/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (Examinador Externo)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

À mãe que adentra meu corpo e me faz quem eu sou, natureza
À mãe que guia meus passos e clareia o mundo, minha

AGRADECIMENTOS

A Bonito. Tua força e tua luz estão por onde eu for. A promessa se cumpre. Agradeço aos ancestrais presentes em meu DNA e guias de meu espírito. Agradeço às famílias que me puseram no mundo, e mais ainda às que se fizeram presente na constituição de meu ser. Sem vocês, literalmente, não sou nada. Agradeço à flor que brotou no meu peito presença em mim. Que mostrou em meu corpo quem sou, e posso ser. Que me ilumina com sua constelação, e as três marias. Agradeço às formigas que me fizeram formigueiro, vocês estão aqui, e sempre estarão. Eu sou porque nós somos. Agradeço à irmã de orixá pela profundidade da liga, certeza constante. Aos irmãos que mais recorro quando é preciso, meu lugar será sempre aos seus lados. Por vocês, faço o que for. À que arrancando pele da boca fortifica segurança de luta e incondicionalidade do amor. E à outra, que demonstra como fluidez pode ser sólida. Agradeço ainda aos que ensinam, discorrem, dão o laudo, o nome, lecionam, sobre como a vida deve ser acompanhada, compartilhada, pra ter seu sentido. À maria, à joana, e ao grupo que me pega pequeno e deixa maior, que se assumem no amor. Aos amigos de curso pela rede construída, pelos apoios, pelo prazer de viver esta ciência geográfica. Aos de grupo pela influência em meus passos, pelos caminhos que ainda serão. Agradeço à que orientou e orienta, e deixou sua marca. Aos trabalhadores e às trabalhadoras que fazem a universidade existir. Às e aos queridos companheiros agrigultoras e agricultores, que toparam refletir coletivamente e tanto me inspiram no que mais importa nesta vida. A mim, pela paixão em ser quem eu sou, pelas descobertas, e pela força de vontade de praticar o que acredito. E, principalmente, a quem se propor trocar com este trabalho. Pesquisa nenhuma serve se empoeirada na estante.

RESUMO

As grandes colonizações dividiram o mundo por uma *linha abissal*, metafórica, mas confundida em partes com sua divisão geográfica. Ainda hoje, perdurando em processo colonial, experiências de lógica do lado norte da linha, dominante, são reconhecidas e reproduzidas pela sociedade hegemônica, enquanto outrassãoinvisibilizadas e construídas como *subdesenvolvidas, carentes, ignorantes, atrasadas*. Busco aqui construir uma geografia descolonial, me apoiando no diálogo de saberes para construir conhecimento junto a uma experiência do lado subalternizado da linha. Dois são os principais motivos para esta geografia descolonial: construir conhecimento e agir sobre a prática. A experiência em questão é a da ASSIM, uma associação de agricultoras e agricultores agroecológicos moradores da zona rural de Lagoa de Itaenga (PE). Enfrentam umasuposta “*vocação natural*”, secularmente construída em sua história, de inserção no agronegócio da cana de açúcar. Através de uma Investigação Ação Participativa (IAP), a *sistematização de experiência*, nos debruçamos com a ASSIM sobre como foi fortalecida a organização coletiva em seu território. Para construir a pesquisaformamos uma equipe de sistematização com dois acadêmicos e duas agricultoras e umagricultordaASSIM,econstruímos coletivamente o processo da pesquisa, as ferramentas a serem utilizadas, pessoas a serem entrevistadas, questionários, enfim, todo o processo. Ademais, foi o grupo de agricultoras e agricultores associados quem definiu a questão da pesquisa a ser realizada: *como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem noterritório?*. Os resultados apontam um fortalecimento da organização coletiva a partir da transição para uma identidade territorial *de (r)existência*, construída a partir de redes da agroecologia e da economia solidária. No entanto, o avanço da experiência enfraqueceu a organização coletiva, com o fortalecimento de uma lógica de mercado. Para continuar a consolidar a organização coletiva, importante seria os e as associadas conceberem sua economia como não reduzida ao mercado, ou às feiras agroecológicas. Ativamente in-corporarem, tornarem seu corpo, uma identidade territorial *de projeto*, estabelecendo seu território como trincheira de enfrentamento e construção da sociedade a partir da agroecologia e da economia solidária, uma vez que são estes os ideais que eles constroem e reproduzem a partir de sua experiência.

Palavras-chave: Agroecologia. Economia solidária. Território. Geografia descolonial.

Investigação Ação Participativa. Epistemologias do Sul.

RESUME

Les grandes colonisations divisent le monde selon une ligne abyssale, métaphorique, et confondue avec sa division géographique. Les expériences du Nord ont dès lors été reconnues et reproduites par la société hégémonique, tandis que celles du Sud sont colonisées, réduites à l'invisibilité et désengagées de leurs territoires. Je cherche ici à construire une géographie décoloniale, en m'appuyant sur le dialogue de différents types de savoir pour construire de la connaissance à partir d'une expérience du côté invisible de la ligne. C'est l'expérience de l'Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos- ASSIM, dans la zone rurale de Lagoa de Itaenga – Pernambouc, Brésil. Ils font face à une *vocation naturelle* séculaire profondément ancrée pour le secteur agroalimentaire de la canne à sucre. À travers une enquête avec une méthodologie d'Investigation Action Participative (IAP), la systématisation de l'expérience, nous avons travaillé avec les membres de l'ASSIM sur une réflexion collective sur son organisation collective sur le territoire. Les résultats indiquent un renforcement de l'organisation collective dans la transition vers une identité territoriale de (r)existence, construite à partir de la participation à différents réseaux. Cependant, les progrès de l'expérience ont affaibli l'organisation collective, avec le renforcement d'une logique de marché. Afin de continuer à consolider l'organisation collective, il serait important que les associés conçoivent leur économie comme non réduite au marché ou aux marchés bio auxquels ils participent. Ou encore, incorporer activement une identité territoriale de projet, en établissant son territoire comme une tranchée de confrontation et de construction de la société à partir de l'agroécologie et de l'économie solidaire.

Mots-clés: Agroécologie. Économie solidaire. Territoire. Géographie décoloniale. Recherche Action Participative. Epistémologies du Sud.

LISTAS DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ADE	Agente de Desenvolvimento
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASSIM	Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos
BBC	British Broadcasting Corporation
CFES – NE	Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste
COEP	Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EAF	Entidades de apoio e fomento
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMBRAPA	Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
INCUBACOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE
IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NECSO	Núcleo de Economia Solidária
NYU	Universidade de Nova York
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PE	Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNIMED	Confederação Nacional das Cooperativas Médicas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DA MONOCULTURA DO SABER...	14
2.1	O MUNDO SE DIVIDE: apagando os dominados, os dominantes são vistos	14
2.2	POR UMA GEOGRAFIA DESCOLONIAL	25
2.3	PARTICIPAÇÃO E AUTOGESTÃO DO SABER: a sistematização de experiência	37
3	...À IMPOSIÇÃO AOS TERRITÓRIOS.	53
3.1	O CAPITALISMO EUROPEU E O DES-ENVOLVIMENTO HUMANIDADE-NATUREZA	53
3.2	O DOCE PAVOR DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA:a cana engole tudo	63
3.3	DO ECONOMICÍDIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM AGROECOLOGIA	78
3.4	IDENTIDADE E TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DA (R)EXISTÊNCIA	100
4	MAS ASSIM SE FUGIU DESSA HISTÓRIA	113
4.1	CONFIGURAÇÕES (I)MATERIAIS DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DA ASSIM	113
4.2	RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DA EXPERIÊNCIA DA ASSIM	125
4.2.1	Um maior enfoque a partir dos colaboradores externos	126
4.2.2	Um maior enfoque a partir da transição agroecológica em economia solidária	138
4.3	DE TRÁS, PRA FRENTE	166
4.4	LIÇÕES APRENDIDAS COM/SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA	179
5	CONCLUINDO, PROSSEGUINDO...	193
	REFERÊNCIAS	198
	APÊNDICE 1 - QUADRO DE PLANEJAMENTO	205
	APÊNDICE 2 - MÍSTICO “PRÉ-FESTA” ASSIM	206
	APÊNDICE 3 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	208
	APÊNDICE 4 - LISTA ASSOCIADAS/OS ENTREVISTADAS/OS	209
	ANEXO 1 - TEXTOS ENTREGUES PELAS E PELOS ASSOCIADOS RESPONDENDO AO EIXO CENTRAL DA SISTEMATIZAÇÃO	210
	ANEXO 2 – DA CANA PRA ASSIM: a luz no fim do túnel	217

1 INTRODUÇÃO

O século XV foi palco de grandes navegações de europeus atravessando oceanos em direção a um mundo por eles então desconhecido. Em 1492 aportaram em terras que posteriormente foram chamadas de Brasil, este país de onde vos escrevo. A partir destas viagens, colonizaram terras e povos por onde passaram, destruindo seus modos de vida e suas economias, fenômeno que tem sido chamado de *economicídio* (Temple, 1998). Com isso determinaram um novo rumo para os seres humanos que ali habitavam, com os quais a partir de então estariam cada vez mais conectados. No entanto, esta conexão não foi construída a partir de uma lógica horizontal, e sim hierárquica, da metrópole com a coroa, para a colônia e povostornados subalternos. As primeiras dominantes, e os segundos dominados.

O fato de que há mais de quinhentos anos ocorreu, nas terras onde vivo, um processo de colonização, é discutido em todas as escolas brasileiras. No entanto, esta colonização ainda acontece. Por um lado, hoje muitas são as consequências dos opressivos atos coloniais passados. Por outro, o processo de colonização ainda não se encerrou, e é assim que continuamos a existir entre dominantes que colonizam e dominados que se vêm seguindo modos de vida subalternizados. É a partir desta lógica colonial ainda presente que, por exemplo, em meus anos de escola aprendi que há cerca de quinhentos anos o Brasil foi descoberto. A ciência europeia, junto aos cientistas nacionais já colonizados, influenciaram por anos no sentido de brasileiros e brasileiras não olharem mais a fundo para antes da chegada dos europeus. É pelo saber construído a partir da Europa que estas terras são apontadas como “descobertas” pelos colonizadores, já que para estes, de fato, tal momento foi uma descoberta. No entanto, para as terras e as vidas milenares que aqui existiam e existem, o que aconteceu não foi uma descoberta, obviamente sabiam de sua própria existência, mas sim invasões, saqueamentos, devastações, pelo homem branco que veio do mar.

Desde então o mundo tem sido dividido pelo que alguns autores têm chamado de *linha abissal*. A grosso modo a linha abissal corresponderia à divisão geográfica entre norte e sul global, mas de uma forma metafórica. O norte seria a representação da lógica dominante, e o sul das lógicas dominadas, o que tem forte aproximação com a divisão geográfica de fato. Com isso, o que é produzido ao norte da linha é reconhecido e valorizado. Ao contrário, o que se produz ao sul da linha é invisibilizado, dito *subdesenvolvido*, *carente*, *atrasado*. É assim que a ciência vai ser posta como o método de produção de conhecimento reconhecido como válido pela sociedade hegemônica. Neste sentido, o saber popular, e seus produtores, vão ser

estigmatizados e construídos enquanto seres invisibilizados. Se não o fossem, jamais um momento de guerra sangrenta seria denominado como uma simples descoberta.

Esta ciência, desde o iluminismo europeu que veio da revolução francesa, busca se separar da fé religiosa, que era a fonte de poder dos reis derrubados, aliados da igreja católica. Isso acaba reforçando uma construção de conhecimento pautada a partir da quebra sobre a fé, de um sobrevalor da razão em relação à emoção, da falsa afirmação de que cientistas podem ser neutros, e de uma suposta (falsa!) necessidade do pesquisador e da pesquisadora estarem afastados de seu objeto de pesquisa. Este pensamento se espalhou e colonizou boa parte da ciência mundial, mas não está presente neste trabalho.

A percepção de que a sociedade hegemônica ocidental tem sido construída a partir da perspectiva dos dominantes colonizadores concorre para o surgimento, nos anos 1980, dos chamados estudos pós-coloniais. Percebendo que estes atores, tornados subalternos, têm sido colonizados em suas práticas e calados em sua voz, estudiosos e praticantes do pós-colonialismo compreendem a necessidade de novas perspectivas. Em sua atuação, defendem pesquisas acadêmicas que se realizem junto à experiência de vida destes povos, não contribuindo para sua invisibilização. Para as ciências humanas e sociais isso passa por um rompimento com a lógica das ciências naturais. Compreendendo que os sujeitos das ciências sociais são ontologicamente diferentes das ciências naturais, novos métodos vão ser construídos no sentido de incluir os sujeitos humanos no processo de reflexão sobre suas próprias experiências. Com isso, povos tornados subalternos passam a construir conhecimento reconhecido como válido em nossa sociedade, já que junto à ciência. No entanto, registre-se também a importância de reconhecer o saber popular como válido em si, para além de uma interação com a ciência.

A experiência debatida nesta dissertação é a da ASSIM, uma associação de agricultoras e agricultores agroecológicos de lógica invisibilizada perante a sociedade hegemônica, ou seja, de lógica do lado sul da *linha abissal*. A associação está inserida na zona rural de Lagoa de Itaenga (PE), município da zona da mata pernambucana. Esta mesorregião se viu colonizada para a monocultura cana de açúcar desde que os europeus aqui chegaram, e assim nela se quis delinear uma dita “*vocação natural*”¹, bastante opressiva. Com a organização coletiva da ASSIM, seus associados e suas associadas buscaram fugir desta

¹ A historiadora Christine Dabat (2010) usa do termo *vocação natural* para enfatizar que o trabalho com a cana é construído, para quem nasce nesta mesorregião, quase que como um processo de ordem natural. Inseri as aspas para enfatizar que não se trata de uma vocação natural de fato, pois ela é socialmente construída.

realidade. Sabendo que construir modos de vida e produção alternativos à lógica do açúcar na zona da mata pernambucana é um desafio extraordinário para sua população trabalhadora, compreender a trajetória e desafios da experiência da ASSIM motivou a presente pesquisa.

Para guardar a coerência com a ideia da não isenção do pesquisador, a metodologia utilizada na investigação foi a sistematização de experiências, inserida no espectro dos estudos pós-coloniais. Esta compreende uma reflexão coletiva a partir de um diálogo de saberes entre atores da universidade e agricultoras e agricultores. Nesta metodologia, as ferramentas de pesquisa utilizadas foram escolhidas durante o processo da pesquisa, por acadêmicos, agricultoras e agricultores, entre as quais se destaca a definição conjunta de um eixo central para a sistematização. Desta forma coletiva definimos o seguinte eixo central para a sistematização: *“como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território?”*. Este eixo central foi que guiou todo o processo da sistematização. Para melhor compreender os direcionamentos buscados, definimos – novamente acadêmicos e agricultoras/es – três categorias por onde apontaríamos nosso olhar para destrinchar o eixo central, foram elas: economia solidária, transição agroecológica e território. Dessa forma, a metodologia propicia não apenas elementos para a análise científica da experiência pelo pesquisador acadêmico, como também oportunidade para a reflexão crítica por parte dos associados e associadas de sua própria trajetória.

Respeitando os direcionamentos apontados coletivamente durante a sistematização de experiência, tal metodologia propiciou o material analisado na presente dissertação, que está dividida em três capítulos, além desta introdução e da conclusão.

No primeiro capítulo debaterá a existência de uma monocultura do saber² pela ciência, mas demonstrando que existem outras formas de se construir conhecimento para além da ciência convencional, inclusive no meio acadêmico, a partir de uma geografia descolonial. É nele que debaterá a importância de uma metodologia participativa, e por que fazer uso dela neste trabalho, apresentando a sistematização de experiência.

Minha escolha por iniciar a dissertação com estas discussões se dá por três motivos: a) apresentar de partida o paradigma emergente sobre a forma de fazer ciência adotado nesta dissertação; b) apresentar para quem a lê, antes de um aprofundamento nas temáticas centrais

² Esse termo foi cunhado por Vandana Shiva, que tem um livro sobre este assunto. (SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003)

ao trabalho, uma compreensão geral sobre o processo da pesquisa; e c) seguir diretamente ao capítulo teórico (segundo) o da experiência sistematizada (terceiro), com a compreensão de que teoria e prática precisam caminhar juntas para que ambas sejam melhor compreendidas.

No segundo capítulo discutirei sobre as imposições aos territórios, a partir da colonização da zona da mata pernambucana, e de suas (r)existências, estas últimas pela perspectiva da agroecologia e da economia solidária.

Finalmente, no terceiro e último capítulo será demonstrado como a partir do território e da organização coletiva em economia solidária as agricultoras e os agricultores agroecológicos incorporaram uma outra que não a identidade *legitimadora* da cana de açúcar, mas sim uma identidade territorial *de (r)existência*. Se com isso a vida destes atores se transformou positivamente, compreendemos que permanências de sua identidade enquanto trabalhadores da cana ainda existem. Mais além, seria interessante para fortalecerem seu projeto, sua associação, que as e os associados passassem a conceber seu território como espaço de enfrentamento à lógica capitalista do agronegócio, disputando poder na construção social, em um sentido de consolidar seus próprios ideais. Com isso, que incorporassem uma identidade territorial *de projeto*, fortalecendo sua experiência a partir da consolidação da agroecologia e da economia solidária na sociedade, uma vez que é a partir destes ideais que eles se constroem.

A sistematização de experiência de que trata esta dissertação gerou ainda, como importante produto, um livreto contando a história dos 20 anos da ASSIM, que escrevi junto com uma das associadas a partir da linguagem dos e das agricultoras. Este livreto é parte fundamental da pesquisa pois busca apresentar o material produzido coletivamente em uma outra linguagem que não a acadêmica, e pode e deve ser lido a partir da **página 255** desta dissertação, onde está inserido como anexo. Sugiro ao/à leitor(a) que tome um tempo agora para decidir se prefere seguir primeiro pela leitura acadêmica, e depois pelo livreto, ou se primeiro o livreto, e depois a leitura acadêmica.

2 DA MONOCULTURA DO SABER...

*em nossas terras eles sempre
glorificaram
suas eternas memórias que por
séculos
marcaram
uma subserviência de mania
vira-lata
montada no circo
do paletó
e da gravata*

*tem advogado médico
professor
tudo empinando diploma de
doutor
que pela ciência se
consagrou
ó todo poderoso*

*é uma eterna
colonização
do ente
de todo seu corpo
e mais sua mente
que busca com isso
aprisionar
o modo de vida
de cada lugar*

*mas para o mundo se
reinventar
foi até hoje pelo
poder popular
que do chão da vida
se fez brotar
uma chance nova
de começar*

2.1 O MUNDO SE DIVIDE: apagando os dominados, os dominantes são vistos

Prisões vão muito além do simples encarceramento físico que promovem. Resultam na delimitação de onde determinadas pessoas, com tudo o que carregam consigo, não podem sair. Corpos, peles, cores, cabelos, ideias, ideais, sentimentos, energias, visões de mundo, modos de existir, essências, almas, tudo o que se considera constituinte do ser fica com ele aprisionado. Com isso, o que é perdido? Que modos de vida são oprimidos e invisibilizados, encarcerados pelo hegemônico-dominante? A serviço de que(m) esta realidade acontece e é socialmente utilizada?

Compreendo que não apenas com presídios é que se fazem prisões, podendo estas também serem percebidas enquanto delimitação pelo poder dominante do que é certo/usado e do que é errado/rechçado perante a sociedade. Em um contexto colonial, a metrópole impõe sua própria forma de enxergar e construir a existência, buscando aprisionar as demais. Isto não apenas em um sentido de legalidade, mas também de devastação da diversidade, na cultura, na ciência, no conhecimento, construindo uma monocultura da existência. Esse

aprisionamento colonial da diversidade de sabedorias e práticas encarcera junto possibilidades de modos de vida, todos aqueles não aceitos pela lógica do poder dominante.

É importante que se compreenda que tal realidade afeta as mais diversas temáticas da vida. No presente trabalho, a questão será debatida em torno da colonização da zona da mata pernambucana para uma “*vocação natural*” para a cana de açúcar, que invisibiliza a possibilidade de outras experiências existirem. No entanto, o cerceamento de liberdades pelo poder dominante colonial acontece também em outras questões. Para melhor compreensão de que não é suficiente uma mudança apenas na agricultura, caso que aqui trago, mas sim de que é preciso uma mudança paradigmática que promova a diversidade na sociedade e aceite a existência de saberes e práticas que não a de povos dominantes, acho importante exemplificar minha afirmação de que esta lógica opera de forma hegemônica. Assim, optei por iniciar esta dissertação a partir de uma outra guerra também colonial, ainda não a da imposição da cana de açúcar, que virá mais para frente, mas sim a guerra contra a erva da maconha.

No dia 05 de maio de 2017, a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) N° 156 da Anvisa incluiu a *Cannabis Sativa* (nome científico da maconha) na categoria “planta medicinal”. Tal fato não retira todo o peso judicial e social que continua existindo sobre esta, mas já demonstra certa mudança na sociedade sobre sua condenação à ilegalidade, além de possibilitar o debate sobre a importação de medicamentos e facilitar o registro de novos que contenham substâncias da erva. Na tese do doutor pela USP Mateus Bergamaschi, este chegou à conclusão do real benefício do tratamento a base do canabidiol (composto da maconha) para o Transtorno Ansioso Social (BERGAMASCHI, 2012), vulgarmente conhecido como fobia social, e que se manifesta quando o portador precisa interagir com outras pessoas, sendo este impossibilitado pelo pânico. Hoje, graças às localidades onde a planta não é total ou parcialmente proibida, já escutamos falar também em diversos outros tipos de tratamentos que fazem uso da maconha, aliviam dores, diminuem espasmos de pessoas com esclerose múltipla, combatem efeitos adversos dos tratamentos quimioterápicos, auxiliam em processos de recuperação de traumas, processos de criação artística, no estímulo à criatividade, entre outras coisas. E não é só em tratamentos medicinais ou terapêuticos que a cannabis pode ser útil. Da planta também se pode retirar uma fibra, o cânhamo, que pode ser utilizada como matéria prima de confecção de tecidos, ou ainda confeccionar o chamado “hempcrete”, tijolos utilizados como material de construção.

A guerra contra a maconha camufla suas reais intenções coloniais: guerra de cor e classe. Se joga para trás das grades os hábitos e costumes de classes não-dominantes, subalternizadas. Não se engane, a maconha também foi e é consumida por colonizadores e

elite. No entanto, historicamente muito foi associada a partes da sociedade de cultura de classes sociais oprimidas. Por muito tempo se enquadraram tais hábitos como animais e nefastos para a sociedade, os associando diretamente a grupos sociais diferentes dos da racionalidade dominante. Nesta perspectiva, trago aqui exemplo de memória apresentada pelo Dr. Rodrigues Doria ao Segundo Congresso Científico Pan-Americano, reunido em Washington D. C. no dia 27 de dezembro de 1915. Seu posicionamento não era dissociado da época, o autor desta memória não falava por si só, e sim como professor de Medicina Pública da Faculdade de Direito da Bahia, professor da Faculdade de Medicina, presidente da Sociedade de Medicina Legal, representante do Governo do Estado da Bahia, da Faculdade de Direito do Instituto Histórico e Geográfico, da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia, da Bahia, no referido congresso. Condizendo com minha afirmação de repreenderem a erva também por uma lógica colonial, fazendo associação direta a grupos sociais não-dominantes e oprimidos, são seus os seguintes dizeres:

Os **índios amansados** aprenderam a usar da maconha, vício a que se entregam com paixão, como fazem a outros vícios, (...) tornando-se hábito inveterado. Fumam também os **mestiços**, e é nas **camadas mais baixas** que predomina o seu uso, pouco ou quase nada conhecido na parte **mais educada e civilizada** da sociedade Brasileira. (DORIA, 1915, p.8)

Do inquérito a que tenho procedido a respeito do uso de fumar as sumidades floridas da planta que faz o objeto deste trabalho, é ele muito disseminado entre **pessoas de baixa condição**, na maioria **analfabetos, homens do campo, trabalhadores rurais, plantadores de arroz nas margens do rio de São Francisco, canoieiros, pescadores**, e também nos quartéis pelos **soldados**, os quais ainda entre nós são **tirados da escória da nossa sociedade**. (DORIA, 1915, p.15)

A **raça preta, selvagem e ignorante**, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, **seus irmãos mais adiantados em civilização**, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva (...), inoculou também o mal nos que a afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstitutiva. (DORIA, 1915, p.17)

Se percebe a caracterização da planta associada a grupos sociais não-dominantes e oprimidos de forma a colocá-los como grupos “selvagens”, “sem educação”, “não civilizados”, “ignorantes”, e assim por diante. Se estabelece claramente o modo de vida dito “branco” (ocidental) como a norma, e os demais quase que como um submundo.

Também é conhecida a coletânea de artigos sobre maconha compilada pela CNFE nos anos 1950 cujo primeiro presidente Roberval Cordeiro de Farias teve importante empenho para “*difundir uma concepção que também servia de justificativa para reprimir hábitos e ideias de uma parte da população.*” (BRANDÃO, 2014, p.710), sendo esta parte justamente a dos grupos não-dominantes e oprimidos pela lógica colonial. Esta lógica, inclusive, ditou por

muito tempo que a chegada e proliferação da erva da maconha no Brasil se deu pelos negros. No entanto, nem isso parece ser verdade.

A revisão da literatura acerca da história dessa erva aponta que seu cultivo foi estimulado pela Coroa Portuguesa no sul do Brasil Colônia a partir de meados do século XVIII. Segundo Menz (2005), a medida buscava reduzir importações da Espanha, França e Rússia para Portugal; no entanto, Bento (1992) também postula que a iniciativa representou um esforço de povoamento e consolidação de domínios portugueses no sul da América. O incentivo alcançou São Paulo “a 4 de agosto de 1785, [quando] o vice-rei enviava carta ao chefe do governo pedindo esforços no sentido de promover o cultivo do cânhamo (...) remetia ao Porto de Santos 16 sacos com 39 alqueires de sementes desse vegetal” (FONSECA, 1994, p. 16). (...) Considerando ainda que missionários jesuítas de diferentes nações europeias também cultivaram a cannabis no Brasil visando à produção têxtil, entre o século XVI e sua expulsão, em 1759 (MIRANDA NETO, 2010), é bastante relevante a hipótese de que ela tenha sido introduzida por europeus com finalidades geopolíticas e econômicas com anuência da Igreja Católica e do Império Português. (...) Contudo, o uso frequente por negros e mestiços conduziu a maioria dos estudiosos a adotar, no século XX, a hipótese de introdução clandestina por africanos. (BRANDÃO, 2014, p.704)

Por estranho que possa parecer, o debate sobre a maconha, em si, não é o ponto principal que busco enfatizar, inclusive este é muito mais complexo do que o que aqui apresentei. A intenção é a de apontar primeiro como a questão colonial está presente na construção da sociedade, em suas mais diversas esferas. Percebo argumentação para proibição da erva como construída em cima de preconceitos e opressões sobre grupos subalternizados.

Minha intenção é, também, a de iluminar o fato de que quando rechaçamos algo dessa forma, visando uma monocultura da existência, o rechaçamos por completo, deixando de ter acesso às suas várias composições. Durante todo o tempo em que se rechaça a maconha, se tornam invisíveis para a sociedade os benefícios que esta possa oferecer. Todos os tratamentos medicinais, terapêuticos, confecção de tecidos, tijolos, deixam de poder existir. Pacientes com esclerose múltipla continuam sofrendo com os múltiplos espasmos. Pacientes com câncer continuam sofrendo da mesma forma com as consequências negativas da quimioterapia. Os médicos perdem forte aliado no tratamento do Transtorno Ansioso Social. Apesar de continuar existindo e sendo benéfica para todas estas funções, o fato de colonizar outras culturas, colocando a planta na ilegalidade, a mergulha em um mundo que inviabiliza seu uso e torna suas características invisíveis, desconhecidas pela sociedade de forma geral. No entanto, como vimos anteriormente, tal fato não acontece apenas com a cannabis, nem ao menos apenas com plantas.

Os que detêm o poder dominante sobre a sociedade conseguem também determinar o que esta pode ver, e o que não pode. O que é aceito e o que não. Podem

evidenciar determinados modos de produção do conhecimento, consumo, relações sociais, de vida, e aprisionar outros. Com isso, fazem com que diversos mundos sejam “perdidos”, sendo colocados para longe de nossos olhos. Melhor dizendo, não sei se “perdidos” seja a palavra correta, pois esconde uma ideia de acaso. Na realidade, estes vários “mundos” são propositalmente tornados invisíveis, de modo que apenas um determinado viés dominante seja visto e compreendido enquanto realidade possível.

A colonização de que falo, deixando conhecimentos e experiências à vista, invisibilizando outras, busca criar um horizonte único para qualquer dos viajantes humanos perceber. É assim que se constroiu uma espécie de linha evolutiva única para toda a humanidade, onde determinados povos estariam *mais para trás* dessa linha, precisando *desenvolver* em seus territórios receitas nórdicas para alcançar os que estão *mais para frente*. Como não poderia deixar de ser em tempos de modernidade, uma das principais ferramentas utilizadas para a materialização destes ideais imperialistas na sociedade tem sido a ciência. A construção de ferramentas e conhecimentos que legitimem e fortaleçam a colonização comandada pelos nórdicos dominantes, puxadas pelo carro chefe do desenvolvimento. Neste sentido, em sua tese, a socióloga Carolina Leão (2013) afirma que

O panorama político mundial, logo após a Segunda Guerra (1945-1960), é de profundo abalo do colonialismo, com a explosão de movimentos antiimperialistas e de libertação nacional em África, Ásia e, a seguir, na América Latina e Caribe. É neste cenário que **as ciências em geral, e as ciências sociais em particular, são “convocadas” a ter um papel destacado no campo da investigação social contra-revolucionária, assim como para a difusão da ideologia desenvolvimentista, com modelos de progresso e de democracia a serem reproduzidos nas sociedades do então denominado “Terceiro Mundo”**. O universo acadêmico é, então, ajustado a este contexto e passa por largos investimentos financeiros das grandes corporações e das agências governamentais norte-americanas. (LEÃO, 2013, p. 263, grifo meu)

Como exemplo mais prático destas afirmações da construção de um conhecimento voltado para fortalecer o *desenvolvimento* e os ideais norte-americanos, trago, a seguir, trecho em que o sociólogo Jessé Souza (2015) exemplifica esta realidade.

Toda a ambiguidade de Max Weber em relação ao capitalismo – produtor de seres humanos amesquinhados precisamente nas dimensões cognitiva e moral (os especialistas sem espírito e homens do prazer sem coração) – e à própria sociedade norte-americana – seu texto nunca comentado pelos culturalistas sobre a hipocrisia como marca indelével da “confiança” interpessoal utilitária do protestantismo norte-americano – foi cuidadosa e intencionalmente posta de lado. **Houve um esforço deliberado e consciente para a retirada de todas as ambiguidades da obra weberiana para o uso pragmático e apologético de suas categorias para a percepção da sociedade concreta norte-americana do pós-guerra como exemplo acabado de perfeição. Foi a partir desse esforço “científico”, politicamente financiado, que toda a hierarquia mundial passou a ter o exemplo concreto norte-americano como modelo máximo, com todas as outras sociedades sendo percebidas como versões mais ou menos imperfeitas desse modelo.** (SOUZA, 2015, p.27, grifo meu)

No âmbito da agricultura, temática desta pesquisa, a revolução verde, no século passado, foi síntese desta escolha política e ideológica de fazer uso do conhecimento científico para tentar estabelecer um mesmo rumo para a humanidade, o desenvolvimento. A partir desta suposta revolução, busca-se pautar um novo tipo de agricultura como único possível para a continuação da sociedade. Isso se deu com a produção de novas tecnologias favoráveis ao agronegócio. Se buscou, e até certo ponto se conseguiu, hegemonizar uma agricultura com necessidade de muitos insumos, agrotóxicos, máquinas, sementes híbridas, adubos químicos, uma agricultura nos moldes industriais, inserida na lógica do mercado e com uma cadeia produtiva cada vez maior. Seu início se deu no pós-segunda guerra mundial, momento onde muitos países centrais se encontravam devastados, e os Estados Unidos se sobressaíram. Estes passam a ampliar sua política imperialista sobre o mundo, vendendo insumos e estabelecendo sua hegemonia sobre diversos modos de vida.

Na mesma década em que acabou a segunda guerra mundial, o México estava vivendo uma forte crise econômica e de abastecimento alimentar de sua população. Vendo aí uma excelente oportunidade, a Fundação Rockefeller (norte-americana) financiou pesquisadores para exportar a “revolução” agrícola dos Estados Unidos, ao México. Estes talvez possam ser compreendidos como os primeiros passos para a devastação da diversidade e o fortalecimento do capitalismo no campo eufemisticamente conhecido como “revolução verde” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Assim,

A essência da “revolução verde”, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detém as patentes das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos, via “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais que, por sua vez, são controladas pelo capital financeiro que, assim, realiza a reprodução do capital em um novo segmento econômico, o agronegócio, ou agricultura industrial. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p.54)

Com esta “revolução” inicia-se processo por uma nova colonização, transformando a lógica do agricultor, de sua economia, de seu modo de trabalho, de sua relação com a terra, da cultura do campo. Obviamente, para que tais objetivos possam ser atingidos é preciso que se destruam e se façam esquecer os antigos modos de produção agrícola, para que o *moderno* agronegócio possa ser sobreposto. Inicia-se processo de estabelecimento de determinado modo de produção agrícola enquanto hegemônico e correto, buscando-se “invisibilizar” os demais, acusando-os de atrasados ou ineficientes.

Este processo colonizatório se dá no sentido de expandir e impor a lógica capitalista industrial para os campos de todo o mundo. No Brasil tal processo chegou

fortemente através principalmente da extensão rural e dos governos militares, o que foi forte influente para a absolutização do agronegócio da cana de açúcar na mesorregião onde está inserida a experiência da ASSIM, sobre a qual esta dissertação discorre, a Zona da Mata pernambucana. Em 1950 é criada a ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), em Minas Gerais, a primeira associação oficial de extensão rural brasileira. Posteriormente, cria-se a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), com várias associações estaduais instaladas na maioria dos estados brasileiros.

O Sistema ABCAR, através das associações estaduais, levou a assistência técnica gratuita aos produtores agrícolas nacionais, por meio dos “pacotes tecnológicos”, que nada mais eram do que receitas a serem aplicadas nas diversas regiões do país, nos cultivos e nas criações. Só recebiam o benefício do crédito agrícola, altamente subsidiado, os agricultores que estivessem enquadrados no programa oficial. Se o produtor quisesse aplicar os recursos fora do “programa” não tinha acesso ao crédito rural subsidiado. **Por exemplo, o uso de MO [matéria orgânica] era considerado atraso e os projetos com crédito privilegiado não podiam ter qualquer item que contemplasse financiamento de produção com matéria orgânica.** (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p.55, grifo meu)

Se pode perceber então esta imposição para uma monocultura da existência. Busca-se invisibilizar as formas de produzir que não tenham aderido à lógica do mercado capitalista. Existe uma enorme diversidade de modos de ser e estar na Terra que foram promovidos pelos diversos povos que aqui existem, ou existiram. Também se tem conhecimento sobre as grandes guerras e competições entre estes que, muitas vezes, buscaram impor suas formas de existir aos que não as compartilhavam. Estados Unidos x União Soviética. Metrôpoles x Colônias. Jesuítas x Indígenas. Conhecimento Científico x Conhecimento Popular. Qual seria o ponto comum de motivação a estes confrontos, senão a tentativa de uns de impor aos outros o seu próprio modo “correto” de existir?

Denunciando esta colonização que também acontece em relação aos saberes, a partir de uma monocultura do saber, Souza Santos e Meneses (2010) propõem a necessidade de construir um pensamento que chamam de “*pós-abissal*”. Dizem os autores que é preciso construir novas epistemologias que não restrinjam o pensamento e o conhecimento a uma única lógica, mas sim que os amplie e os diversifique através de uma troca responsável, consciente, e solidária entre culturas e povos diferentes. Afinal, como já ensinou Milton Santos (2001),

Os sistemas técnicos de que se valem os atuais atores hegemônicos estão sendo utilizados para reduzir o escopo da vida humana sobre o planeta. No entanto, jamais houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens. A materialidade que o mundo da globalização está recriando permite um uso radicalmente diferente daquele que era o da base material da industrialização e do imperialismo. (SANTOS, 2001, p.163)

Assim, as diversas revoluções técnicas que se deram ao longo do tempo, dentre elas as das transformações nas tecnologias de transporte e de telecomunicações, poderiam ser utilizadas, o que não se dá em sua maioria, para possibilitar o aumento das trocas e da diversidade, e não para patrocinar uma colonização homogeneizante que é o que hoje acontece.

Quando se fala em uma pretensão à universalidade, a um tipo de saber certo, se está na verdade atuando no sentido de uma colonização do outro. Ao se investir em universalidade, em um sentido de homogeneidade, se contribui para o extermínio do que não for considerado como universal, ou seja, diverso e diferente deste homogêneo. Estabelecer e universalizar o casamento enquanto união entre homem e mulher por anos impossibilitou a união formalizada entre pessoas do mesmo sexo. Escolher um modo de produção de conhecimento enquanto universal inclui sobrepô-lo e diminuir outros tipos de processos de construção de conhecimentos perante a sociedade. Enaltecer o agronegócio e se fazer esquecer da agricultura tradicional passa por tudo isso, o que tem a ver com a colonização do saber.

Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010) tratam sobre essa colonização do saber em seu livro *Epistemologias do Sul*, onde selecionaram uma série de artigos que discorrem sobre o *pensamento abissal* enquanto característica da modernidade ocidental, daí nossa colocação anterior sobre sua proposta de *pensamento pós-abissal*.

O *pensamento abissal*, da modernidade ocidental, seria um sistema de distinções, separadas por uma linha enquanto norte e sul global. Este sul global, segundo os autores, corresponde, em parte, ao sul geográfico, mas na realidade representa metaforicamente os territórios subjugados pelos poderes coloniais, sendo “*a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo (...)*” (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p.44). Com isso, poder-se-ia dividir o mundo entre “este” lado da linha (o norte) e o “outro” lado (o sul), sendo o primeiro o mundo do poder dominante, neste caso a modernidade do capitalismo ocidental, o agronegócio, e, o segundo, “os outros”. Apesar de viver no hemisfério sul, caracterizo por “este lado” o primeiro grupo, e não o segundo, de forma proposital, pois é isso o que o *pensamento abissal* produz na sociedade. Uns são determinados, outros são apenas outros.

FIGURA 1– Fossa Abissal



FONTE: Google Imagens

Para melhor compreensão, enquanto geógrafo, faço análise com a Terra. É como se, na **figura 1** acima, o conhecimento “deste lado” (nórdico) da linha fosse construído no continente, enquanto o do “outro lado” (sul) fosse cada vez mais profundamente separado e jogado para a fossa abissal. Enquanto isso a sociedade, emersa, só veria o conhecimento construído no continente, não fossem os movimentos de resistência como as feministas, economia solidária, antiproibicionistas, o movimento negro, LGBT, os da agroecologia, alguns acadêmicos, entre outros que nos ajudam a construir óculos de mergulho, cilindros de oxigênio, e cabos de força para fortalecerem e trazerem da fossa abissal para o continente os conhecimentos populares e tradicionais.

Para além de *compreendidas*, essas linhas abissais, talvez, ainda possam ser melhor *sentidas* a partir do trabalho do artista turco Ugur Gallen, com sua justaposição de fotos que, nas que seguem, escancaram a abissal diferença de realidades entre grupos sociais de territórios dominantes e dominados.

FIGURA 2 – Linhas abissais e o Olhar do Artista Turco Ugur Gallen



Fonte: Ugur Gallen

Na lógica que venho delineando, se pode afirmar que a agricultura tradicional está sendo jogada para este “outro lado” da linha, para o fundo da fossa abissal, e o agronegócio sendo midiaticizado, vendido, promovido, consolidado “deste lado”, em terra firme e bem visível.

A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemónico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efetivamente como não-existente o estado de natureza. O presente que vai sendo criado do outro lado da linha é tornado invisível ao ser reconceptualizado como o passado irreversível deste lado da linha. O contacto hegemónico converte simultaneidade em não-contemporaneidade. (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p.28)

O meu argumento é que esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano [colonizadores] do sub-humano [colonizados], de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colónias representam um modelo de exclusão radical que permanece actualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p.31)

Quando se parte para a análise do conhecimento, o direito e a ciência são grandes exemplos da aplicação do *pensamento abissal* da modernidade ocidental, do desenho de uma linha que separa “este lado” do “outro”. Nas competências do direito, “este lado” da linha se estabelece através da dicotomia legal/ilegal. Do “outro lado” da linha estaria “o território sem

lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos.” (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p.26). Então, por exemplo, a escolha de uma ou um presidente da república no Brasil acontece através do voto popular e da vitória do ou da candidata com a maioria absoluta dos votos, o que é legalmente determinado perante a sociedade hegemônica. Mas sabemos que milícias estabelecem toque de recolher em favelas, proíbem idas e vindas, ou fornecem certos serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado através da construção de direitos e deveres da ou do morador da favela. Estaríamos aqui diante de casos do legal/ilegal através de direitos não oficialmente reconhecidos, o “outro lado” da linha.

A ciência moderna se encarrega de fortalecer tal separação e dominação. Os dominantes na sociedade ocidental estabeleceram o conhecimento científico como o único capaz de apontar o que é falso, ou verdadeiro. E isso não tem nada de acaso. A política norte-americana no pós-guerra, como debati mais acima, foi estrategicamente construída através da ciência como ferramenta política de legitimação. A capacidade de reproduzir experimentos em laboratório, de estabelecer estatísticas, de encontrar normas na sociedade, construir metodologias bem definidas, tem sido construída como a forma correta de produzir conhecimento, e colocada em um pedestal. Se é cientificamente provado, é verdadeiro. Plantas, para serem consideradas medicinais, precisam de uma aprovação científica, de uma confirmação do “lado certo” da linha, mesmo que o saber tradicional, do “outro lado”, há centenas de anos já tenha tal conhecimento e já as utilize de tal forma.

Tudo o que é de um mundo mais subjetivo, menos racional, é considerado como não tão confiável. Seus sentimentos, suas sensações, seus instintos, suas energias, todas essas outras facetas da complexidade humana que são utilizadas para a construção do conhecimento popular, junto à racionalidade, e que deveriam ser utilizadas pela ciência, estão do “outro lado” da linha. São coisas de hippie, de bruxaria, de pessoas atrasadas. “Deste lado” se coloca em valor a razão, o palpável, o reproduzível, e, para tal, se descredibiliza tudo que esteja do “outro lado”. É a colonização sobre a forma de construir conhecimento reconhecido na sociedade, que atua diminuindo inclusive a autoestima de quem constrói a partir do chão da vida e acaba por se enxergar como ignorante que precisa ser guiado, por supostamente não ter capacidade intelectual de construir sua própria existência, como acontece no caso de muitas e muitos agricultores. Desta forma, a ciência constrói conhecimento e, junto a ele, legitima e fortalece a dominação de povos subalternizados, já que utilizada como ferramenta política para subjugar suas sabedorias. Assim,

(...) podemos comprender que, a fin de dominar al pueblo y hacerlo dependiente y sumiso en espera de liderazgo e iniciativa (sea para el llamado desarrollo, sea para el cambio social), el arma decisiva en manos de las élites ha sido la supuesta autoridad de los conocimientos formales sobre el conocimiento popular. Lo formal ha sido propiedad exclusiva de esas élites. (RAHMAN; BORDA, 2018, p.19)

Preciso pontuar um cuidado para não ser mal compreendido. Não estou aqui querendo demonizar o direito, muito menos a ciência, mas sim alertar sobre a percepção das perdas e da opressão que acontece ao se hegemonizar algo colocando áreas da vida para o “outro lado” de uma linha. O direito é importante, a ciência é importante, mas devem ser compreendidos enquanto métodos aplicáveis na sociedade, e **não como únicos métodos possíveis** de serem aplicados na sociedade que resultem em uma melhor qualidade de vida. Existem formas de construir regras sociais que não apenas as formalizadas por leis. Existem formas de construir conhecimento que não apenas as reconhecidas pela academia. A ideia é enxergar a diversidade e a troca como aumento das possibilidades, ampliação da qualidade, e promoção de uma maior igualdade entre os diferentes modos de estar no planeta, para conseguirmos construir uma vida mais harmônica entre os seres e destes com seus territórios. Fugir das prisões que acorrentam corpos, peles, cores, cabelos, ideias, ideais, sentimentos, energias, visões de mundo, modos de existir, essências, almas, buscando que sejam esquecidas. Fugir da eterna colonização que ainda não viu seu fim chegar e continua reproduzindo e perpetuando em nossa existência os seus malefícios.

2.2 POR UMA GEOGRAFIA DESCOLONIAL

Em um plano maior, uma das ideias que está por trás deste trabalho, estimulada e construída pelo pensamento de diversas/os autoras/es, é a da interlocução de diferentes modos de vida dos povos do planeta, compreendendo a importância das diversidades. Cada qual com suas formas de existir, possibilitando a troca e a construção em conjunto, e rechaçando a busca por uma hegemonização que imponha o correto modo de estar, viver, produzir na Terra. Mesmo com tal desejo, sei que árduos caminhos ainda serão trilhados para que compreendamos, enquanto humanidade, como materializar estes sonhos. Mas estou disposto a caminhar.

Quando enxergo nossos tempos, percebo que estamos diante de uma série de crises que parecem cada vez mais se ampliar. E imagino que a/o leitor(a) também. Se vê aumento do número de ataques terroristas, da violência, uma importante crise econômica

mundial, crise ambiental sem precedentes, doenças causadas pelos modos de produção, modelos de democracia representativa questionados, instituições perdendo credibilidade, a política cada vez mais desacreditada. Tudo isso, minimamente, deveria fazer enxergar a grande crise que a sociedade moderna está passando.

Em minha opinião para sair de tais crises não existe receita, não existem regras, mas acredito que até mesmo olhando para a lógica da natureza que somos e fazemos parte seja através da procura na diversidade que encontraremos soluções. Mais além, olhando para o que diz Boaventura, a saída pode estar na busca junto aos mundos até então “invisibilizados”. Buscando trabalhar junto a estes diversos modos de estar no planeta que já venham sendo promovidos se pode possibilitar uma troca de conhecimentos, e uma construção do saber, mais complexa e diversificada para se construir modos de existência não predatórios à vida. Sousa Santos e Meneses (2010) conceituam tal ideia através de uma *sociologia das emergências*, colocando que

Esta consiste numa amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido tanto no que respeita à compreensão como à transformação do mundo. O cosmopolitismo subalterno manifesta-se através das iniciativas e movimentos que constituem a globalização contra-hegemônica. Consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão económica, social, política e cultural gerada pela mais recente incarnação do capitalismo global, conhecido como globalização neoliberal (...). Atendendo a que a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais, estas iniciativas, movimentos e lutas são animados por um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos e, como tal, se baseia, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença. (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p.42)

Seria então a *sociologia das emergências* uma proposta de fazer com que os mundos que estão do “outro lado” não sejam camuflados, ou, melhor dizendo, que não exista mais uma linha que separe o mundo entre o que é hegemônico e valorizado e o que é tornado invisível. Este é um paradigma proposto pelos autores para buscar atuar contra a exclusão social, a partir do momento que os mesmos compreenderam que o jogo das relações de poder desiguais é que acaba promovendo tal exclusão. Assim, para que esta acabe, seria preciso justamente rever o jogo. Seria preciso uma redistribuição (de poder, de terra, de voz...) de forma geral que igualasse os direitos dos povos e os promovessem enquanto possíveis de coexistirem, não buscando subjugar-los a uma ordem dominante, ou jogá-los para o esquecimento e a descrença nos fundos de fossas abissais.

Ao se depararem com tal pensamento, muitos podem enxergá-lo como utópico, afinal é histórica a luta entre povos e sua opção por tentar se impor a outros. Mas essa é uma

forma um pouco reducionista e baseada no pensamento de um passado repetitivo e de não transformação. Se, ao contrário, se enxergar que a história é também um processo cumulativo e diverso, podemos almejar que a humanidade chegue no momento de se espelhar na natureza que é e da qual faz parte e atue com a percepção de que através da diversidade é que conseguiremos construir uma melhor possibilidade de existência. Ou, caso não chegue, a natureza que somos e fazemos parte será - ela sim - hegemônica e ditatorial de fato e impossibilitará o atual modo hegemônico ocidental capitalista de existir.

Assim, me espelhando na proposta das/os autoras/es apresentadas/os, assumo aqui minha tentativa de inserir este trabalho dentro da ciência geográfica sem pretensão de me neutralizar frente à realidade, inclusive por compreender tal feito como impossível de ser realizado. Referindo-se ao pensamento de Humberto Maturana, Graciano e Magro (2014) afirmam a percepção sobre a realidade como processo interativo entre os corpos e o externo a eles, não sendo então algo objetivo, estático, único. Com isso,

Maturana logo entendeu que essas reflexões tinham consequências para a compreensão do nosso próprio afazer de cientistas. Assim, se conforme o resultado de suas investigações, a percepção não pode ser vista nem como um fenômeno objetivo nem subjetivo, ele concluiu que a ciência não necessita - nem pode necessitar - do argumento de uma realidade objetiva e independente daquele que a observa para se validar enquanto saber e garantir seu estatuto de conhecimento verdadeiro. Maturana afirma que uma explicação científica, como qualquer explicação, é sempre a reformulação da experiência do observador, e que ela se constitui como tal na medida em que é aceita pelo observador (ou comunidade de observadores) através de um critério de validação por ele(s) mesmo(s) estabelecido. (GRACIANO; MAGRO, 2014, p.21)

Assim, uma geografia não pensada apenas em laboratório, em um ambiente higienizado e afastado, mas atuante a partir da realidade existente e percebida. Uma geografia que se construa a partir da compreensão do mundo, das regras que o regem, e se compromete não apenas a construir conhecimento, mas também a aplicá-lo buscando a promoção da vida e a transformação social. Esta serve aos territórios e povos historicamente subalternizados, oprimidos pelo sistema hegemônico e que, por isso mesmo, são quem mais podem precisar do apoio da ciência e de uma transformação social. Uma geografia construída a partir das *epistemologias do sul*.

As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão [das formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas], valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. (SOUZA SANTOS; MENESES, 2004, p.13)

Estas epistemologias do sul estão inseridas nos chamados estudos pós-coloniais. Estes buscam reformular as epistemologias, os métodos, as ferramentas, a construção de conhecimento, em um sentido emancipatório. Atuam para *des-colonizar* as práticas e as

mentes, colocando em valor formas próprias aos territórios de construir a vida. Com isso, no seio da ciência geográfica, dão corpo à construção de uma geografiadescolonial.

O geógrafo Valter Cruz (2017) aponta sete desafios importantes para este processo de transição paradigmática na ciência geográfica. Coloca como primeiro desafio “(...) construir um pensamento descolonial enraizado nas especificidades e singularidades da formação socioespacial brasileira.” (CRUZ, 2017, p.29). Em outras palavras, apesar da importância da diversidade do pensamento e de também buscar fontes externas, é preciso fortalecer a teoria a partir de autoras e autores enraizados na formação socioespacial brasileira, por estes refletirem a partir das realidades locais. Nesta dissertação trabalhei por este viés. É assim que para melhor compreendera **agroecologia e a economia solidária**, centrais na experiência nordestina debatida nesta dissertação, a reflexão se deu principalmente junto a autoras/es nordestinas/os (ALVES; SOUZA; MEDEIROS, 2018; DUBEUX, 2004, 2015; DUBEUX et al., 2012; FRANÇA FILHO, 2007; SOARES, 2007), com importante busca junto à produção do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE), mas também brasileiras/os de outras regiões (FBES, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; SAQUET, 2015; SCHMITT; TYGEL, 2009; TURINO, 2016).

Me debrucei sobre a **zona da mata pernambucana e o território da ASSIM** também a partir de atores que estudam e debatem a partir de Pernambuco (DABAT, 2005, 2010, 2016, 2018; FETAPE, 2018; FIGUEIREDO, 2010; MARIANO et al., 2016; SILVA et al., 2018).

Junto à fundamental contribuição de Sousa Santos; Meneses (2010), Acosta (2016), Borda (1985; 2009) e Rahman; Borda (2018), a reflexão sobre a **colonização, suas colonialidades e um processo descolonial** se deu junto a quem debate a partir do Brasil, sendo estes Cruz (2006; 2017), Dabat (2005; 2010; 2016), Falkembach (2018), FBES (2012), Figueiredo (2010), Feliciano (no prelo), Firmiano (2010), Furtado (1983), Porto-gonçalves (2010; 2017), Prado Júnior (1963), Souza (2015), Tripp (2005). E foi também por este caminho que preferi debater o **território** junto a Coelho Neto (2015), Cruz (2006), Haesbaert (2006), Santos (1999), e Saquet (2013; 2015).

O segundo desafio apresentado é “(...) a construção de um pensamento descolonial que efetivamente realize um giro espacial/territorial.” (CRUZ, 2017, p.29), indagando a importância de realizar o debate descolonial na geografia a partir de categorias e reflexões próprias a essa ciência. O debate realizado no presente processo de pesquisa abarca

a economia solidária e a agroecologia justamente a partir da categoria geográfica do **território**. Além disso, a colonização que venho debatendo foi apresentada no sentido da colonização dos territórios e das mentes. A colonização da mesorregião geográfica da zona da mata pernambucana para a cana de açúcar, construindo supostas *vocações naturais*, sobre a qual discutirei no próximo capítulo, também é uma reflexão de cunho essencialmente geográfico. E, como fica claro ao término desta dissertação, a identidade territorial é chave no processo da experiência da ASSIM.

O desafio seguinte é “(...) ultrapassar o debate epistêmico e teórico abstrato e fecundar essas ferramentas teóricas e epistemológicas que o pensamento descolonial vem produzindo (...), com experiências, casos, situações concretas que permitam superar os excessos de uma leitura teórica abstrata que essa perspectiva tanto critica.” (CRUZ, 2017, p.30). Nesse sentido, todo o debate teórico do próximo capítulo sobre colonização, agroecologia, economia solidária, território, aconteceu no sentido de melhor compreender a experiência concreta da associação centro desta pesquisa que é discutida no capítulo posterior. Foi olhar para a estrutura macro no sentido de perceber sua influência no micro, para melhor compreendê-lo, o que também responde ao quarto desafio colocado pelo autor:

É fundamental construirmos uma leitura multiescalar que ao mesmo tempo seja capaz de compreender a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza em termos **macro e micropolíticos, tanto em termos de elementos estruturais como através das práticas e das experiências cotidianas**. É preciso construir uma leitura histórica e geográfica que envolva uma multiplicidade de temporalidades e ritmos, capaz de abarcar a complexidade dos processos concretos. (CRUZ, 2017, p.31, grifo meu)

O quinto desafio trata da “(...) invenção, da criação de novas metodologias de investigação, bem como o desafio de trabalhar com novas formas de linguagens.” (CRUZ, 2017, p.31). Acredito que no próximo tópico a tentativa de superação deste desafio ficará mais clara. A proposta de metodologia para esta dissertação é inovadora, trabalhar no mestrado a partir de uma sistematização de experiência. Ademais, os produtos desta pesquisa serão dois, como apresentarei: esta dissertação, e o produto da sistematização, que é um livrinho que pode ser lido a partir da **página 255** desta dissertação, inserido nos anexos. Este livrinho traduz os resultados da pesquisa em uma linguagem mais próxima às e aos agricultores, e à sociedade em geral, compreendendo que a linguagem acadêmica não é suficiente para retratar a pesquisa realizada. É inclusive escrito a partir das transcrições de entrevistas e de nossos encontros, ou seja, com a presença da linguagem de agricultoras e agricultores. Pela importância de diversas formas de linguagens também fiz uso de imagens,

como as de uma propaganda global, ou ainda do artista turco UgurGallen, ou das que foram fotografadas na ASSIM, compreendendo que por vezes têm mais poder que as palavras.

Como sexto desafio o autor traz que

O giro descolonial, com implicações ontológicas, necessita não só de uma epistemologia, de uma política e uma nova ética, necessita também de novas referências estéticas/poéticas. É preciso vermos o potencial descolonizador que nos chega através da dimensão do sensível, da arte, e não simplesmente pela via da racionalidade. Os potenciais imagético, metafórico, narrativo e sonoro são essenciais para construirmos o exercício cotidiano de descolonização do poder, do saber, do ser e da natureza. (CRUZ, 2017, p.32)

E é por uma nova estética acadêmica que esta dissertação está sendo escrita na primeira pessoa do singular (eu), só aparecendo a primeira pessoa do plural (nós) quando de fato quero pontuar o que foi de uma reflexão coletiva na pesquisa. Com isso, busco não me camuflar mas sim me implicar no que escrevo, inclusive a partir de uma sensibilidade. É compreendendo também a importância da arte que esta dissertação inicia cada capítulo com um poema, onde busquei sensibilizar minimamente para as temáticas que terão seu debate iniciado. É no sentido deste sexto desafio que, como melhor apresentarei no próximo tópico, realizamos místicas nos encontros junto à ASSIM, como a mística apresentada no **anexo II**. Fizemos ainda uso de várias músicas ao longo dos encontros da pesquisa, buscando enaltecer o emocional, junto à razão.

Finalmente, o autor coloca que

A colonialidade do poder, do saber e do ser e da natureza está presente em nosso *habitus* – um conjunto de aprendizados que na maioria das vezes é incorporado em nossas formas de perceber, representar e agir de forma inconsciente através das experiências e práticas cotidianas que vivemos em nossos diversos espaços de socialização como família, igreja, a rua etc. (BOURDIEU, 1989). (...) [Assim], não é possível pensar um esforço de descolonização que não passe pela construção de novas práticas de descolonização epistêmica, mas também pedagógica, que esteja expressa nos currículos, nas metodologias de ensino, nas avaliações etc. A universidade e a escola precisam se descolonizar, nós professores precisamos pensar em pedagogias outras, em pedagogias descoloniais. (CRUZ, 2017, p.32)

E acredito que este trabalho seja uma possível, mesmo que ainda frágil, contribuição para este processo. Realizar uma IAP, a partir de uma sistematização de experiência, é enfrentar a lógica da neutralidade da ciência e de seu afastamento dos sujeitos, concretizando e demonstrando na prática uma outra possibilidade de ciência. Além disso, o processo desta pesquisa sem dúvidas tem sido de grande importância para minha transformação e formação pessoal, o que seguirá comigo pela minha carreira acadêmica e em minhas atuações no seio da universidade.

Minha tentativa e objetivo com este trabalho parte justamente da percepção da importância de, a partir desta geografiadescolonial, compreender junto a experiências comumente invisibilizadas, não dominantes, do “outro lado” da linha, como estas têm desenvolvido suas atividades, estabelecido seu modo de existência. Isto porque são experiências que constantemente têm sido atacadas, de diversas formas, por não se enquadrarem dentro do que o poder hegemônico busca sustentar. No entanto, continuando a (r)existir³, estas experiências acabam por ser riquíssimas na compreensão e concretização de modos de vida que não o dominante. Neste sentido, enquanto pesquisador, tenho plena noção de que para sistematizar tal pensamento em meu trabalho os meios escolhidos são de suma importância.

Imagine a vida cotidiana. Para se fazer uma viagem, o caminho e o meio de transporte a serem utilizados são escolhas fundamentais a se tomar. Se quero chegar à cidade maravilhosa, saindo de Recife, o avião pode me levar em uma média de 3h. Vou ter que chegar no aeroporto pelo menos 1h antes da partida do voo, passar por uma série de controles burocráticos e, se não encontrar promoção, devo gastar, em 2018, algo entre R\$ 600 e R\$ 800 de passagem. Possivelmente conhecerei poucas pessoas no rápido trajeto, e na semana seguinte já nem me lembrarei do voo em si.

Se minha escolha for o ônibus também terei de chegar mais cedo à rodoviária, pagar algo como metade do valor da passagem aérea, e levar quase 2 dias para poder conhecer as belas praias cariocas, parando em postos de gasolina e restaurantes de beira de estrada no caminho. Possivelmente entrarei mais em contato com outras pessoas do que no avião, e quem sabe até conheça algum(a) carioca que vire amigo(a) e me leve para conhecer o seu próprio Rio de Janeiro. Verei rapidamente passar pela janela, quando de dia, uma parte das tantas paisagens brasileiras. Perceberei como nossa diversidade é grande, e como nos cerca de 2300km que separam as duas cidades vemos muitas transformações.

No entanto, se puder optar pelo carro, minha liberdade e percepção se tornam ainda maiores. Terei, pelo menos, 2300km de viagem. Mas talvez perceba no caminho alguma praia incrivelmente linda, e estique o percurso para lá. Talvez conheça pessoas que me levem até suas casas. Estarei olhando pra estrada, ainda mais atento ao caminho, e gravando na memória das minhas células o quão essa paisagem se transforma. Terei a possibilidade de vivenciar por completo o processo da viagem, e não apenas da chegada. Devo gastar algo

³ A palavra (r)existir tem sido grafada desta forma quando se trata de povos, grupos sociais que resistem a partir de sua própria existência, e resistem para poder existir. Este debate será um pouco mais alongado no próximo capítulo.

como R\$ 1000 entre gasolinas e pedágios, mas posso dividir esse valor com até outras 4 pessoas. E aliás, possivelmente, conhecerei muito bem, ou ainda melhor, essas pessoas. Seus desejos, seus medos, seus objetivos. Será muito mais provável criar laços de amizade com estas pessoas, do que com colegas de ônibus. Ainda mais do que com as únicas 2 pessoas com quem você talvez converse no avião, que são as que ficam ao seu lado. E normalmente com estas não passamos nem muito de um cumprimento...

Tomei muitas linhas para falar de algo que, talvez, a/o leitor(a) não esteja relacionando com este trabalho. Se engana. Aqui, tenho plena convicção e certeza das diferentes influências que o caminho e os meios do caminhar inserem na viagem, e isto se reflete em minhas escolhas.

Saindo do universo das viagens, e voltando para a realidade da pesquisa, o que lá eram caminhos e meios de transporte, aqui vira metodologia. Da mesma forma que lá era preciso se pensar e escolher o meio adequado para chegar no ponto almejado, aqui as ferramentas e metodologias de pesquisa precisam ser enxergadas como influentes sobre os objetivos alcançados. Métodos quantitativos ou qualitativos, ou a escolha de ambos, lhe farão ter um certo tipo de interpretação sobre a realidade, lhe apresentarão tipos de dados diferentes, e esses dados influirão na sua percepção sobre o objeto/sujeito de pesquisa. A escolha entre diversos métodos, também.

Não quero com isso dar a entender que o processo de pesquisa pode acontecer de qualquer forma e tirar a importância de algum rigor nos métodos. Mas também não podemos confundir nossas descobertas e aprendizados com a realidade em si. Esta é muito maior e mais multifacetada e complexa do que qualquer trabalho acadêmico jamais será. Os resultados de pesquisas não devem ser enxergados como descobertas de uma verdade absoluta congelada. São em si a sistematização do conjunto das ferramentas escolhidas, dos métodos de abordagem, das pessoas envolvidas, dos territórios vividos, das temporalidades existentes, e de como esse conjunto percebe a realidade.

Em nossas viagens exemplificadas mais acima, se colocássemos uma passageira em cada meio de transporte, todas chegariam ao Rio de Janeiro, mas a forma como veriam a viagem seria completamente diferente uma das outras. Uma reclamaria do tempo, enquanto outra da monotonia da viagem, ou ainda do preço da passagem. Uma talvez já chegasse tendo conhecido cariocas, enquanto outra chegaria na total solidão. E se você perguntasse a elas sobre a viagem, as 3 falaria a verdade, mas provavelmente cada qual uma verdade diferente. Todas estariam certas, apenas estariam relatando e analisando a realidade a partir do caminho que o meio de transporte escolhido proporcionou.

Como exemplo não hipotético, trago aqui uma descoberta de pesquisa científica realizada por equipe de patologistas da Escola de Medicina da Universidade de Nova York (NYU), Estados Unidos, que teve seus resultados publicados na Scientific Reports e pode ser um marco importante para a medicina. Um grupo de cientistas, segundo reportagem da BBC, encontrou o que estão classificando como um novo órgão humano, “(...) *um espaço repleto de cavidades preenchidas por líquido, presente entre os tecidos do nosso corpo – por isso chamado de intersticial (entre tecidos).*” (BBC MUNDO, 2018). O órgão poderia ser um dos maiores do corpo humano, junto à pele, mas até hoje nunca teria sido visto - o que não anula sua existência - justamente por questões da metodologia de análise utilizada.

A equipe de investigadores fez, em 2015, uma operação com endomicroscopia a laser – uma tecnologia chamada *Confocal Laser Endomicroscopy* (pCLE) – para examinar o conduto biliar de um paciente com câncer. Depois de uma injeção de uma substância corante chamada fluoresceína, foi possível ver “um padrão reticular com seios (ocos) cheios de fluoresceína, que não tinham nenhuma correlação anatômica”. Em seguida, os cientistas tentaram examinar mais detalhadamente essa estrutura. Para isso, usaram placas microscópicas de biópsia habitual. Porém, as estruturas haviam desaparecido. Depois de fazer vários testes, Neil Theise, coautor do estudo, se deu conta de que o processo convencional de fixação de amostras de tecidos em placas drenava o líquido presente na estrutura. Normalmente, os cientistas tratam as amostras com produtos químicos, as cortam em uma camada muito fina e aplicam tinta para realçar suas características chave. Porém, esse procedimento faz colapsar a rede de compartimentos, antes cheios de líquidos. É como se os pisos de um edifício desmoronassem. Por isso, “durante décadas, (a estrutura) pareceu como algo sólido nas placas de biópsia”, disse Theise, que faz parte do departamento de patologia da Universidade de Nova York. Ao mudar a técnica de fazer a biópsia, sua equipe conseguiu preservar a anatomia da estrutura, “demonstrando que ela forma parte da submucosa e que é um espaço intersticial cheio de líquido não observado anteriormente”. Assim, foram identificadas “tiras largas e escuras ramificadas, rodeadas de espaços grandes e poligonais cheios de fluoresceína”, descreve o estudo (BBC MUNDO, 2018).

A escolha por determinado procedimento metodológico abre e fecha caminhos de observação, e por isso resultados de pesquisa não podem ser confundidos com verdades absolutas. A ciência também erra, se engana, deixa de observar certos ângulos. E a transformação do pensamento humano o faz enxergar a realidade de outras formas, modificando verdades, vide o caso do agora ex-planeta Plutão.

Compreendendo que nenhum trabalho jamais captará em si toda a complexidade da vida, acredito, no entanto, no importante papel que a descoberta de novas realidades, também realizada pela ciência, exerce para o avanço social. Não se pode, contudo, empoderar os cientistas como detentores exclusivos e supremos do poder da construção de conhecimento, e nem encarar o método científico como não suscetível aos enganos que o recorte da realidade promove. Tendo isto em mente, a/o pesquisador(a) deve fazer sua escolha por determinada metodologia buscando a que melhor se encaixe ao que busca em sua pesquisa.

No presente trabalho, como coloquei anteriormente, minha intenção enquanto pesquisador é a de buscar uma construção de conhecimento que vá além das experiências hegemônicas do poder dominante. Buscar em uma experiência concreta do “outro lado” da linha abissal, favorecendo o diálogo e a interação dos saberes acadêmicos e populares, refletindo coletivamente com os sujeitos da experiência que estão “do lado de lá”, promovendo outras formas de existência. Esta busca auxilia, a mim e espero que a outras(os) também, a melhor compreender que caminhos trilhar, ou não, e de que forma.

O meio de transporte por mim escolhido para tal viagem, ou melhor dizendo, a metodologia que, em minha opinião, melhor se encaixa ao que busco com esta pesquisa, é a IAP, ou Investigação Ação Participativa.

La IAP ha demostrado ser un proceso de creación intelectual y práctica endógena de los pueblos del Tercer Mundo. En lo que respecta a América Latina no es posible explicar su aparición ni captar su sentido por fuera del contexto del desarrollo económico, social y científico de la región a partir del decenio de 1960. Sus ingredientes formativos provienen del impacto causado por las teorías de la dependencia (Cardoso, Furtado) y de la explotación (González Casanova); la contra teoría de la subversión (Camilo Torres) y la teología de la liberación (Gutiérrez); las técnicas dialógicas (Freire) y la reinterpretación de las tesis del compromiso y neutralidad de los científicos, tomadas de Marx y Gramsci, entre otros. (BORDA, 1985, p.5)

A IAP surge no seio das ciências sociais, em tempos onde os métodos utilizados por estas, em sua maioria, eram uma adaptação das metodologias das ciências naturais. Compreendendo que os sujeitos de pesquisa, nas ciências sociais, são ontologicamente diferentes dos das ciências naturais, uma série de cientistas sociais críticos começaram a compreender a necessidade da construção de novos métodos. Assim, a IAP, que tem suas primeiras experiências no final dos anos 1960, passa um primeiro momento de muita militância e dogmatismo, tendo como marco de uma mudança para uma postura mais reflexiva, com uma atuação de forma mais profissionalizada, o Simpósio Mundial sobre Investigação-Ação que se deu em Cartagena (Colômbia), em abril de 1977 (RAHMAN; BORDA, 2018).

O contexto geopolítico mundial também não é isolado das explicações para o surgimento da IAP. De fato, como vimos, o pós-guerra foi um período onde os Estados Unidos, em plena Guerra Fria, buscavam – e ainda buscam - ampliar seu poderio imperialista sobre o mundo. Assim,

este é um período em que a morte das ideologias é proclamada, sob a alegação de que uma explicação neutra e objetiva de qualquer sistema social é possível. Em simultâneo, proliferam-se as universidades no “Terceiro Mundo” com o apoio financeiro das fundações norte-americanas e de programas internacionais, para a criação de infra-estruturas, concessão de bolsas de estudos e investigação, assim como os custos com professores visitantes. Todavia, apesar destes centros

acadêmicos terem formado os sociólogos, cientistas políticos e economistas adequados aos planos nacionais e internacionais formam-se, igualmente, professores e alunos que compreendem (*sic*) reivindicam um outro papel das ciências sociais. A aproximação da ciência marxista às universidades do continente oferece contrapontos teóricos e metodológicos como alternativa para o estudo e transformação da sociedade (LEÃO, 2013, p.264).

Dentro das contradições do capitalismo, o avanço imperialista norte-americano sobre o mundo promove também a criação de resistências a este modelo, e no mundo universitário não poderia ser diferente. Existiu, e continua existindo, uma disputa que busca construir um paradigma acadêmico de acordo com as crenças de diferentes grupos sociais. Assim, a metodologia da IAP rompe com duas questões centrais do paradigma então vigente, e que ainda estão em disputa: a neutralidade do pesquisador e o monopólio pelas universidades da construção de conhecimento reconhecido como válido.

De certa forma, ao gerar seu método científico, Descartes inaugura uma ciência linear, homogênea, disciplinar, especializada e “neutra”. O que se busca a partir da construção das epistemologias do sul, da IAP, é justamente questionar este modelo de ciência. Não basta mudar o método, é também preciso transformar conceitos, normativas, paradigmas, para que o modelo de ciência possa ser transformado.

O cartesianismo de Descartes influencia as ciências de forma geral, incluindo as humanas e sociais. Busca falsamente quebrar uma possível articulação política entre ciência e realidade, e com isso por muito tempo se pregou que a/o pesquisador(a) deveria ser neutro, completamente afastado de seus sujeitos/objetos de pesquisa, e isento. Compreende que a mente está totalmente separada do corpo físico, e então a razão conseguiria se neutralizar frente às experiências passadas deste corpo. Suas vivências não teriam influência sobre seus atos de pesquisa. Isso claramente dentro de uma compreensão cartesiana do ser humano (o que, por si só, já é um ato político) em que se poderia separar a realidade em uma série de partes.

Acreditando não haver grande influência desta separação sobre os resultados, os cartesianos não percebem que essa separação já concretiza um novo objeto a ser analisado, que não o real do todo. Além da realidade, defendem também a separação do humano em uma série de caixinhas. Em uma caixinha eu seria pai, em outra pesquisador, em outra filho, em outra escritor, em outra militante, em outra ser sexual, e assim por diante. Compreendo esta tentativa de neutralização da complexidade humana como impossível de ser realizada. Sou, e todas e todos somos, seres humanos complexos em que todas as partes, dentro de um mesmo corpo, estão e sempre estarão em constante movimento conosco por onde formos, sempre

influindo em nossas tomadas de decisões e compreensão da realidade. Desta forma, acredito que

A diferencia del observador naturalista, se sabe que en las disciplinas sociales el observador forma parte del universo por observar. Esta condición especial había sido oscurecida por los cánones positivistas sobre la “objetividad” y la “neutralidad” en la ciencia, con la consecuencia de que algunas técnicas de campo como la “observación participante” y la “observación por experimentación” (muy conocida entre antropólogos) tendían a conservar las diferencias entre el observador y lo observado. Además, tales técnicas “neutrales” dejaban a las comunidades estudiadas como víctimas de la explotación científica (BORDA, 2009, p.261).

Dentro de uma visão cartesiana em que existe uma percepção de um sobrevalor da razão sobre a emoção, pesquisadoras/es são idealizados como *máquinas racionais sem emoções*, com a capacidade de produzir conhecimento válido para a construção de nossa sociedade. A IAP busca afrontar tal compreensão, já que

En la investigación-acción es fundamental conocer y apreciar el papel que juega la sabiduría popular, el sentido común y la cultura del pueblo, para obtener y crear conocimientos científicos, por una parte; y reconocer el papel de los partidos y otros organismos políticos o gremiales, como contralores y receptores del trabajo investigativo y como protagonistas históricos, por otra (BORDA, 2009, p.279).

Assim, compreendo esta metodologia de pesquisa e dela faço uso no sentido da geografia descolonial, espelhada na sociologia das emergências e construída a partir das epistemologias do sul (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010). Esta escolha de caminho metodológico se deu enquanto escolha de construção de conhecimento, e política. De construção de conhecimento por acreditar que trazer os sujeitos para o processo de pesquisa pode ampliar a nossa – minha e delas/es, compreensão da realidade. De fato, elas/es são quem mais sabem sobre a realidade estudada, já que a vivenciam. No entanto, apenas ter vivenciado a experiência nem sempre permite uma compreensão mais complexa sobre a mesma, daí a importância do diálogo de saberes e do aporte que a/o pesquisador(a) pode oferecer. São formas de pensar diferentes, métodos de trabalho diferentes, costumes diferentes, que, juntos, podem ampliar a capacidade de ambas as partes enxergarem a realidade. Mas a escolha também é política, por compreender que formas colonizadoras de construção de conhecimento oprimem os povos subalternizados e, com ou sem intencionalidade, facilitam que suas vozes sejam caladas. Corroboro, desta forma, com a fala do antropólogo Pablo Paño em vídeo da Universidad Pedagógica Nacional disponível no youtube (ORLANDO FalsBorda: Investigación acción participativa, 2015), quando este, entre 14min27s e 15m30s do vídeo em questão, coloca o que segue.

Acredito que consegue [a IAP] integrar o que muitas disciplinas não fazem, consegue integrar saberes diferentes, de uma forma muito mais enriquecedora e aproximando de melhor maneira da complexidade real que a sociedade tem. Contempla métodos diversos (...), quantitativos, qualitativos, mas ligados à ação.

Tem de passar pela busca de transformação com o povo como protagonista de sua realidade, de buscar suas alternativas, de analisar qual é sua problemática, seus receios, e como projetar isso pra frente, superar a ideia dos afetados [sujeitos de pesquisa] como pessoas passivas que assistem ao que outros determinam, passando pela ideia de corresponsabilidade. (...) Nosso papel tem muito mais a ver com facilitar esse processo, que tem que ser protagonizado especialmente pelos atores dos territórios e das problemáticas. (ORLANDO FalsBorda: Investigación acción participativa, 2015, *tradução livre*)

Enquanto metodologia de pesquisa, a IAP constroi uma rede de troca de saberes buscando a transformação social. Está diretamente ligada à prática, e envolve ciclos de reflexão-ação, compreendendo que assim se assemelhe mais à forma que a nossa existência é construída. Enquanto seres humanos racionais, atuamos e pensamos, pensamos e atuamos, sem hierarquização de importância de um destes atos. Com esta compreensão, e com claras intenções de interferir sobre o jogo de poder existente na sociedade, a IAP busca tirar pesquisadores de seus muros acadêmicos de abstração e leva-los para o chão da realidade. Busca dar sentido à existência de tantas pesquisas e conectá-las diretamente à vida, escutando os que muito têm a dizer e, por tanto, cotidianamente são calados.

Por lo que viene explicado, la investigación activa no se contenta con acumular datos como ejercicio epistemológico, que lleve como tal a descubrir leyes o principios de una ciencia pura, ni hacer tesis o disertaciones doctorales, porque sí. Ni tampoco investiga para propiciar reformas, por más necesarias que parezcan, o para el mantenimiento del *status quo*. En la investigación activa se trabaja para armar ideológica e intelectualmente a las clases explotadas de la sociedad, para que asuman conscientemente su papel como actores de la historia. Éste es el destino final del conocimiento, el que valida la praxis y cumple el compromiso revolucionario. (BORDA, 2009, p.283)

Sob o guarda chuvas que é a IAP, diversos são os métodos de abordagem possíveis. Não acreditando ser necessário para as intenções deste trabalho discorrer sobre vários deles, neste próximo tópico explicarei o método que optamos por utilizar junto com as e os agricultores membros da associação centro desta pesquisa, a ASSIM. E esta escolha foi pela *sistematização de experiência*.

2.3 PARTICIPAÇÃO E AUTOGESTÃO DO SABER: a sistematização de experiência

Esta última parte do capítulo é uma faca de dois gumes. Para uma ou um leitor ávido pela discussão da literatura ou da experiência em si, pode parecer demasiadamente longa. No entanto, busco aqui valorizar o processo de pesquisa já enquanto resultado. As escolhas tomadas no caminho direcionaram para a “chegada” e todo o processo é de extrema importância. Também optei por tentar descrever a metodologia e a forma como nós

(acadêmicas/os e agricultoras/es) a aplicamos para que alguém interessado em pesquisas participativas possa ter material de compreensão sobre a “rotina” de atuação.

Como o nome pode indicar, a *sistematização de experiência* diz respeito à prática de se sistematizar o desenrolar de uma experiência já acontecida, refletindo sobre a mesma de forma crítica. Ao trabalhar com esta metodologia, se busca jogar o olhar sobre a experiência passada para melhor compreendê-la, objetivando encontrar boas e más escolhas de caminhos pelo processo, para que se possa transformar e melhorar a prática da continuação da experiência. Entretanto, esta metodologia implica um exercício de construção de conhecimento pelos próprios sujeitos da experiência – com envolvimento de ator externo (neste caso eu e minhas orientadoras) –, além de propiciar processo de *des-colonização* do saber, por parte tanto dos e das agricultoras quanto de nós acadêmicos.

A intenção é a de que, de um lado, os sujeitos envolvidos na experiência sejam atores ativos na sistematização e com isso percebam que possuem, em si, conhecimento fundamental para transformar sua realidade. E de outro lado que nós acadêmicos observássemos de perto e aprendêssemos com os sujeitos da experiência estudada, de modo a compreender a importância do diálogo de saberes entre o saber popular e o saber científico, no contexto de uma experiência concreta, assim como o grau de colonização em que o saber científico foi acumulado. Se busca *des-colonizar* os saberes, e suas formas de construção, para enraizar a ambos em seu próprio território, a partir de suas próprias realidades.

Para Elza Falkembach (2018), entretanto,

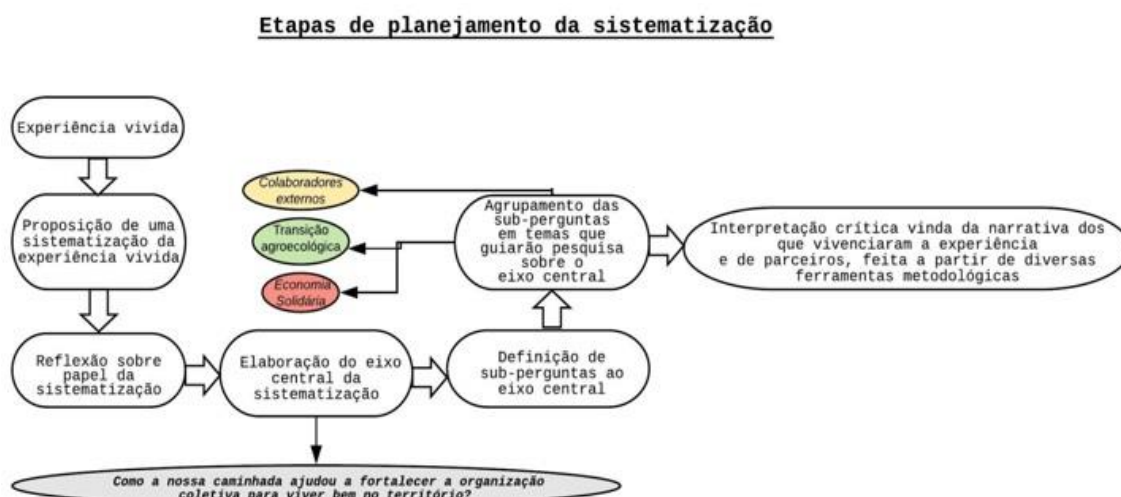
A formação em sistematização não é um processo educativo qualquer. Por isso mesmo acaba um tanto elitizado, pois não são muitos os que se dispõem a escançar sua prática social, na busca de melhor compreendê-la e fazê-la compreendida por outros. E aprender a sistematizar não se desvincula do ato de fazê-lo, de aprender fazendo, mas num desencadear de atos de caráter eminentemente reflexivo. A sua prática, a minha prática, a própria experiência é o que se coloca como objeto de resgate e reflexão. Portanto, é sobre algo meu, seu, nosso que se coloca a possibilidade de desvendar e tornar públicos equívocos, incorreções, debilidades, contradições ao lado do que consideramos acertos e sucessos também alcançados. (...) Portanto, fazer sistematização é colocar-se em situação de aprendizagem frente a esse fazer; é predispor-se a circular, conscientemente e inconscientemente, entre os limites do novo e do já vivido. (FALKEMBACH, 2018, p.2)

O caminho entre “*os limites do novo e do já vivido*” acontece pelo fato de a sistematização se debruçar sobre fatos passados, mas com objetivo de construir novas formas que busquem eliminar o que os atores da sistematização apontarem como não tão benéfico à experiência sistematizada. É um processo de reflexão crítica sobre o passado, para melhor construir o futuro. Estes atores, em nosso caso, foram universitárias/os e agricultoras/es, que juntas/os construímos a sistematização da experiência da ASSIM.

A sistematização acontece com uma diretriz de busca previamente definida. Ou seja, se estabelece um *eixo central* da sistematização, uma pergunta geral que guiará o que se busca compreender neste processo de pesquisa. Após tal definição, também coletivamente foram construídas sub-perguntas, questões mais específicas com vistas a responder ao *eixo central*, que é mais geral. Estas subperguntas foram agrupadas em temas, categorias que deram o direcionamento que tomaríamos para compreender o *eixo central*.

Para o desenrolar da pesquisa/sistematização, diversas são as ferramentas metodológicas possíveis, como grupos focais, levantamentos quantitativos, entrevistas, rodas de diálogo, místicas, entre outras ferramentas que são definidas pela equipe de sistematização. Para melhor visualização deste processo no presente trabalho, o esquema lógico abaixo se faz interessante.

FIGURA 3 – Etapas de Planejamento da Sistematização



Fonte: O autor

A *sistematização de experiência* faz com que aqueles que nos processos de pesquisa convencionais seriam chamados de *sujeitos* de pesquisa se tornem atores ativamente responsáveis por esta, inclusive em seus processos de planejamento, escolha de ferramentas, definição das perguntas etc. A sistematização precisa envolver estes atores pois foram eles que vivenciaram a experiência, e assim, além de terem mais condições de relatar sobre esta, são os principais interessados neste processo de reflexão. Além disso, se considera que o próprio processo da sistematização seja tão ou ainda mais rico do que seus resultados para a continuação da experiência. É relatando e refletindo de forma crítica sobre suas vivências que as/os associadas/os in-corporam, tornam seu corpo, de fato os que posteriormente serão chamados de resultados da sistematização.

No caso da ASSIM, associação central nesta pesquisa, tal metodologia participativa se faz ainda mais importante justamente por estimular o processo de autogestão que já acontece na associação, a partir da participação e da reflexão própria dos sujeitos. De fato, esta abordagem dá vez aos participantes que são eles próprios detentores de conhecimento, sendo guia para caminhos de reflexão que evidencie suas potencialidades e possíveis erros, e demonstre sua capacidade de exercer criticidade sobre a própria experiência para transformá-la a partir de si mesmos, em uma autogestão dos saberes.

Em todo este processo, dois trabalhos acontecem simultaneamente. Um é a sistematização, proposta por mim e co-criada em conjunto comigo, minhas orientadoras e as/os agricultoras/es. Outro trabalho é esta dissertação, que consiste em reflexão “pessoal”, a partir do processo e dos resultados da sistematização coletivamente construída. Bom, “pessoal” até certo ponto, já que a reflexão aqui existente se nutre justamente do processo coletivo, que me propiciou aprendizagem e provocou revisão de perspectiva do saber científico até então por mim acumulado.

Os papéis dentro de um processo de IAP podem ficar por algum momento confusos, e é importante ter claro os limites de cada um. Neste processo, a dimensão ética deve ser destacada. Se o pesquisador quiser, e muitos o fazem, ele se apropria das reflexões do grupo sem sequer citá-lo. Aqui, ao contrário, muito mais do que simplesmente serem citados, os e as agricultoras devem ser compreendidos enquanto atores que refletem juntos. Assim, David Tripp (2005) distingue quatro formas de participação dos sujeitos-atores em um processo de IAP:

Obrigação: quando um participante não tem opção quanto ao assunto, em geral por haver algum tipo de coação ou diretriz de parte de um superior.

Cooptação: quando um pesquisador persuade alguém a (optar por) ajudá-lo em sua pesquisa e a pessoa cooptada de fato concorda em prestar um serviço ao pesquisador.

Cooperação: quando um pesquisador consegue que alguém concorde em participar de seu projeto, a pessoa que coopera trabalha como parceiro sob muitos aspectos (uma vez que é regularmente consultado), mas num projeto que sempre “pertence” ao pesquisador (o “dono” do projeto). A maioria das pesquisas para dissertação é desse tipo.

Colaboração: quando as pessoas trabalham juntas como co-pesquisadores em um projeto no qual têm igual participação.” (TRIPP, 2005, p.454)

No processo aqui debatido, buscamos experimentar uma participação na categoria “**cooperação**”. De fato, o início do trabalho se deu com minha chegada, com minha proposta de fazer uma sistematização, dentro do meu mestrado: o trabalho de Hugo. Além disso, todas as atividades acontecidas até a definição do *eixo central* da sistematização foram planejadas por minha co-orientadora e eu. Também fui eu quem realizei as entrevistas com as/os agricultoras/es. Assim, não acredito que tenhamos vivenciado um processo dentro do

grupo “**colaboração**”, por não compreender como exatamente iguais os papéis exercidos por nós (acadêmicas/os) e elas/es.

No entanto, a equipe de sistematização, sobre a qual melhor falarei mais abaixo, mas que é composta em conjunto com agricultores/as, também teve fundamental importância e participação dentro do trabalho. Ela planejou todas as atividades após a definição do *eixo central* da sistematização, definiu as pessoas que seriam entrevistadas, e as perguntas a serem feitas. A equipe também ficou responsável por escrever o roteiro e estrutura do produto final da sistematização sobre todo este processo coletivo. Esteve presente nos momentos das entrevistas junto aos parceiros da ASSIM. Além disso, o *eixo central* da sistematização foi definido coletivamente por agricultoras/es e acadêmicos. Podemos então perceber uma importante e fundamental “**cooperação**” acontecida durante esta *sistematização de experiência*.

Existindo, ou se construindo a confiança, na pesquisa participativa não se pode impor escolhas enquanto pesquisadores. Os diversos grupos sociais com quem se pode trabalhar em conjunto existem para além do processo da pesquisa, possuem suas obrigações, seus tempos próprios. Antes de se iniciar uma pesquisa participativa, é preciso saber se este é um desejo apenas seu, ou compartilhado pelos membros do coletivo em questão. Assim, meu primeiro contato com a ASSIM foi através de Damião, atual presidente, para falar de meu desejo, ainda antes do processo seletivo para ingresso no mestrado. Mas o primeiro contato “oficial” foi quando aconteceu minha primeira visita à Associação, no dia 11 de novembro de 2017, ainda em meu primeiro ano do mestrado. Nesse momento, apresentei minha vontade de pesquisa, e falei que poderia seguir por dois caminhos: fazer uma pesquisa participativa, que as/os envolveria no processo e tomaria seu tempo, ou fazer uma pesquisa mais convencional. Deixei claro que ambos os processos satisfariam minhas necessidades, mas que minha vontade maior era pela participativa. Falei que tomaríamos um pouco de nossos tempos com os encontros, expliquei mais ou menos o que seria uma *sistematização de experiência* (alguns já conheciam), e pedi para responderem com sinceridade se tinham vontade, tempo e disponibilidade para participar de uma pesquisa participativa, ou se seria melhor fazer uso de uma metodologia mais convencional. Ao que me responderam que acolhiam a sistematização.

O passo seguinte, fundamental, foi a construção da equipe de sistematização, neste mesmo dia. Esta equipe seria uma ligação mais direta entre pesquisadores-acadêmicos e pesquisadores-agricultores, buscando facilitar o diálogo e o planejamento a partir de um grupo menor que não o grupo todo. Até termos definido o *eixo central* da sistematização, o que foi feito de forma coletiva e já enquanto processo da pesquisa, os responsáveis pelo planejamento

dos encontros fomos minha co-orientadora e eu, ficando os outros membros da equipe de sistematização responsáveis por mobilizar o pessoal para os encontros e montar possíveis estruturas necessárias no local para o dia marcado. Porém, os encontros que aconteceram após a definição do *eixo central* tiveram a participação de toda a equipe de sistematização em seus planejamentos e execuções.

Estes planejamentos foram sempre construídos a partir do *quadro de planejamento* que se encontra no **anexo I**, onde inseríamos a data do encontro, seus objetivos, e no quadro destrinchávamos as atividades que iriam acontecer, qual a hora do início de cada uma, uma média de seu tempo de duração, o material necessário para realizá-la, e quem facilitaria cada atividade. A equipe também ficou responsável pela elaboração do roteiro e da estrutura para o produto documento final da sistematização. Este produto seria posteriormente definido, objetivando que materializasse todo nosso processo de reflexão e fosse útil para que pudéssemos guardar, mas também compartilhar com outros interessados, no sentido de dar visibilidade ao resultado da reflexão. Finalmente, outro importante papel desta equipe de sistematização foi o de fazer o registro do que acontecia em cada encontro, os relatórios.

Não colocamos nenhum tipo de regra para participação na equipe, e três pessoas se voluntariaram, três jovens: Vera, Tete, e Joseilton. No entanto, pouco depois Joseilton foi para São Paulo, e Damião entrou em seu lugar, fechando a equipe de sistematização formada por eles três, minhas orientadoras e eu. Ao meu retorno para Recife, criei um grupo no aplicativo de mensagens WhatsApp para a equipe de sistematização, onde incluí a nós seis. O grupo no WhatsApp se fez de grande importância para mantermos um diálogo nos momentos em que não estávamos fisicamente juntos, e acredito que o fato de duas agricultoras da equipe serem jovens auxiliou bastante neste processo, apesar de Damião também ter certa familiaridade e fluidez com o uso do aplicativo. Além disso, a conversa do grupo também pode ser utilizada como fonte de registro complementar⁴.

O processo de pesquisa que foi esta *sistematização de experiência* demanda bastante trabalho reflexivo, mas também muita ação. No **quadro 1**, abaixo, se encontram todas as atividades realizadas para que acontecesse a *sistematização de experiência* da ASSIM. Acredito que ele pode ajudar a melhor visualizar o fio no tempo da construção desta *sistematização*, além da percepção de onde geograficamente acontece a maior parte da

⁴É importante que se “exporte” a conversa do grupo de tempos em tempos, para armazenar consigo em um arquivo a parte.

pesquisa: no campo, na Associação. Finalmente, também se pode melhor compreender, a partir dele, que tipos de atividades aconteceram, e seus objetivos.

QUADRO 1 – Atividades Realizadas para a Sistematização da Experiência da Assim (Continua)

QUANDO?	O QUE?	ONDE?
Anterior à seleção de mestrado	Contato com Luiz Damião, atual presidente da associação, para comunicar interesse de fazer pesquisa junto à ASSIM.	Por telefone
11.11.2017	Compreensão sobre o que seria um Bem Viver a partir das/os associadas/os (sem levar o conceito para a ASSIM, mas construindo um conteúdo próprio dos e pelos associados). Apresentação de proposta de pesquisa, questionando se participativa ou não. Levantamento de expectativas. Montagem de equipe de sistematização. Definição das datas dos próximos encontros.	Sede da ASSIM-Lagoa de Itaenga (PE)
09.01.2018	Discussão sobre a sistematização com o grupo, buscando construir uma visão comum do processo. Reflexão sobre que eixo central da sistematização orientará o processo de pesquisa do grupo.	Sede da ASSIM-Lagoa de Itaenga (PE)
13.01.2018	Reflexão sobre a importância do indivíduo dentro do coletivo, e do coletivo pro indivíduo. Reflexão sobre a experiência da ASSIM. Elaboração de possíveis eixos para a sistematização.	Sede da ASSIM-Lagoa de Itaenga (PE)
17.02.2018	Continua reflexão sobre importância do indivíduo dentro do coletivo, e do coletivo pro indivíduo. Conclusão da definição do <i>eixo central</i> da sistematização. Reflexão sobre "para que?" fazer a sistematização. Definição das sub-perguntas que auxiliarão como responder ao <i>eixo central</i> .	Sede da ASSIM-Lagoa de Itaenga (PE)
28.02.2018	Reunião apenas com a equipe de sistematização. Relembrou-se tudo que já foi feito. Planejamento coletivo do próximo encontro. Definição sobre que instituições seriam entrevistadas, e que pessoas dentro delas. Definição sobre que associadas/os seriam entrevistadas/os.	UFRPE-Recife (PE)
06.03.2018	Recolhimento de fotos para a construção do "museu da ASSIM" que fizemos em nossa pré-festa dos 20 anos da ASSIM, que aconteceu no dia 17/03/2018.	Sede da ASSIM-Lagoa de Itaenga (PE)
17.03.2018	Pré-festa 20 anos da ASSIM organizada por e para nós. Museu da ASSIM: pendurou-se fotos e reportagens sobre a ASSIM. Realização de roda de conversa sobre a experiência da ASSIM e como esta vem construindo a vida para as/os associadas/os. Fez-se um jantar coletivo organizado por todas/os.	Sede da ASSIM-Lagoa de Itaenga (PE)

QUADRO 1 – Atividades Realizadas para a Sistematização da Experiência da Assim (conclusão)		
08.04.2018	Festa dos 20 anos da ASSIM. Registrou-se as falas da mesa de abertura, tanto falas de associadas/os quanto de parceiras/os.	Sede da ASSIM-Lagoa de Itaenga (PE)
07.05.2018	Reunião apenas com a equipe de sistematização. Apresentação por Hugo do diagrama feito resumindo os temas abordados até então. Definição final das instituições (e que pessoas nelas) e das/os associadas/os a serem entrevistadas/os. Elaboração das perguntas que serão feitas nas entrevistas	UFRPE – Recife (PE)
05.06 a 08.06	Imersão de Hugo na ASSIM para realizar as entrevistas com as/os associadas/os previamente definidas/os.	ASSIM-Lagoa de Itaenga (PE)
31.07	Vera e Hugo entrevistam representante do Centro Sabiá.	Recife (PE)
07.08	Vera e Hugo entrevistam representante da INCUBACOOP	Recife (PE)
08.08	Tete, Damião e Hugo entrevistam representante do SERTA	Glória do Goitá (PE)
27.08	Reunião apenas com equipe de sistematização. Levantamento de tudo que foi feito até então. Discussão sobre as entrevistas realizadas. Leitura das cartas entregues pelos agricultores. Discussão sobre as problemáticas encontradas e possíveis caminhos a seguir. Definição do roteiro e estrutura do produto documento final da sistematização.	Recife (PE)

Fonte: O autor (2019)

Sendo um dos principais objetivos desta sistematização fazer com que as/os agricultoras/es exerçam reflexão sobre sua experiência, já se pode considerar como um primeiro resultado a definição a partir de si mesmos sobre o que se quer melhor compreender sobre a própria experiência, para a partir disto transformá-la. A definição do *eixo central* da sistematização se deu ao longo de vários encontros, e foi finalizada no dia 17.02, como pode ser visto no **quadro 1**. Aqui espero que fique clara a rejeição à separação entre metodologia e resultados, e mostrar como em todo este processo um está constantemente implicado no outro. Na *sistematização de experiênci*a também é resultado o caminho construído, não só a chegada.

A definição do eixo se deu a partir de três palavras chaves que levei para a associação. Essa é de certa forma uma inovação, um desvio da metodologia utilizada, que normalmente deve ser originada mais puramente a partir dos interesses de reflexão do grupo.

Trazer a *sistematização de experiência* para a academia coloca uma possibilidade interessante para os dois lados, mas impõe ao pesquisador a necessidade de estabelecer alguns limites em função dos seus próprios interesses e possibilidades de pesquisa, por isso o uso de palavras-chave, para que a pesquisa não saísse por completo do meu universo de geógrafo. Assumir esta metodologia coloca o pesquisador numa situação de “insegurança” ou “vulnerabilidade” quanto ao que vai pesquisar. Ou seja, o seu objeto de pesquisa pode ser totalmente redirecionado em função da reflexão realizada com o grupo. As palavras-chave visam reduzir essa vulnerabilidade, mas sem eliminar por completo a autonomia do grupo. Dito isso, as palavras-chave utilizadas foram: *território*; *organização coletiva*; e *Bem Viver*. No entanto, não foi apresentada alguma conceituação sobre elas, mas sim questionado como o grupo as compreendia.

Finalmente, após uma série de processos, a definição final dos agricultores e agricultoras apontou o seguinte *eixo central* para a sistematização: *como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território?*

Também no dia 17.02 definimos em grupo as sub-perguntas que indicariam por que caminhos seguiríamos para pesquisar sobre o *eixo central*. As/os associadas/os se agruparam em duplas. Cada dupla presente pensou uma sub-pergunta cuja resposta ajudaria a responder ao *eixo central*, “*como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território?*”. Essas sub-perguntas iriam nos ajudar a saber o direcionamento que daríamos ao nosso olhar sobre a experiência para responder ao eixo. Propusemos às/aos pesquisadoras/es-agricultoras/es que imaginassem que os últimos 20 anos da ASSIM fossem uma pessoa. Então, chegaríamos até ela e perguntaríamos: “ei, 20 anos, “.....””, e inseriríamos nosso questionamento. Abaixo, cada item apontado representa sub-perguntas definidas por uma dupla:

- a)** Quais foram as transformações da transição agroecológica no desenvolvimento das famílias?
- b)** Como a entrega da merenda ajudou a ASSIM?
- c)** Como foi que a gente, trabalhando em grupo, fazendo mutirão, construiu a associação?
- d)** Nesses 20 anos como construímos a comercialização nas feiras?
- e)** Qual a importância dos colaboradores para nos fortalecer?
- f)** Será que a comercialização ajudou nosso território a crescer?
- g)** Como foi estruturada nossa organização coletiva?
- h)** Quem nos ajudou até aqui?

Como muitas abordavam temáticas parecidas, resolvemos em um primeiro momento, lá mesmo com todas/os as/os associadas/os, inicialmente agrupá-las dentro de quatro grupos temáticos, definindo que esses quatro grupos temáticos seriam nossos guias para responder ao *eixo central*. Assim foram:

- a) **Transição agroecológica** - Quais foram as transformações da transição agroecológica no desenvolvimento das famílias?
- b) **Economia Solidária** - Como a entrega da merenda ajudou a ASSIM? / Nesses 20 anos, como construímos a comercialização nas feiras? / Será que a comercialização ajudou nosso território a crescer?
- c) **Autogestão e organização coletiva** - Como foi que a gente, trabalhando em grupo, fazendo mutirão, construiu a associação? / Como foi estruturada nossa organização coletiva?
- d) **Relação com parceiros/colaboradores externos** - Qual a importância dos colaboradores para nos fortalecer? / Quem nos ajudou até aqui?

É importante observar que a pesquisa não foi compreendida como partida em quatro temas. A divisão em temas se deu apenas por exercício mental de reflexão, e para guiar o processo completo, mas em nenhum momento se trabalhou apenas por um tema, sempre todos se fizeram presentes conjuntamente. Que fique claro também que as sub-perguntas só foram utilizadas para construirmos os temas que seriam abordados na sistematização, auxiliando a uma melhor reflexão acerca do *eixo central*, não foram utilizadas em entrevistas nem em nenhum outro momento.

Uma ferramenta utilizada nos nossos encontros, inspirada na educação popular em economia solidária, foram as místicas, que abriam nossos momentos. A mística de cada encontro sempre teve tema relacionado com os objetivos para aquele dia. É um momento mais descontraído e que busca acessar o indivíduo para além da fala, unindo ação, razão e emoção para estimular a compreensão e a produção de conhecimento, além de despertar os envolvidos para o encontro do dia. Foram momentos de reflexão e ação em atividades que despertem a criticidade e o lado emocional sobre algum tema de forma leve. A mística também se faz importante para voltar as energias da pessoa para dentro do momento da reunião, uma vez que muitas vezes se chega às reuniões pensando no que se estava fazendo antes, e no que se vai fazer depois. Ela auxilia a minimizar a dispersão, a integrar o grupo, a descontrair, e a focar suas energias para a reunião. Quanto mais as pessoas tiverem vontade de estar ali, de fazer parte, mais a pesquisa participativa pode ser interessante e frutífera.

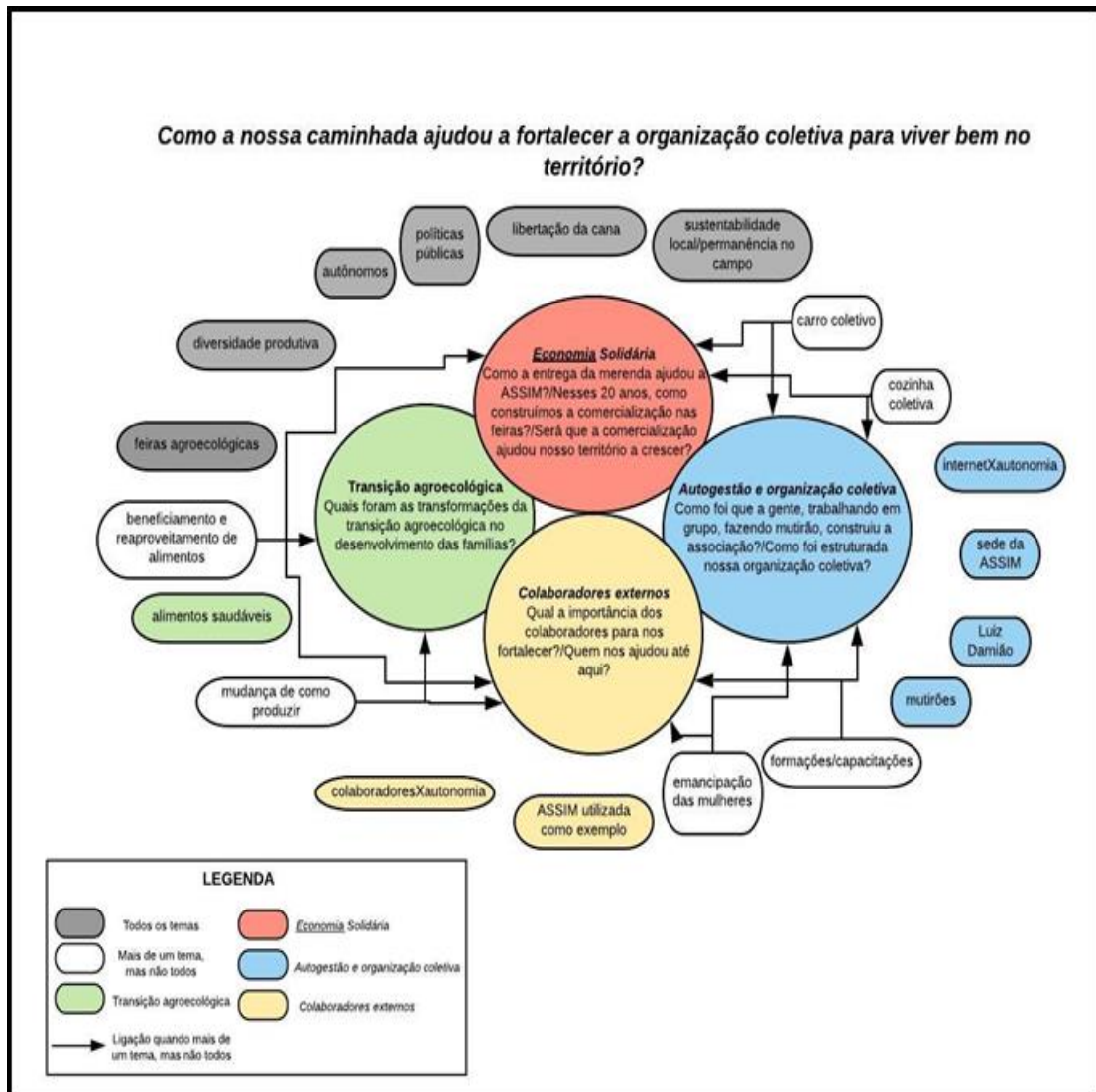
Uma questão importante da sistematização é que ela é construída a partir da realidade do território sobre o qual se debruçará. No ano de 2018 a ASSIM fez vinte anos de existência e tal fato não foi descartado, mas, ao contrário, absorvido pela sistematização. Foi assim que na equipe de sistematização decidimos realizar uma ‘pré-festa’, só para a equipe e associadas/os, que aconteceria antes da festa oficial dos vinte anos, e onde realizamos conjuntamente reflexão sobre esses vinte anos passados, com o *eixo central* em mente. Com o auxílio de um gravador, registrei a nossa roda de conversas deste dia e, posteriormente, transcrevi todo o material para auxílio à reflexão. Depois de nossa pré-festa, interna, que aconteceu no dia 17.03.2018, no dia 08.04.2018 aconteceu a festa oficial dos vinte anos da ASSIM. Como pode ser visto no **quadro 1**, neste dia aconteceu uma mesa de abertura da festa com falas de associadas/os e parceiras/os falando sobre os vinte anos de experiências da ASSIM. Esta mesa durou cerca de 1h30, e eu a gravei por completo, para registro e futuras consultas.

Após estes importantes momentos de celebração, reflexão e memórias que foram a pré-festa e a festa dos vinte anos da ASSIM, escutei a gravação da mesa redonda da festa e a da roda de conversa da pré-festa, e delas fui anotando comentários/impressões retirados das falas, aqueles que repetissem um mesmo assunto, ou que parecessem ter importância para compreensão de nosso *eixo central* em torno das quatro temáticas definidas. Após isso, busquei encaixar os comentários/impressões anotadas em uma das temáticas definidas. Foi então que construí um esquema para melhor visualizar todo este conteúdo que até então já tínhamos levantado com nossos encontros. Foi sobre este esquema que nós da equipe de sistematização nos baseamos para relembrar tudo o que já havíamos levantado de conhecimento até então, e para construirmos o roteiro das entrevistas (**anexo III**), em nossa reunião do dia 07.05.2018, como pode ser visto no **quadro 1**.

Sistematizar em um esquema o conhecimento até então produzido ajudou a reunir as ideias e a construir o roteiro das entrevistas de forma mais sólida, já que construído a partir de impressões que foram uma mistura de minhas, das/os associadas/os e de alguns de seus parceiros/colaboradores. No esquema, que está na **figura 4**, mais abaixo, se pode observar o *eixo central* de nossa sistematização, com as quatro temáticas de análise no centro do esquema, junto com as respectivas sub-perguntas que as definiram. Ao redor destas temáticas estão bolhas com assuntos abordados na pré-festa e na festa dos vinte anos da ASSIM que, ou tiveram influência sobre a organização coletiva das/os associadas/os, ou foram influenciados por ela, ou ambos. Estas bolhas, quando cinzas, têm relação direta com os quatro temas. Quando brancas se relacionam a mais de um tema, mas não necessariamente a todos, e então

delas saem setas que apontam para os temas aos quais elas são mais diretamente ligadas. Quando de alguma outra cor, a bolha se liga mais diretamente apenas a um dos três temas, e então possui mesma cor do tema ao qual se associa.

FIGURA 4 - Esquema de Síntese de Elementos para Subsidiar a Sistematização de Experiências

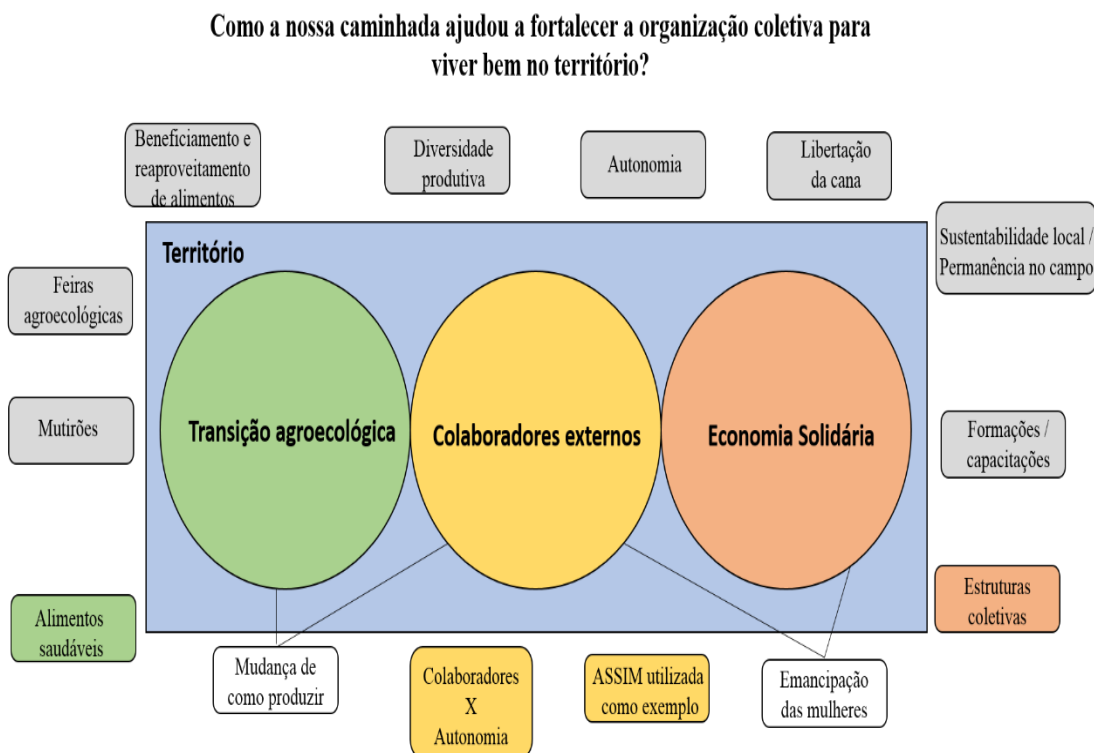


Fonte: O autor (2019)

Após analisarmos os pontos acima levantados, dentro da equipe de sistematização, decidimos reconstruir o esquema. Ao invés de quatro, passamos a trabalhar com três categorias diretrizes para abordar o *eixo central*, além da categoria território que era central desde o início da minha proposta da sistematização. Neste sentido, a “autogestão e organização coletiva” foi absorvida pela categoria “economia solidária”. Também compreendemos, debatendo no seio da equipe, que não nos debruçaríamos tanto sobre alguns pontos que eu havia levantado, mesmo que eles ainda pudessem aparecer no decorrer do

processo, sendo estes: Luiz Damião, internet X autonomia, políticas públicas, além de aglutinarmos o carro coletivo, a cozinha coletiva, e a sede dentro de um mesmo ponto, “estruturas coletivas”. Assim, as temáticas que o leitor irá encontrar debatidas nos próximos capítulos são espelhos desta próxima figura.

FIGURA 5 – Pontos abordados na Sistematização de Experiências



Fonte: O autor (2019)

Foi também no encontro do dia 07.05.2018 que finalizamos a definição das/os associadas/os que seriam entrevistadas/os, estas/es apenas por mim. A lista das/os entrevistadas/os está no **anexo IV**. Além disso, definimos nesta data os parceiros que seriam entrevistados pela equipe de sistematização, não apenas por mim, e também quem nestas instituições seria o representante entrevistado. Os parceiros foram: **Centro Sabiá**, **INCUBACOOOP (UFRPE)** e o **SERTA**.

Para este momento das entrevistas com os parceiros decidimos, na equipe de sistematização, que seria importante que pelo menos um(a) agricultor(a) da equipe estivesse presente. Esta escolha se deu pelo fato de termos achado importante que elas ou ele passassem por este momento de reflexão que é escutar um representante de uma instituição parceira falar sobre sua experiência. Como exemplo que confirmou tal expectativa, no retorno da entrevista

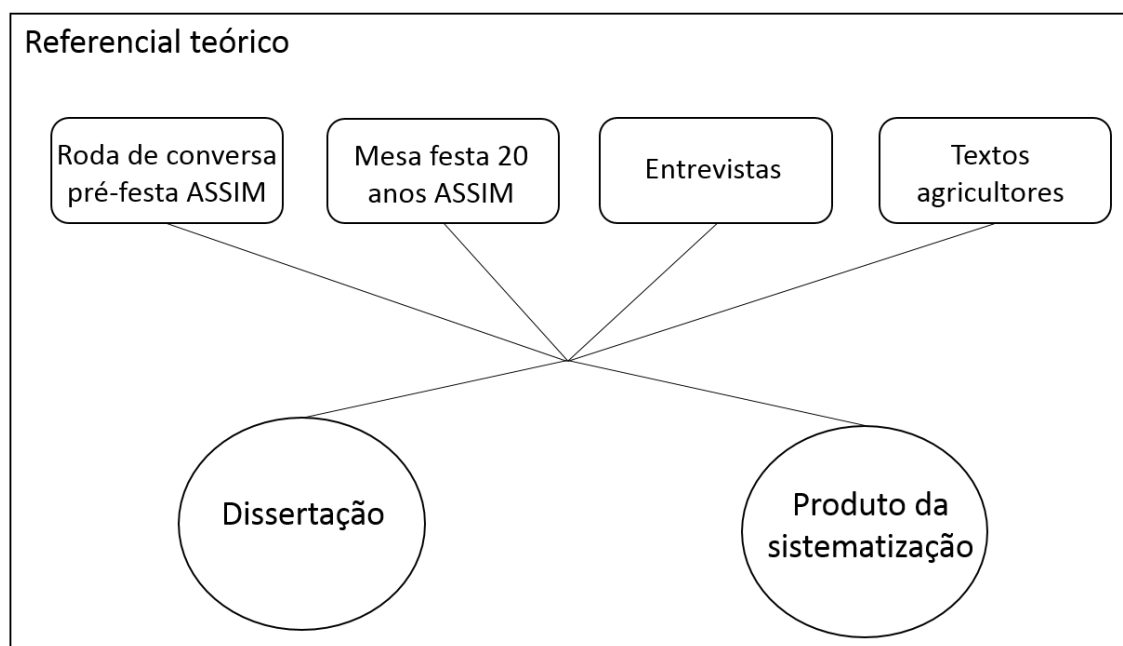
no SERTA, Tete, uma das agricultoras da equipe de sistematização, relatou ter sido importante para ela passar por esse momento pois rememorou algumas experiências, soube de outras que não sabia, e disse que ajudou a “ligar várias pontos” da experiência da ASSIM em sua cabeça. A entrevista feita com Davi Lucas, escolhido por nós para representar o **Centro Sabiá**, foi feita por mim e por Vera. A entrevista feita com Paulo Santana, o representante que escolhemos do **SERTA**, foi feita por mim, por Tete, e por Damião. Finalmente, a entrevista feita com Guilherme Soares, o representante escolhido da **INCUBACOOOP**, foi feita por mim e por Vera.

Como falei mais acima neste tópico, a *sistematização de experiência* demanda um produto final que sistematize o que o grupo encontrou acerca do *eixo central*. Assim, definimos na equipe de sistematização que esse produto final seria um texto, construído a partir de uma série de fontes. Uma delas foram textos de associadas/dos. Pedimos às/aos agricultoras/es que se sentissem confortáveis que nos escrevessem um breve texto respondendo ao *eixo central* de nossa sistematização (*como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território?*), os textos podem ser lidos no **anexo V**. Além de serem utilizados para o produto final e como conteúdo para a pesquisa, o ato de escrever tais textos demanda um tempo para as/os agricultoras/es pararem para refletir sobre o *eixo central* e sobre sua experiência na ASSIM, sendo este um dos maiores objetivos da sistematização.

Com isso, para a escrita do produto final, fizemos uso destes textos das/os agricultoras/es, das gravações da pré-festa e da festa, e das entrevistas com associadas/os e parceiros, além do referencial teórico, buscando formatar e costurar tudo em um único texto e acrescentando algumas informações que não estivessem presentes. As *fontes* para construção da dissertação e do produto final da sistematização foram as mesmas, como se pode ver na **figura 6** abaixo. Excetuando-se os produtos finais, a dissertação e o produto da sistematização(p. 255) , os outros pontos devem ser compreendidos tanto como *fontes*, quanto como *produtos* da sistematização. São *produtos* pois foram definidos já dentro do processo da sistematização. Foi dentro deste processo que se definiu a importância das entrevistas, a necessidade dos textos dos agricultores, a realização de uma pré-festa dos 20 anos, a gravação da mesa do dia da festa dos 20 anos, ou ainda as temáticas que iriam demandar aprofundamento dos referenciais teóricos. No entanto, estes pontos também foram *fonte*, pois foi a partir deles que o debate aconteceu, objetivando a construção de conhecimento e

resultando nos dois produtos: a dissertação e o produto da sistematização. O referencial teórico foi fundamental e, como se vê no esquema a baixo, englobou todos os processos.

FIGURA 6 – Fontes e Produtos da Pesquisa



Fonte: O autor (2019).

A equipe de sistematização definiu o roteiro e a estrutura do documento do produto final da sistematização, que seria um livrinho escrito como uma carta, *costurado* por mim a partir dos registros feitos durante a sistematização, separado em cinco partes: 0) o porquê de fazer esse texto; 1) a situação anterior à experiência da ASSIM; 2) como a experiência foi acontecendo; 3) como a experiência está hoje; 4) reflexões gerais sobre essa experiência de vinte anos da ASSIM. Decidimos que o conteúdo do livrinho seria a carta que uma agricultora relatou para que um homem digitasse para o neto desta, que acabara de nascer. A escolha por uma mulher relatando não foi ao acaso, mas sim por a ASSIM ter exercido um importante papel na vida das mulheres da comunidade. Também pelo fato de uma mulher falando possibilitar que essa relate sobre o machismo sofrido e combatido a partir de seu próprio lugar de fala. Colocar o ponto de vista de uma mulher em foco atua ainda no sentido contrário à invisibilização histórica que as mulheres sofrem dentro de uma sociedade patriarcal.

Sei que dentro da universidade a revolução paradigmática de se incluir os sujeitos enquanto atores da pesquisa ainda não é hegemonicamente aceita. Tal fato me fez acreditar na

necessidade de todo este capítulo para melhor contextualizar o porquê acredito na importância destas metodologias participativas, e como se desenrola uma *sistematização*. Vivemos em tempos de crises sociais dos mais diversos tipos, e delas almejamos sair. Para isso, precisamos repensar o caminho, e o como repensá-lo. Pessoas em situação de vulnerabilidade social não precisam apenas de doações. Precisam sim de políticas públicas e parcerias, e até mesmo doações em caráter mais emergencial, mas que se busque construir processos que possam possibilitar sua capacidade autônoma de existência. A colonização hegemônica sobre povos subalternizados já acontece há tempos demasiadamente longos, destruindo nossas riquezas e diversidades enquanto natureza que somos. Se faz necessária construção coletiva fazendo uso de um diálogo de saberes que descolonize nossa capacidade social de ação e reflexão enquanto humanidade, excluindo a existência de linhas abissais que criam dominantes e dominados, ou ainda construtores, e receptores, de conhecimento.

3...À IMPOSIÇÃO AOS TERRITÓRIOS.

eles vieram
pelos mares vieram
devastar
por um império

peles empalecidas
olhos azuis de gula
navegando
de outros mares
a morte pelos ares

ataque à diversidade
exuberância
pois desde então
já se previa
não caber
questionamento
a um des-envolvimento

*des-
envolver o povo
de sua natureza
o corpo
de sua mente
des-
envolver raiz
do sustento de seu chão*

*onde mata
exuberante
veio cana
sufocante
regada
como se fosse
ao tinto sangue doce*

*mas persiste
existência
existindo em
resistência
povos em territórios
que no mundo
de hoje em dia
dependem damoeda
mas como consequência
pois aquilo
que semeiam
é sua vida própria
colhendo liberdade*

3.1 O CAPITALISMO EUROPEU E O DES-ENVOLVIMENTO HUMANIDADE-NATUREZA

Não concluiu bem a sua graduação aquele ou aquela estudante de geografia que sai de seu curso sem saber das regras básicas de astronomia: a terra gira em torno do sol, a lua gira em torno da terra, o mundo gira em torno dos nórdicos. Ou pelo menos é isso

que imperialistas europeus e americanos seguem querendo impor como regra, como algo natural.

Ironias à parte, desde que o mundo europeu desenvolveu tecnologias para se locomover pelos oceanos por eles desconhecidos, e armas suficientemente poderosas para se impor, se iniciou processo de articulação hierarquizada entre os mais diversos territórios do planeta. Estando à frente destas navegações em direção ao que denominaram de “Novo Mundo”, já concebido como algo novo, sem considerar toda a história previamente existente, os colonizadores se percebiam superiores às demais culturas que encontravam. Compreendiam, e compreendem, o seu próprio modo de vida como o adequado, o mais evoluído, o necessário para toda sociedade humana viver bem. É preciso entender que este não é apenas um processo econômico de construção de hierarquizações, mas sim que envolve os mais diversos aspectos sociais, culturais e humanos que regem nossas vidas, incluindo aí este sentimento de superioridade existente para eles, e o de inferioridade para nós latino americanos.

Tal sentimento de superioridade, fortalecendo uma visão de mundo eurocentrista, os fazia acreditar que as suas instituições eram próprias e legítimas para todo o planeta, e que assim poderiam guiar os rumos deste último. Foi assim que a igreja católica e os reinos ibéricos, instituições máximas da Europa da época, se sentiram no direito de, no final do século XV, dividirem terras com as quais nunca haviam tido anteriormente alguma ligação histórica, e se determinarem como seus proprietários, pelo conhecido Tratado de Tordesilhas (BECKER, 1999).

A compreensão de suas instituições como hegemônicas sobre o mundo parte de um olhar sobre si mesmo como estandovivenciando o correto modo de existir, o “mais evoluído”. Tal ponto influenciou e influenciou sobre a política exercida pelo que ainda hoje é conhecido como “velho continente”, como se fosse algum tipo de ancião que estivesse há mais tempo no planeta. Foi a partir deste olhar, quando aqui chegaram, que os europeus encontraram uma imensa diversidade de fauna e flora e, por tamanha exuberância e heterogeneidade de espécies, enxergaram os povos nativos como *subalternos*, por supostamente não terem tido a capacidade de “domesticar a natureza”. Acreditaram que os povos originários que aqui viviam eram incapazes, distantes da “evoluída capacidade” europeia, como se percebe nesta fala de Buffon, um importante naturalista francês, sobre o “Novo Mundo”.

Há, portanto, na combinação dos elementos e das outras causas físicas, algo de contrário ao crescimento da Natureza viva, neste novo mundo; [os germes] apertam-

se e diminuem sob este céu avarento e nesta terra vazia, onde o homem, em pequeno número, estava esparso, errante; onde, longe de usar em senhor este território como seu domínio, ele não tinha poder algum; onde não tendo submetido os animais nem os elementos, não tendo domesticado os mares, nem conduzido os rios, nem trabalhado a terra, ele próprio era apenas um animal de primeira linha, e só existia pela Natureza. (BUFFON, 1749, p.103)

Vindos de uma tradição de enxergar a natureza como algo a ser dominado, e olhando para os povos originários como em estado de natureza, os europeus colonizadores os compreenderam comoseres em “(...) *condição de ‘natural’, portanto, explorável, sem direitos, instituições ou crenças dignas de menção, portanto de reconhecimento.*” (DABAT, 2010, p.45). Foi sob este argumento que se confirmaram – para si mesmos - como legítimos exploradores destas terras e de seus habitantes. A partir de um ponto de vista vindo de outro modo de vida os europeus enxergaram a exuberância da vida em terras tropicais como sinal de inferioridade.

A mata nativa, contrariamente ao pensamento dos invasores, não era em nada natural, se tomarmos sua própria concepção de natureza, como algo afastado do ser humano, intocado por ele. Por outro lado, se tomarmos como referência a noção de natureza incluindo o *homo sapiens* enquanto espécie animal deste ecossistema, compreendemos esta mata nativa enquanto natural. Em outras palavras, o que estou dizendo é que a mata aqui encontrada não era “intocada”, como os invasores acreditavam, mas sim o resultado de uma série de interações antrópicas com outros seres e o ambiente, e vice-versa. A especialista em ecologia, Carolina Levis, concluiu tal afirmativa (LEVIS, C. et al, 2017; LEVIS, C. et al, 2018). Sua pesquisa foi publicada pela revista *Science*(LEVIS, C. et al, 2017) e noticiada pelo jornal *El País*(OLIVEIRA, 2017), que reportou os resultados encontrados pela pesquisadora acerca da floresta amazônica, como mostra o trecho da reportagem:

Esses resultados sugerem que a influência das primeiras atividades humanas na região desempenha um papel importante e duradouro na distribuição de espécies e plantas, e poderia ser utilizada para se descobrir áreas não identificadas de civilizações do passado. “Nosso trabalho rompe o paradigma ecológico de que a selva nunca tinha sido tocada e de que os processos ambientais eram os únicos que regiam a organização da floresta”, diz Levis. (...)“A domesticação de plantas na floresta começou há mais de 8000 anos. Primeiro eram selecionadas as plantas com características que poderiam ser úteis ao homem e em um segundo momento era feita a propagação dessas espécies. Começaram a cultivá-las em pátios e jardins, por meio de um processo quase intuitivo de seleção, similar ao que ocorreu no Egito”, descreve a pesquisadora. (OLIVEIRA, 2017)

O fato de enxergarem uma suposta “mata intocada”, ou ainda uma inferioridade dos povos originários por estes “não domesticarem” a natureza – vista enquanto algo externo ao humano – vem da racionalidade cristã ocidental europeia. Se compreende a natureza a partir de determinado ponto de vista. Tanto a visão científica ocidental, quanto a cristã, as

fontes de conhecimento concebido como válido mais referenciadas na cultura ocidental, compreendem a existência de um mundo pré-humanos, de um mundo onde os humanos ainda não existiam. De fato, pensando no Big Bang e na evolução das espécies, ou até mesmo no mundo criado em sete dias por Deus, em que o homem só aparece no sexto, existe um mundo sem humanidade, até que ela aconteça, que ela se dê, exista. Ao pensarmos assim, criamos certa separação entre o humano, o meio, e os demais seres. Mais ainda, sendo nestas visões o homem e a mulher seres que “apareceram no final”, estes se veem como aperfeiçoados, mais “evoluídos”, mais prontos, superiores a toda a vida terrena.

Em seu livro *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*, Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro debateram, a partir de contos ameríndios, como esses povos originários percebem o início dos tempos, afirmando outro raciocínio diferenciado daquele da cultura cristã e ocidental. Este primeiro trecho que aqui cito da obra confirma a afirmação:

Resta, bem entendido, a possibilidade de mais uma versão mitocosmológica (...). Uma versão, em suma, na qual o humano é posto como empiricamente anterior ao mundo. Esta hipótese é explorada em numerosas cosmogonias ameríndias. Ela se acha convenientemente resumida no comentário que abre um mito dos Yawanawa, povo língua Pano da Amazônia ocidental, recolhido por Miguel Carid (1999: 166, apud Calavia 2001): “A ação [do mito] transcorre em um tempo no qual ainda não havia nada, mas já existiam as pessoas”. A versão em epígrafe dos Aikewara, Tupis que vivem no outro extremo da Amazônia, acrescenta aquela curiosa exceção: não havia nada no mundo, só gente – e jabotis! (CALHEIROS, 2014: 41). Na origem, enfim, tudo era humano, ou melhor dizendo, nada não era humano (...). Um número considerável de mitos ameríndios, e, talvez um pouco menos comumente, de diversas outras regiões etnográficas, imaginam a existência de uma humanidade primordial (seja simplesmente pressuposta, seja fabricada por um demiurgo) como única substância ou matéria a partir da qual o mundo viria ser formado. (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p.87)

Seria então a partir desta substância ou matéria, desta humanidade primordial, que se formariam “(...) *as espécies biológicas, acidentes geográficos, fenômenos meteorológicos e corpos celestes que compõem o cosmos atual.*” (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p.88). É a partir desta análise que os autores vão discutir o *perspectivismo ameríndio*, compreendendo que os povos originários possuem outra matriz de racionalidade diferente da cristã ocidental que invadiu as terras que habitavam naquela época, como se percebe com este segundo trecho do mesmo livro.

(...) “perspectivismo ameríndio” foi o nome que T. S. Lima e E. Viveiros de Castro escolheram para designar uma noção muito difundida na América indígena, segundo a qual cada espécie de existente vê-se a si mesma como humana (anatômica e culturalmente), pois o que ela vê de si mesma é a sua “alma”, uma imagem interna que é como a sombra ou o eco do estado humanoide ancestral de todos os existentes. A alma, sempre antropomorfa, é o aspecto dos existentes que enxergam, quando olham para/interagem com os seres da mesma espécie – é isso, na verdade, que

define a noção de “mesma espécie”. A forma corporal externa de uma espécie é, portanto, o modo como ela é vista pelas outras espécies (essa forma é frequentemente descrita como uma “roupa”). Assim, quando um jaguar olhar para outro jaguar, ele vê um homem, um índio, mas quando ele olha para um homem – para o que os índios veem como um homem –, ele vê um queixada ou um macaco, já que estas são algumas das caças mais apreciadas pelos índios amazônicos. Assim, todo existente no cosmos se vê a si mesmo como humano, mas não vê as outras espécies como tal (isto, ocioso sublinhar, se aplica igualmente à nossa espécie).(DANOWSKI; CASTRO, 2014, p.95)

Com o primeiro trecho, identificamos na cultura ameríndia o início dos tempos como concretizado a partir da *humanidade*, e não anterior a ela. Interessante enxergar esta visão de que a partir da *humanidade* é que veio o mundo. Em um primeiro momento, nós ocidentais críticos podemos pensar que existe aí certo antropocentrismo. No entanto, só se pode conceituar “antropocentrismo” no seio de uma cultura que separa, cataloga e hierarquiza as espécies desde sua origem, seja pela evolução das espécies ou pelo criacionismo. Se tudo parte do mesmo, tudo é o mesmo. A *humanidade* seria a composição da vida, materializada em diferentes tipos de corpos. Não seria antropocentrismo pois não existiria um círculo com centros e beiras, espaços de categorias diferentes. Seria um corpo de geometria impensável pela cultura ocidental. Um corpo fluido, sem um início ou fim necessários, sem se sobrepor uns aos outros. Se a humanidade for vista enquanto esta composição da vida, enquanto a matéria de origem de tudo que é, tudo o que é será protegido enquanto vida. Que isso não se confunda com certo purismo. Os povos originários caçam, tiram outras vidas, mas o reconhecimento sobre a vida daquela caça é completamente diferente de nossa cultura que chega aos supermercados para comprar bifes devidamente higienizados e plastificados, sem nenhuma referência de que aquilo é, ou foi, um ser. E menos ainda com a sabedoria de que aquele ser também seria, para si, *humano*, como o é com o *perspectivismo ameríndio*, já que a partir da matriz de racionalidade destes povos originários,

Nós humanos (i.e. nós ameríndios) não vemos os animais como humanos, portanto. Eles não são *humanos-para-nós*; mas nós sabemos que eles são *humanos-para-si*. Sabemos igualmente que nós não somos *humanos-para-eles*, que eles nos vêem (sic) como bichos de caça, ou como feras predadoras, ou tribos inimigas poderosas (cuja “humanidade” meramente taxonômica é irrelevante, quando não ativamente negada), ou espíritos canibais, conforme a posição respectiva que nós e eles ocupamos na cadeia alimentar. Quando um índio interage com um existente de “outra espécie” – o que, repetimos, inclui os membros de outros coletivos que nós chamaríamos de “humanos” –, ele sabe que está tratando com uma entidade que é humana em seu próprio departamento. (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p.96)

Ao se compreender na cultura ocidental a separação entre as espécies umas são afastadas das outras. Ao contrário, ao saber esses seres como sendo uma mesma matéria *humana*, se promove a noção de natureza enquanto unidade, não fragmentada em seu seio. Se estamos todos conectados, ou melhor, se somos todos – pedras, onças, ventos, rios, cerejeiras,

homo sapiens – esta matéria *humana*, é valorizada a capacidade de identificação desta natureza como unidade. Isso também se fortalece com a compreensão de que a essência, a alma de todo ser, é igual, antropomorfa. No profundo, na alma, seríamos todos o mesmo, e assim se constrói uma sensibilidade e percepção maior na identificação e respeito a uma harmonia do todo.

Esta noção sobre os corpos do planeta, e sobre o princípio da existência, como visto, é completamente diferente entre as culturas aqui analisadas, e fortalece que, em 1500 ou hoje, a interação com o que chamamos de natureza seja completamente diferente de uma cultura para outra. A perspectiva a partir da qual se enxerga o mundo definirá como este será moldado. As formas de convivência, relacionamentos entre diferentes (ou não) espécies, as formas de produzir, comercializar, trocar, consumir, acabam sendo reflexos de uma cultura, com todas as suas conexões espaço-temporais carregadas. É assim que os escambos que aconteceram entre europeus e Tupis foram acontecimentos diferentes para cada perspectiva.

Cada parte neste escambo tinha dele uma leitura diferente: para os habitantes do lugar, a troca de presente permitia tecer laços de aliança. Para os europeus, a lógica em vigor visava apenas a acumulação, traço que os habitantes originários julgavam ridículo, segundo Jean de Léry: “*Eis sumaria e verdadeiramente o discurso que ouvi da boca de um pobre selvagem americano. Onde, esta nação, que estimamos tão bárbara, rise com bom humor daqueles que, arriscando a própria vida, atravessam o mar para ir buscar o pau-brasil para enriquecer.*” (DABAT, 2010, p.50)

De um lado, a partir de sua matriz de racionalidade, os povos originários não conseguiam compreender os motivos que levariam os recém chegados a desbravarem o desconhecido, correrem riscos com doenças tropicais, perderem suas vidas, em troca de acúmulo de alguma matéria. Por outro, os europeus não concebiam como algum povo olha para tudo que é e não vê enquanto mercadoria, enquanto produto que, acumulado, lhe dará certo prestígio, certa riqueza. Os invasores enxergaram a interação *de mais seres-povos originários-ambiente*, na construção do espaço geográfico, como sinal de fragilidade, e viram aí uma oportunidade de fazer o que buscavam: acumular matéria e transformá-la em capital.

Esta necessidade de expandir a lógica de seu sistema econômico para outros povos está na essência do capitalismo histórico, na visão de Wallerstein, aqui citado por Figueiredo (2010).

Para Wallerstein, el capitalismo histórico es una totalidad, un sistema único, que logró articular y someter distintas “sociedades periféricas” del “nuevo mundo” a su lógica de acumulación de capital. Este trazo es utilizado por el autor para distinguirlo de sistemas sociales no capitalistas: “Lo que distingue el sistema social

histórico que estamos llamando de capitalismo histórico es el hecho de que éste [...] ha venido a ser utilizado con el objetivo o intención básica de su auto-expansión.” (WALLERSTEIN, 1985, p. 10, apud FIGUEIREDO, 2010, p.22)

Assim,

(...) el “descubrimiento” y la posterior colonización es parte del proceso de integración geopolítica y económica controlado por Europa, auspiciado con la principal finalidad de expandir el proceso de acumulación capitalista en escala mundial. (PRADO JUNIOR, 1970, apud FIGUEIREDO, 2010, p.22).

Naturalmente, o que está na essência de um sistema político-econômico continuaria se reproduzindo com ele. Então será que esta lógica, já presente no início da invasão europeia, ainda continuaria sendo reproduzida nos dias atuais? Sim. A lógica segue a mesma, seja no século XV, seja no XX ou XXI: expandir e impor o capitalismo ao mundo e fortalecer os países dominantes da economia nórdica enquanto definidores dos rumos a se seguir. A transformação que podemos falar, em relação à mudança de tempos, é de que hoje os norte-americanos devem ser adicionados enquanto ocidentais dominantes, e as nações dominantes europeias trocaram de posto entre si.

Com isso, em dias mais atuais ainda existe um processo colonial. Quando em seu discurso de posse, em 1949, o presidente eleito dos Estados Unidos, Harry Truman, introduziu ao mundo o termo *subdesenvolvimento*, ele estava atuando com esta lógica de expansão colonizadora sobre o mundo. Neste, Truman defende que os americanos precisam compartilhar seus avanços científicos e seu progresso industrial com as demais regiões, segundo ele, ‘*subdesenvolvidas*’. Estabelece, com tal discurso, a realidade urbano-industrial norte-americana (e europeia!) como *desenvolvimento* e objetivo necessário para os países que não se encontrassem nas mesmas condições.

Vários foram os programas de *desenvolvimento* dos países dominantes voltados a *desenvolver* os ditos *subdesenvolvidos*. Leia-se: vários foram os programas dos países dominantes para gerar dependência de outros países a si, lá em 1500 e agora também. Não irei aqui discorrer muito mais sobre estes, mas para não deixar quem lê sem nenhuma referência cito alguns poucos exemplos mais recentes: a revolução “verde”; o programa de cooperação técnica internacional entre Estados Unidos e os países latino americanos, conhecido como “Ponto IV”; o “Aliança para o Progresso”; o programa “Corpos da Paz”, que é muito bem apresentado no documentário “Em nome da América”, muitos outros, não querendo aqui me aprofundar.

A questão é que a constante corrida pelo *desenvolvimento* veio, mais uma vez, como sentido de proliferar o capitalismo, e também o modelo industrial, buscando influenciar

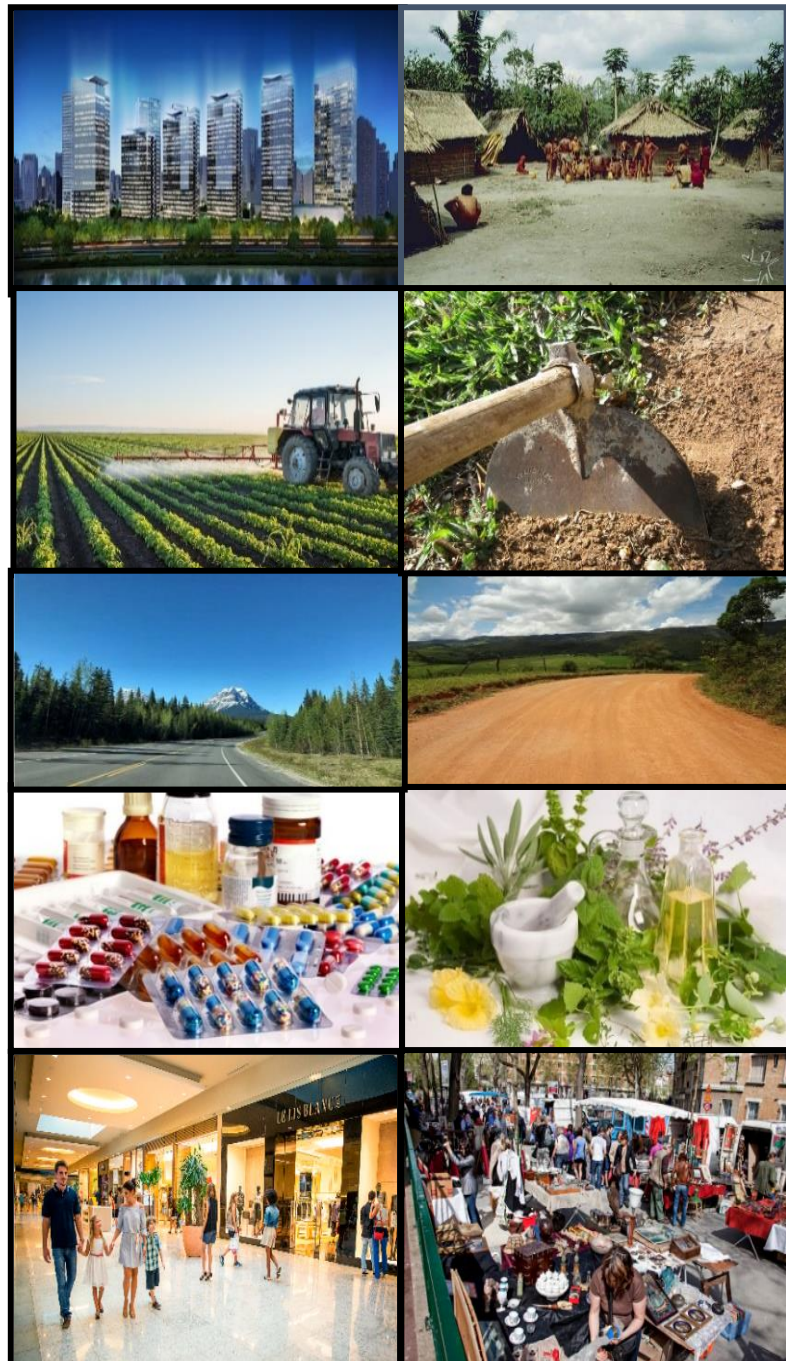
todas as áreas e temáticas do planeta, passando, frequentemente, por cima das realidades tradicionais dos povos locais, esmagando experiências e saberes seculares por eles construídos, como debatido no capítulo anterior. No Brasil, por exemplo, o período de governo de Juscelino Kubitschek, presidente entre 1956 e 1961, a partir da ótica do *desenvolvimento*, atraiu fortemente o capital industrial estrangeiro para o país, gerando grandes dívidas e dependência frente aos países dominantes. Com esta expansão do capitalismo pelo planeta, se consolidam também suas lógicas individualistas, competitivas, de exploração extrema dos bens naturais, e a compreensão de que quase tudo seria válido para se atingir o tão sonhado *desenvolvimento*. Este último seria então a construção da vida a partir da ótica capitalista urbano-industrial dos países nórdicos, dominantes na geopolítica mundial.

Nesta continuação que é o processo moderno da colonização os europeus ganham como fortíssimo “aliado” o trabalho dos norte-americanos para expandirem seu sistema pelo mundo. Ambos seguindo com a lógica inicial de superioridade sobre outros povos. É assim que vão conceber a humanidade através de uma suposta linha evolutiva, por cujas etapas todos teriam de passar de forma semelhante para construírem uma vida digna, para serem *desenvolvidos*. Como se a vida fosse sempre construída linearmente em uma mesma direção, e então alguns povos estariam *mais para frente*, enquanto outros estariam *mais para trás* desta linha evolutiva. É neste sentido que se olha, por exemplo, para os modos de vida dos povos originários quase que como um resquício do passado, e não como modo de vida presente construído por outros rumos. Assim,

A palavra [desenvolvimento] sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal necessária e inevitável, e na direção de uma meta desejável. (...) Porém, para dois terços da população mundial, esse significado positivo da palavra “desenvolvimento” – profundamente enraizado dois séculos depois de sua construção social – é um lembrete *daquilo que eles não são*. Faz com que se lembrem de uma condição indesejável e indigna. Para escapar dessa condição, precisam escravizar-se a experiências e sonhos alheios. (ESTEVA, 2000, p.64)

Esta condição é perceptível ao senso comum, pode ser observada no cotidiano da vida. Ela faz com que uma ou um leitor de cultura ocidental, sem fazer uso de nenhum conhecimento científico, na vida prática olhe para as imagens representadas na figura seguinte e sinta a primeira coluna como expressões de territórios *desenvolvidos*, e a segunda de territórios *subdesenvolvidos*, sem nem mesmo saber que territórios são esses e como se constituíram suas configurações.

FIGURA 7 – Expressões de territórios ditos desenvolvidos X subdesenvolvidos



Fonte: Google Imagens

Observando a **figura 7** se pode perceber a face do *desenvolvimento*. Este abafa as diversidades ofertando uma homogeneidade que supostamente facilite o controle a partir da razão humana. Existe o sentido da ordem, da higienização, da limpeza, de uma estética culturalmente construída enquanto progresso. O industrializado e o urbanizado se tornam

símbolos máximos da dominação humana sobre a natureza. São referenciados como imagem da ordem, da segurança, do controle, se opondo a uma suposta desordem da heterogeneidade da vida. Por outro lado, estradas de barro, medicinas não científicas, habitações construídas em bioconstrução, não correspondem a esta estética da higienização, da ordem, e por isso são apontadas como atraso.

Vejo esta percepção cotidiana do que seria *desenvolvido*, ou não, como um retrato fiel da falsidade do *desenvolvimento* enquanto qualidade de vida. O *desenvolvimento* é ditado a partir de uma matriz de racionalidade bem específica: a capitalista ocidental, esta que há mais de 500 anos violentamente quis se impor buscando destruir os modos de vida dos povos originários. O ato de *desenvolver* é então o de atingir as características vistas como importantes pelos que detém o poder hegemônico no seio do capitalismo, para além das suas próprias.

Assim, *des*-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano – *divide et impera* – mais profunda ainda, na medida em que, ao *des*-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista. (...) Várias foram as técnicas sociais e políticas empregadas para promover esse *des*-envolvimento: os *enclosers*, o cercamento dos campos, ou melhor, a privatização das terras de uso comum (...); os massacres que expulsam camponeses e indígenas de suas terras; a guerra biológica (vírus lançados sobre comunidades indígenas); as migrações forçadas de africanos para todo o mundo; e, hoje, bem pode ser a criação de uma unidade de conservação ambiental com a expulsão de populações que habitam essas áreas tradicionalmente (...). (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.81)

Se engana quem acredita que estes países dominantes querem expandir seu modo de vida para o mundo por acreditarem de fato que este é o melhor modo de vida e quererem a felicidade de todos. Com isto pouco se preocupam. O desejo pela expansão de seu próprio modo de vida para o mundo parte da necessidade primordial, do sistema econômico que os rege, de ser constantemente expandido, como citei anteriormente. A necessidade da colonização do maior número de territórios para os trazer para dentro de um mesmo círculo econômico parte do princípio de que estes países dominantes são centrais no capitalismo e que, justamente por isso, serão dominantes sobre os demais que adentrarem tal sistema. Se busca expandir para gerar dependência. O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves mostra que tudo tem dado muito certo, ou pelo menos para um lado.

Nesse sentido, a eficiência crematístico-financeira desse modelo neoliberal não pode ser contestada – a dívida dos países latino-americanos, que era de US\$ 46,3 bilhões em 1971, atingira, em 1999, US\$ 982 bilhões, mesmo tendo sido pagos US\$ 739

bilhões somente no período de 1982 e 1996. Um crescimento da dívida de 21 vezes, entre 1971 e 1999, enquanto, no mesmo período, a população passou de 176 milhões, em 1970, para 391 milhões de habitantes, em 2000, um crescimento de pouco mais de duas vezes! Enfim, a dívida per capita passou de US\$ 263 para US\$ 2.511 no período considerado. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.165)

Com isso, tomo aqui por compreensão a de que a colonização não acabou. Não busco fazer o povo brasileiro de vítima, reclamando de algo que aconteceu há mais de 500 anos. Busco debater como essa lógica que levou à invasão e pilhagem destas terras tropicais influenciou nosso presente, e continuará influenciando nosso futuro, se não a revertermos. Não se trata apenas – sem diminuir o problema mesmo que fosse o caso – de algo que aconteceu há 500 anos e hoje vivemos suas consequências. Muito além de viver consequências passadas, o Brasil continua a existir sob atos e decisões coloniais, produzindo ativamente consequências presentes e futuras. O mundo continua existindo sob metrópoles e colônias, tomadores de decisões e sofrendores das consequências.

Esta lógica colonialista do sistema capitalista, como busquei analisar, acontece no sentido da imposição de determinado modo de vida sobre outro. Como não poderia deixar de ser isso se dá também pela colonização do espaço geográfico. É por tal compreensão que minha análise se orientará a seguir sobre a mesorregião da zona da mata de Pernambuco, onde se encontra a ASSIM, associação sobre a qual e com a qual foi realizada a pesquisa debatida nesta dissertação.

3.2 O DOCE PAVOR DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: a cana engole tudo

No tópico anterior discuti como a visão que se tem sobre o mundo, a cosmovisão, influencia na forma como este será moldado. Os povos originários, com seu *perspectivismo ameríndio*, mantinham uma relação de simbiose com a vida existente onde habitavam. Ao contrário, os invasores europeus enxergavam que deveriam *dominar* a ‘natureza’ – vista como externa a eles – para construir o espaço geográfico onde seriam o centro dominador da vida, com vistas a atingir e ampliar seu crescimento econômico. Esta lógica colonial se impôs, não de forma totalizada, ao que posteriormente ficou conhecido como território brasileiro.

Nós brasileiros estamos colonizados pela lógica capitalista até o nome. Os *brasileiros*, originalmente, eram aqueles que extraíam o pau brasil da terra para os colonizadores. Desta forma a posição de nação extrativista e exportadora de matéria prima na

Divisão Internacional do Trabalho está clara em qualquer um de seus passaportes utilizado para adentrar outros Estados.

Con los datos expuestos, se verifica la reproducción de una política expansiva de saqueo de la naturaleza en nombre del crecimiento económico y de la exportación. Producir para exportación es un mito del modelo de desarrollo que, construido desde el Brasil colonia, es utilizado para justificar la expansión de monocultivos sobre florestas y tierras comunitarias de poblaciones que producen para su autoconsumo. Así, es sustituyendo su mega biodiversidad por monocultivos de granos, caña y pecuaria que Brasil pretende convertirse en el mayor productor mundial de productos agropecuarios, destinados a la exportación. Su liderazgo como más grande exportador mundial de azúcar, alcohol, café y zumo de frutas, ya es un hecho comprobado. Además, lidera el ranking de ventas de soya, carne bovina, pollo, tabaco, cuero, entre otros productos que son exportados para más 209 países del mundo. (FIGUEIREDO, 2010, p.40)

Esta lógica extrativista visando o crescimento econômico, trazida com os europeus que construíram e se aliaram às elites locais, expandiu desmatamentos, latifúndios, monoculturas, trabalho escravo, e até mesmo em dias mais atuais os venenos jogados em nosso alimento (agrotóxicos). No entanto, então era a lógica dos povos originários. Assim,

As peculiaridades do modelo de organização da produção, assim confirmado por força brutal, saltam aos olhos em comparação com as modalidades ameríndias de uso do solo americano. Diversas e sofisticadas, essas últimas apreendiam a natureza no sentido que Philippe Descola explora na sua obra, a respeito da paisagem, por exemplo: estas sociedades utilizavam inteligentemente os recursos naturais de forma coletiva, individual em diversas escalas, repartiam o produto dentro da sociedade, desenvolviam práticas de conservação dos solos, das florestas, da fauna, etc. Modelos de organização social fascinantes, inspiradores, como o mostra um outro exemplo latino-americano bem estudado, na Colômbia, os Kogis. Os trabalhos de agroecologia os mais avançados reencontram, às vezes, conhecimentos antigos sobre proteção dos solos, da vegetação e fauna nativa. A velocidade de recuperação de áreas tão degradadas quanto a zona canavieira de Pernambuco, nos interstícios do latifúndio, como o mostrou Marcos Figueiredo, testemunha do potencial de reatar com a tradição plurissecular anterior à chegada do modelo *plantation*. (DABAT, 2016, p.156)

Essa última colocação é essencial para o presente trabalho, e é o motivo de, mais acima, ter sido argumentado que a forma colonial não se impôs de forma totalizada. Existem e existiram territórios que resistem à lógica colonizada, buscando defender suas outras formas de vida, como é o caso da experiência da ASSIM. No entanto, quando se olha para o quadro como um todo, se pode afirmar que a colonização teve e tem um fortíssimo impacto sobre o espaço. É assim que

Os únicos espaços brasílicos sem monocultura foram, por um tempo, os *quilombos*, lugares de resistência ao modelo imposto pelos europeus e utilizando a soma dos conhecimentos ameríndios e africanos para a policultura. Auto-suficientes, essas populações produziam para seu próprio consumo e abasteciam as regiões vizinhas. As parcelas cultivadas nestas terras eram consideradas “*as mais férteis da colônia*”. Josué de Castro elogiou estas “*benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região*.” (DABAT, 2010, p.60)

A transformação do espaço pelos europeus se dá enquanto processo histórico de integração e subordinação socioeconômica e ambiental de territórios do dito “Novo Mundo” à coroa portuguesa. As matas aqui presentes não permitiam o controle e o ‘domínio da natureza’ necessários, na ótica colonizadora, para se atingir o crescimento econômico. Seria preciso uma transformação também espacial para que este território invadido passasse a atender à lógica em construção de uma integração econômica global. No fim do século XVI entra em declínio o comércio do pau brasil e com isso a metrópole precisa fortalecer novas mercadorias, seguindo com a mesma lógica. É então que é fortalecida a economia do açúcar.

Ao contrário do que alguns podem acreditar a economia do açúcar não era uma economia atrasada, não fazia parte de um feudalismo, ou algum outro modelo, mas sim se iniciou enquanto processo capitalista. “*Instalar a sacaricultura em terras ameríndias poderia ser considerado a inauguração da globalização eurocentrada*” (DABAT, 2010, p.7). Assim, o açúcar foi utilizado em um sentido integrador dessa nova economia global que se construía. Em seu início, foi compreendido enquanto artigo de luxo. Como tal, ligou escravos, que com seu trabalho produziam a substância, à nobreza, que a consumia enaltecendo o luxo, como mostra a seguinte citação.

Numa conferência realizada em montevidéu, disse Afonso Arinos de Melo Franco o seguinte: “(...) Atribuía-se ao produto da cana virtudes miraculosas para a saúde. Sete pães de açúcar (14 quilos), deixa a mulher de Carlos V da França, no seu testamento, entre joias preciosas. E o sucessor deste rei dá a outro soberano, como presente real, mais alguns quilos da mágica mercadoria.”. À época do descobrimento do Brasil, a Europa tomava tudo com açúcar: a carne, o vinho, o peixe. “Servia de remédio, de emplastro, de moeda e até de agente para a magia negra, com bruxedos e quiromancias.” (AMARAL, 1958, p.326)

Posteriormente, utilizado como droga energética que é, ligou os “escravos agrários” (escravos das colônias) aos “escravos industriais” (operários europeus). Enquanto artigo de luxo, ou enquanto substância energética, o açúcar começou a criar uma ligação entre as terras deste território tropical e as europeias, e seus povos. A integração de substâncias ‘drogas’, como o açúcar, à crescente economia industrial, se deu de forma essencial para as metrópoles. O avanço da industrialização levava cada vez mais trabalhadores a péssimas condições de vida, sendo então de imenso valor para seus patrões a chegada de substâncias que poderiam fornecer aos operários, cada vez mais vistos como máquinas, energia suplementar. Assim,

A produção açucareira no Brasil foi tão precoce quanto rápida na sua expansão, abastecendo a Europa ávida daqueles “*produtos alimentícios de um tipo peculiar. Eram, na sua maioria, estimulantes; alguns deles provocando excitação; o fumo tende a apaziguar a fome, enquanto que o açúcar fornece calorias sob uma forma extraordinariamente digestível, mas pouco mais do que isto.*”. Energia rápida, fornecida em quantidades crescentes para um proletariado metropolitano em processo de urbanização e concentração, o melaço permitia a adoção de estimulantes

como o café e o chá similares no seu efeito, embora geograficamente distribuídos. Tal consumo conjunto fora encorajado pelas autoridades como alternativa desejável à ingestão de bebidas inebriantes. Nos engenhos, a mão-de-obra também recebia doses de subprodutos da cana. (DABAT, 2010, p.52)

Ao mesmo tempo na Europa que se industrializava era que se produziam os tecidos de baixa qualidade para vestir os escravos, os moinhos para os engenhos de açúcar e os instrumentos de tortura para coagir os escravos no “Novo Mundo”, em uma economia capitalista cada vez mais globalizada (MINTZ, 2010). Dentro desta economia, se iniciou processo de construção de uma suposta “*vocação natural*” do Brasil enquanto exportador de matéria prima, vindo então este modelo de *desenvolvimento* sendo construído e imposto desde a colônia. Nele, os engenhos foram as primeiras “*fábricas no campo*” (MINTZ, 2010), empresas agro-manufatureiras estimuladas pelo capital europeu. De fato, como mostra Dabat, “*a produção de açúcar foi implantada e desenvolvida na América, por meio da iniciativa das cidades italianas, Gênova e Veneza, em particular, que financiaram as explorações das potências ibéricas.*” (DABAT, 2018, p.13)

Enotraspalabras, laproducciónen escala de azúcar ha permitido unproceso de drenaje de riquezas, de lacoloniabrasileña hacia a lasmetrópolis. Enotros términos, unpillajebasado, principalmente, en actividades agrícolas. De un modo amplio, el sentido de pillaje de las riquezas naturales para el “viejo” continente fueestablecido precisamente por Carlos Marx, quién al respectoafirmólosiguiente: “elpillajedel mundo fuera de Europa contribuyó para elcrecimiento económico europeo.” (FIGUEIREDO, 2010, p.26)

As produções de açúcar eram aqui realizadas em condições que até hoje guardam a estrutura apontada porJunior (1963). Conhecido como *plantation*, este sistema produtivo se caracteriza pelo uso de **extensas áreas produtivas**, pelo **plantio de apenas uma cultura**, e pela **relação de trabalho opressora**.

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a **grande propriedade**, a **monocultura** e o **trabalho escravo**. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que assenta toda a estrutura do país, econômica e social. (PRADO JUNIOR, 1963, p.117)

Olhando para o estado de Pernambuco, onde se encontra a experiência da ASSIM, Figueiredo (2010) nos mostra como a concentração de terras aumenta do interior do estado (região semiárida) até a costa Leste (onde estão as terras mais férteis, quase todas dominadas pela cana.). Nas terras de clima mais seco (interior), de menor concentração de terras, se consolidou a “civilização do coro”, grandes fazendas de pecuária extensiva com função subsidiária à economia açucareira (ofertando animais pra força motriz e alimentação). Mesmo que também baseada no latifúndio e sobre-explorando a força de trabalho, embora de outra

forma⁵, essa outra economia possibilitou, contudo, a ocorrência de experiências de agricultura de base familiar no interior e ao redor das fazendas. Produziam principalmente grãos para autoconsumo e plumas, mas também se constituíam como força de trabalho subordinada, permanente e funcional para os latifúndios do gado. Assim se consolidou a estrutura agrária do semiárido e do agreste pernambucano pelo típico binômio minifúndio-latifúndio brasileiro (FIGUEIREDO, 2010).

No entanto, quando se olha mais à leste do estado, para a zona **da mata** pernambucana, mesorregião onde se encontra a ASSIM, ainda percebemos a fortíssima presença da estrutura de *plantation*: grande concentração de terras em **latifúndios**, **monocultura da cana**, e presença de **trabalho opressivo**. Em uma região com imensas extensões de terras destinadas à monocultura de cana de açúcar seu topônimo, a Zona **da Mata**, como se pode ver nas **fotos 01 e 02**, expressa uma realidade passada, somente compreendida quando se recorre à história.

FOTO1 - Paisagem da Zona da Mata pernambucana (1)



Foto: Máira Iabrudi(2018)

⁵Como meeiros, entre outras formas igualmente perversas identificadas por Celso Furtado, no final da década de 1950, no Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, o conhecido GTDN (disponível em <https://pt.scribd.com/document/338032385/Relatorio-GTDN-pdf>).

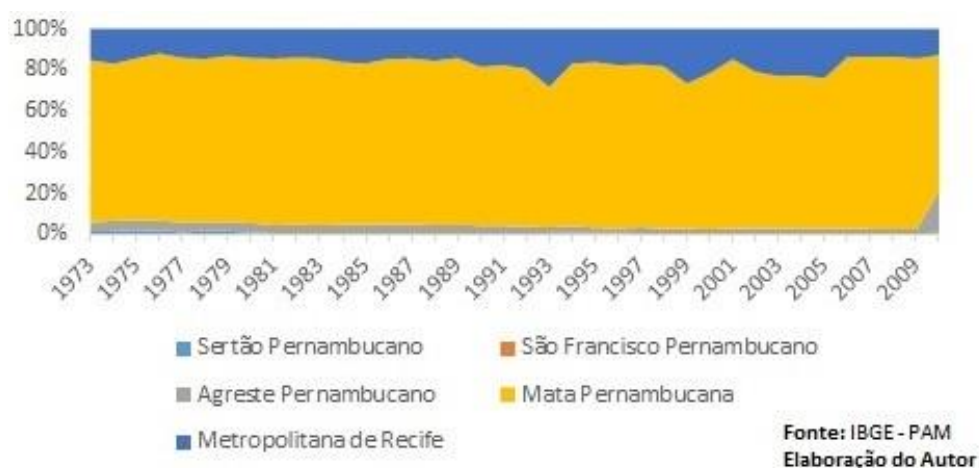
FOTO 2 - Paisagem da Zona da Mata pernambucana (2)



Foto : Maíra labrudi (2018)

A mata não é mais. A zona é hoje tomada pela cana de açúcar. Desde a colonização estas terras têm sido sugadas pela monocultura da cana, a partir da classe dominante local. Este sistema de *plantation* foi instaurado pela coroa e permaneceu por aliança com as elites. A aliança destas elites com o Estado secularmente originou o predomínio em Pernambuco da produção de cana de açúcar na Zona da Mata, e o próximo gráfico demonstra esta concentração.

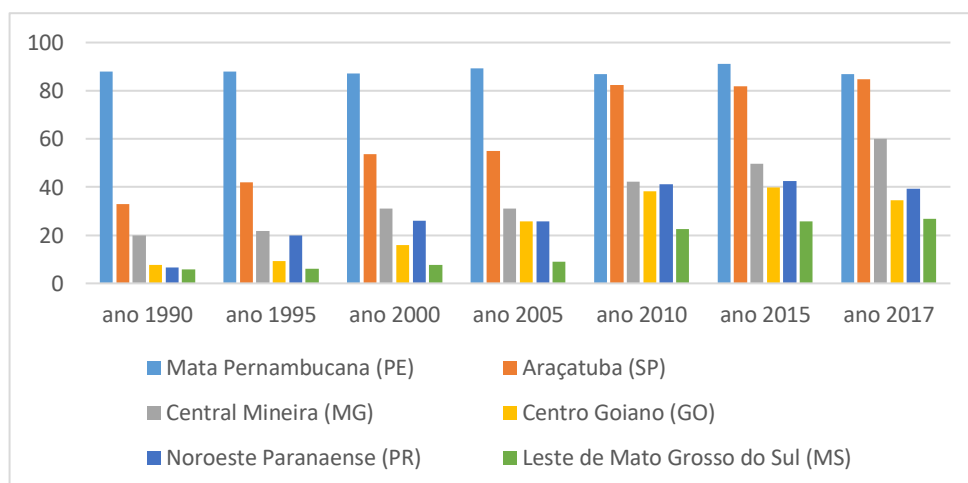
GRÁFICO 1 - Concentração da produção da cana-de-açúcar (T) por mesorregião pernambucana (1973-2009)



A realidade da Zona da Mata é alarmante. Existe quase que uma exclusividade de suas terras produtivas voltadas para a produção de cana. Quando olhamos para o país como um todo, através do Censo Agropecuário de 2017, Pernambuco aparece na 9º posição entre os estados que mais produzem cana, com **10.345.199** toneladas. Os 5 primeiros estados mais produtivos possuem um volume muito maior, sendo estes, em ordem crescente, **Paraná** com **37.940.755** toneladas de cana (**267%** maior que Pernambuco), **Mato Grosso do Sul** com **46.291.833** toneladas (**347%** maior que Pernambuco), **Minas Gerais** com **65.502.069** toneladas (**533%** maior que Pernambuco), **Goiás** com **69.726.355** toneladas (**574%** maior que Pernambuco), e finalmente **São Paulo** com **354.353.921** toneladas (**3.325%** maior que Pernambuco).

Baseado nestes dados, busquei olhar para a realidade das mesorregiões com maior produção de cana de cada um destes 5 estados que produzem um volume do vegetal muito superior ao do estado pernambucano, adicionando a mesorregião onde se encontra a ASSIM para comparação. No gráfico abaixo se pode avaliar a concentração do plantio de cana de açúcar em relação a todas as terras produtivas de cada mesorregião, evoluindo desde 1990 até 2017. As mesorregiões abordadas foram *Araçatuba* (SP), *Central Mineira* (MG), *Centro Goiano* (Goiás), *Leste de Mato Grosso do Sul* (MS), e *Noroeste Paranaense* (PR). Junto a estas mesorregiões incluí a *Zona da Mata Pernambucana* (PE) para demonstrar como acontece uma colonização na região para que ela se volte para um *desenvolvimento* que concentra e reafirma a realidade colonial agrária do **latifúndio**, da **monocultura**, e do **trabalho escravo ou análogo à escravidão**.

GRÁFICO 2 - Percentual de área plantada de cana sobre o total de área plantada por mesorregião escolhida (1990-2017)



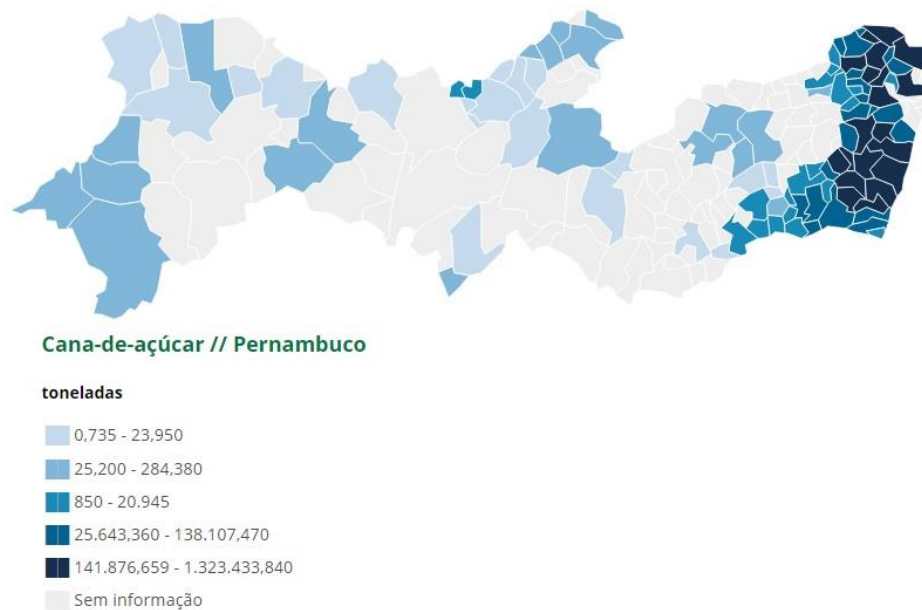
Fonte : O autor, 2018, adaptado por dados do IBGE-PAM

O gráfico deixa bem claro como acontece uma imensa concentração - superior a 80% - da área plantada na Zona da Mata pernambucana para a cana de açúcar. Em comparação às demais mesorregiões selecionadas se percebe um abismo, diminuído em anos mais recentes em relação à Araçatuba (SP) que aumentou a concentração de sua produção do vegetal. O dado é ainda mais alarmante quando se sabe que estas outras são as mesorregiões que mais produzem cana em cada um dos cinco estados maiores produtores de cana do Brasil, que produzem valor muito maior que Pernambuco. No ano de 2015, como exemplo, se dá a impressionante marca de que **91,26%** de todas as terras com plantio da zona da mata pernambucana estavam voltadas apenas para a produção de cana de açúcar, o que não difere muito de 1998 com **89,95%** de toda a área plantada, ou de 2007 com cerca de **90%**. Esta realidade foi historicamente construída, uma suposta vocação dita 'natural' desta mesorregião à produção de cana, orientando toda sua economia para a economia açucareira. Tamanha concentração da produção na mesorregião da mata pernambucana pode também ser observada a partir das figuras da página que segue. A primeira delimita a zona da mata no estado de Pernambuco, e a segunda mostra a distribuição da produção de cana de açúcar neste mesmo estado no ano de 2017.

FIGURA 10 – Zona da Mata Pernambucana



Fonte : Wikipedia(ano

FIGURA 11 – Distribuição da produção de cana em PE (2017)

Fonte : CENSOAGRO

A suposta “*vocação natural*” para a cana não tem nada de natural. Os mais diferentes governos, em sintonia com interesses privados dominantes, nos séculos passados ou em dias mais atuais, consolidaram tal realidade através de suas ações políticas e econômicas. Na época da colônia a coroa selecionava os colonos impondo aos que aqui viessem plantar cana de açúcar. Assim, “(...) *apenas aqueles dispostos de capital e competência técnica necessários ao bom funcionamento dos engenhos seriam donatários e sesmeiros, gozando dos direitos sobre a terra (...)*” (DABAT, 2010, p.56). A colonização se construiu a partir desta aliança da metrópole com as que se tornaram elites locais. Isto fez com que, inclusive, muitos imigrantes europeus não viessem para esta região por se verem impedidos de ter acesso à terra concentrada em poucas mãos, muito mais do que por razões climáticas, como se costuma falar (DABAT, 2010).

Com tal imposição a coroa fortalece o estabelecimento de uma minoria toda poderosa sobre a região que dominaria desde a posse das terras até a produção do açúcar, passando pelos povos escravizados. Os interesses desta minoria não eram diversificados mas sim bem específicos, voltados para a realidade de grandes produtores e exportadores de cana de açúcar. Esta se torna então a classe dominante pernambucana, com forte ligação com o Estado. Assim, são os seus interesses que irão guiar, ao longo do tempo, as políticas públicas voltadas para a região.

(...)el aspecto novedoso del sistema plantación [*plantation*] residía en el hecho de una única clase, la oligarquía agraria pernambucana, que pudiera ser, al mismo tiempo, la clase dirigente del proceso industrial y propietaria de enormes áreas de tierras. Así,

concentraba en sus manos tanto la gran propiedad predial, como los molinos para la fabricación del azúcar. En otras palabras, la misma clase social controlaba todos los medios de producción del azúcar. Este trazo determina la constitución de una clase poderosa que, al controlar todos los sectores de la economía, reunía las condiciones necesarias para el control del Estado, y así, poder influir históricamente en la implementación de las políticas públicas, logrando de este modo una eficaz protección de sus intereses económicos. Una característica que se perpetuó hasta la actualidad, donde el control del poder regional (partidos, Estado, medios de comunicación, etcétera) continúan subordinados a los propietarios de las manufacturas, que son al mismo tiempo los terratenientes. (FIGUEIREDO, 2010, p.28)

No entanto, como já debati, esta realidade não foi apenas de um tempo do Brasil colônia. Em tempos mais atuais a ditadura militar foi forte responsável por uma *absolutização* deste sistema de *plantation* (DABAT, 2016). Enquanto persiste um campo com pouquíssimo investimento público para pequenos produtores, o agronegócio com apoio governamental se consolida nesta mesorregião enquanto produtor desta mesma única cultura.

Os anos que antecederam o golpe militar foram anos de ebulições no campo, de um processo de organização popular buscando o enfrentamento à realidade opressora que viviam. Não por acaso, em Pernambuco, as primeiras formas de resistência institucionalizada apareceram na Zona da Mata, justamente a mesorregião concentrada em produção de cana no opressivo sistema de *plantation*.

A partir de 54, surgiu uma luz no final do túnel: lideranças interessadas em ajudar os camponeses a saírem da escravidão. Uma grande inspiração eram as notícias que chegavam de outros cantos do País sobre as primeiras organizações criadas no Sul, Sudeste e também em alguns estados do Nordeste. Foram constituídos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, no Rio de Janeiro; o Sindicato de Bragança, em São Paulo; e os Sindicatos de Ilhéus e Itabuna, na Bahia. Dessa forma, em 1954, foi criado o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, em Barreiros, na Zona da Mata Sul. (FETAPE, 2018, p.13)

Outro exemplo de luta e resistência que não poderia deixar de ser citado foram as ocupações realizadas pelas Ligas Camponesas. Mas um que cabe especialmente para ilustrar o que estou tentando argumentar nesta dissertação sobre a colonização da região canavieira de Pernambuco acontecendo desde o uso do espaço até à mente de seus habitantes é o caso da cooperativa de Tiriri.

(...) a cooperativa surgia precisamente num momento em que amplos setores da sociedade encaravam uma reforma agrária como indispensável: para modernizar a agricultura, a grande propriedade aparecendo então como retrógrada, até mesmo em termos econômicos; indispensável também para acalmar os espíritos, pois “confusões” surgiam no meio rural com a emergência dos sindicatos, mas sobretudo com a ação das Ligas Camponesas. (DABAT, 2005, p.130)

A cooperativa de Tiriri foi a tentativa de criar uma classe média no campo, percebendo que ao contrário corria-se o risco de uma revolução popular. Segundo Dabat (2005), os principais atores da cooperativa de Tiriri foram:

a) **pequenos produtores** que ocupavam terras da Rede Ferroviária do Nordeste, se viam ameaçados de expulsão e buscaram permanecer nas terras;

b) **trabalhadores rurais do engenho Tiriri, e de vários outros engenhos** pertencentes aos mesmos proprietários que estavam em disputa com os trabalhadores quanto ao respeito às normas salariais e trabalhistas;

c) os **proprietários usineiros** Rui e Valter Cardoso que herdaram terras, usinas e engenhos, mas admitiram dificuldade em assumir as responsabilidades financeiras

d) o **Padre Melo**, que atraía jovens camponeses e também tinha articulação na esfera política;

e) **autoridades federais**, inclusive do então presidente, João Goulart, e do Superintendente da SUDENE, Celso Furtado

f) **autoridades estaduais**, incluindo o então governador Miguel Arraes

Percebe-se assim uma diversidade de atores que se articularam nesta tentativa de criar uma cooperativa que supostamente transformasse a vida dos trabalhadores. Não foi um processo revolucionário mas sim de convergência de interesses a favor do capital. Os mais diversos atores se envolveram ativamente buscando construir uma experiência pioneira onde os trabalhadores seriam cooperados e tomariam as decisões sobre os rumos de suas vidas. Em coalizão, pagariam um aluguel aos irmãos Cardoso pelo uso de suas terras. Os governos, por seu lado, buscavam atenuar as possíveis revoltas no campo construindo novas possibilidades. Buscava-se construir um novo tipo de experiência. No entanto, esta “nova experiência”, conduzida por mentes já colonizadas pela ideia de uma suposta “*vocação natural*” desta região para a *plantation* da cana, não inovou. As terras não foram divididas entre os cooperados, não aconteceu reforma agrária, e muito menos se deixou de lado o extenso monocultivo de cana que gera um deserto verde na região.

O fato de manter a monocultura canavieira não foi questionado, pois a cana continuava sendo sinônimo de riqueza; a opção coletivista de base, por estranha que fosse às tradições locais e ameaçadora que possa parecer a alguns, foi considerada por muitos como uma consequência lógica da atividade açucareira que só poderia ser eficiente em grande escala. “*A opção de continuar com a cana foi ligada a uma opção de não dividir a terra: não se faria uma reforma agrária no sentido da divisão da propriedade.*” (DABAT, 2005, p.142)

É interessante notar que os mais diversos pontos de vistas rendiam-se a certa exigência considerada como intrínseca à cultura da cana: a grande extensão das unidades produtivas. Tanto Francisco Julião - falando de “cooperativas superiores” em alusão à experiência chinesa - quanto Padre Melo - sugerindo cooperativa de comercialização - insistiam na impossibilidade de praticar (ou comercializar) esta cultura com destino industrial em pequena escala. Além disto, os mais politizados dos técnicos temiam a parcelização das terras por constituir um grande perigo para a coesão do grupo de associados. (DABAT, 2005, p.143)

As mentes colonizadas não conseguiam enxergar uma outra forma possível, não devastadora da realidade socioambiental, além daquela trazida pelos invasores europeus, de produzir o açúcar. Um exemplo de experiência contrária, que se mostra possível, segundo Dabat (2018), é a experiência chinesa, que articulou sua produção de açúcar em uma policultura complexa e diversificada, além de não opressora sobre seus trabalhadores. Os vários séculos de sistema de *plantation* destruíram a mata nativa, os sistemas agroflorestais, e, junto com eles, os saberes necessários para a permanência destes últimos, além da vida de milhares de escravos e posteriores trabalhadores análogos à escravidão. Sobre a experiência chinesa,

Mazumdar sublinha as consequências deste sistema que proibia, de certo modo, o capital externo à comunidade de investir nela. A complexidade do sistema e as inúmeras exigências para garantir os direitos dos camponeses e da comunidade aldeã permitiram que “o acesso do produtor direto aos meios de subsistência [fosse] extremamente tenaz.” (Mazumdar, 1998:233). Em contrapartida, a modernidade ocidental na América, com a produção de açúcar, destruiu inúmeros sistemas agrícolas e sociedades camponesas. Ela privou os ameríndios de sua terra e seus recursos naturais. Ela os escravizou, assim como seus colegas africanos transportados. Tudo isto para abastecer a Europa de um produto supérfluo. (DABAT, 2018, p.30)

A permanência desta mentalidade de “*vocação natural*” para a *plantation* se consolida através das ações das elites dominantes e de diversos governos que exerceram seu poder sobre estas terras. As atividades do grande capital do agronegócio constroem e fortalecem tal realidade na mesorregião. Os discursos são vários, na colônia recorria-se ao *processo civilizatório*, enquanto na ditadura e em períodos mais recentes se evoca o *desenvolvimento*, ambos processos de colonização visando o crescimento econômico, a expansão do capitalismo, e a integração com as economias dominantes deste sistema econômico. Assim, quando se olha para

um Brasil enquanto colônia...

Percebe-se mesmo a vontade da metrópole de desviar para o açúcar toda a atividade agrícola do Brasil. Desde o alvará de D. Manuel e depois, conforme observou João Lúcio de Azevedo, “o privilégio, outorgado ao donatário, de só ele fabricar e possuir moendas e engenhos de água, denota ser a lavoura de açúcar a que se tenha especialmente em mira”. No mesmo sentido eram feitos os regimentos e as leis referentes à colônia: o de Tomé de Sousa, excluindo o senhor de engenho das execuções por dívidas; e dos governadores de Pernambuco, assegurando privilégios aos que edificassem ou reedificassem engenhos; a meia fidalguia concedida a quantos se tornassem senhores de engenho. (AMARAL, 1958, p.328)

ou para um Brasil sob regime autoritário...

A absolutização da *plantation* na zona canavieira de Pernambuco durante o regime militar da segunda metade do século XX constitui-se assim na continuação de um legado secular. Ela pode ser apresentada sob três aspectos principais, ápices de tendências anteriores. Em primeiro lugar, a concentração fundiária (segundo dados cadastrais e censitários) limitou ao extremo o acesso à terra para aqueles que a trabalhavam. Por outro lado, a monocultura acentuou-se a partir de políticas governamentais de incentivo ao setor, programas especiais como o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971) e o Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973), além do Proálcool (1975), comprometendo algumas sobrevivências de policultura, particularmente alimentar, bem como a saúde das populações na região em virtude do uso extensivo de defensivos agrícolas e adubos químicos. Enfim, estes dois fenômenos somaram-se à crescente precarização das relações de trabalho, com a acentuação da expulsão dos moradores de engenho para a periferia das cidades e o transporte pendular de trabalhadores, muitas vezes, clandestinos (DABAT, 2016, p.158)

ou ainda um Brasil sob governo de esquerda...

El poder ejercido por las multinacionales productoras de biocombustible [um novo uso para a cana de açúcar] se verifica fácilmente en relación a la capacidad de apropiación de los recursos públicos. De acuerdo con Maria Luisa Mendonça, sólo una decena de estas empresas se apropiaron de recursos financieros superiores a aquellos destinados al principal programa gubernamental para la agricultura familiar [o Pronaf]. Sobre esta autora afirmo lo siguiente: “En 2004, diez empresas multinacionales recibieron cerca de R\$ 4,5 mil millones de reales del Banco de Brasil. Este valor es más grande que todo el crédito del Pronaf. Los datos expuestos aclaran la manifestada dualidad que caracteriza la política de desarrollo agrícola del gobierno brasileño. Mientras, por un lado, hubo avances nunca verificados en Brasil en términos de volumen de recursos financieros destinados a la agricultura familiar, por otro, el presupuesto del crédito rural para el agronegocio ha sido muy superior. Esta demostración de apoyo fue claramente explicitada en el mensaje presidencial para el presupuesto nacional de ejercicio 2006, donde el gobierno federal reconoce el agronegocio como “Moderno, eficiente e competitivo, siendo uno de los sectores más importantes de la economía brasileña [...]” (BRASIL, 2005). (FIGUEIREDO, 2010, p.42)

Em um período mais recente na história da cana de açúcar no Brasil ela é utilizada como matéria prima para produção de biocombustíveis. Estes últimos adentram na ecologia capitalista aderindo a um discurso de combustível *sustentável*, criando uma imagem de *verde*, não destruidor da vida. No entanto os biocombustíveis vêm no processo do *desenvolvimento* e, em sintonia com o crescimento econômico de histórico colonizado, fortalecem a suposta “*vocação natural*” da mesorregião pernambucana. Cria-se um novo nicho de mercado para escoar a produção de cana e fortalecer a também suposta “*vocação natural*” do Estado brasileiro enquanto exportador de matéria prima. A colônia econômica continua enviando às metrópoles suas ‘benfeitorias’. E tudo segue às custas de suas terras e de seus povos, todos aqueles *humanos-para-si*.

As devastações socioambientais que se arrastam e levam consigo tudo por onde passam cavalgam os séculos. Imagine-se terras que são verdadeiros oceanos de cana, ou

melhor, imagine-se terras que são verdadeiros e imensos desertos de cana. A falta da diversidade, a monotonia da paisagem, a imensa extensão, o abuso dos solos. Terras que chegam a ter mais de **90%** de área plantada destinada apenas à cana de açúcar, em detrimento da produção de **todasas** demais **lavouras, temporárias e permanentes**. Se praticamente todas as terras são utilizadas para injetar energia nas máquinas (*biocombustíveis*) e fazer drogas para o povo (açúcar), que terras são trabalhadas em função da vida? Os que ali habitam não se alimentam de bagaço de cana. Esta mesorregião tem histórico de importação de alimentos e fome. Os sistemas agrícolas, nela, funcionam em outro sentido que não o original. Revisitados, no sistema capitalista servem para alimentar o capital, não a vida.

Assim, onde a plantação ou *plantation* avançou, nas Américas e particularmente no Brasil, os engenhos foram ganhando espaço, em detrimento das florestas e dos sistemas agroflorestais ameríndios, bem como das culturas alimentícias, até a absolutização atual do fenômeno e apesar das resistências locais. A Zona da Mata, desde a colonização, precisou importar alimentos para sua população colonial, em proporção que permanece curiosamente constante ao fio do tempo. Como sublinha Galloway, isto também é um traço da modernidade (1989:60). Antes mesmo de serem urbanizados na sua moradia, os trabalhadores do açúcar, que consumiam apenas os subprodutos menores do açúcar e numa proporção muito pequena, compravam parte importante do que comiam. Ou seja, estavam longe de um sistema agrícola de tipo camponês, a não ser de forma marginal, quase clandestina, embora importante (...). (DABAT, 2018, p.25)

Os problemas de fome afetam diretamente a saúde. A terra é trabalhada para o capital, buscando o des-envolvimento da produção agrícola e, por exemplo, questões de saúde. Se des-envolve o sentido milenar do trabalho com o solo para gerar e reproduzir a vida, colonizando-o e resignificando-o no sentido do capital. Visando o crescimento econômico, e não a vida, é que se forma o contexto apontado em pesquisas sobre a Zona da Mata. Como exemplo,

Uma pesquisa realizada em 1985 constatava as más condições de vida, falta de saneamento básico, carências graves de um sistema de saúde precário ou inexistente. A resultante era a vulnerabilidade extrema destas populações, em particular as crianças. “O sarampo, doença benigna nos bem-nutridos, assumia proporções graves entre os malnutridos, sendo responsável por uma elevada incidência de morte”. Não é surpreendente que a esperança de vida fosse apenas de 46 anos e a mortalidade infantil fosse estimada a 102 por mil na região. O IPEA realizou um levantamento sobre as condições de vida das populações na região. Em 40 municípios da Zona da Mata, seca e úmida, foram colhidos dados a respeito de 126.000 famílias indigentes, sendo o total de famílias na região de 255.000. Ou seja, constatou-se que a indigência tocava quase a metade destas. 49% em vez de 45% para todo o estado e 29% para o país. (DABAT, 2016, p.174)

O plantio de cana em sistema de *plantation* produz fome, desmatamentos, queimadas, uso de venenos, de produtos químicos, extensas monoculturas, destruição da

biodiversidade local. Aflige os solos, com todos seus *microseres*, e o *espaço geográfico* como um todo (FIGUEIREDO, 2010). Com isso, não afeta apenas a matéria, mas também os poderes sociais e as subjetividades. Coloniza as mentes através da construção de uma suposta “*vocaçãonatural*” para a região canavieira. Coloniza as práticas através de uma série de políticas, sejam elas coloniais, ditatoriais, ou mesmo de esquerda, que se voltam particularmente ao estímulo da economia *colonial* (independente de época) do açúcar, protegendo e fortalecendo este sistema econômico secular. Os povos oprimidos não são mais aprisionados. São postos a trabalhar apenas nas entressafras, a passarem fome, dependerem de oligarquias seculares, se intoxicarem com venenos. Estes povos continuam escravizados, colonizados com um sentido único para suas vidas, que seja na cana de açúcar. “*Se precisasse de ilustração, notar-se-ia que o primeiro aluno de medicina oriundo dos quadros de canavieiros ingressou na faculdade em 2010. Quase cinco séculos depois que os primeiros pães de açúcar brasileiro fossem comercializados em Antuérpia.*” (DABAT, 2010, p.15). Acredito que não devamos enxergar a universidade como destino necessário para toda a humanidade, no entanto, a **primeira pessoa** do quadro de canavieiros ter tido a possibilidade de ingressar em um dos cursos mais concorridos do ensino superior brasileiro **apenas em 2010** é um dado bastante representativo, e alarmante.

A chegada dos colonizadores, e sua aliança com as elites que fortaleceram, destruiu em grande parte formas milenares de vida. Esta colonização, através de ações sobre o espaço geográfico, trouxe para as terras até então habitadas pelos povos originários um novo tipo de lógica. A lógica que, como apresentei, via no escambo uma forma de acumulação, e não de socialização como pela ótica dos povos originários. Que olha para seres vivos e não enxerga *humanos-para-si*, mas formas de gerar capital. Que evolui no tempo gerando seres cada vez mais individualistas, produtivistas, despreocupados com o equilíbrio e a harmonia da vida. Uma lógica que busca se impor enquanto hegemônica, passando por cima e buscando tornar *invisíveis* experiências milenares como as policulturas, as produções em pequena escala, as relações de solidariedade e sustentabilidade, o plantio sem uso de venenos e produtos químicos. No entanto, se tornando resistência contra-hegemônica, diversas são as experiências que buscam outras formas de produção e reprodução da vida. Em um certo sentido, se reconectam a práticas de uma matriz de racionalidade que se aproxime mais da lógica dos povos originários, trocando a partir das práticas passadas e presentes destes últimos. Por outro, se reinventam no seio de um capitalismo bastante avançado sobre o campo que gera condições socioambientais alarmantes. Estas experiências, entre as quais se inclui a

da associação aqui estudada, a ASSIM, devem ser melhor compreendidas em sua resistência. Para não nos aprofundarmos nas violências geradas com a busca por *envolvimento*, devemos resgatar as práticas voltadas para uma economia que não destrua, mas promova, relações sustentáveis e de solidariedade.

3.3 DO *ECONOMICÍDIO* À ECONOMIA SOLIDÁRIA EM AGROECOLOGIA

A construção do chamado *Novo Mundo* passou pela destruição de mundos pré-existentes à chegada dos colonizadores. A diferente matriz de racionalidade, uma forma diferente de concepção da vida, ao se impor aos novos territórios, buscou sobrepor suas próprias lógicas às lógicas que considerava inferiores, às lógicas que não considerava de seu próprio interesse. Isso porque este homem branco ocidental colonizador enxerga sua matriz de racionalidade em um sentido calculista da vida. Ou pelo menos este é o pensamento que vai de certa forma ser mais institucionalizado na sociedade ocidental, ou seja, vai ser produzida uma conceituação científica para afirmá-lo. Segundo Temple (1998), isso vai acontecer pouco menos de um século depois da invasão europeia das Américas, especialmente a partir das ideias do inglês Thomas Hobbes (1588-1679). Assim,

(...) desde Hobbes um único princípio era imaginado como motor da economia: o interesse. Hobbes afirmou que os primeiros homens, dotados da natureza de uma razão calculista, consideravam mais vantajoso ou saquear o jardim alheio do que cultivar um, ou que fosse necessário defendê-lo por um ataque preventivo. A *guerra de todos contra todos* teria, no entanto, sido superada quando a razão mostra a vantagem do contrato e da troca. Uma tese tão pobre só se explica se for admitida a concepção que Hobbes tem sobre a razão humana, a mais reducionista que se possa conceber: a capacidade de calcular em interesse próprio (...). (TEMPLE, 1998, tradução livre)

Mesmo que ainda não tendo sido conceituada a partir desta racionalidade de que o ser humano por natureza é este ser vivo que em tudo calcula a favor de seu próprio interesse que, como expresso anteriormente, os colonizadores e os povos originários possuíam diferentes compreensões sobre o escamboque realizavam. É também a partir desta lógica, e do sentimento de superioridade enquanto supostos donos das terras invadidas, legitimados por si mesmos, que vão buscar instaurar os seus interesses. A suposta reciprocidade realizada na troca dos presentes era vista como construção de uma humanidade, de laços em comum, pelos povos originários, oriundos de comunidades de reciprocidade, e por uma relação de interesse pelos colonizadores ocidentais, carros-chefes na construção de uma sociedade capitalista global.

Para os ocidentais, o presente serve a desarmar o adversário, a colocá-lo em confiança para que a confrontação passe da violência à concorrência pacífica, mas o verdadeiro motor é seu interesse (...). Essa filosofia parece oposta à das comunidades de reciprocidade onde a centralidade seria de criar, como dizem os Kanak, uma única fala, quer dizer uma compreensão mútua, um só teto, quer dizer um sentimento de humanidade compartilhado por todos. Os valores espirituais são o bem comum que uns e outros têm em vista quando eles renunciam a seu interesse próprio a fim de levar em conta o do outro. Compreende-se, desde então, que duas motivações podem concorrer ou se enfrentar quanto à motivação da produção. Uma pode ser dita: *se, para ser, é preciso dar, para dar, é preciso produzir*. A outra: *se, para ter, é preciso trocar, para trocar, é preciso produzir*. (TEMPLE, 1998, tradução livre)

Se a primeira colocação afirmaria uma comunidade de reciprocidade, a segunda claramente é de uma lógica de mercado. Os colonizadores reformularam o sentido próprio da reciprocidade por enxergá-la sob a ótica de mercado. Ocuparam as mentes com a colonização de um sentido único para a razão humana que seja *“definida de maneira mais instrumental, que ela seja ainda mais mutilada de toda sensibilidade ao simbólico, e que a consciência afetiva seja ainda mais desqualificada, o sentimento de humanidade, reduzido ao do interesse privado.”* (TEMPLE, 1998, tradução livre). Como exemplo contrário desta compreensão que deforma a noção de reciprocidade, mostrando que outras economias podem funcionar por outros meios, existe o caso dos jovens casais em Ruanda onde, quando se casam, as famílias vizinhas atuam em mutirão para construir seu novo lar. Lá o termo *umuhana* traduz esta ajuda mútua generalizada significando uma comunhão à humanidade, e não a busca por um interesse próprio (TEMPLE, 1998).

Dominique Temple definiu como *quiproquohistoriquea*

Ilusão das comunidades de reciprocidade quando elas tomam os colonos que viam desembarcar como homens vindos de sociedades de uma mesma natureza (...). Ninguém poderia imaginar, de fato, nas comunidades de reciprocidade, que os europeus não respeitavam os princípios fundamentais da economia humana, ninguém imaginava a priori que eles tinham escolhido basear seu poder no princípio do interesse e da troca. Se eles acumulam é pra doar, imaginavam, e se eles trocam é pra adaptar a redistribuição a favor dos que recebiam a doação... Enquanto permanece a ilusão, e ela pode permanecer por muito tempo já que ela ainda acontece, os dois mecanismos de base dos dois sistemas econômicos antagonistas juntam suas forças para transferir para um só lado toda a riqueza material. (TEMPLE, 1998, tradução livre)

Então os dois lados antagônicos acabam por contribuir, objetivando ou não, a um mesmo fator: a acumulação material dos colonizadores. Impondo-se, estes últimos vão buscar que se construa e prevaleça, nestas novas terras conquistadas, a sua lógica. A partir desta racionalidade praticam o *economicídio* que representa, segundo Dominique Temple (1998, tradução livre),

A destruição das estruturas de produção do sistema de reciprocidade em favor das estruturas de produção do sistema de livre comércio, pois não são apenas os fundamentos da cultura e da ética que estão em jogo, mas os da economia da comunidade.

Este *economicídio*, então, acontece não em função de uma crença pelos colonizadores de que com ele os povos originários teriam uma vida melhor. Acontece para instalar a base daquilo que foi discutido nos tópicos anteriores, a construção de um capitalismo global tendo a Europa como seu centro. Instalar as estruturas de produção para um sistema de livre comércio é necessário para construir nas terras colonizadas um tipo de economia consistente com o círculo econômico de Portugal, gerando as estruturas necessárias para a centralidade da coroa e a dependência da colônia. Esta destruição dos sistemas econômicos de reciprocidade, como não poderia deixar de ser, não afeta apenas questões produtivas e de comercialização. Não afeta apenas “questões de mercado”. Pensar isso já é fruto de uma visão distorcida do que é economia, construída no centro do capitalismo.

Vem do grego a construção desta palavra que tanto diz sobre a vida. Economia seria a junção de *oikos* (casa) e *nomos* (gerir, administrar), apontando esta ciência como a da gestão da casa, compreendida em um sentido amplo. No entanto, hoje, a economia é concebida como a ciência que visa economizar recursos escassos, novamente com aquela concepção reducionista da razão humana a um sentido puramente calculista sobre tomadas de decisão. A partir desta lógica econômica se concebe os bens naturais como recursos, como mercadorias, a partir de uma mercantilização da natureza. Estes recursos, como pressuposto desta racionalidade econômica, seriam escassos frente a uma ideia de necessidades infinitas do ser humano. A economia, então, seria a ciência responsável por compreender como o humano, a partir de sua suposta razão calculista, toma decisões para gerir estes ditos recursos escassos, “*como se fosse próprio da ação e da conduta humana proceder sempre a partir de um “cálculo utilitário de conseqüências”, segundo a expressão de Guerreiro Ramos (1989).*” (FRANÇA FILHO, 2007, p.158).

Se economia é algo tão amplo quanto gerir o lar, podendo este ser visto como a casa, a cidade, a comunidade, o país, o planeta, então sua funcionalidade será algo de influência sobre a vida de forma geral. Se a gestão deste lar, em sentido amplo, é tida em função de maximizar com caráter utilitarista o uso dos *recursos* naturais, tal racionalidade se instaurará sobre a sociedade. A competitividade se alastra, junto com o individualismo, ou ainda a inconseqüência sobre a sustentabilidade das ações produtivas e comerciais. A lógica de funcionamento de uma economia se entranha na sociedade. Se ela não é permeada de razões sociais, sustentáveis, justas, solidárias, então sua sociedade também não o será. É por

isso que se faz necessário compreender que a economia não deve ter esse sentido único construído no seio do sistema capitalista como hegemônico. É neste sentido que

A definição substantiva, por outro lado, especialmente em seu sentido polanyiano, compreende a economia como “um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza que permite um aprovisionamento regular de meios materiais para satisfação de necessidades” (Caillé, 2003, p.221). Este sentido substantivo relaciona-se com a concepção aristotélica de economia e com a própria etimologia da palavra, remetendo à noção de ciência da boa gestão da casa (*oikós*) ou das condições materiais de existência. (FRANÇA FILHO, 2007, p.158)

Para isso deve a economia funcionar. Para garantir a possibilidade da nossa existência, da existência da vida. As necessidades ditas infinitas pela ótica econômica dominante se atrelam justamente a uma forma de se pensar a economia, de se pensar o consumo, de se pensar a própria natureza humana. O território, articulado em rede, tem potencial para satisfazer as necessidades de quem nele habita. É olhando para e a partir dele que a economia deve funcionar, na perspectiva da diversidade plural dos povos e dos territórios. É nele que a economia estará entranhada e se entranhará, sendo influente sobre a vida. É por isso que muitos consideram, e eu também, que a economia deva ser permeada não apenas por racionalidades calculistas e de puro interesse próprio. Esta matriz de racionalidade está dentro do pensamento daqueles que trabalham por uma *economia solidária*.

Como elementos nucleadores, que seriam, pelo menos em princípio, transversais às distintas visões sobre a *Economia Solidária*, merecem destaque: (i) a valorização do trabalho, do saber e da criatividade dos seres humanos, afirmando sua supremacia em relação ao capital; (ii) a identificação do trabalho associado e da propriedade associativa dos meios de produção como elementos fundamentais na construção de formas renovadas de organização econômica, baseadas na democracia, na solidariedade e na cooperação; (iii) a gestão democrática dos empreendimentos pelos próprios trabalhadores (**autogestão**); (iv) a construção de redes de colaboração solidária como forma de integração entre os diferentes empreendimentos. (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.108, grifo meu)

Por mais que se possa pontuar elementos nucleadores, como bem o fizeram Cláudia Schmitt e Daniel Tygel na citação anterior, a economia solidária é um conceito polissêmico. Não se pode conceituar em um sentido direto o que é a economia solidária na sociedade. A concepção que está neste trabalho contempla tanto práticas antigas quanto mais novas na história da humanidade. Práticas milenares de vários tipos, práticas relativas a *sistemas econômicos de reciprocidade*, devastados pelos colonizadores com o *economicídio*, mas também práticas reinventadas. No entanto, no mundo aconteceu um movimento pela economia solidária que não é milenar. Um movimento por uma maior institucionalização de práticas com este viés econômico, buscando inclusive a construção de redes. No Brasil, foi nos anos 1990 que se iniciou este movimento.

Essa outra economia configura um imenso campo que possui uma grande diversidade. As práticas se encontravam dispersas e fragmentadas. A partir do momento em que o conceito “economia solidária” se consolidou, na última década, constitui-se num aglutinador de todo um campo de atividades, possibilitando articulá-las com outras experiências em torno dum amplo movimento social. No Brasil, um fruto do movimento da economia solidária é o surgimento da Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. (LISBOA, 2005, p.109)

A SENAES, criada em 2003, foi uma resposta a esta crescente demanda pela institucionalização dessa economia que se propõe a promover e fortalecer a solidariedade, mas foi extinta pelo governo Michel Temer, reduzida a uma subsecretaria. Vinha dela a diretriz de se pensar políticas públicas que favoreçam e fortaleçam experiências dentro desta categoria, e seu debate. Este, no seio de uma sociedade ocidental, passa pelo questionamento da definição de economia, entendida como fenômeno que não possui apenas um caráter de mercado. Em contrapartida, “(...) trata-se de um conjunto de atividades que simultaneamente articulam tanto a luta política quanto a geração de renda (...)” (LISBOA, 2005, p.114), com o pensamento de que “se não houver uma transformação pessoal, cultural, uma ruptura com o espírito do capitalismo, não haverá substrato para uma outra racionalidade econômica senão a capitalista.” (LISBOA, 2005, p.114). Apresentarei com a conclusão da sistematização de experiência realizada com a ASSIM que o fator da transformação pessoal, cultural, a necessidade da ruptura, é influente sobre a associação.

Segundo o professor Genauto Carvalho de França Filho (2007), Karl Polanyi (2000) defende que nas mais diversas economias existem 4 princípios do comportamento econômico: o mercado autorregulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade. O problema com o capitalismo seria a dominância do princípio do mercado autorregulado, que acaba comandando, ou por vezes mesmo fazendo desaparecer, os demais. A economia solidária não seria então a negação do mercado, se este for compreendido como lugar de troca. A economia solidária seria a elaboração das práticas econômicas na sociedade em que se observa equilíbrio entre os princípios.

Algumas dessas manifestações são bastante visíveis nos meios populares, conforme revela a prática mais conhecida sob o título de *mutirão*. O *mutirão* é uma forma de auto-organização popular, comunitária, coletiva e solidária, para a concretização de projetos ou para a resolução de problemas públicos concretos vividos pelas pessoas no seu cotidiano. Ele consiste em associar o conjunto dos moradores de uma comunidade na realização dos seus próprios projetos coletivos como, por exemplo, a construção de equipamentos públicos ou de próprias casas. Trata-se, efetivamente, da implantação de atividades que são completamente indissociáveis da vida social do bairro. O final de um dia de trabalho em *mutirão* costuma sempre terminar numa grande festa coletiva popular, marcada, em geral, pela *feijoada*. Percebe-se, nestas práticas, a força da dimensão não monetária. (FRANÇA FILHO, 2007, p.167)

A economia solidária compreende estas práticas como econômicas, mesmo não sendo construídas no sentido de se economizar recursos escassos, com uma racionalidade que objetive apenas o interesse próprio. O mutirão é uma estrutura econômica por ser um momento de ação coletiva que visa um provisionamento regular de meios materiais para satisfazer necessidades. As pessoas não participam dele calculando o que ganharão em troca. Participam muito mais por relações de solidariedade anteriormente construídas. A prática mencionada anteriormente sobre a construção do lar para os jovens casais em Ruanda é uma prática econômica daquela sociedade, é uma forma daquele povo gerir suas necessidades em articulação com seu território. Quando uma família se divide nas tarefas de casa para garantir suas necessidades materiais pode também ser uma prática de economia solidária, pensando que no seio do lar acontece uma série de atividades visando garantir meios materiais para a sobrevivência da família. Os quilombos também, as aldeias dos povos originários, certas comunidades, a história humana é repleta de economias de reciprocidades e solidariedades⁶.

Entre as práticas mais institucionalizadas, vindas da onda de um movimento por uma economia solidária mais recente, se fala muito nas incubadoras tecnológicas de empreendimentos solidários, nas entidades de fomento destas práticas, nos gestores públicos, nas redes de catadores e recicladores, nas feiras agroecológicas, em empresas recuperadas por autogestão dos trabalhadores, nas redes de comércio justo, nos congressos de economia solidária, nas experiências de finanças solidárias (como o banco Palmas), em clubes de troca, grupos de consumo, e nas mais conhecidas que são as cooperativas e as associações.

Como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado⁷ baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil (HIRST, 1994: 15). Como prática econômica, o associativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. (PELEGRINI; SHIKI; SHIKI, 2015, p. 78)

No Brasil, as cooperativas e associações proliferaram no meio rural principalmente a partir da revolução verde, que na prática representou avanço do capital sobre o campo. Para tal, o Estado precisaria de estruturas que levassem a este avanço, a um “melhor” controle sobre o campo. Enquanto a ideia de associações e cooperativas surgiu de um movimento

⁶Existem diferentes sentidos que esta palavra adquiriu nos tempos mais recentes, nem sempre assumindo o mesmo sentido que trago nesta dissertação. A filantropia, o empreendedorismo social, entre tantas outras expressões são hoje em dia também sinônimos de solidariedade, mas não a partir da ótica da economia solidária aqui trabalhada.

⁷ Esta é uma das visões do associativismo. No entanto, a defesa de movimentos como o da Economia Solidária e sua compreensão sobre as associações não passa por uma economia de mercado, compreendendo o mercado como apenas um dos princípios econômicos (ver POLANYI, 2000).

operário contra hegemônico inglês, de enfrentamento ao crescente capital industrial, na pioneira cooperativa de Rochdale do século XIX, no Brasil muitas destas estruturas vão surgir para fortalecer o capital e, pior, estimuladas pelo Estado. Muitas delas vão fortalecer o desenvolvimento de uma agroindústria no país e de subordinação dos produtores agrícolas ao mercado capitalista, fugindo dos ideais originais dos pioneiros de Rochdale, que refletiam a autogestão, a emancipação, a solidariedade e a equidade. Muitas vezes, no Brasil,

As cooperativas se apresentam como mecanismo através do qual o Estado disciplina o pequeno produtor no uso de crédito e insumos modernos, ao mesmo tempo em que oferece ao Estado uma organização relativamente fácil de penetrar e manipular, seja pela própria tendência das direções das cooperativas a se desvincular das bases, seja através dos mecanismos materiais e legais pelos quais a cooperativa depende do Estado. (SORJ e WILKINSON, 1983, p.181).

Que seja lembrada a cooperativa de Tiriri que citamos no tópico anterior, construída como articulação a favor do capital e da construção de uma classe média no campo, e não como processo autogestionário de construção de uma outra economia.

[No Brasil] a formação de associações era uma forma encontrada pelo Estado para evitar as possíveis insurgências no campo, à medida que, através delas, promovia a disseminação de investimentos públicos e “permitia” a participação, dificultando, dessa forma, a organização de movimentos radicais no espaço agrário. Patrocinadas pelo governo, essas organizações se constituíram num importante mecanismo para a entrada do capital nos espaços agrários. (OLIVEIRA; SANTOS, 2012, p.73)

As associações e cooperativas no Brasil, neste sentido, em muitos casos são influenciadas pelo *des*-envolvimento do capital e acabam não sendo criadas em busca de construções solidárias de organização, na busca por esta economia solidária que venho falando, mas sim para acessar editais e políticas públicas, recursos. Não surgem de projetos de solidariedade e reciprocidade criados para contribuir com a solução de problemas comuns e a transformação social, ou seja, no sentido do enfrentamento ao capital. Muitas vezes continuam formas hierarquizadas de planejamento e gestão, mantendo o objetivo principal capitalista, gerar lucro, e compreendendo a economia apenas por seu viés de mercado.

Reduzir a atividade econômica apenas ao princípio de mercado é característico do sistema capitalista. Segundo França Filho (2007), a partir da ótica da economia solidária se pode atuar enfrentando quatro reducionismos econômicos trazidos pelo capitalismo. São eles: a) a redução da ideia de empresa à empresa mercantil, b) a redução da ideia de economia à troca mercantil, c) a redução da ideia de política ao Estado, e d) a redução da ação humana à ação interessada. Sua compreensão fica mais clara por suas próprias palavras:

a) a redução da ideia de empresa à empresa mercantil:

um desses reducionismos é a tendência a se conceber a empresa produtiva como sinônimo de empreendimento lucrativo com fins utilitários. Tal modo de pensar anula as possibilidades de implementar ações coletivas organizadas de natureza produtiva, e atividades econômicas sem fins de acumulação privada, para benefício de grupos e comunidades territoriais. Isto implica ampliar o conceito de empresa produtiva para além da norma capitalista, assim como redefinir os parâmetros de gestão comumente utilizados, na direção de um maior desenvolvimento e institucionalização de formas autogestionárias. (FRANÇA FILHO, 2007, p.161)

b) a redução da ideia de economia à troca mercantil:

um segundo reducionismo susceptível de superação nesse debate é aquele que associa economia exclusivamente à lógica utilitarista da economia de mercado ou da troca mercantil. Tal reducionismo impede a ampliação da compreensão do que seja o ato econômico e de seu sentido para a vida em sociedade, na direção de sua resignificação enquanto forma de produzir e distribuir riquezas. A superação de tal reducionismo permite enxergar as singularidades das formas diferentes de definir a economia, entre as quais aquela que coloca a solidariedade no centro da elaboração de atividades produtivas. (FRANÇA FILHO, 2007, p.162)

c) a redução da ideia de política ao Estado:

um terceiro reducionismo consiste em separar a política da sociedade, ou seja, das práticas cotidianas dos cidadãos em seus respectivos territórios, como se o *locus* fundamental da política fosse exclusivamente as estruturas de Estado. A visão da economia solidária aqui trabalhada insiste na ideia da economia como um meio a serviço de outras finalidades: sociais, políticas, culturais, ambientais, etc, e não como um fim em si mesmo. Isto significa conceber as atividades econômicas constituídas através de iniciativas organizadas como formas de resolução de problemas públicos concretos num determinado território. As formas de economia solidária podem também ser percebidas como modos de ação pública, de fazer política no seio da própria sociedade, na medida em que tais iniciativas voltam-se para resolver problemas públicos vividos coletivamente num determinado contexto territorial. Trata-se, evidentemente, do fomento a uma política do cotidiano nos bairros e comunidades, que incita os cidadãos a agir. (FRANÇA FILHO, 2007, p.162)

d) a redução da ação humana à ação interessada:

ao contrário das abordagens da ação social em termos de escolha racional, como se a característica da ação humana fosse proceder sempre e exclusivamente segundo um cálculo utilitário de consequências, numa visão que enfatiza a dimensão estratégica dos comportamentos individuais, a perspectiva da economia solidária abre-se para uma visão mais complexa do humano. Este é pensado antes de tudo como um ser simbólico, dotado de valores, e cujo comportamento não pode ser entendido em termos de previsibilidade mas, sobretudo, de incerteza. Se a necessidade, que por vezes impele os atores a condutas utilitárias, constitui um elemento não desprezível na análise dessa realidade, por outro lado, tal fator não pode ser considerado o motor exclusivo na explicação das condutas humanas, sobretudo em matéria de economia solidária. (FRANÇA FILHO, 2007, p.162)

Atuar contra esses reducionismos acontece no sentido de inserir o humano e a vida na centralidade do sistema econômico. Para tal, a economia solidária demanda seus próprios mecanismos de gestão. Trabalha em um sentido de autogestão, sempre em uma

organização coletiva, buscando a sustentabilidade socioambiental dos territórios onde é praticada. Assim,

Segundo diversos autores (Magalhães et al, 2004) (Gaiger, 2007), os empreendimentos de *Economia Solidária* teriam características próprias, demandando a construção de novos processos e ferramentas de gestão, de forma a compatibilizar suas características internas (autogestão, participação, reciprocidade) com sua inserção em um ambiente econômico onde predominam outras formas de racionalidade. (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.122)

Esta autogestão não é fácil de ser realizada por grupos historicamente colonizados e subalternizados, acostumados a terem seus corpos calados. É uma experiência difícil de ser concretizada por grupos herdeiros do predomínio do autoritarismo e da violência da escravatura. Operacioná-la concretamente é um grande desafio. Trabalhadores e trabalhadoras subalternizadas a partir do trabalho na cana de açúcar, por exemplo, aos/às quais foi imposta uma “*vocação natural*”, não têm o hábito da autogestão. Têm em sua formação histórica a subalternização a partir do trabalho opressivo e hierárquico que são submetidos. Assim, para construírem uma experiência em autogestão precisam desconstruir suas práticas e hábitos existentes desde o trabalho na cana. Precisam de transformações para, a partir de si, estabelecerem um outro modo de vida. A formação para uma autogestão nos territórios aparece então enquanto fator primordial para que as problemáticas locais sejam tratadas na raiz e para o autoconhecimento de seus habitantes na capacidade de autogerir o trabalho e a vida.

Na autogestão passa-se por processos que atuam contra o reducionismo da política ao Estado, compreendendo esta também como construída no cotidiano pelas próprias pessoas. Acredita-se que os que estão inseridos nas práticas sejam os mais indicados para a gestão do território por serem eles quem têm a real vivência e, por assim ser, quem têm o real conhecimento sobre as problemáticas, as necessidades, as boas configurações, enfim, as características do território e do que nele se insere. A autogestão promove ainda um sentimento de pertencimento e de criação de identidade coletiva. Uma experiência autogestionária traz as opiniões e os questionamentos dos que produzem – seja lá o que for produzido (alimentos, artesanato, projetos, ideias, financiamentos) - para a gestão desta produção e do que se seguirá dela. Estando estas pessoas mais diretamente envolvidas nas consequências dos atos da gestão territorial buscarão realizações mais condizentes com a realidade, e que tragam melhorias para sua qualidade de vida, graças ao saber local. Este não é percebido a partir de um isolamento frente a outros saberes, mas sim construído por um diálogo entre os mais diversos saberes, como por exemplo a aliança entre saberes de

agricultoras e agricultores junto a acadêmicos, ao dos povos originários, entre outros. Tal lógica é contrária ao entendimento sobre o *des-envolvimento* de aplicar receitas em localidades ditas *subdesenvolvidas*⁸, e estimula a construção de um território emancipado e politicamente ativo, já que, como argumenta Santos,

o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política. (SANTOS, 1999, p.21)

No entanto, “*É importante notar que mesmo as atividades autogeridas, apesar de serem democráticas, não têm garantias de escapar à lógica do capital. Essa é uma das grandes lições históricas dos movimentos cooperativistas e autogestionários.*” (LISBOA, 2005, p.113). Para ser uma prática da economia solidária, muito mais que ser uma unidade autogestionária embasada no saber local, é importante o caráter político da construção. Isso se dá a partir da busca pela construção de uma outra matriz de racionalidade que não a capitalista, que consiga fugir das *vocações naturais* construídas em um sistema colonial. Cooperativas como a da UNIMED, ou muitas associações estimuladas pelo SEBRAE, constituídas a partir de uma ótica de mercado (DUBEUX et al, 2018), não podem ser compreendidas enquanto economia solidária.

A partir, e além, da autogestão, existe a importância de estímulo a formas de produção e de comercialização que contribuam para a consolidação da solidariedade e da sustentabilidade no território. No capitalismo, trazido pelos europeus, as formas postas atuam fortemente no sentido de valorização ao empreendedor individual, à competição, à visão do meio enquanto recurso, à exploração, e no sentido de uma extrema concentração de poder e de riqueza. Na economia solidária se preza por uma produção e uma comercialização sem hierarquização, com solidariedade entre os povos do território, e externos a este, e com um pensamento e ações sustentáveis articuladas entre si. Se defende também a desconcentração, tanto dos meios de produção e comercialização quanto de seus frutos, para que a qualidade de vida no território se estabeleça de forma igualitária entre os povos, respeitando as suas diferenças.

⁸ Os polos de desenvolvimento em Pernambuco são exemplos, como o polo gesseiro do Araripe, o polo de confecções de Toritama, ou ainda o polo de desenvolvimento do complexo industrial portuário de Suape. O Estado atua no sentido de aplicar receitas visando um crescimento econômico, pela ótica de mercado, passando por cima das identidades e dos territórios locais, frequentemente ditos *atrasados*, *subdesenvolvidos*.

Esta economia precisa ser compreendida a partir de uma centralidade na natureza enquanto vida em rede. A natureza enquanto ecossistema no qual o humano é um dos componentes, e não como algo externo que deva ser dominado por ele. Não necessariamente a partir de uma mesma matriz de racionalidade como a dos povos originários. Como apresentei existem diferentes crenças sobre o início dos tempos, existem diversas questões culturais, e territoriais, que diferenciam povos de outros. Mas, dentro de cada cultura, é importante que, de sua forma, se compreenda esta conexão existente na vida. É preciso pensar e atuar através de uma sustentabilidade. Não de uma sustentabilidade *utilitarista, interesseira*, mas de uma sustentabilidade que perceba que existe um elo que liga uma vida a qualquer outra. Se faz importante uma economia permeada por tal compreensão, já que “*o crescimento pelo crescimento, tal como definido pela dinâmica capitalista da reprodução ampliada (D-M-D’), é a ideologia da célula cancerosa.*” (LISBOA, 2005, p.110).

Em seu campo de atuação, encontramos hoje no Brasil quatro tipos de atores da economia solidária institucionalizada (FRANÇA FILHO, 2007). São estes: (i) os **empreendimentos econômicos solidários (EES)**, que são as próprias unidades que produzem mas não apenas com ótica de mercado; (ii) as **entidades de apoio e fomento (EAF)**, que apoiam e fomentam os EES, mas também outras experiências da economia solidária como a construção de redes; (iii) as **estruturas de auto-organização política**, sendo estruturas de rede de articulação política construídas pelos próprios grupos que trabalham com a economia solidária em suas atividades; e (iv) as **estruturas da institucionalidade pública de Estado**, como a rede de gestores de políticas públicas de economia solidária, ou ainda a extinta SENAES. No caso da experiência da ASSIM, ela própria é um empreendimento de economia solidária, mas também acontece em seu território a atuação mais direta de EAFs e de estruturas de auto-organização política, que serão melhor discutidas no terceiro capítulo. É importante que se compreenda que essas estruturas de organização coletiva são influentes sobre as experiências de economia solidária, mas dentro delas os sujeitos individuais também direcionam a construção a partir de suas identificações próprias.

A experiência da ASSIM traz uma interessante articulação de movimentos que buscam construir a partir de um outro paradigma de racionalidade que não o da economia capitalista. Mas não é apenas nesta experiência que a *agroecologia* e a *economia solidária* se cruzam. Estes movimentos têm em comum a compreensão da importância de construção de outras formas do fazer econômico que não a capitalista. Mesmo o debate destas temáticas na sociedade brasileira tem suas correspondências, tendo a I Plenária Nacional de Economia

Solidária sido realizada em São Paulo no ano de 2002, e também neste mesmo ano o I Encontro Nacional de Agroecologia, no Rio de Janeiro.

A agroecologia tem base inspirada no tipo de agricultura dos povos originários, que viram seus *sistemas econômicos de reciprocidade* atacados por um *economicídio* (TEMPLE, 1998). Percebe a possibilidade de se produzir os alimentos necessários à vida sem a contradição capitalista de, para tal, destruí-la.

Uma parte importante dessas práticas sociais identificar-se-á como portadora de um referencial comum, a *Agroecologia*, termo que passa a incorporar, tanto no discurso dos protagonistas dessas iniciativas como na literatura existente sobre o tema, diferentes níveis de significação. Em alguns contextos, será identificada como uma disciplina científica (ou campo de conhecimento), que tem como objeto *a aplicação de princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis* (Gliessman, 1997). O enfoque agroecológico tem sido traduzido, também, como o *manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação coletiva, para o estabelecimento de sistemas de controle participativo e democrático no âmbito da produção e da circulação* (Guzmán, 2003). Vem sendo definido, ainda, como *a abordagem de gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da produção familiar* (ENA, 2002). Em outros momentos, a *Agroecologia* é vista como um novo modo de vida rural, capaz de conjugar valores, *qualidade de vida, trabalho, renda, democracia, emancipação política, em um mesmo processo* (PÁDUA (relat.), p. 7) ou, ainda, *como uma ferramenta de resistência dos camponeses e camponesas na proposição de outro projeto de agricultura* (MMC, Brasil, s/d).” (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.111)

Assim como na economia solidária, também diversas são as compreensões sobre a agroecologia. No entanto, de forma geral, têm em comum uma matriz de racionalidade diferente da do agronegócio. Nas condições da agroecologia, jamais poderia ser produzido o contexto anteriormente apresentadosobre a Zona da Mata Pernambucana. Não estariam presentes as imensas monoculturas de cana, as relações opressoras com os trabalhadores, o forte machismo, a concentração de terras em poucas mãos, o uso de venenos químicos, a produção com ótica apenas para o mercado. Ou pelo menos não o estariam no que se pensa como práticas ideais da agroecologia, mas sabemos que contextos ideais dificilmente acontecem, a prática sempre será mais complexa que a teoria.

A agroecologia é um movimento que acaba atuando no sentido de uma *descolonização*, buscando desconstruir a lógica do agronegócio capitalista que vem cada vez mais colonizando os campos, principalmente a partir da revolução verde. Com esta dita “revolução” é fortalecida no Brasil uma nova colonização do campo para que este adquira a cultura dos colonos nórdicos industriais, e se fortaleça a cultura de mercado. A matéria orgânica, por exemplo, de grande importância para a vitalidade dos solos, não é vista pelos apoiadores da revolução verde como possibilidade de insumo para a produção. Ao contrário, incentivam o uso de produtos que enriqueçam a cadeia produtiva capitalista, como fertilizantes e adubos químicos, ou ainda agrotóxicos. Isso porque a matéria orgânica, apesar

de ser elemento riquíssimo de proteção e nutrição dos solos, pode ser encontrada nos próprios espaços de produção, sem necessariamente precisar que seja comprada. Ela é, inclusive, muito utilizada por cientistas, técnicos, agricultores e militantes da agroecologia que, inspirados em saberes ancestrais, buscam fazer uso novamente deste bem natural. A lógica do agronegócio busca se impor enquanto lógica dominante a partir da “invisibilização” das outras lógicas, como apresentei no capítulo anterior, e um exemplo disso é esta negação do uso da matéria orgânica.

O movimento da agroecologia compreende que, progressivamente, o poder dominante vai construindo dispositivos que começam a separar abissalmente os diferentes tipos de agricultura, passando a evidenciar o agronegócio industrial inserido na lógica de mercado como o único possível, invisibilizando outras práticas. É com esta intenção que, por exemplo, vai ser fortalecida pelos governos militares uma *absolutização* da cana de açúcar na zona da mata pernambucana, construindo “*vocações naturais*” para os habitantes dos territórios nela inseridos. Ou ainda que serão destinados maiores recursos do Estado para o agronegócio do que para a agricultura familiar, como apresentei. Também a EMBRAPA, ou o IPA em Pernambuco, como outros exemplos, muitas vezes fornecem às e aos agricultores sementes híbridas, que não podem se reproduzir, criando uma dependência destes/as para com a empresa que as distribui quando precisarem de mais sementes. Por muitas vezes créditos são ofertados apenas a agricultoras/es que sigam determinadas normas, às quais, para que se enquadrem, necessitam se inserir na lógica do agronegócio de mercado. Não se pode também negar a atuação da emissora de maior alcance do Brasil, a Rede Globo, a partir da influência e do poderio do agronegócio, que tem feito uso do seu poder midiático e reproduzido uma série de comerciais em defesa do agronegócio, invisibilizando outros modos de produção, sob o slogan “*Agro é pop, Agro é tech, Agro é tudo*”, promovendo uma agricultura pensada pela lógica de mercado, da monocultura, dos insumos, como pode se observar no trecho que reproduzo a seguir com o texto falado ao longo dos 49s de uma das propagandas:

O agro está em tudo. Nas máquinas que colhem os grãos, que se transformam em ração, que alimenta os animais, que geram leite, carne, lã. Lã e algodão geram roupa, roupa tá na moda. Moda gera lucro, que gera emprego e investimento, que volta para o campo, aumentando a produção de trigo, milho, cana. Cana faz etanol, que movimenta carros. Carro tá na propaganda, que anuncia tudo: o pneu de borracha que veio das árvores, o sapato de couro que veio do gado. Tudo vem do agro. Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo. Agro: a indústria-riqueza do Brasil. (AGRO... 2016)

Neste discurso se percebe uma agricultura como pautada apenas pela lógica de mercado. Produção de uma agropecuária pensada para o mercado, falando-se basicamente em

integração de cadeia produtiva, onde a natureza é vista unicamente enquanto recurso a ser consumido por este mercado. Uma propaganda repetidamente reproduzida, com aparentes objetivos de convencimento por exaustão, em que se fala em agricultura, mas se aliena o telespectador quanto à sua função principal: nutrir e fornecer energia. E para os que não são de palavras, as imagens a seguir, fragmentos retirados da vídeo-propaganda em questão, talvez sejam mais reveladoras.

FIGURA 12 – A representação do rural pela Rede Globo



Fonte: AGRO.(2016)

Nos dois primeiros quadrantes da imagem podem ser vistos grandes campos de monocultura. Nos dois seguintes, grandes máquinas de produção agrícola. A seguir, uma clara reprodução de uma atividade industrial, e finalmente o último quadrante onde se pode ler: “AGRO, a indústria-riqueza do Brasil”. Nas cinco primeiras imagens pode-se observar a paisagem do agronegócio: monoculturas, grandes máquinas, produção em larga escala, indústrias. Em nenhum momento do vídeo que discorre sobre agricultura aparecem agricultores. O mais próximo disso é um segundo de um homem dirigindo trator em um campo de monocultura. São essas as imagens constantemente repetidas para milhões de pessoas que assistem todos os dias ao canal mais visto do país. É isso que está cada vez mais sendo pautado em nossa sociedade como agricultura.

Como coloquei mais acima, quando um discurso é construído enquanto hegemônico e impositivo, e de tal forma o reproduzimos, ele começa a abafar muitos outros discursos possíveis. Se os agricultores e as agricultoras se veem progressivamente obrigados/as, inclusive por programas de governo, a se inserirem em uma agricultura do agronegócio, elas e eles vão também progressivamente perdendo os saberes tradicionais que por séculos permitiram alimentar a humanidade. No seguinte trecho de artigo de Frederico Firmiano (2010) insere-se a materialidade deste pensamento.

Maria Aparecida Moraes da Silva expõe os termos da experiência contemporânea do novo colonialismo e da violência a partir da configuração das relações produtivas do chamado agronegócio. Segundo a autora, hoje, são poucas empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais, sementes e agrotóxicos, quais sejam, Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow (sementes), além de Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus (cereais). **A agricultura familiar, voltada para a sustentabilidade, emprego de mão-de-obra familiar, produção de alimentos e para a segurança alimentar está desaparecendo ou se integrando ao agronegócio perante as determinações destas empresas.** Assim, está ocorrendo o fortalecimento de um modelo técnico-científico-agroindustrial-financeiro-midiático [vide propaganda que citamos da Rede Globo], a partir do qual capitais financeiros, de fundos de pensões norte-americanos, investidores nacionais e internacionais, entre outros, passam a ser aplicados na agricultura. (FIRMIANO, 2010, p.56, grifo meu)

Se sementes transgênicas híbridas continuam a ser distribuídas em larga escala, também é uma ameaça colonizadora à biodiversidade natural. Se é pautado um discurso, enquanto hegemônico, do adubo químico, do agrotóxico e da monocultura, se perde progressivamente os saberes sobre os biofertilizantes, os defensivos naturais, a importância da biodiversidade. De fato, por exemplo, já hoje muitos pequenos agricultores plantam em monocultura e veem sua produção constantemente atacada por pragas, acreditando que o agrotóxico seja por isso o veneno necessário, sem saber que na verdade a destruição da biodiversidade local (solo, água, plantas), através da monocultura, favorece o caminho para a plantação ter sua capacidade de defesa reduzida e, assim, facilita o aumento de pragas e diminui cada vez mais a capacidade produtiva das terras.

Com a ampliação do agronegócio e de sua hegemonização, colonizando os saberes tradicionais, se fortalece a monocultura do saber e, com isso, perdemos em diversidade, perdemos inclusive como espécie. Enquanto os grandes financiadores deste projeto alegam que a humanidade precisa deles para se alimentar, se sabe que as perdas são cada vez maiores. Estamos em caminho de uma homogeneização que, se não interrompida, nos levará talvez à irreversível destruição. Estamos em processo “evolutivo”? Estamos avançando para o bem e o melhor para a vida? O mundo hoje, graças a tantas tecnologias e

insumos artificiais, se alimenta melhor, de maneira mais diversa? Sobre tal assunto, Luiz Carlos Pinheiro Machado, e seu filho, trazem que

Os povos pré-históricos alimentavam-se com mais de 1.500 espécies de plantas e, pelo menos, 500 espécies e variedades têm sido cultivadas ao longo da história. Há 150 anos, a humanidade alimentava-se com o produto de 3.000 espécies vegetais que eram, em 90% dos países, consumidas localmente. Hoje, 15 espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – milho, trigo, arroz e soja – respondem por 70% da produção e consumo. Tende-se, pois, a uma perigosa monocultura e, como se sabe, a homogeneidade tende à morte, já que a heterogeneidade é o estado dinâmico, vital. Assim, a biodiversidade é a forma de assegurar o indispensável estado dinâmico da heterogeneidade da natureza, visto que a homogeneização produzida pelos procedimentos da “revolução verde” e das chamadas exigências de mercado paralisam os processos vitais, intrinsecamente dinâmicos e dialéticos. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p.59)

A colonização do campo está construindo em nós hábitos alimentares cada vez menos diversificados. Em nome da acumulação financeira se transformam os ricos, coloridos e heterogêneos campos mundiais em laboratórios higienizados e de uma cor só. E isto não apenas no modo de produção agrícola mas sim, de forma mais geral, colonizando saberes, destruindo diversidades. Tudo em busca do estabelecimento de um olhar específico sobre o campo que possibilite o enriquecimento de poucos privilegiados.

Este olhar enquanto hegemônico e colonizador é também violento. Entre os anos de 1985 e 2009, nos campos brasileiros, tivemos **anualmente**, em média, **63 pessoas assassinadas** em luta por terra, **2.709 famílias expulsas** de suas terras, **13.815 famílias despejadas** pelo Poder Judiciário e pelo poder Executivo através de suas polícias, **422 pessoas presas** por luta pela terra, e **92.290 famílias envolvidas em conflitos por terra**(PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010). É uma luta contínua de disputa territorial que se intensifica no Brasil desde que os colonizadores invadiram o país. A luta pelo território que, mais além, é uma disputa de interesses e de relações de poder entre o agronegócio e seus defensores (que estão nos latifundiários, mas também na bancada ruralista, em juízes, advogados, mídia, técnicos, professores, pesquisadores) e o campesinato e os povos originários (e também seus defensores). A luta se dá pelo estabelecimento de um território socioeconômico de produção e vida rural, onde temos

Uma estrutura agrária concentradora, rentista e patrimonialista no Brasil. Essas práticas violentas são indícios de um Brasil arcaico e moderno, de um território em disputa, de uma luta de classes que expropria, mata, ameaça milhares de sujeitos sociais que em seu cotidiano questionam intencionalmente ou não um único modelo do viver, mas que também contraditoriamente, possibilita seu (re) viver. (FELICIANO, p. 19, 2018, no prelo)

Estas disputas territoriais se dão física e ideologicamente. Atacam a diversidade agrícola e a de povos locais de maneira material e, junto a isso, buscam construir na opinião pública a crença em um único modelo como benéfico para a sociedade, desacreditando outros.

Defendem acima de qualquer ser humano a propriedade privada, propagandeiam os insumos químicos, vendem grandes máquinas no conto de fadas da modernidade. Buscam pautar um discurso que acabe por justificar que tantos continuem a ser excluídos do direito territorial à vida.

É importante que se compreenda, então, que a articulação das iniciativas econômico-solidárias rurais pode fortalecer movimentos sociais que dialogam em torno da economia solidária e da agroecologia, mas deve ser compreendida enquanto inserida no seio de um sistema hegemônico capitalista. Inclusive a articulação política mais recente destas práticas, engendrando os conceitos de *economia solidária* e de *agroecologia*, nasce como enfrentamento ao sistema capitalista. Nasce da compreensão de que este sistema está atuando pela destruição da vida, e pela percepção de que ele só não existirá mais se outras práticas forem aplicadas no cotidiano. Por outro lado, se nascem como enfrentamento ao capitalismo, nascem em seu seio, o que representa por vezes uma enorme contradição ou desafio. Assim, tanto os empreendimentos econômicos solidários quanto as experiências agroecológicas “(...) *deparam-se, no seu dia a dia, com uma sociedade intensamente colonizada pelas relações de mercado capitalistas, ainda que outras lógicas econômicas (da partilha, da reciprocidade) não tenham deixado de existir.*” (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.117). Estes não estão apenas em interação com estruturas de uma sociedade capitalista, mas nasceram dentro dela e por ela são influenciados, mesmo buscando outro modo de vida. É por isso que, na agroecologia, se fala na importância de uma *transição* para um outro modo de vida, que não se acredite que do dia para a noite todas as suas práticas, formas de convivência, ideologias, vão se transformar. É preciso um processo conhecido como *transição agroecológica*.

A chamada transição agroecológica implica, ao mesmo tempo, na reconexão da agricultura aos ecossistemas locais, na defesa de territórios e de formas sustentáveis de vida (vinculadas, em muitos casos, a formas de manejo e de gestão dos recursos naturais características de povos e comunidades tradicionais) e no fortalecimento da autonomia dos produtores(as) familiares na produção e reprodução de sua base de recursos. (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.111)

A transição se faz então necessária justamente pela compreensão de já existirem relações colonizadas pelo capitalismo. Por compreensão da necessidade de uma reconexão da agricultura aos ecossistemas locais. Pela defesa de territórios contra-hegemônicos, fortalecendo a autonomia de produtores familiares ou comunitários. Acontece também para atuar contra a *monocultura do saber*, a partir de uma valorização dos saberes ancestrais e da diversidade sociocultural existente nos territórios enquanto guias para as experiências neles inseridos. A transição se faz importante também para um redesenho de práticas coletivas e de

solidariedade que enfrentem a lógica individualista e de competição capitalista. Em defesa de uma materialização e construção de subjetividades que promovam os direitos sociais e da natureza, inclusive a partir da visibilização do trabalho das mulheres. A transição acontece ainda em um sentido de construir redes de colaboração e apoio mútuo entre estruturas que compartilhem visão de mundo, construir *outros* mercados, como as feiras agroecológicas, e *outras* formas de construir conhecimento, como a partir do diálogo de saberes. A transição agroecológica é fundamental pois não se pode “puxar o tapete” sem deixar um chão. Para uma revolução paradigmática que se cumpra é preciso transformar a complexidade da existência e do sistema político-econômico vivido.

Essa transição não pode ser vista apenas em um sentido de aplicação de um conjunto de outros tipos de técnicas e ferramentas produtivas que não as convencionais do agronegócio. Deve acontecer em um sentido de mudança de visão de mundo, e nela reside importante confluência entre a economia solidária e a agroecologia. É por isso que em alguns momentos ao longo desta dissertação falarei em uma “*transição agroecológica* em economia solidária”. Mesmo com anção de que a *transição agroecológica* compreende em si um processo complexo, insiro por vezes o termo “em economia solidária” para enfatizar esta complexidade, de que a transição não se dá apenas na produção. Assim, fortalecendo um processo de transição,

(...) atribui-se às associações, cooperativas e aos empreendimentos de economia solidária um papel que vai além da viabilização da produção e consumo pelas populações rurais, qual seja o de inserir grupos e comunidades em um ambiente de cooperação e educação participativa. (PELEGRINI; SHIKI; SHIKI, 2015, p.75)

No caso dos agricultores familiares, a redefinição de suas relações com o meio ambiente é um elemento-chave na transformação de suas relações com os mercados, a jusante e a montante da produção agrícola. Ao mesmo tempo, o acesso a meios de produção, como a terra, a água e a biodiversidade, não envolve apenas uma questão de *justiça econômica*, incorporando, também, uma forte dimensão ambiental. Trata-se, além disso, de um tema estratégico para a ampliação do diálogo desses dois campos [economia solidária e agroecologia] com outros segmentos sociais em temas como qualidade de vida, mudanças climáticas e riscos ambientais. (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.125)

A conexão entre agroecologia e economia solidária acontece em diversos casos. O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) mostrou que dos 21.763 empreendimentos econômicos solidários registrados no Brasil em 2017, 48,3% (10.513) eram de atuação no meio rural, e outros 17% atuavam tanto em área urbana quanto rural (SCHMITT; TYGEL, 2009). Esses dados não comprovam uma conexão direta entre economia solidária e agroecologia, mas sabendo da convergência em muitos ideais, e observando a importância do número de empreendimentos rurais, pode-se supor uma

articulação na prática entre esses movimentos, por mais que nem a agroecologia nem a economia solidária aconteçam apenas no meio rural. Assim, o Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) coloca que

A agroecologia é considerada, pela coordenação do CFES-NE, uma temática emergente para a reflexão do movimento da economia solidária, por alguns motivos, como: a) **as práticas:** agricultoras e agricultores e outros povos tradicionais que praticam a agroecologia têm se organizado por meio de associações, cooperativas e redes que são **tipos de iniciativas próprias das experiências de economia solidária**, mas ainda não está claro, para uma boa parte dessas pessoas, que economia é esta e qual o sentido mesmo de uma outra economia; b) **a valorização dos saberes ancestrais e a diversidade sociocultural** na construção de conhecimentos contextualizados que libertem os sujeitos, homens e mulheres, e gerem autonomia; c) **a luta comum** em defesa da biodiversidade e do meio ambiente, na contramão do agronegócio, um dos principais pilares do capitalismo em nosso país, que tem destruído as economias tradicionais e ancestrais com seu *economicídio*; d) **a urgência de construir diálogos e caminhos**, nos diversos espaços e territórios, para **ampliar a resistência do campesinato, dos povos tradicionais e das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo e da cidade, na defesa dos direitos sociais e da Natureza**, na vivência do Bem Viver. (ALVES; SOUSA; MEDEIROS, 2018, p.9)

Estas ações são sempre construídas a partir da realidade territorial das experiências. Compreendem que mesmo em regiões fortemente marcadas pelo capitalismo, pelo agronegócio, ainda continuam existindo os demais princípios econômicos (domesticidade, reciprocidade, redistribuição) além do mercado autorregulado. A lógica do mercado não está necessariamente presente em toda a vida social. Os mutirões, as trocas de sementes, o compartilhamento do alimento, as redes exercidas não por princípios mercantis, as festas comunitárias, as parcerias continuam existindo em muitas comunidades rurais, mesmo com o avanço do capitalismo sobre o campo após a revolução verde. Assim, estes movimentos buscam fortalecer uma *outra economia* ou uma *outra vivência agrícola*, a partir destas presenças nas relações humanas.

Se as práticas de economia solidária ou de agroecologia podem ser consideradas milenares, a articulação em *redes* políticas e movimentos sociais, fazendo tais conceitos adentrarem a sociedade ocidental, não. O fortalecimento destas práticas milenares, dentro da sociedade ocidental, vem acontecendo desde o fim do século XXa partir da existência destas *redes*, inclusive internacionais, que têm objetivos políticos de pautar seus ideais a partir de um enfrentamento e de um discurso afirmativo sobre outras possibilidades de existência. É preciso então fortalecê-las, pois estas *redes* atuam para que a economia solidária se consolide nos mais diversos territórios. No documento da V plenária de economia solidária (FBES, 2012) se fala inclusive de uma lógica de identidade territorial, de territórios da economia

solidária. Ele afirma que quanto mais iniciativas e redes de economia solidária existirem num determinado território mais ele será fortalecido para uma economia solidária, a partir da construção de novas *territorialidades, de suas identidades territoriais* (CRUZ, 2006) para uma economia solidária. Ademais, deste território podem emanar possibilidades para os territórios circunvizinhos.

Práticas isoladas se tornam fragilizadas, e acabam por ter menor impacto na construção de um outro tipo de sociedade. Ao contrário, as práticas que buscam esse outro tipo de projeto de sociedade, e não apenas um sucesso econômico, podem ser mais bem sucedidas no fortalecimento de suas próprias práticas, assim como outras de mesmo caráter. Quanto mais forte for essa *rede*, mais sólidas estarão as práticas. Assim,

(...)o êxito dessas alternativas de produção e de organização comunitária no que diz respeito à realização de seu potencial emancipatório depende, em boa medida, de sua capacidade de integrar processos de transformação econômica e mudanças culturais, sociais e políticas, construindo redes de colaboração e apoio mútuo e estabelecendo laços com um movimento social mais amplo (SANTOS, 2002). Se forem compreendidas como parte de um sistema abrangente de ação social e não como iniciativas isoladas, as ações de promoção da *Economia Solidária* e da *Agroecologia*, em suas diferentes escalas, incorporam, também, dimensões de um movimento social, expressando conflitos, entre diferentes atores, nos quais estão em disputa modelos de sociedade. É fundamental compreender, no entanto, que nas práticas cotidianas desses grupos e organizações, a *resistência ao capitalismo* e a *sobrevivência dentro do capitalismo* fazem parte de uma mesma equação. Em seu agir, estão presentes demandas e contradições de diferentes tipos, refletindo os múltiplos pertencimentos através dos quais se constroem suas identidades. (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.106)

É por isso que é preciso uma *transição agroecológica*, por compreensão à existência dessa multiplicidade de pertencimentos. No caso das mulheres, por exemplo, o patriarcado há séculos as cala e oprime, exaurindo constantemente suas energias. No entanto, mesmo sabendo disso, não se deve imaginar que um belo dia todos os agricultores acordem e passem a fazer o café de sua família, a ajudar nas tarefas domésticas, ou o que quer que seja. Esta realidade é culturalmente construída. Aliás, este é outro ponto de convergência entre a economia solidária e a agroecologia. Em ambos os movimentos se percebe a força do movimento feminista, inclusive no de agroecologia existe uma frase conhecida, qual seja “*sem feminismo não há agroecologia*”.

Por meio dessas ações [de agroecologia e de economia solidária], as mulheres buscam a garantia de acesso a uma renda que possam administrar com autonomia, que lhes dê segurança para lutar por novas formas de convivência nas suas relações cotidianas com maridos/companheiros, filhos e irmãos, repudiando tudo que as faça se sentir diminuídas, humilhadas, violentadas e exploradas. É por essa realidade das mulheres que tem sido dito muitas vezes que não basta apenas gerar trabalho e renda. Porque as mulheres fazem muito, trabalham muito e geram muita renda para a economia da família. Então, o que falta é valorização e visibilidade para elas e o seu trabalho. É necessário rever e mudar as relações de gênero em todos os espaços e

lugares: na vida de casal, na família, na escola, na comunidade, no sindicato, na produção, na associação, na cooperativa, na feira, nos partidos e muito mais. (ALVES; SOUSA; MEDEIROS, 2018,p. 64)

Muitas vezes é a partir de feiras agroecológicas que agricultoras vão conseguir iniciar um processo de independência de seus maridos, o que se apresenta na ASSIM. A partir da participação nas feiras elas percebem sua capacidade, se tornam presença mais ativa fora da esfera privada, ocupando espaços públicos com seus corpos e tudo que neles existe⁹. A interação direta com as consumidoras e os consumidores também fortalece em si a sua capacidade de autonomia. Mais ainda, a presença nas feiras pode gerar uma renda que irá diretamente para a mulher, ampliando sua autonomia financeira, o que pode contribuir para o seu processo de reconhecimento como sujeito de direitos em uma sociedade patriarcal.

As feiras agroecológicas são pontos de convergência dos movimentos da agroecologia e da economia solidária. Visam que os próprios produtores, em um sentido de autogestão, façam a gestão dos locais onde irão comercializar seus produtos. Promovem também uma aproximação entre produtores e consumidores, para que estes possam dialogar em um espaço que não esteja voltado apenas por uma ótica de mercado. Além disso, as feiras são ponto de encontro de toda uma *rede* dos mais diferentes atores possíveis da agroecologia e da economia solidária. Ali, eles fazem intercâmbios de experiências, organizam-se planejando e avaliando suas ações coletivas, realizam formações e eventos culturais, entre outros. As feiras são pontos de interação das *redes*, e buscam com isso construir a prática de mercado a partir de uma lógica reciprocitária que interessa a diferentes atores que nela se envolvem, não tendo apenas um caráter mercantil. Os que passam por uma feira agroecológica não se portam da mesma forma, não interagem da mesma forma, que em grandes supermercados. A construção destas feiras possibilita a autonomia das agricultoras e dos agricultores no que diz respeito à construção de um mercado que responda aos seus ideais, que promova relações de solidariedade, de reciprocidade, e isso é muito importante. É por isso que

No que se refere, especificamente, às relações que se estabelecem entre a produção familiar de base agroecológica e os diferentes mercados, o conhecimento acumulado na organização de feiras locais, na comercialização via mercado institucional, na interação com as cooperativas de consumidores, na venda dos produtos por meio de pequenos entrepostos ou mesmo de grandes supermercados, tende a reforçar a percepção que não é suficiente ter acesso a este ou aquele canal de comercialização. Mais do que isso, é preciso construir estratégias de mercado compatíveis com as características da produção agroecológica, em sua diversidade, sazonalidade e capacidade de agregação em termos de volume de produção. A redução da

⁹ Aqui não penso apenas o orgânico do corpo, mas também todas as construções sociais que o estabelecem. O corpo feminino estar presente nas feiras faz com que as composições sociais que o constroem também estejam presente. Estes corpos, historicamente oprimidos pelo patriarcado, vão passar pela vivência das feiras e incorporar, tornarem corpo, novas identidades.

dependência em relação ao mercado de insumos, decorrente dos métodos de manejo empregados, precisa caminhar passo a passo com um esforço de construção de mercados cujas características permitam potencializar a incorporação de princípios ecológicos à gestão produtiva dos sistemas agrícolas e à estrutura e ao funcionamento dos circuitos de distribuição dessa produção. O desenvolvimento de mercados locais e regionais, de forma a ampliar a capacidade de gestão e de controle social por parte dos agricultores e dos consumidores sobre os processos de comercialização, surge, aqui, como um elemento importante.” (SCHMITT; TYGEL, 2009, p.122)

Estas construções, tanto das feiras, mas também das outras práticas de agroecologia e economia solidária, como vimos, funcionam a partir de uma outra compreensão do mundo. Uma importante convergência nela se dá em como se considera a construção de conhecimento por estes movimentos, que enfrentam a lógica da dominação que debati no capítulo anterior.

Nesse jeito de fazer e de aprender praticado pela agroecologia, respeitando os diversos e diferentes saberes, existe um encontro com a educação popular em economia solidária que afirma a necessidade de quebrar o poder e a superioridade do saber escolarizado, que vem principalmente das universidades, para colocá-lo na roda, lado a lado com outros saberes, para que possa ser debatido e questionado (...). (ALVES; SOUSA; MEDEIROS, 2018, p.53)

Afinal de contas, se não mudarmos nossa forma de construir conhecimento, não mudaremos as lentes que construímos para enxergar o mundo. Não sairemos da realidade colonial ainda presente em nossos mais diversos territórios. Não iremos vivenciar uma outra Zona da Mata, não conseguiremos jamais contribuir para que esta região faça valer seu topônimo novamente. Mas continuaremos acreditando em nossa suposta “*vocação natural*” de seres comandados, colonizados. Se continuará a fortalecer uma produção agrícola voltada apenas para o mercado, com muitos insumos que aumentem e enriqueçam a cadeia produtiva do agronegócio.

Com esta compreensão, as experiências de agroecologia e economia solidária, para se consolidarem, precisam se centrar em torno de um outro paradigma, que não o do desenvolvimento. Este outro paradigma, cada vez mais, parece estar se fortalecendo no seio destes dois movimentos conforme o chamado *Bem Viver*. É assim que tal perspectiva foi enfocada no VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, realizado em 2017, cujo tema foi “*Agroecologia na Transformação dos Sistemas Agroalimentares na América Latina: Memórias, Saberes e Caminhos para o Bem Viver*”. Ou ainda que a última plenária nacional de economia solidária, que também teve o Bem Viver no seu tema central, traz em seu relatório final toda uma discussão sobre o conceito, debatido durante a plenária (FBES, 2012).

Este *Bem Viver* seria uma contraposição às receitas aplicadas de forma hegemônica pelo *des*-envolvimento sobre o espaço, que visa apenas o crescimento econômico. Se inspira nos conhecimentos dos povos originários ameríndios, que viram suas economias devastadas, mas que resistem e compreendem a importância de um olhar a partir do território. Mas isto é assunto para o próximo tópico.

3.4 IDENTIDADE E TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DA (R)EXISTÊNCIA

A sociedade é plural, não é feita de uma grande massa homogênea. Possui diversidade cultural, social, política, ambiental, de saberes, de religiosidades, de povos. Cada cultura possui suas especificidades e irá se adaptar aos mais diversos espaços geográficos, também os adaptando, a partir de suas crenças, essências, de suas formas de estabelecer e reproduzir a vida, de sua cosmovisão. O capitalismo busca *des*-envolver os mais diversos povos de seus territórios para penetrar em sua cognição, em sua subjetividade, mas também na materialidade, e colonizá-los. Colonizá-los em um sentido de os incluir dentro de um mesmo sistema que siga a legitimar o poder dos grupos dominantes sobre a sociedade. Para tal acabam com culturas, com economias, buscando construir novas identidades para estes grupos, construídos enquanto subalternos para uma sociedade hegemônica ocidental. Muitas vezes é justamente a partir do *des*-envolvimento das culturas destes povos e seus territórios que o capitalismo vai buscar quebrar suas identidades.

Em contraponto à construção de identidades para o desenvolvimento capitalista, muito se tem falado sobre o fortalecimento de identidades para um *Bem Viver*. Existe um caloroso debate acerca deste conceito. Uns o adotam, outros parecem enxergá-lo como uma utopia, um mundo cor de rosa. Outros ainda o enxergam como extrativismo colonial para com os povos originários ameríndios. Este é um conceito que vem adentrando na cultura ocidental apenas recentemente, sendo de origem de povos originários ameríndios.

O bem-viver surge [na sociedade ocidental brasileira] em discussões da filosofia da libertação, nos anos 1990, com Paulo Freire e sua conhecida frase de libertação coletiva: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. A partir daí, ele evidencia em suas próprias obras e trabalhos, assim como de outros autores, a construção do ideal e da concepção da economia solidária como modo de vida para realização do bem viver. E assim, tratando do artigo intitulado “Questões Éticas no Mundo Globalizado”, escrito por ele mesmo em 1998, sustenta o Bem-Viver como um Horizonte de Libertação. Trata-se, portanto, da “efetivação de outro modelo de sociedade, em que a economia seja determinada a partir da política, subordinando assim as transações no mercado ao bem viver, eticamente orientado, de toda a humanidade”. (FBES, 2012, p.18)

A intenção neste trabalho ao introduzir o debate acerca do *Bem Viver* não é necessariamente colocar minha visão sobre o mesmo, muito menos querer levantar um debate

conceitual dentro da ASSIM. No entanto, este tem sido um dos conceitos centrais debatidos pelos movimentos de agroecologia e economia solidária, movimentos de fundamental importância para os objetivos desta pesquisa. Se compreendemos que o *des*-envolvimento pregado pelo sistema capitalista não serve, e que um olhar sobre outras práticas pode ser inspirador, atentar para o que estes movimentos vêm tratando em seus ideais poderá ser importante. Ainda mais se a experiência da associação estudada se encontra como convergência entre ambos os movimentos.

No relatório final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, ainda não tendo sido realizada nenhuma posterior, o movimento da economia solidária coloca que

Os povos e populações tradicionais possuem este tipo de relação com a vida, a terra e o planeta, e é muito importante entender como eles ainda preservam uma “cosmovisão” sobre o jeito de viver, onde tudo está integrado. A utilização do termo “desenvolvimento sustentável” pela economia capitalista nos faz refletir sobre o mesmo. Por isto, o movimento de economia solidária deve usar cada vez mais o termo “bem viver”, aprofundando o debate em torno deste conceito e explicitando a nossa compreensão sobre o mesmo. Este debate fica mais fácil quando nos aproximamos de uma estratégia de fortalecimento das identidades de nossos grupos nos locais e comunidades onde se inserem, e na aproximação com a economia popular para garantir o respeito à diversidade (comunidades e povos tradicionais), articulando a integralidade dos conceitos: sustentabilidade, território, reprodução da vida e economia popular. (FBES, 2012, p.37)

Muito vem sendo trabalhada a compreensão do *Bem Viverem* um sentido de contraponto ao conceito de *des*-envolvimento, e em um sentido contra hegemônico. O *Bem Viveré* compreendido enquanto construção da vida a partir dos territórios, com suas identidades e relações (i)materiais, e com vistas a uma sustentabilidade que permita às futuras gerações reproduzirem seus modos de existência. Essa compreensão, ao meu ver, corrobora em muito com ideais dos povos originários, e por isso me faz acreditar que não aconteça em um sentido extrativista, colonizador e opressor sobre os conhecimentos destes povos, mas muito mais os promova. Ou pelo menos o que for possível de ser compreendido com esta interação entre a cultura de povos originários ameríndios e esta outra cultura ocidental, neste possível diálogo de saberes. E, quem sabe, se tanto nos inspiramos nos norte-americanos/europeus, e deles trouxemos o conceito de *des*-envolvimento, com toda sua carga industrial, predatória e capitalista, bom caminho seria esse de buscar reconstruir nossas relações e formas de existência a partir de inspirações junto a povos que vêm sendo oprimidos por esse sistema, justamente em nome do *des*-envolvimento, e que têm conseguido construir, no subjetivo e na matéria, outras possibilidades de vida.

Ao contrário do entendimento que aqui apresentei sobre o conceito de *desenvolvimento*, o conceito de *Bem Viver* tem aparecido a partir de uma construção não institucionalizada, pois parte de processos dos diferentes povos do planeta, concretizados de acordo com suas próprias realidades, a partir de seus territórios. É este um conceito espelhado na cultura de povos andinos e amazônicos, de base de pensamento dos povos originários, e hoje já presente inclusive na constituição do Equador. Assim,

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso [e não apenas de troca], o Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida. (ACOSTA, 2016, p. 33)

Com isso, o conceito não se restringe à cultura indígena.

(...) o Bem Viver é uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós, no Brasil, com o *tekoporã* dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do *ubuntu* – “eu sou porque nós somos”. Está no ecossocialismo, em sua busca por ressignificar o socialismo centralista e produtivista do século 20. Está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na *minga* ou *mika* andina. Está presente na roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé. Está na *Carta Encíclica Laudato Si’ do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum*. (TURINO, 2016, p. 14)

Assim, o *Bem Viver* seria a inspiração para a construção de um novo paradigma necessário para a continuidade da reprodução da vida humana em nosso planeta. Pretende estabelecer um contraponto ao processo hegemônico colonizador, e novos modos de existência que possibilitem a coexistência sadia entre espécies e destas com o meio, sempre respeitando os processos locais de cada povo. Dentro deste paradigma, ainda pouco debatido na academia, a economia solidária também busca construir um sistema econômico baseado em uma outra concepção política de economia, já que

a Economia Solidária possui um projeto político baseado nos valores da solidariedade, da cooperação, da equidade e da autogestão. Mas o mais importante a ressaltar das dinâmicas de economia solidária é que elas permitem o reestabelecimento do vínculo entre o econômico e o social, algo que o capitalismo separou. A economia solidária tem sua centralidade no ser humano e não no lucro, e as atividades por ela desenvolvidas buscam uma maior valorização do trabalhador. (DUBEUX, 2015, p.23)

Desta forma, nas palavras de Acosta, se percebe que

O Bem Viver não se sustenta na ética do progresso material ilimitado, entendido como acumulação permanente de bens, e que nos convoca permanentemente a uma

competição entre seres humanos com a consequente devastação social e ambiental. O Bem Viver, em resumo, aponta a uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo. (ACOSTA, 2016, p.83)

Neste mesmo sentido, o movimento da economia solidária considera que

A economia capitalista está centrada essencialmente na obtenção de lucro, e consequentemente vê o acúmulo de capital como significado de riqueza. Nesta concepção, as relações humanas e ambientais são transformadas em recursos para obtenção de capital: “Recursos humanos”, “Recursos Naturais” e etc., sempre objetivando o lucro através da mercantilização da vida. Neste modelo, o bem-viver não é finalidade da economia. A Economia Solidária deve pressupor esta finalidade: a promoção do bem-viver. Entendemos que o bem viver constitui o respeito para com o ambiente, compreende uma vida harmônica entre todos os seres - com valores já preconizados pelos povos indígenas, como solidariedade, trabalho coletivo etc. Ou seja, viver em harmonia, de maneira digna, respeitando o espaço do próximo, sem competitividade, nem exclusão.” (FBES, 2012, p.37)

Este outro paradigma tem sido colocado a partir de uma centralidade no conceito *deterritório*, tão familiar à ciência geográfica, assim como nas relações ser humano-natureza que nele se estabelecem. Isto porque ao se estudar a questão da economia solidária e da agroecologia se compreende que a abordagem territorial é fundamental para a consolidação dos ideais defendidos, já que é no território que o cotidiano se estabelece, influenciado pelo seu processo histórico de construção. Com as palavras de Santos (1988), compreende-se a configuração material do território como sendo

formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1988, p.75)

No entanto, o conceito de território não pode ser associado apenas a um país, mas sim precisa ser compreendido em suas diferentes escalas, e mais além da materialidade, compreendido em uma abordagem (i)material (SAQUET, 2013). Esta seria uma junção da materialidade (como a configuração acima apresentada por Milton Santos) e da imaterialidade. Neste sentido, existe sim o território nacional, como por exemplo o brasileiro, mas dentro deste existe toda uma diversidade de territórios, como por exemplo um território quilombola, ou o território de uma empresa, onde existirá uma configuração territorial composta pelos elementos naturais e criados (abordagem material), mas também pelas relações sociais e raízes histórico-culturais que ali se estabelecem (abordagem imaterial), todas acontecendo ao mesmo tempo, sendo influenciadas e influenciando umas às outras.

Assim, o território é formado por elementos (i)materiais, sendo disputado, dominado e apropriado como conteúdo, meio e processo de relações sociais.

A abordagem territorial se baseia fortemente na compreensão da (i)materialidade das mais diversas culturas como sendo fruto de um processo histórico de construção social do território. Este é compreendido como sendo estabelecido através das relações sociais de poder e de suas interações com o meio. Se entende que um território se estabelece quando um ser, ou um grupo destes, compreende uma área, e os bens que nela existem, interagindo para a reprodução e efetivação de suas visões de mundo. Se adaptando a ele, e o adaptando a si, os mais diversos povos consolidam suas relações a partir do território, e é a partir desta realidade territorial que se conectarão com o mundo externo, se organizando em redes. Esta área é delimitada, possui fronteiras (não necessariamente legais), e nela acontecem relações de poder que direcionarão o estabelecimento de seu controle, de sua gestão, e de sua apropriação simbólica. Neste sentido, compreendemos que, no processo de pesquisa, uma abordagem territorial acaba por possuir um forte caráter político.

O processo de busca por um *Bem Viver* tem sido valorizado pela ótica da abordagem territorial. Coloca-se que a mudança teria de acontecer a partir dos territórios, já que é neles que a vida acontece, e em que se pode estabelecer uma *sociedade local*, que muito tem a ver com uma economia solidária. Tal analogia pode ser feita com as ideias de Magnaghi, assinaladas por Saquet (2013), quando este defende que

Há, para Magnaghi (2000), um *modo de produção do território*, determinado pela organização societal, no qual, a identidade historicamente constituída também tem centralidade, como permanências (*sedimentos materiais e cognitivos*) que se manifestam nos lugares. O território é produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações entre a sociedade e a natureza; tem um caráter político muito forte, em direção à constituição da *sociedade local*, articulada, mas com capacidade de autogestão, valorizando a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados, o patrimônio cultural-identitário, a biodiversidade, as microempresas, enfim, a vida, (...) em detrimento da mercadoria, da degradação, do imediatismo e do individualismo. (SAQUET, 2013, p.117)

O território não é então apenas um substrato material para a vida mas a materialização da interação entre as disputas de poder realizadas a partir de um determinado espaço geográfico. Assim o sendo, para abordá-lo, é importante que se atente para a materialidade nele existente, mas compreendendo que esta só se concretiza enquanto resultante de relações sociais em disputa pelo poder de dele usufruir e construí-lo.

Em cada território, em função de sua construção histórica, de suas configurações (i)materiais, vão ser produzidas as mais diversas *territorialidades*. A *territorialidade* é processual e relacional, correspondendo às maneiras como determinado grupo social vai, através de suas configurações próprias, se apropriar e dominar determinado espaço, a partir da materialização das disputas de poder na construção de sua sociedade, de sua comunidade, de seu grupo, frente a outros grupos e seus interesses. Não se pode tocar a *territorialidade*, mas se pode compreendê-la interpretando a materialidade do território a partir do conhecimento histórico das disputas de poder sobre sua formação.

Por lo tanto, comprendemos la territorialidad en cuatro niveles relacionados entre sí (Saquet, 2011b): a) como relaciones sociales, identidades, diferencias, redes, mallas, nudos, desigualdades y conflictos; b) como apropiaciones de espacio geográfico, concreta y simbólicamente, implicando dominaciones y delimitaciones precisas o no; c) como comportamientos, objetivos, metas, deseos y necesidades y por último, d) como prácticas espacio-temporales, pluridimensionales que suceden en las relaciones sociedad-naturaleza, o sea, relaciones sociales de los hombres entre sí (de poder) y con la naturaleza exterior al hombre (Marx, 1984) por medio de los mediadores materiales (técnicas, tecnologías, herramientas, máquinas, entre otras.) e inmateriales (conocimiento, saberes, ideologías, entre otras). La territorialidad es procesal y relacional al mismo tiempo y es el fundamento principal de la construcción histórica de cada territorio, o sea, de la territorialización. (SAQUET, 2015, p.182)

Atentando para os tópicos anteriores se poderia dizer, então, que as relações de poder em disputa desde a época da colonização até os dias atuais têm construído na zona da mata pernambucana territórios da *plantation* de cana de açúcar. As relações de poder em disputa têm fortalecido os grandes produtores do vegetal, configurando territórios específicos. Hoje a configuração material destes territórios é de grandes latifúndios, concentrados em poucas mãos, com extensas monoculturas, o que é fruto das *territorialidades* historicamente construídas através de relações de trabalho opressoras, vindas de uma disputa de poder que constantemente voltou o Estado para os grandes produtores de cana.

É a partir do enraizamento das *territorialidades* do agronegócio nos territórios da zona da mata pernambucana que, por exemplo, vai acontecer o que foi debatido anteriormente sobre uma suposta “*vocação natural*” destes territórios à *plantation* de cana de açúcar. Assim é justamente por in-corporarem, tornarem corpo, em si, as *territorialidades* por eles historicamente vivenciadas e construídas de um sistema de *plantation*, que, a partir deste mesmo corpo, os cooperados da cooperativa de Tiririque apresentamos anteriormente não foram capazes de almejar a construção de um território muito contrário ao que já existia – excetuando-se, o que já tem seu grande valor, na questão das relações de trabalho, mas mantendo os extensos desertos verdes de cana. As *territorialidades*, historicamente

construídas, apesar de serem mutáveis, têm influência sobre a produção e a reprodução da vida que acontecem cotidianamente no território. A construção de um território enraíza nele a organização societal disputada e afirmada por algum grupo social que nele produz e reproduz seu modo de vida, ao mesmo tempo que pode impor a outros grupos.

Através das *territorialidades* configuradas em seu território certos sujeitos podem constituir o que é conhecido por *identidade territorial*. A *identidade territorial* não é qualquer identidade. Como o nome indica, ela é aquela identidade que em sua formação acontece uma forte presença da questão territorial. Mas é preciso que seja colocada primeiro uma compreensão sobre a identidade.

A identidade não deve ser vista dentro de um romantismo tradicionalista. Ela, muito mais do que partir de uma construção de homogeneidade, é construída a partir de uma afirmação da diferença. É sim um reflexo cultural mas mais do que apenas nas representações artísticas culturais as identidades estão também presentes nos processos opressores da sociedade, nas desigualdades, na exclusão social. Estão presentes em quem exclui, e em quem é excluído. Ela também não deve ser compreendida como uma estrutura fixa que deva ser tombada. Afinal de contas,

(...)concordamos com Hall (2004) quando afirma que a identidade é, e sempre está em processo, ou seja, sempre está em construção. Neste sentido a identidade é dinâmica, múltipla, aberta e contingente. Essas características nos remetem a algo em curso, em movimento, sempre se realizando. Neste sentido, para Hall (2004), a identidade não se restringe à questão: “quem nós somos”, mas também “quem nós podemos nos tornar”; desse modo, a construção da identidade tem a ver com “raízes” (*ser*), mas também com “rotas” e “rumos” (*tornar-se, vir a ser*). (CRUZ, 2006, p.70)

Estas *raízes* e *rotas* são construídas a partir das materialidades e das subjetividades influentes sobre a vida dos indivíduos. São fruto de vetores de força e relações de poder que as configuram (SILVA, 2004). No caso da *identidade territorial* é diretamente construída pela configuração (i)material do território e pela interação dos indivíduos com ela, os quais são por ela produzidos ao mesmo tempo que a produzem.

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico, constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social [...]. Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central da construção dessa identidade *parte ou passa pelo território*. (HAESBAERT, 2006, p. 172-178)

Acontecendo enquanto afirmação da diferença e sendo resultante de disputas de poder, a *identidadeterritorial* tem sido afirmada por diversos grupos. Neles os atores individuais não são homogêneos. No entanto, sua *identidadeterritorial* vai se configurar a partir de certas especificidades que este grupo mantém em comum. A luta pela afirmação das mais diversas *identidadesterritoriais* acontece em um sentido de visibilizar estas especificidades. É assim que diversos movimentos como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu, ou o Movimento dos Atingidos por Barragens, e muitos outros, se constituem a partir da construção de uma *identidadeterritorial* comum. Não se constroem enquanto movimentos homogêneos, mas sim a partir da afirmação de certas especificidades territorialmente contextualizadas, que possuem em comum, que são diferenciadas de outras identidades. Assim o fazem pela busca de uma maior visibilidade para a defesa de sua própria existência.

É compreendendo que as identidades são afirmações da diferença no jogo da disputa de poder social que Manuel Castells (2006) vai propor três tipos diferentes de identidades, baseadas na “posição” e nos “projetos” dos diferentes atores frente à sociedade. O geógrafo Valter Cruz (2006) vai discorrer sobre a proposta de Castells, apresentando as três identidades propostas pelo autor.

a) *A Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

b) *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições e condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.

c) *Identidade de projeto*: Quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social. (CRUZ, 2006, p.73)

A partir destas três composições diferentes de identidade, na Zona da Mata, poderíamos afirmar, por exemplo, que os grandes produtores de cana construiriam uma *identidade legitimadora* a partir de sua consolidação enquanto poder dominante. Por outro lado, a construção do MST nesta mesma mesorregião, ao se organizar em movimento social e ocupar terras paradas, visando uma reforma agrária que mude a estrutura social, estariam assim se constituindo em uma *identidade de projeto*. Já uma experiência agroecológica, frente a uma sociedade do agronegócio, ao existir e se construir a partir de princípios diferentes da sociedade dominante, poderia construir uma *identidade de resistência*. Esta última também

tem sido escrita como ‘r-existência’, ou ainda (r)existência, por se configurar a partir de uma resistência a partir da própria existência. Essas identidades são resistentes ao existirem na afirmação de uma outra lógica que não a da sociedade dominante. Tome o que citamos acima apenas como exemplos contextualizados neste tempo e neste espaço, pois tais identidades não são fixas, elas se configuram em um determinado tempo-espaço, enquanto resultantes da disputa de poder na sociedade. Inclusive, um ator social com uma *identidade de projeto*, se invertida a resultante da disputa de poder na sociedade, pode vir a se tornar *identidade legitimadora*.

Estes três tipos de identidade podem também ser observados a partir da ótica territorial. Muito se tem falado sobre os povos “tradicionais”, criando frequentemente uma série de estereótipos sobre estes. Indo de encontro a isso,

No final dos anos 1980 opera-se um des-locamento das formas hegemônicas de “ver” a identidade das populações “tradicionais” por meio dos movimentos sociais em luta contra as diferentes formas de subalternização material e simbólica, contra preconceitos e estigmas e pela afirmação de suas identidades a partir dos seus próprios modos de vida. As populações “tradicionais” se organizam, ganhando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos na luta pelo exercício ou mesmo pela invenção de direitos a partir de suas territorialidades e identidades territoriais. Essas lutas são lutas por redistribuição e por maior igualdade de acesso aos recursos materiais (lutas por “territórios da igualdade”), bem como pelo reconhecimento da legitimidade de diferenças e identidades culturais expressas nos diferentes modos de produzir e nos diferentes modos de viver e de existir de tais populações (lutas por “territórios da diferença”) (CRUZ, 2006, p.68).

O des-envolvimento capitalista, com sua violência por um mundo homogêneo para o livre mercado, com sua vontade de retirar o envolvimento das diferentes comunidades com seus territórios, contraditoriamente acaba por fortalecer movimentos de afirmação pela presença em nossa sociedade de outras identidades, inclusive *territoriais*, que não as capitalistas. No entanto, estas identidades não podem ser consideradas como *puras*, fechadas em si, ou seja, como não influenciadas pela sociedade dominante e por outras identidades. Elas se constituem sim a partir de sua realidade, ou a partir de seu *território*, mas com isso não excluem de si a influência de “*representações e ideologias presentes nas imagens, discursos, planos e teorias sedimentados historicamente pela mídia, pela visão da classe política, pelas diferentes frações do capital (...), pelos planejamentos do Estado (...)*” (CRUZ, 2006, p.77), ou ainda por pesquisas acadêmicas.

Na formação de sua identidade, se compreende a *identidadeterritorial* do campesinato, à qual desejo aqui concentrar a atenção por ser identidade central nesta pesquisa, a partir de uma

Cultura que comprende valores, significados, conflictos, *costumbresencomúne* innovaciones, por lo tanto, relaciones sociales y prácticas cotidianas (Thompson, 1998). Transmitiendo, de generaciónengeneración, elconocimiento, los valores, losprincipios, las técnicas y normas. Coexistenenlasociedad continuidades y cambios económicos, políticos y culturales; existenproducciones campesinas enuncampo de fuerzasocial y en una disputa territorial (Thompson, 1998) efectuadaenuncampo de poder (Raffestin, 1993 [1980]) conconflictostambiénreproducidoshistóricamente. Exige para sucomprensión, una concepción histórico-crítica, relacional, reticular (redes de circulación y comunicación) y pluridimensional (...), centrada enlarelaciónsociedad-naturaleza, demostrando y comprendiendolosprincipales câmbios y continuidades a lo largo deltiempo. De esta forma, lasunidadesproductivas y de vida campesina (...) soncomprendidas como *territorios de producción, existencia, vida, lucha y resistència*. (SAQUET, 2015, p.181)

Com isso,

El campesinado emerge y se constituye como una clase social que sobrevive enmedio a lascontradicciones de laexpansióndel capitalismo (Chayanov, 1974; Martins, 1981; Shanin, 1983, 2005 y 2008; Oliveira, 1986, 1991 y 2004; Marques, 2004 y 2008; Guzmán y Molina, 2005), territorializándosehistóricamente de distintas maneras, como por ejemplo a través de lasprácticas agroecológicas, adoptándose a las condiciones sociales y naturales, produciendo alimentos sin insumos químicos, valorizando losconocimientos transmitidos de generaciónengeneración y lacooperación de experiencias de relativa autonomía. (SAQUET, 2015, p.180)

A identidade deste campesinatoéfortalecidase compreendida por seus sujeitos no nível de classe, no nível da disputa de poder pela constituição da sociedade. Enfrentar o poder dominante do agronegócio, que há tempos é *territorializado* na sociedade brasileira, dificilmente poderá ocorrer a partir de um isolamento do grupo, de uma não compreensão de classe e de sua identidade. A organização coletiva desta (r)existência, neste sentido, se fortalece quando os sujeitos tomam consciência de que sua identidade é construída a partir de uma outra lógica que não a do poder dominante, apesar de ser influenciada por este. Sendo constantemente oprimidos, sua capacidade de organização e autonomia para uma saída desta realidade se fortalece justamente a partir da construção de suas identidades enquanto *identidades de (r)existências* ao poder dominante.

A compreensão de sua identidade de pertencimento é fundamental também para unir forças com os seus e construir as técnicas e ferramentas necessárias para a luta pela

possibilidade da existência. A possibilidade de autonomia de escolha sobre modos de vida condizentes com sua *identidadeterritorial* só pode ser constituída a partir dos

procesos culturales y organizativos a nivel político con una base territorial situada, pero articulada a otros niveles escalares por medio de las territorialidades, de las redes y de los flujos efectuados por los actores (Raffestin, 1993 [1980]; Dematteis, 1985, 1994, 1995 y 2001; Magnaghi, 2000). La organización y construcción de la autonomía pasa, necesariamente, por un profundo conocimiento de la situación de clase y de los conflictos o, de acuerdo con Quaini (2010), por la construcción de una *consciencia de clase y de lugar*, en una continua lucha contra la expansión y reproducción ampliada del capital. Es una lucha constante por la tierra y por la permanencia en ella, por el territorio y por el lugar de vida, efectuada por medio de la práctica. Entendemos la práctica a partir de la obra de Vazquez (1990 [1977]), centrada en el hombre como un ser *histórico – social*, creador y transformador que, al pensar sobre su vida, puede pensar crítica y conscientemente. Hay una unidad indisoluble entre teoría y práctica, transformación consciente que depende de una formación política continua. La acción sobre la realidad es inseparable de una formación de las consciencias. Las prácticas cotidianas (práxis) necesitan ser *creativas*, conscientes y *reflexivas*, construidas en el proceso de territorialización de experiencias colectivas (Vazquez, 1990 [1977]; Freire, 2011 [1974]).” (SAQUET, 2015, p.181)

É por isso que os movimentos da economia solidária e da agroecologia se constituem no sentido de fortalecer politicamente *redes* e práticas que fortaleçam, por sua vez, experiências compostas por identidades em comum. Ao buscar fortalecer estas experiências que promovam outros modos de vida, de matriz de racionalidade não capitalista, estes movimentos estão buscando ganhar musculatura para enfrentar a disputa de poder que acontece na sociedade. Ao buscar a construção de *territorialidades* que possibilitem o *Bem Viver*, e não a busca por um *des-envolvimento territorial*, almejam construir territórios que enraízem, subjetiva e materialmente, um outro modo de existir, de natureza não capitalista e colonial. O olhar para o território se torna um olhar de contra hegemonia, e com isso se faz fundamental na construção de outros tipos de economia. Assim,

(...)o Relatório da IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2008, p.13) [destaca que] “os sistemas de comércio justo e solidário têm forte elemento de apoio ao desenvolvimento local solidário, pois criam um ambiente e uma identidade dentro dos territórios fortalecendo as cadeias curtas de produção, comercialização e consumo”. Isso nos ajuda a entender que as iniciativas de economia solidária ao realizarem suas práticas com seus valores e relações vão, ao longo do tempo, construindo novas identidades de pensar e vivenciar a economia e a sociedade. Então vemos que há uma relação direta entre produção e comercialização e a ação política no território. Política no sentido da ação e discussão das pessoas para a resolução de seus problemas de vida e não no sentido da política institucional, governamental apenas. É no território que existe a proximidade entre as pessoas e que ao estabelecerem vínculos pelo consumo e a partilha de outras problemáticas locais criam uma identidade relacionada à economia solidária e à vida comunitária e pública. (DUBEUX et al., 2012, p.28)

É então a partir da construção de sua *identidadeterritorial* em disputa na sociedade que estas *outras* experiências buscam estabelecer a construção de *outrasterritorialidades*. Almeja-se que estas fortifiquem permanências de construções feitas a partir de sua própria matriz de racionalidade, e que com isso influenciem também as futuras gerações deste território na construção deste *outro* modo de vida. Assim levam a política para a mão dos sujeitos territoriais. Com esta mesma compreensão, o professor Genauto França Filho afirma, sobre a economia solidária, que

(...) a construção conjunta da oferta e da demanda como característica chave dessa *outra* economia supõe, ainda, no nível da ação, uma articulação fina entre as dimensões sócio-econômica e sócio-política. Isto porque a elaboração das atividades sócio-produtivas conjuga-se a uma forma de ação pública: trata-se de moradores num determinado território debatendo politicamente seus problemas comuns e decidindo seu destino. Tais iniciativas têm vocação para constituir-se, também, como formas inéditas de espaço público em seus respectivos territórios (FRANÇA FILHO, 2007, p.161).

Com esta compreensão sobre tais experiências que buscam uma construção de suas vidas a partir de uma racionalidade não capitalista, a partir de uma *outra* economia, se percebe a centralidade da construção de uma identidade que não a *legitimadora* e de um território que não o do *des*-envolvimento. Para tal, se faz importante que os atores, individuais e coletivos, construam noção de pertencimento de classe e de território. A partir deste pertencimento podem formar *redes* que pesem a disputa de poder na sociedade para seu lado, para o estabelecimento de seus ideais. Estas coletividades, novamente, não devem ser vistas com uma visão romanceada. São coletividades construídas com motivações bem claras.

Assim, podemos verificar que construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes, mas, também, por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma construção e não uma inevitabilidade histórica ou natural. (...) Portanto longe de uma perspectiva essencialista e substancialista que concebe a identidade como uma “coisa” natural, podemos verificar que trata-se de uma construção exposta ao movimento da história e ao jogo de relações de poder onde a política e subjetividade estão imbricadas bem como as práticas materiais e representações discursivas se entrelaçam na afirmação das novas posição-de-sujeito que implicam na construção de identidades alternativas que deslocam e fraturam as identidades hegemônicas. (CRUZ, 2006, p.84)

Para os movimentos de economia solidária e da agroecologia, ambos com muitas aproximações ao pensamento sobre a abordagem territorial, é importante esta compreensão de que é olhando pelos territórios, então, que se deve buscar experiências concretas que já se estabeleçam e apontem caminhos para um *Bem Viver*. É olhando para os seus sujeitos, para suas identidades territoriais, territorializadas, que se conseguirá, talvez, uma melhor compreensão

para consolidar *outros* mundos possíveis, para além dos coloniais. *Outros* mundos que consigam sair da lógica capitalista que vem se impondo há 500 anos, que consigam compreender a zona da mata pernambucana para além de sua “*vocação natural*” construída pelos europeus e reproduzida pelas elites dominantes, locais e nacionais. Modos que valorizem a diversidade, que promovam a igualdade, através do respeito às diferenças, e que consolidem a existência dos diversos povos e seres do planeta em seus territórios, a partir do respeito e da igualdade de direitos, inclusive territoriais, para suas próprias identidades. Modos de vida que não demandem esforços sobre-humanos a favor de um capital, devastação dos bens naturais, dos seres, da vida, mas que, ao contrário, promovam e articulem as energias necessárias para o equilíbrio entre corpo, espírito, e o território em que se vive. Que promovam uma *territorialização* do *Bem Viver*, a partir de uma *des-colonização* das *territorialidades*. Estes *outros* caminhos precisam passar também por *outras* formas de construir conhecimento e refletir sobre sua própria prática, pois a partir do conhecimento se constroem e se reconstrói uma sociedade. É por isso que os resultados apontados neste próximo capítulo são fruto de um diálogo de saberes.

4 MAS ASSIM SE FUGIU DESSA HISTÓRIA

*a gente chegou
aoque passou
ese faz presente*

*a cana semeia
por entre as veias
dor da escravidão
que perdura
além de
qualquer assinatura*

*zona rural engolida
caminhos que não cansam de repetir
o destino
reiterar suas cores
afligindo as dores*

*mas o povo (r)existe
permanece
ese endurece
com a única
escolhaque tem
lutar por sua vida*

*coletivo se
faz reinventar
buscando raízes
arrancalarvas
da cana em si*

*pra diversidade plantar
aochão
naturezadeve habitar
ocoração
sendo uma certeza*

*que se acendam
todas asvelas do mundo
que se acenda a luz
do sol em teu peito
o sol que evapora o
que se demora
e faz florescer
oamanhecer*

*que ascenda
rede coletiva
interdependente
e além
sendo broto da vida
semeando o chão*

4.1 CONFIGURAÇÕES (I)MATERIAIS DO TERRITÓRIO E FORMAÇÃO DA ASSIM

No capítulo anterior apresentei contextualização sobre a mesorregião onde se encontra a ASSIM. Aqui é importante mudar a escala para aproximar o observador ainda mais do território, apresentando o município do qual faz parte, Lagoa de Itaenga, e contextualizando a formalização da associação. O município se localiza no estado de Pernambuco, como pode ser visto na figura que segue.

FIGURA 13 – Município de Lagoa de Itaenga em Pernambuco



Fonte: Wikipedia

Como já se sabe, Lagoa de Itaenga fica na zona da mata pernambucana, mais especificamente na mata norte. Possui fronteiras ao norte com Carpina e Lagoa do Carro, a sul com Glória do Goitá, a leste com Paudalho, e a oeste com Feira Nova e Limoeiro, com uma área total de 61,7 km², e uma altitude de cerca de 183 metros, o município dista 87,4 km do Recife, a capital pernambucana (CPRM, 2005). No último censo do IBGE, de 2010, apresentou uma densidade demográfica de 360,65 hab/km², contando com 20.659 habitantes. Destes, 17.118 (82,9%) estariam na zona urbana e, conseqüentemente, 3.541 (17,1%) habitariam a zona rural, onde está inserida a ASSIM, que fica a aproximadamente 4 km do centro da cidade.

Assim como na mesorregião e no país o município de Lagoa de Itaenga (PE) viu sua população rural diminuir ao longo do tempo, como fica claro com a tabela abaixo.

TABELA 1- Evolução do percentual da população por situação do domicílio, 1970-2010: Lagoa de Itaenga (PE) e áreas selecionadas

	1970		1980		1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	55,94	44,06	67,59	32,41	75,59	24,41	81,19	18,81	84,37	15,63
Pernambuco	54,46	45,54	61,6	38,4	70,87	29,13	76,36	23,64	80,17	19,83
Zona da Mata Pernambucana	-	-	-	-	62,05	37,95	68,86	31,14	74,74	25,26
Lagoa de Itaenga (PE)	24,85	75,15	44,23	55,77	68,1	31,9	76,07	23,93	82,86	17,14

Fonte: O autor, 2019, adaptado pelas normas do IBGE).

O grande exôdo rural existente em Lagoa de Itaenga (PE), proporcionalmente maior, no período apresentado, ao do país e do estado onde se encontra, tem muito a ver com o avanço da cana de açúcar. Como apresentei no segundo capítulo tanto os governos militares como posteriores incentivaram a expansão da cana de açúcar na zona da mata pernambucana. Supostas “*vocações naturais*” foram construídas para os habitantes locais, principalmente os viventes da zona rural. No entanto, a vida proporcionada a estes últimos pelo trabalho na cana é opressiva e de poucos avanços. Ademais, o sistema de *plantation* da cana de açúcar ali existente volta uma imensa concentração de terras apenas para este vegetal. Os grandes usineiros são poucos na etapa de produção de açúcar, e os poucos pequenos produtores de cana têm que se submeter ao preço e às condições que elas definem. A partir desta *plantation*, inclusive, é que muitas comunidades rurais vão desaparecer por completo das zonas rurais, com seus habitantes migrando em busca de melhores condições de vida. Tal realidade foi comentada por entrevistadas e entrevistados durante a sistematização. Percebemos (nós da equipe de sistematização) o medo de muitos de que as comunidades do Marrecos, Imbé e sítios vizinhos que compõem a ASSIM também desaparecessem do mapa, assim como aconteceu com outras comunidades rurais vizinhas. Inserida em contexto de grande exôdo rural, a ASSIM teve um sentido de buscar fixar seus e suas associadas no território, como parece perceber um dos agricultores entrevistados.

E uma coisa também que se a gente tivesse [ainda] todo mundo naquele processo [da cana], eu acho que hoje a gente tava, meio que a nossa comunidade tivesse acabado. Era um dos meus medos... Euacompanhei outra comunidade aí se acabando, e eu tinha medo que a nossa também se acabasse. Saísse da história do nosso município, né?

A história da formação do município possui a cana de açúcar em suas raízes. Construído não enquanto obra científica mas sim da sabedoria popular, um livro local, mesmo que não publicado nos padrões editoriais, conta essa história, e se faz importante como fonte de conhecimento local. Livro do autor nativo Moisés Lins, *Contando o que escutei! Mostrando o que encontrei! Lagoa de Itaenga* conta que, por volta dos anos 1920, existia um engenho, o engenho Dois Manos, onde se produzia melaço, rapadura e cachaça, produtos da cana de açúcar. Quando seu dono morreu os herdeiros não souberam manter o engenho, venderam para um imigrante português, que por sua vez acabou loteando as terras a preços populares. As primeiras construções foram ali realizadas em sistema de mutirão, cooperação entre os novos moradores deste novo povoado, nas antigas terras do engenho onde existia uma lagoa. Completando a lagoa, a composição para o nome Lagoa de Itaenga,

acredita-se, viria de origem dos povos originários, da etnia Tupi Guarani, onde “ITA” significa pedra e “ENGA” a vegetação daninha que crescia a beira da lagoa.

O autor ainda afirma, na terceira página do livro, que

Naquela época o cultivo de cana-de-açúcar estava começando a conquistar a confiança dos agricultores da região, pois às margens do Rio Capibaribe – distante aproximadamente 10 km do Engenho Dois Manos – crescia de forma extraordinária o antigo Engenho Banguê, também conhecido por Engenho Petribu, transformado posteriormente em Usina Petribu, no ano de 1910, pelo patriarca da família o senhor João Cavalcante de Petribu.

A família Petribu, com sua usina anterior à emancipação de Lagoa de Itaenga enquanto município, é ainda hoje poder dominante na região. Se a usina se formou em 1910, Lagoa de Itaenga só foi emancipada em 20 de dezembro de 1963, pela Lei Estadual n. 4.966, formada pelo distrito-sede e pelos povoados de Camboa e Usina Petribu (CPRM, 2005).

Temos o engenho, e a usina, resta apenas a matéria prima para esta fórmula colonizada de uma suposta “*vocação natural*” para a mesorregião onde o município está inserido, a produção de cana de açúcar. Ao me locomover da capital, onde moro, para os encontros na associação, no desenrolar da sistematização, a paisagem avistada era de monotonia. Cana, cana, cana, cana. Um imenso deserto verde desta monocultura, propriedade de uma mesma usina, a Petribu, com algumas manchas de eucalipto, que no decorrer da pesquisa descobri ser para a usina produzir energia no período da entressafra da cana, a qual também gera energia como um sub-produto. Os extensos descampados para a cana, com algumas manchas verde escuro de eucalipto, podem ser observados nas figuras que seguem.

FOTO 03 – Cana de açúcar e Eucalipto na zona rural de Lagoa de Itaenga (1)



Foto: Maíra Iabrudi

FOTO 04 – Cana de açúcar e Eucalipto na zona rural de Lagoa de Itaenga (PE) (2)



Foto: Máira Iabrudi

Influindo para a construção das paisagens das figuras que acabam de ser apresentadas, **natabela 2**, abaixo, alguns valores mapeiam um pouco a relação da cana com o município.

TABELA 2 – Importância econômica da cana-de-açúcar em Lagoa de Itaenga (PE), 1995-2017

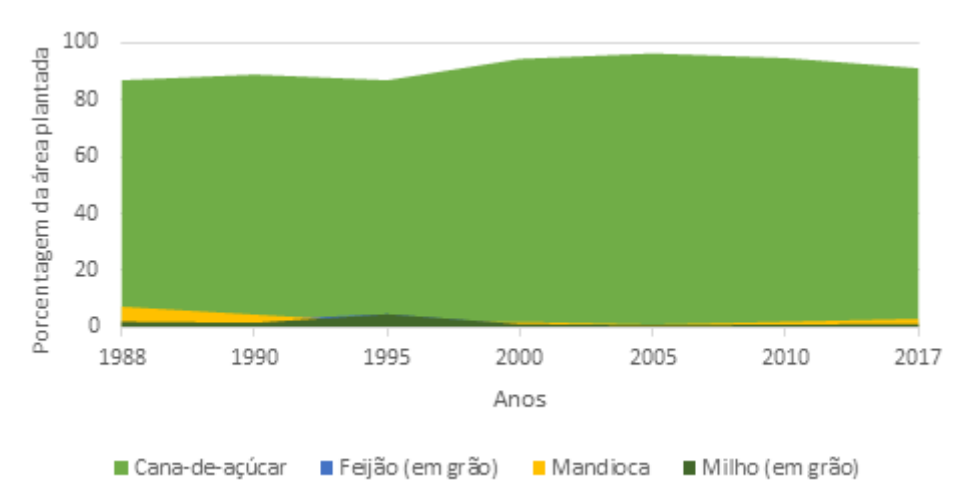
	1995	2000	2002	2005	2010	2015	2016	2017
Cana Produzida (toneladas)	112.000	195.050	282.000	282.000	282.000	83.000	121.000	66.000
Valor da produção de cana (em mil reais)	1.120	3.901	8.824	10.809	18.800	5.810	12.618	5.280
PIB Lagoa de Itaenga (em mil reais)	-	-	78.008	128.005	205.505	266.120	289.277	-
Participação da cana no PIB (%)	-	-	11,3	8,4	9,1	2,2	4,4	-
Valor médio da cana por tonelada (R\$)	10,00	20,00	31,29	38,33	66,67	70,00	104,28	80,00

Fonte: O autor, 2019 (adaptado pelas normas do IBGE).

A ASSIM teve sua formação em 1998, quando a produção de cana de açúcar em Lagoa de Itaenga ultrapassava 195 mil toneladas (valor de 2000). No entanto, após crescer consistentemente de 1995 a 2010, a quantidade produzida de cana de açúcar teve significativa baixa em 2015, impactando inclusive a participação percentual da produção no PIB do município. Mesmo assim, o domínio da cana entre todas as lavouras, temporárias e permanentes, é praticamente absoluto, como mostra o **gráfico 3** a seguir, o que afeta

principalmente sua zona rural. Levando-se em consideração as quatro principais culturas locais, a cana de açúcar, o feijão, a mandioca e o milho, percebe-se a predominância indiscutível da lavoura canavieira em Lagoa de Itaenga, acompanhando a média de sua mesorregião, apresentada no capítulo anterior.

GRÁFICO 3 - Participação Percentual das 4 Principais Culturas em Toda a Área Plantada de Lagoa de Itaenga – PE (1988 – 2017)



Fonte: O autor, 2019 (adaptado pelas normas do IBGE).

Esta realidade de mais de 90% de toda a área plantada do município ser para a cana de açúcar é fruto da territorialização do histórico sistema colonizado da produção de cana na região. A disputa de poder secularmente construída estabeleceu esta realidade de forma hegemônica. É esta territorialização que vai estabelecer no município a realidade apontada por Caio Prado Júnior (1963) para o sistema agrícola brasileiro, a dos grandes latifúndios, como localmente se verifica com a usina Petribu, das monoculturas, representadas pela cana, e do trabalho opressivo sobre classes subalternizadas. É o que constroem trabalhadores com fome, oprimidos, muitos sem trabalho na entressafra, e os das zonas rurais com praticamente uma única suposta “*vocaçãonatural*”, definida ainda lá no século XVI.

O município de Lagoa de Itaenga, em 1963, foi formado pelo desmembramento do município de Paudalho, em território já dominado pela cana. De fato, em trabalho escrito por Mariano et al (2016) sobre um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) realizado na ASSIM, as autoras e o autor afirmaram que

O diálogo com os agricultores permitiu perceber a estreita relação de dominância estabelecida através de grandes proprietários das terras sobre os pequenos produtores da região, resultante do cultivo da cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana. Somente em 1998, em meio a um período de seca, com a fundação da Associação de Moradores da Comunidade, surgiram novas oportunidades de

sustento da família por meio de subsídio técnico fornecido por Instituições filantrópicas para produção de hortaliças de forma orgânica (ARCOVERDE et al., 2007). Com o passar do tempo as famílias participantes deste trabalho [passaram a] aderir à associação como instrumento político-organizacional da comunidade. (MARIANO et al., 2016, p.3)

A atual Associação de Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM) foi fundada no primeiro dia de março do ano de 1998, sob o nome de “Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores das Comunidades do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos”, ainda sem a identidade agroecológica. Na primeira ata, a de fundação da associação, consta que

Às oito horas do dia um de Março do ano mil novecentos e noventa e oito, reuniram-se várias pessoas com a finalidade de discutir a necessidade de se criar uma associação para poder resolver os problemas que no momento atingem a nossa comunidade, tais como falta de saneamento, segurança, educacional, saúde, melhorar a qualidade de vida de nossa comunidade, entre os graves problemas que muitas pessoas falaram da necessidade urgente de serem solucionados. Lutar por melhores condições de sobrevivência em nossa comunidade (...).

Nesta perspectiva, a associação parece ter sido fundada para buscar que fossem supridas as necessidades das/os associadas/os para as quais o Estado deveria se voltar, mas que ao longo do tempo histórico não o fez. Se fala em saneamento, segurança, educação, saúde, todas obrigações do Estado. Com isso, as/os associadas/os fundadoras/es aparentam possuir noção clara de que viviam em situação precária de vulnerabilidade, e de que deveriam buscar novas formas de organização para dela sair. No entanto, a busca não foi por enxergar na organização coletiva uma forma ideológica e política de construção da vida. Em entrevista, o atual presidente da associação colocou que a ASSIM foi construída para acessar recursos e políticas públicas que talvez elevassem sua qualidade de vida. Ele afirmou que, na época, alguns/mas agricultores/as das comunidades onde se insere a associação eram associadas/os na cooperativa de Carpina, e faziam parte do sindicato de Carpina. Foi por influência da direção desta cooperativa e deste sindicato que agricultoras/es resolveram criar a ASSIM, para acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995. O Pronaf se consolidou como política efetiva de crédito em quase todos os municípios brasileiros. Como os créditos eram principalmente ofertados pelos bancos ao associativismo institucionalizado a diretoria da cooperativa e o sindicato de Carpina incentivavam, na época, as comunidades a criarem suas próprias associações, para buscarem financiamentos e recursos. Esta realidade converge com o que apresentamos no capítulo precedente, sobre as associações terem se fortalecido no Brasil como instrumentos para o Estado disseminar seus

investimentos no campo (OLIVEIRA; SANTOS, 2012), e não necessariamente para construir uma outra forma de fazer econômico através de uma organização coletiva.

A ASSIM ficou praticamente parada por alguns anos existindo quase que só no papel, frustrandoas/os agricultoras/es que não conseguiram nenhum tipo de recurso pelo Pronaf. Estas/es, em sua maioria, sofriam com as condições precárias colonial e secularmente construídas pelas territorialidades do sistema de *plantation* da cana de açúcar. Uma das agricultoras associadas, durante as entrevistas, fez emocionante fala sobre este fato.

O meu esposo, ele não tinha onde trabalhar... Eu fico emocionada, assim, fico... Deus sabe o porquê. Tinha dia aqui das minha menina pedir 10 centavos pra eu comprar uma pipoca, eu num tinha pra dar... Pode acreditar o que eu tô falando, eu, como mãe, eu chorava... Então veio a associação, meu esposo se associou, depois de muito tempo foi que eu me associei, que a gente não tinha nem condições de os dois pagar, você tá entendendo? A situação era difícil... Eu ficava aqui, Jesus, clamando a Deus que Deus mostrasse um jeito de meu marido arrumar um jeito de trabalhar, trazer o pão pra mesa... Era muita dificuldade, era difícil demais... Trabalhava uma semana, passava duas, três, sem ter onde trabalhar, porque não era fichado, trabalhava os boleiro, era clandestino, era aquela coisa toda... E uma dificuldade, as menina chegava dia dos professor, queria dar um presente ao professor, eu num tinha condições de comprar... Era aquela dificuldade, e isso eu num me sentia bem. Eu só conversava com Jesus... Teve um tempo que a depressão me pegou, meu fi, eu fiquei tão ruim, mas graças a Deus eu tenho um Deus vivo na minha vida, que chegava uma coisa no meu ouvido, dizia assim “só tem uma solução, é morrer”. Mas Deus é mais, eu venci, sempre indo pra igreja, caminhando e pedindo força a Jesus, e eu venci, viu? Essa batalha Jesus me livre e guarde de mais nunca eu cair nela, nessa fraqueza... Era fraqueza mesmo. Mas melhorou tudo depois da associação!

Ao se territorializar no espaço praticamente enquanto única “*vocação natural*”, principalmente para a zona rural, a cana encobre a possibilidade de novos espaços no horizonte. A disputa de poder pelo território, construída ao longo dos séculos, estabeleceu ali uma grande maioria de terras voltadas para a realidade das classes dominantes locais. Estas últimas, herdeiras da aliança colonial entre a antiga metrópole e as elites locais, estão historicamente voltadas para a cana de açúcar. Esta realidade constroi os latifúndios dessa monocultura, mas acaba por se refletir também entre pequenos produtores que tenham alguma propriedade. É assim que um dos associados coloca que desde pequeno trabalha na cana, mas não apenas para a Usina Petribu. Seu pai, que trabalhava na Petribu, era também cadastrado nesta usina como produtor de cana, e para ela podia revender. Nisso, revendia também a produção de outros pequenos produtores não cadastrados, da qual retirava alguns custos.

(*Você trabalhou a vida toda com agricultura?*) Foi, eu trabalhei a vida toda com agricultura, toda a minha vida foi com agricultura. Assim, desde os 7 anos que a gente trabalha, né? Papai desde os 7 anos que já levava a gente pra roça. Na verdade, não pra roça, mas pro corte da cana, né? Como ele trabalhou muito diretamente com a cana, ele levava a gente pra amarrar cana. Eu, com 7 anos, eu num sabia nem amarrar o feixe de cana, eu amarrava o feixe de cana e deixava, do mesmo jeito que eu amarrava, deixava lá. Num sabia o que era ponto, num sabia o que era nada, eu sabia que eu amarrava. E, assim, a gente sempre foi pro serviço, foi crescendo, eu acho com 7 anos, também, foi o primeiro ano que eu fui pra escola. (*E quando você*

começou a trabalhar, depois, mais velho, você trabalhou na cana também?) Foi, foi. Todo o meu serviço foi na cana, porque papai, era assim, papai tinha um, esse, ele comprava cana de vários pequenos produtores lá (...). Como papai era cadastrado na usina, como fornecedor, aí o que, os pequeno que num era cadastrado passava a cana pra ele, vendia a cana pra ele, né? Aí vendia a cana pra ele e ele moía no nome dele. (E vendia a cana pra usina é?) E revendia pra usina.... Um eles comprava bolada, algumas pessoas comprava bolada, ele ia lá, olhava a bolada, e comprava. E outros, assim, (...) era o seguinte: a gente cortava (...), tirava a despesa, por exemplo, é um real pra cambitar, pra levar até o cambito, é quatro real pro carro levar pra usina, é dois pra cortar, aí toda essas despesas se somava no final. Aí, vamos supor, as despesa era, as despesa dava 25, e a cana foi vendida por 40 e pouco... Aí tirava-se a despesa, mais um acréscimo do administrador, e o resto repassava pra pessoa.

A inserção no trabalho da cana acontecia logo cedo, repassada de geração em geração, sempre mantendo as mesmas posições entre as classes sociais. Mesmo os pequenos produtores de cana que não eram cadastrados para vender cana à usina acabavam por dar um jeito de gerar renda a partir desta última. A cana foi vista praticamente como única possibilidade para estes habitantes da zona rural de Lagoa de Itaenga. Frequentemente um trabalhador da cana passava toda sua vida vivenciando apenas esta experiência e, mesmo sofrendo, não conseguia avistar como dela sair, até pelas mentes secularmente colonizadas. O agronegócio da cana é assim construído do lado visibilizado da linha abissal. Esta colonização das mentes engrandece a economia da cana de açúcar ao longo dos séculos, invisibilizando para os atores locais a possibilidade de praticarem outras experiências, estas que são desarticuladas e jogadas para o “outro lado” da linha. Isso pode ser percebido a partir da própria experiência da ASSIM. O representante da INCUBACOOOP, em entrevista, contou fato neste sentido. Duas associadas da ASSIM que estavam se formando e iriam apresentar seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) buscaram o professor Guilherme Soares, o entrevistado enquanto representante da INCUBACOOOP, para pedir que ele as orientasse no trabalho.

Eu me lembro que [uma agricultora] e [outra agricultora] foram falar comigo sobre o TCC. Aí perguntaram se eu podia ajudar na orientação do TCC, aí eu disse “você vai fazer o TCC aonde?”, “lá na estação de Carpina, de cana de açúcar...”, aí eu dei um puxão de orelha nas duas. Eu digo “porque que você vai fazer lá?”, “não, porque não sei o que...”. Eu digo “rapaz, porque que você não faz aqui, nas coisas que vocês fazem aqui?”. Aí elas ficaram assustadas, assim, entendeu? Todas as duas, pode falar com elas... Ou seja, o olhar ainda da cana, da cultura, na cabeça, é a cultura da planta da cana. Quer dizer, ainda tava ainda naquela coisa de achar que o que era orgânico era uma coisa ainda menor, entendeu?

A experiência das agricultoras se tornou invisível a seus próprios olhos. Quando foram construir o trabalho de conclusão de seu curso buscaram refletir sobre uma experiência construída do lado dominante da linha. O poder dominante dos grandes produtores de cana se fortalece nisso. Os moradores da zona rural de Lagoa de Itaenga, tendo em mente a usina como única possibilidade de vida, se viam obrigados a passar por relações que eles mesmos

enxergavam como opressoras. Fica claro entre todas/os as/os entrevistadas/os como era ruim depender do trabalho na cana para a usina. O relato a seguir aponta a natureza deste trabalho, e é de um jovem associado que cresceu já dentro do território da ASSIM, mas que por volta dos 20 anos foi tentar trabalhar na usina Petribu – com uma diferença de que, agora, ele não foi como única possibilidade de vida, já que a ASSIM já existia, mas como autonomia de escolha sobre sua vida, da qual se arrependeu posteriormente.

Minha base foi na agricultura, eu nasci e cresci na agricultura. Com, eu acho, 20 anos, aí eu fui pra Petribu, aí passei duas safras lá, e voltei [pra trabalhar na associação]. (*Gostou?*) Oxe, nada... Eu praticamente tirava folga um dia por semana só, pra dormir... Final de semana, em vez de melhorar mais um pouquinho, era doze horas... Doze na sexta, e doze no sábado, ou doze na sexta e doze num domingo. Aí a gente passava doze horas lá... Praticamente, quando voltava pra casa, era só dormir. (*Mas tu tirava uma renda boa lá?*) 1200, 1300... (*E hoje, na associação, tu acha que vive melhor?*) Em questão salário varia de época do ano, né... Em questão lazer, é muito mais... Melhor. Tempo pra tá com a família, meu horário de trabalho sou eu que faço. Tanto faz pegar de quatro da manhã às cinco, como chegar de sete, largar de meio dia. Pronto, aí tem o, vamos dizer, feriado, que empresas não dá, né? Ou que a empresa paga e a gente é obrigado a ficar lá, trabalhando. Eu faço meu horário, eu faço meus feriados, e sem falar que hoje tá eu, meu cunhado e meu pai trabalhando, né? Hoje meu pai não pode mais pegar no pesado como pegava antes, como ele trabalhou com cana, e não sabe ler, e não tem uma alternativa de serviço menos forçado pra trabalhar... Ele trabalhando comigo ele vai fazendo o que pode, num dia que não dá pra fazer, ele fica em casa.

Essa relação da autonomia parece ser um grande diferencial. É assim que na entrevista com o mesmo associado que dizia que seu pai revendia a cana que produzia, e a de outros pequenos produtores, pra usina, se percebe um outro relato sobre o trabalho na cana. Apesar de ser um trabalho penoso, sobre o qual ele inclusive não gostava, a relação muda quando este não acontece diretamente sob a relação opressora enquanto empregado na usina. Assim, quando questionado se gostava de trabalhar na cana quando criança, e um pouco mais velho, o associado respondeu que

Oxe, meu Deus do céu... Aquilo é um aperrei de vida... Assim, era um serviço, que só tinha ele, a gente fazia, até tava fazendo com bom gosto, o que eu não gostava mesmo era cambitar, que era tirar a cana da palha pra levar pra estrada pros carro pegar. Principalmente quando arrumava uma danada duma burra, duma burra que a gente tinha lá... Eita burra preguiçosa danada! Eu botava a palha e ela se deitava... Teve uma vez mesmo que eu deixei ela lá debaixo da palha e fui mimborá pra casa... Mas, assim, mas os outros eu fazia tranquilo, assim, num reclamava, porque era aquilo que a gente tinha, e era uma coisa que a gente tava, mesmo sendo um serviço difícil, mas era uma coisa que a gente fazia pra gente mesmo, né? Era como se a gente tinha os irmão, vinha algumas pessoas ajudar no corte, mas eu ainda ficava feliz porque eu sabia que o resultado ali era da gente, era da gente o resultado daquele trabalho ali, né?

Os moradores destas comunidades da zona rural de Lagoa de Itaenga, como se percebeu ao longo da pesquisa, mesmo com a cana, nunca perderam completamente sua aproximação com a agricultura, inclusive com características da identidade camponesa, como a troca de sementes, a realização de mutirões, mesmo antes da associação existir. Nos relatos

muito apareceu que, mesmo antigamente, as famílias produziam algumas culturas, mas com pouquíssima diversidade, principalmente a macaxeira ou o inhame. Mas esta agricultura pouco diversa era também muito pouco valorizada, presente quase que como um resquício de um tempo passado, já que o que se via mesmo como um fazer econômico era apenas o trabalho na cana. Com toda certeza, neste pensamento, se faz presente a racionalidade econômica construída no seio do capitalismo que apresentei no segundo capítulo. Não se compreende a economia em seu sentido amplo da “gestão do lar”, mas sim em seu reducionismo a questões de mercado. Assim, na economia local, no mercado local, os moradores da zona rural se viam apenas enquanto mão de obra a ser ofertada aos usineiros. Esta concepção do fazer econômico, secularmente construída, reforçava nestes moradores o seu papel dentro da “*vocação natural*” da mesorregião onde se encontram. Na fala que segue, de uma agricultora associada, se compreende, de fato, que mesmo antes da associação sua família já produzia sem veneno, mas não valorizava a importância da própria produção, não a reconhecia dentro de sua economia.

Assim, a gente produzia já sem [o agrotóxico], né... Mas a gente não tinha, assim, a gente plantava natural, mas não tinha a experiência que a gente tem agora. [Depois da ASSIM] a gente modificou, né... O jeito de plantar, o jeito de consumir, se alimentar. Porque, assim, eu lembro que mesmo antes eu trabalhava no sítio, mas não dava valor ao alimento do sítio. Eu lembro que antes da gente ter a capacitação a gente não dava valor ao que a gente tinha na agricultura... Eu não via como uma fonte de renda. Ninguém, né, via como uma fonte de renda. (...)E agora, a gente transforma num monte de coisa. Mudou até o consumo. Porque antes cozinhava, sobrava uma macaxeira, uma batata, a gente jogava no lixo. Assim, plantava coentro, cebola, essas coisas, sobrava a gente jogava, não sabia transformar em alimento. Só sabia se alimentar de uma forma só: macaxeira cozinhada, batata cozinhada, inhame cozinhado.

A construída “*vocação natural*” para a cana fez com que as/os agricultoras/es das comunidades rurais de Lagoa de Itaenga não conseguissem enxergar a possibilidade de uma produção diversificada enquanto seu modo de fazer econômico. Não enxergavam uma alternativa à equivocada concepção capitalista sobre economia, a partir da construção de um processo econômico mais autônomo, mesmo que não totalmente, já que presente em *redes*. Um processo econômico pensando o mercado, a troca, também, sim, mas que junto a isso concebesse a sua produção como primordial para sua própria alimentação, uma alimentação que promovesse sua saúde e a de quem consumisse seus produtos, a construção de solidariedades, a preocupação com o território, e assim por diante.

Um outro ponto, ao se olhar para a (i)materialidade do território onde foi formada a ASSIM, e anterior a esta fundação, é de grande importância. A ASSIM é formada pelas comunidades Imbé, Marrecos e sítios vizinhos, ou seja, se constituiu a partir de territórios

comunitários. Aí mora uma série de configurações que auxiliaram o posterior trabalho associativo. Dentre elas, as famílias habitam terrenos relativamente próximos, o que facilita a troca entre elas de conhecimentos, festividades, receitas, condições climáticas, ajudas. Mesmo antes da formalização da ASSIM já aconteciam práticas de mutirão, sendo esta uma prática recorrente deste outro fazer econômico não voltado apenas para o mercado, como já apontamos. Com isso, já existia certa prática de solidariedade entre os/as moradores/as, já existiam trocas que, de alguma forma, criavam relações entre si. Esta realidade difere bastante de associações que se formam apenas por um viés de mercado, entre associadas e associados que não tinham nenhuma relação prévia, e que assim veem sua experiência com uma necessidade de buscar construir alguma liga entre seus membros, o que não é fácil. Já existir previamente esse liga, territorialmente constituída, fortalece em muito a consolidação das futuras ações coletivas de uma associação.

Se formalizar a partir de territórios comunitários auxilia em muito o trabalho associativo, no entanto, não é suficiente. Como mencionei anteriormente, a formalização da ASSIM enquanto associação não fez com que prontamente esta desenvolvesse uma série de atividades associativas que melhorassem a qualidade de vida dos/as agricultores/as. Não basta assinar um papel. Ao contrário, os relatos indicam que os primeiros anos foram de uma associação *pro forma*, que começou a mudar com a construção de *redes*, com a inserção de atores externos, enquanto colaboradores, parceiros.

Agora já com uma contextualização (i)material do território para melhor compreender a formação da ASSIM e de sua organização coletiva territorializada, neste próximo tópico a discussão irá tratar sobre como esta experiência se desenrolou ao longo de seus vinte anos de existência.

4.2 RECONSTRUÇÃO DO PROCESSO DA EXPERIÊNCIA DA ASSIM

Esta seção está subdividida em duas partes. Para compreender tal processo relembro que, com o intuito de melhor analisarmos o eixo central¹⁰, durante esta sistematização foram definidas as seguintes categorias para melhor debater a experiência da ASSIM em seu território: **colaboradores externos**, **transição agroecológica** e **economia solidária**. Assim, este próximo tópico trará o debate a partir do diálogo de saberes junto aos

¹⁰ Como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território?

colaboradores externos. Em seguida o olhar sobre o eixo central se dará a partir das questões de uma transição agroecológica em economia solidária.

4.2.1 Um maior enfoque a partir dos colaboradores externos

Como já falamos anteriormente, na ASSIM,

Todas as famílias envolvidas no trabalho tem histórico de relação de dependência com a cana-de-açúcar até o final da década de 90, quando algumas famílias receberam um curso de formação em agricultura orgânica por uma OSCIP, [o] Serviço de Tecnologias Alternativas – SERTA (...). (SILVA et al., 2018, p.3)

Uma OSCIP é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e o SERTA foi de fato o colaborador externo que teve um papel importante no pontapé inicial junto à ASSIM. Aqui já cabe uma primeira reflexão. O SERTA é uma OSCIP, e autodeclara sua intenção de

Formar jovens, educadores/as e produtores/as familiares, para atuarem na transformação das circunstâncias econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, na promoção do desenvolvimento sustentável, com foco no campo. A organização foi fundada em 1989 a partir de um grupo de agricultores, técnicos e educadores que desenvolviam em comunidades rurais uma metodologia própria para a promoção do meio ambiente, a melhoria da propriedade e da renda e o uso de tecnologias apropriadas. Desde sua origem, teve como foco o desenvolvimento e reconhecimento da importância da agricultura familiar. (SERTA, 2018)

Assim, em entrevista, o representante escolhido por nós do SERTA colocou que

O SERTA, desde cedo, a bandeira do SERTA, acho que o mote do SERTA maior é educação, né? Educação e agroecologia, num é? Então, assim, desde cedo uma das, um dos marcos que o SERTA tem feito foi formação com os jovens, os agricultores, e a gestão da associação da ASSIM. E aí essas atividades de formação foi desdobrado em várias iniciativas, assim... No início foi a formação dos agricultores, acho que [um agricultor] até dizia, em outra ocasião, que foi uma das primeiras, ou foi a primeira, formação sobre agricultura que os agricultores da comunidade receberam, acho que por volta de 2000... Onde a ASSIM ela existia, a base de comunidade existia, os agricultores tinham a sua dinâmica de formação, mas essa visão de emergir no campo da agricultura orgânica, da agricultura agroecológica, no uso de algumas tecnologias que pudessem ajudar no dia a dia, eles faziam, mas faziam do seu jeito, da sua forma, dentro das suas possibilidades, dentro de seus limites. E essa capacitação, que foi uma das primeiras, veio pra, primeiro pra despertar, quem tem interesse... (...) Quando a mãe de [uma agricultora] dizia que, várias vezes eu tive a oportunidade de perceber isso nela, esse abraço de alegria, de dizer que naquela ocasião ela passou a enxergar coisas que ajudou eles a manterem, se manterem na propriedade, né? E aí teve algumas atividades mais de gestão, teve mais de formação, e mais de gestão, que a gente, naquela ocasião, a gente não tinha ainda as expertises, como hoje, mas a gente tinha um processo de formação muito voltado pra formação de comitês gestores locais, né? A gente teve a oportunidade de ter um projeto, onde a gente construiu algumas iniciativas de formação da gestão da associação, pra gerir alguns fundos que pudessem apoiar na produção e na estruturação das propriedades familiares.

O SERTA então, em seus valores, busca auxiliar uma melhor estruturação da agricultura familiar sustentável. Para isso, realiza capacitações, formações, assessoria técnica,

construção de tecnologias para os contextos territoriais, facilitação da autonomia de agricultores e agricultoras, assessorias em questões produtivas, mas também de gestão. Enfim, em suas ações e reflexões possui essa identidade e a ela busca fortalecer na disputa social pela construção dos territórios.

Se faz importante compreender os valores do SERTA pois estes valores estarão em suas atividades e com isso adentrarão os territórios onde estas acontecem. Isso se repete entre os demais colaboradores externos que atuam junto à ASSIM e foram analisados durante a sistematização. Ou seja, eles não chegam aos territórios passivamente questionando se querem alguma ajuda. Ao contrário, possuem projetos políticos de construção da vida, e é a partir destes projetos, e no intuito de os fortalecer, que buscarão construir parcerias nos diversos territórios. Existe, entre estes colaboradores externos, uma clara intencionalidade política de construção de outras territorialidades, diferentes das hegemônicas do capitalismo e do agronegócio da cana. Desta forma, o diálogo de saberes se concretiza no sentido de fortalecer a organização coletiva por questões que envolvam os “dois lados” do diálogo, ou seja, o diálogo de saberes é visto como importante para agricultoras/es e também para as/os colaboradoras externas/os.

Dento da abrangência maior da ASSIM, que não se resume a seus sócios, o atual presidente da associação acredita que 90 famílias das comunidades envolvidas são beneficiadas pela experiência da associação. No entanto, hoje 41 agricultoras e agricultores das comunidades envolvidas são sócios formalizados da ASSIM, divididos em cerca de 30 famílias. Em sua maioria não tinham histórico de uso de veneno e adubo químico em suas propriedades, apesar de terem o das queimadas. No entanto, como falado pelo representante, é com a construção da parceria com o SERTA que algumas e alguns primeiros agricultores associados vão fazer uma formação em agricultura orgânica, e com isso iniciar o processo de fortalecimento de uma nova *identidade territorial* para si, a partir de novos conhecimentos teóricos, práticos, novas ferramentas disponibilizadas, formações, capacitações. A parceria com o SERTA, além de trocar conhecimentos e experiências, desenha novas possibilidades de vida no horizonte para comunidades de uma zona rural secularmente vista apenas pelos olhos colonizados de uma única suposta “*vocação natural*”. É o que nos mostra o seguinte trecho de entrevista junto a uma agricultora associada da ASSIM.

[Um agricultor] começou a estudar lá no SERTA, num curso que teve lá, de agroecologia, aí foi aonde a gente começou a se envolver, trazer pra dentro da associação... Por que na época, a associação existia, tinha alguns sócio, mas não tinha jovem... Não tinha... As mulher que tinha só era pouca... (...) E aí depois já

começou, [um agricultor] começou no SERTA, aí trouxe pra cá, e os pessoal começaram a criticar, que não ia dar certo... E a gente começou prantando... Prantando, prantando, chamando a gente de doido, de louco, e aí começou, né? Os pessoal começou olhando, começou vendo, num é que as coisa parece que tá dando certo? Aí os pessoal de [outra família agricultora] começou a entrar, isso no ano acho que de 2001, 2002... Aí os pessoal começou se envolvendo também, aí a associação já era parada, aí já começou a levantar, caminhar um pouquinho. Aí começou a caminhar um pouquinho, entrou [outro agricultor], depois entrou [outro agricultor], e a associação foi caminhando. Porque, quando eu cheguei aqui, não tinha envolvimento nenhum não, o único envolvimento que tinha só era a igreja. Terço de meio de maio, terço de quaresma, São João, e natal, e algumas missa, assim, que acontecia durante o ano. Aí depois que foi se envolvendo com o SERTA, aí começou a ir pra feira, os menino saía aqui de madrugada e ia pra feira... Aí depois veio a universidade fazer a pesquisa, aqui na comunidade. E aí eu vendo como o território hoje, a nossa comunidade caminhou muito, o antes e o depois.

Os trabalhos iniciais junto ao SERTA foram para uma transição pessoal e comunitária entre as agricultoras e os agricultores, para que esses construíssem a possibilidade de viver como tais. No começo, as formações não eram pensadas a fins comerciais, de mercado, como se percebe com a colocação deste jovem agricultor associado:

Eu comecei a fazer a formação do SERTA, né, de penetra, porque eu ainda era criança, aí pra não ficar em casa eu ia com a minha mãe... Aí eu escutava muito isso lá, que a base de tudo, o começo, foi pra gente produzir pra se alimentar, aí hoje a gente tá vendendo o excedente.

Facilitando à ASSIM adentrar numa rede da agricultura sustentável, no ano de 2001 o SERTA conectou a associação à primeira feira da qual ela participou, a feira orgânica de Boa Viagem, um bairro do Recife (PE). Segundo o representante do SERTA não se conseguiu comercializar em Lagoa de Itaenga, e foi então preciso escoar os excedentes para fora do município, para a capital, como mostra trecho de sua entrevista.

As primeiras feiras que a ASSIM saiu, né, a gente, teve várias, que teve iniciativa... Mas foram iniciativas que antes o município não acatava, e até hoje tem dificuldade de acatar, mas quando se falou em fortalecer iniciativas fora do município, foi dando certo.

No entanto, a feira não foi o único local de escoamento para os excedentes das produções dos e das associadas. Por um tempo fizeram parte também de uma cooperativa de produtores orgânicos, a Ecoorgânica, da qual tiraram várias lições, inclusive a da importância da construção de mercados com uma identidade construída a partir dos ideais desta agricultura que então era chamada de orgânica. Os supermercados, mercados convencionais de cunho capitalista, não são espaços de trocas flexíveis. Ao contrário, têm em sua essência um objetivo único e de lógica calculista: racionalizar ao máximo a gestão pelo olhar de minimizar os gastos e maximizar os lucros. Não existe um ideal social, uma intenção de promoção da solidariedade, ou da saúde humana e ambiental. Assim, discorrendo sobre a experiência da cooperativa da qual a ASSIM participou, o representante do SERTA nos exemplifica que,

Por exemplo: a cooperativa tinha uma ambição, uma meta, de comercializar em torno de quatro toneladas de produtos. E tinha um veículo que coletava os produtos, tinha a estrutura que agregava valor, fazia a higienização, e tal, e que encaminhava pra rede Carrefour, pra rede do Bompreço, e tantos outros. Um dos primeiros desafios, assim, que eu acho que serviu pra, acho que foi pra todo mundo, foi o padrão de classificação dessas redes de supermercado. Quando você colhe do agricultor, da propriedade, pra chegar na Ecoorgânica, chegava um produto... Da Ecoorgânica, pra chegar no supermercado, na rede de supermercado, tinha um padrão, tinha um setor lá de classificação, que só aceitava os produtos que era os melhores, e que tava dentro dos parâmetros deles. Então não aceitava qualquer copa de alface, não aceitava qualquer tamanho de cenoura, ou qualquer tamanho de banana, isso era um padrão mercadológico. E o que acontecia? Os agricultores forneciam pra Ecoorgânica, a Ecoorgânica tinha uma promessa de pagar com 30 dias, só recebia da rede de supermercado com 45 dias, entre 30 e 45 dias... O que acontecia? Os produtos que chegava na Ecoorgânica, e ia pro mercado... Os mesmos que iam pro supermercado não eram os mesmo que chegavam, porque tinha uma perda grande. O padrão de classificação lá não aceitava os tamanhos. E esse foi o primeiro embate. Esse setor, esse maldito setor de classificação, foi que já começou a dar os entraves. Porque isso tinha repercussão no pagamento com os agricultores... Isso tinha repercussão com a entrega, porque eles, quando ia entregar, tinha pedido cancelado, tinha pedido em atraso... Quando chegava lá, a verdura chegava atrasada, o caminhão entrava, não tinha privilégio, entrava na logística de vários outros caminhões, tinham 5, 6 caminhões lá, esperando pra descarregar. Esse foi um primeiro entrave, assim, que acho que foi um aprendizado pra todo mundo. Acho que qualquer agricultor, associação, que entrar pra atender o mercado, tentando se adequar às exigências do mercado, a certeza é que vai ter problema. Porque é mais fácil o mercado se adequar ao perfil do agricultor familiar. Porque o mesmo alface que é produzido na ASSIM não era o mesmo que era produzido em Vitória [PE], que não era o mesmo produzido em Pombos [PE], que não era o mesmo produzido em Feira Nova [PE], e nem o mesmo produzido em Glória [PE]. Mas, pra o mercado lá, pra rede de supermercados, eles só queriam os produtos tudo igual, e toda a filosofia debatida [na cooperativa] era que os produtos não tinha tamanho, mas tinha qualidade. Ou que não tinha a estética esperada, a escala esperada, mas tinha o padrão de qualidade, que era uma alimentação saudável e que vinha dos agricultores familiares. Esse foi um principal aprendizado, que isso desdobrou vários conflitos, né?

Com a fala se percebe então que não basta a transformação na produção. Se a busca é pela saída da realidade da canaé preciso ir mais além, pensar essa transformação a partir da economia da ASSIM, em seu sentido mais amplo debatido no segundo capítulo. No entanto, os agricultores e as agricultoras associadas na ASSIM haviam há tempos incorporado uma série de territorialidades da *plantation* da cana. Disso se fortifica a importância da inserção em uma *redede* atores que concretizem experiências e aprendizados de uma outra forma, política em si, de construir a vida, que não a do agronegócio capitalista, e assim contribuam para a construção de novas territorialidades. Uma *rede* que coletivamente construa junto à ASSIM experiências que territorializem essas outras territorialidades. Com isso, além do SERTA, um importante colaborador externo da ASSIM foi a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a INCUBACOOOP, sediada na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que junto à ASSIM atuava a partir de três diretrizes: a) agricultura agroecológica; b) beneficiamento de alimentos; e c) associativismo e cultura.

A INCUBACOOP é uma ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), que são estruturas existentes no seio de universidades buscando atuar a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão para estabelecer trocas de mão dupla entre a universidade e a sociedade a partir da economia solidária. Estas incubadoras são experiências já presentes na literatura sobre economia solidária, e o professor Guilherme Soares (2007), em livro publicado a mais de dez anos, apontava três fases principais para a atuação de uma incubadora junto a um empreendimento solidário: uma fase de implantação, uma fase de desenvolvimento, e uma fase de desincubação. Na literatura se fala bastante sobre essa fase de desincubação, como uma necessidade para que os empreendimentos solidários consigam continuar com as próprias pernas. No entanto, ao entrevistarmos o mesmo professor Guilherme, no decorrer da sistematização, enquanto escolhido por nós para representar a INCUBACOOP, este nos colocou que, a partir da experiência da ASSIM, ele tem repensado a questão da desincubação. Assim, discorrendo sobre o papel da INCUBACOOP junto à ASSIM, colocou que

(...) a ação nossa, basicamente, era essa, formação e assessoria, que eu acho que a ASSIM, ao longo do tempo, e uma discussão que a gente tinha muito na incubadora, era o momento da desincubação. Como a incubadora sair? Que momento ela sair? Isso foi um vazio que sempre existiu, eu digo um vazio teórico, de discussão. Porque a gente tinha muito claro, a ASSIM ela foi subindo de nível. Então a desincubação pra gente era um nível tal que ela, vamos dizer assim, ia ter outras demandas de assessoria e de formação diferentes de quem começasse daqui agora, entendeu? Mas isso não quer dizer que a gente ia ter que abandonar. E aí uma das coisas que eu avalio hoje, talvez tenha a ver com a primeira pergunta, é que a ASSIM, como qualquer associação ou cooperativa, não é só um privilégio ou uma necessidade de lá, é que ela sempre vai requerer assessorias... Aí, você veja, as empresas, empresas normais, não contratam consultores? Quando tão numa pendenga aí que não conseguem resolver, ou um processo, outra coisa, tem sempre uma assessoria, um consultor lá. Porque que as organizações coletivas elas também não vão requerer isso? Talvez esteja, aliás, talvez, não! Está dentro de um escopo das funções das organizações como a rural, o SERTA, a diaconia, o Sabiá, esse papel fundamental, que é de assessoramento. E esse é um papel que não pode faltar nessas organizações. Se faltar, na medida em que elas vão subindo o degrau, elas vão parar, ou vão retroagir, porque vão se expor a situações que vão requerer olhares diferentes, vão requerer habilidades diferentes, e, aí, quem tá fora, talvez possa ajudar mais, entendeu? Então a incubadora... Eu, eu tinha muito claro o nosso papel lá. E a ASSIM ajudou demais a rural [UFRPE]... Eu acho que tem o outro lado, sabe? Que é o quanto a ASSIM, a experiência lá, da comunidade, ajudou na formação dos alunos da rural [UFRPE].

Se faz interessante então olhar para essas parcerias junto aos colaboradores externos enquanto parcerias, e não enquanto dependência. Isso pode fazer toda a diferença, e se constroi a partir da intencionalidade dos colaboradores e da autonomia dos empreendimentos em organização coletiva. É preciso ativamente construir parcerias que não gerem dependências, mas trocas, sempre vistas enquanto trocas de mão dupla. Isso, quem vai

acabar delimitando, vão ser as e os associados e os próprios colaboradores externos. As vivências de cada grupo, e seus ideais, seus desejos, suas vontades, vão dar força, ou não, à experiência construída. Mas se os colaboradores externos são importantes, os diretamente envolvidos na experiência são ainda mais, por serem eles os também diretamente afetados pelas consequências das ações. São eles que vão continuar vivendo o mesmo território, ou um território transformado, e assim são eles que, mais fortemente e para fortalecer a organização coletiva, precisam se apropriar do processo de construção e de sua importância, como bem colocou um dos agricultores em entrevista.

Olha, eu achei muito importante essa parceria, né? Cada um a gente poderia tá definindo aqui de qual a participação. Mas eu acho que eu destaco, aqui, de todos importantes, mas eu destaco o primeiro o SERTA, que deu o pontapé, e a INCUBACOOP, através da universidade, que fizeram um trabalho, assim, mesmo de... Assim, de a gente mesmo voar, tá entendendo? De a gente voar, de a gente conhecer, de a gente se destacar, né? Dando oportunidade de a gente se representar, de a gente apresentar a instituição. Mas, eu também trago, assim, outros parceiros que também contribuíram com a gente, né? [Agora], mesmo todos esses parceiro participando, tando com a gente, mas se a comunidade não tivesse essa força de vontade, de libertação, né? De libertação, de outra, de aceitar outras oportunidades... Porque muitas vezes, por exemplo, eu vou dar o exemplo aqui da INCUBACOOP. Na mesma hora que a INCUBACOOP nos assessorou, também assessorava Chico Mendes [um assentamento do MST], lá em Pombos [PE]. Todas as ações aqui se desenvolvia, e lá em Chico Mendes não se desenvolvia. Aí terminou abandonando Chico Mendes e ficando só com a gente. Quer dizer, é muito querer da comunidade, tá entendendo? E muito também é daquela questão de quem tá, também, dos atores que tão envolvidos... Dos atores que tão envolvidos querer. Eu acho que a nossa história, por ser uma história de ter vindo da cana de açúcar, de um serviço árduo, né? De um serviço que ninguém... Faz, porque é o jeito, Hugo, mas ninguém gosta. E eu, hoje, como representante do sindicato, eu defino que é um trabalho escravo, não acabou-se. Assim, hoje o cara num tá com uma corrente, hoje o cara num tá com um chicote, feito era de primeiro, mas eu ainda defino o trabalho do corte da cana como trabalho escravo. Tá entendendo? Porque as pessoa ainda descumpre muito a legislação dentro da cana de açúcar. Esse histórico de cana teve influência sim dentro da comunidade, porque o pessoal começava a perceber que é muito mais importante se trabalhar pra si só, trabalhar pra você, no que é seu, né? De que você tá prestando serviço a outra pessoa. E o rendimento mostrou isso, a liberdade mostrou isso, né? A capacidade de você se valorizar mostrou isso. (...) E eu acho que foi isso, eu acho que o resgate, a situação que a gente passou na cana, eu acho que nos ajudou muito, nos ajudou muito a gente trabalhar esse processo. Precisa melhorar, precisa melhorar, precisa mais, assim, sei lá, mais entendimento... Porque alguns entende mais ainda do que é um processo coletivo, outros entende menos. Mas eu acho, acho que a gente tem muito resultado, tá entendendo? Tem muito resultado positivo dentro desse processo.

É então essa mistura de ações, reflexões, e disposições da própria associação, somada à mistura dos colaboradores externos, que vai ter forte influência sobre a experiência construída. A comunidade precisou encontrar em si a vontade de querer construir sua experiência em organização coletiva. Na ASSIM, como colocou o agricultor no trecho que acabei de citar, o histórico opressivo no trabalho da cana tem influência em fortalecer nas e

nos agricultores essa vontade, ou até mesmo necessidade, de estabelecer uma experiência que construa novas possibilidades de vida.

No entanto, nada foi assim tão fácil e claro. A colonização por uma suposta “*vocação natural*” para o trabalho na cana é forte, como mostrei ter sido influente na cooperativa de Tiriri que citei no capítulo anterior. Muitos agricultores não acreditavam que novas experiências poderiam engendrar de fato um outro tipo de vida. Muitos descreditaram os poucos primeiros que fizeram a formação no SERTA, e estes últimos, frequentemente, eram vistos como loucos, buscando inovar em algo que jamais daria certo. No sentido do *eixo central* que direcionou esta pesquisa (*como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território?*), aqui já se percebe que para uma estruturação da organização coletiva os indivíduos são parte essencial. Se não fosse a força de vontade de algumas primeiras pessoas estarem dispostas a desbravar um mundo desconhecido, provavelmente a organização coletiva da ASSIM não tivesse se fortalecido, possivelmente a associação jamais tivesse saído do papel.

O terceiro colaborador externo sobre o qual a equipe de sistematização decidiu que também seria interessante se debruçar foi o Centro Sabiá. Segundo a própria instituição,

O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ é uma organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Juridicamente é uma associação civil de direito privado sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional (CENTRO SABIÁ, 2018).

E quanto à sua história junto à ASSIM, o entrevistado que escolhemos para representar o Sabiá colocou que

Quando a gente olha pra essa história a ASSIM chegou na Rede Espaço Agroecológico através da segunda feira da rede, que é a feira de Boa Viagem, não a chamado do Centro Sabiá, como outras organizações chegaram, e não foi através da assessoria da gente, foi através da assessoria do SERTA. E a gente não acompanhava as famílias *in loco*, a gente acompanhava as famílias na feira. A gente assessorava a comercialização, e a gente continua assessorando. E nos últimos 4 anos pra cá a gente conseguiu captar uma fonte de recurso que permitiu a gente passar a assessorar, acompanhar a organização. Foi quando a gente passou a ir pra campo, a deslocar um técnico pra tá indo lá na ASSIM (...). Então eu percebo que, nesses últimos 4 anos, a coisa passou, a ação da gente junto com a ASSIM passou por várias coisas. Passou por elaboração de projeto pra captação de recurso, (...) passou por assessoria, do ponto de vista da comercialização que se dá nas feiras. Passou por uma assessoria mais *in loco*, lá na comunidade, né? A gente reformou a cozinha da ASSIM, equipou a cozinha, [um técnico] fez acompanhamento às propriedades, a gente fez formações lá, né? Pra proporcionar um pouco, facilitar as trocas entre os próprios grupos da Rede Espaço Agroecológico, pra que as mulheres tivessem aprendendo, trocando entre elas, aprendendo mais sobre beneficiamento,

né? A ASSIM incorporou muita coisa nova nesses últimos anos. A gente promoveu muito intercâmbio, muita troca de conhecimento entre as próprias mulheres da Rede sobre boas práticas no processo produtivo. E sobre novos produtos, mesmo, elas trocavam informações entre elas sobre como é que faz um pastel, um bolo, e por aí vai, né? Um doce... (...) Então houve muita coisa nesse âmbito. E o acompanhamento do ponto de vista, a assessoria do ponto de vista da articulação em rede, que nunca deixou de acontecer. Que é o acompanhamento às reuniões de coordenação, às assembleias gerais da Rede [Espaço Agroecológico], que a ASSIM sempre recebeu e acolheu muito bem (...). Então a relação com a ASSIM se dá nesses vários âmbitos, né? Tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista político, do ponto de vista institucional.

O Centro Sabiá atua na coordenação da Rede Espaço Agroecológico, da qual a ASSIM faz parte. A Rede Espaço Agroecológico tem seu primeiro broto na feira das Graças, em 1997, que foi a primeira feria orgânica do Recife. Quatro anos após essa primeira experiência, em 2001, surge a feira de Boa Viagem, à qual o SERTA conectou a ASSIM. A rede é uma articulação de instituições, agricultoras e agricultores de territórios diferentes. Essa articulação é interessante pois diversifica a oferta de produtos nas feiras onde estes comercializam, a partir das forças e particularidades de cada território. Acontece uma facilitação da diversidade a partir de uma organização coletiva, a Rede Espaço Agroecológico. Esta é fundamental pois o consumidor busca também diversidade e uma feira com apenas um tipo de produto tende ao seu fim, mas não apenas. Tudo isso consolida os laços entre atores desta rede, fortalecendo suas experiências de organização coletiva nos territórios e auxiliando no processo de formação para a autogestão. Hoje a Rede Espaço Agroecológico é composta por uma loja física, a Agroecoloja, por um grupo de consumo, por quatro feiras agroecológicas no Recife (PE) (nos bairros das Graças, Boa Viagem, Santo Amaro e Setúbal), e por uma feira na cidade de Gravatá (PE). A rede envolve cerca de 250 famílias agricultoras e oito grupos de organização coletiva: Centro Sabiá, AMA TERRA, AMARFITSA, Terra e Vida, Terra Viva, Agroflor, Mocotó, e a ASSIM.

A Rede Espaço Agroecológico tem suas próprias características. Cada feira agroecológica participante da rede tem seu fundo de feira. Cada agricultor(a) que comercializa na feira paga uma mensalidade, que vai para este fundo, que é gerido pela coordenação de cada feira. Hoje essa coordenação é composta apenas por agricultoras e agricultores. A rede também possui uma tabela de preços, com o preço mínimo e o preço máximo que cada membro pode vender seu produto na feira. A tabela é atualizada anualmente, e esta margem mínimo/máximo permite ao agricultor uma flexibilidade para comercializar seus produtos, ou seja, o preço vendido será uma mistura da determinação coletiva com a autonomia do indivíduo. Assim, a rede espaço agroecológico possui estas quatro ferramentas de construção da organização coletiva em sua articulação: tabela de preços para os produtos

comercializados; coordenação unicamente camponesa da feira; regimento interno para cada feira; fundo de feira com contribuição das e dos associados.

Os colaboradores externos da ASSIM também foram importantes para ligarem outros sujeitos à associação, e os e as associadas a esses outros sujeitos. Com o avançar da experiência, com muitos tropeços mas também muitas conquistas, a associação foi se fortalecendo no estado de Pernambuco enquanto associação referência, como indica a fala que segue do representante da INCUBACOOOP escolhido a ser entrevistado.

Veja, eu acho que a ASSIM já ultrapassou a fronteira ali dos sítios vizinhos, do Imbé e do Marrecos. Quer dizer, eu já fui em alguns eventos aonde as pessoas citam a experiência da ASSIM como uma experiência exitosa, uma experiência a ser vista, né? Uma experiência importante, significativa, apesar dos percalços, das dificuldades, e tal... Então a história da ASSIM ela é um marco, vamos dizer assim, pra o município, pra comunidade, e acho que praquela região, e Pernambuco, como um todo. Eu não vou dizer assim “regional” porque eu não sei medir. Mas eu tenho certeza, aqui, em Pernambuco, nos eventos que têm de agricultura, se falar da ASSIM muita gente vai remeter a algumas pessoas de lá. (...) Então, a experiência que a ASSIM leva pra esses grupos, também mostra que a história dela também vai pra além desses muros lá de Lagoa de Itaenga. E aí se atesta várias coisas, né? Umas que conseguiram avançar, outras que não conseguiram. Se alguém quiser falar de, por exemplo, eu digo isso até hoje... Eu digo olhe, eu acho que talvez tenha sido a primeira associação que tenha tido um documento, em cartório, onde o terreno da associação é de uma sede coletiva, da comunidade. E as outras? Funcionam na casa de seu fulano, no terreno de seu cicrano... Lá é um terreno comunitário, foi doado e a sede é coletiva. “Ah, mas isso é pouco...”. É nada! Porque não existe, não é a referência, não é o padrão... O padrão é outro. (...)Então a história é uma história que mostra de que o coletivo forte ele consegue romper barreiras. Institucionais, barreiras econômicas, barreiras sociais, entendeu? Então a história mostra isso, a importância da história da ASSIM é essa.

O avançar da experiência da ASSIM se torna importante para seus e suas sócias, mas vai além. O fortalecimento desta prática de organização coletiva se torna exemplo para estudiosos e praticantes interessados pelas temáticas presentes na associação. O avançar da experiência da ASSIM se torna um fato concreto a melhor ser compreendido por todos aqueles que buscam modos de vida com viés semelhante. Este é o motivo de a ASSIM ter adquirido em seu costume a recepção de universidades, estudantes, professores, ONGs, uma série de grupos que iam até o território local trocar e aprender com a experiência. Neste sentido, a ASSIM acaba sendo um *ponto* que fortalece a *rede* da economia solidária e da agroecologia na região. E, a partir desta rede, também se fortalece e fortalece sua organização coletiva. Dessas visitas, frequentemente, a ASSIM consegue gerar renda coletiva, como com a venda de almoços para os grupos visitantes. Mas os colaboradores externos também levaram

agricultoras e agricultores de dentro para fora da ASSIM, conectando a outros territórios. A construção dessa *rede* é de grande valor, e será melhor discutida no próximo tópico.

Outra particularidade comum aos três colaboradores externos que aqui apresentamos, e de suas atuações junto à ASSIM, é o uso de metodologias participativas. A INCUBACOOP, sendo uma ITCP e atuando pela economia solidária, compreende a importância da autogestão dos empreendimentos, buscando inclusive facilitá-la, e para tal as metodologias participativas são aliadas concretas. O SERTA atua com metodologia própria construída a partir de diversas fontes e enfatizando a autonomia na formação de técnico em agroecologia:

A escola e o aluno como produtores de conhecimento sobre a realidade, em apoio aos processos de desenvolvimento em curso; O adolescente como protagonista e liderança capaz de modificar o seu entorno e as circunstâncias em que vive; A família, como parceira pedagógica, fonte de soluções e não de problemas (SERTA, 2018).

O Centro Sabiá também busca promover a capacidade autogestionária dos empreendimentos que assessoram, como se percebe a partir da coordenação das feiras da Rede Espaço Agroecológico, formada apenas por agricultoras/es de cada feira agroecológica. Em sua entrevista, inclusive, o representante do Centro Sabiá ressaltou que o papel de sua instituição “*é muito mais ser ponte que ser fonte*”.

A cosmovisão presente entre estes colaboradores de que para se construir um *Bem Viver* é preciso existir autonomia, existir autogestão nos territórios, faz com que atuem a partir de um diálogo de saberes que deixe claro a agricultores e agricultoras sua capacidade crítica de reflexão para decidir os rumos de suas vidas e possibilite sua organização coletiva própria. Isso se percebe também a partir da abordagem territorial pelos colaboradores externos. Esta abordagem se dá por variados motivos. Um deles foi para atuar contra o exôdo rural existente no município, visando manter os e as agricultoras associadas em seus territórios. Mais além, se deu também justamente por estes colaboradores externos serem atores parte de uma *rede* da agroecologia e da economia solidária, e assim possuindo em sua ideologia política a construída vida a partir da configuração (i)material de cada território. É assim, por exemplo, que a INCUBACOOP, como uma de suas primeiras atividades, realizou um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) no território da ASSIM. Esta metodologia participativa buscou justamente sistematizar a configuração (i)material do território, a partir do diálogo de saberes entre a universidade, através da INCUBACOOP, e as/os agricultoras/es.

O DRP realizado pela INCUBACOOP, entre outras questões, teve um importante papel para a vida das mulheres na associação. A partir dele se compreendeu que as mulheres pouco participavam na ASSIM. O machismo fortemente presente no meio rural, assim como no urbano, não dava voz a essas agricultoras, não as deixava participar ativamente da associação, fazendo com que estas não se sentissem parte. A partir do DRP a ASSIM passa a fortalecer um grupo de mulheres dentro da associação, estimulando atividades que sejam parte da identidade destas agricultoras. Esta metodologia participativa foi essencial para compreender a realidade do território, compreender o que talvez tivesse causando entraves ao avanço da associação. A baixa participação das mulheres, com toda certeza, era uma, quando se vê hoje que as mulheres são muito ativas, frequentemente maioria nas diretorias, nas assembleias, e inclusive nas feiras, além de hoje serem as únicas responsáveis por uma produção coletiva, que é a dos beneficiados do grupo de mulheres, que debatarei mais adiante.

No século XX, em prol do *des*-envolvimento, e compreendendo as associações e cooperativas como instrumentos de controle do campo e de escoamento de recursos públicos, como apresentei anteriormente, a maioria das assessorias a estas organizações coletivas eram de sentido técnico, de transferência de tecnologias, de formação para aprender a acessar determinadas políticas públicas, ferramentas, de enquadrar as agricultoras e os agricultores dentro do processo colonial da revolução verde. *Des*-envolver os habitantes de seus próprios territórios para colonizá-los. Relembre-se também do porquê da formação da ASSIM, que em nada foi na busca pela defesa do trabalho coletivo, mas sim nesta “vocação” do associativismo brasileiro de existir majoritariamente para acessar políticas públicas e financiamento.

Nas últimas décadas do século XX alguns atores passaram a ter compreensão de não bastar *transferir* para as comunidades algum tipo de conhecimento. Não adianta querer enquadrar agricultores dentro de um padrão não próprio. A vida no campo em nada teve sua qualidade melhorada a partir destas propostas. Os próprios associados da ASSIM não viram grandes transforma  es nos primeiros anos da associa  o, quando ainda não haviam iniciado outros processos, construído novas *territorialidades* de fato. A atua  o destes colaboradores externos, que possuíam, em sua ideologia, a importância dos e das associadas tomarem as rédeas de sua própria experiência, parece ter sido fundamental para o despertar da ASSIM, e para a melhoria da qualidade de vida em seu território a partir de uma organiza  o coletiva. Através de metodologias participativas, visando fortalecer a autogestão, atuaram no sentido do grupo se fortalecer a partir de si mesmo, de suas próprias experiências, das configura  es

de seu território, dos desejos de seu povo. Compreenderam a importância dos diretamente envolvidos nas consequências das ações também estarem envolvidos em seus planejamentos e execuções. Tal pensamento reflete o que parece ser um novo paradigma para o início do século XXI.

Segundo Ortega (2008), a incapacidade de promover desenvolvimento a partir do modelo de planejamento centralizado (embora representado pelas políticas desenvolvimentistas), fez emergir, nos últimos anos, a estratégia de descentralização das instâncias decisórias e administrativas governamentais. Desde então, identificam-se duas estratégias de planejamento na perspectiva do desenvolvimento territorial. A primeira, orientada de cima para baixo, em que o desenvolvimento local é planejado pela esfera federal. A segunda, de baixo para cima, quando, por meio da participação das esferas públicas e privadas locais, concebem-se os planos de desenvolvimento local de forma descentralizada. Os elementos que levaram a essa alteração do processo de planejamento têm suas origens nas “[...] crises econômica e socioambiental geradas pelos estilos convencionais de desenvolvimento [...]” (MDA, 2004, p.5). O modelo produtivista de transferência do pacote tecnológico da “Revolução Verde”, introduzido de cima para baixo, resultou na exclusão social do pequeno produtor e no processo de degradação dos recursos naturais. O fato de não se considerar as especificidades locais resultou em tecnologias incompatíveis com a situação socioeconômica e cultural do produtor e, também, incompatível com as características biofísicas dos diferentes ecossistemas. (...) Nessa direção, muda-se a concepção de atuação técnica, em prol do planejamento participativo, bem como na intensificação do empoderamento da estrutura social local, que implica em uma assistência técnica que busque o desenvolvimento rural com o uso de metodologias participativas, privilegiando o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatando e interagindo o conhecimento tradicional de agricultores familiares e estimulando o uso sustentável dos recursos locais (MDA, 2004). (PELEGRINI; SHIKI; SHIKI, 2015, p.76)

Com este olhar pode-se dizer que o que as metodologias participativas apresentadas pelos colaboradores externos promovem é uma atuação a partir das configurações (i)materiais de cada território, impactando positivamente no processo autogestionário. As ações devem ser planejadas e executadas levando-se em consideração a fauna, a flora, a composição social, as opressões existentes, as construções locais, os históricos de lutas, todo este ecossistema, natural e não, responsável pela formação de cada território. É atentando para as *territorialidades* presentes, influentes sobre as identidades locais, que se pode buscar a construção de novas, que possibilitem a existência de um outro território e assim de um outro modo de vida. Alguns atores perceberam que não se deve atuar a favor de um *des-envolvimento* das populações com seus territórios, aplicando receitas vindas do lado nórdico da linha abissal. Ao contrário, a luta por um *Bem Viver* em organização coletiva necessita de um caráter eminentemente territorial. Para tal, não serve um levantamento das configurações do território onde se atua. Mais além, o que se busca facilitar a partir de metodologias participativas é uma alternativa às “*vocações naturais*” impostas a partir de um contexto colonial, influenciando positivamente para uma autogestão que devolva a

tomada de decisão destes atores subalternizados a seu lugar de origem, sequestrado há mais de 500 anos: o próprio corpo.

4.2.2 Um maior enfoque a partir da transição agroecológica em economia solidária

A zona **da mata**, como apresentei, perdeu sua conexão com sua própria região. O topônimo deixou de ser relacionado ao espaço geográfico presente, e passou a se relacionar mais diretamente com sua história, com seu passado. O que eram imensas matas, policultivos, saberes ancestrais, foram devastados por uma monocultura do saber e do produzir da cana de açúcar, colonizados por uma suposta “*vocação natural*”.

A derrubada dos sítios, muitas vezes, acompanhada de violência ou ameaça, encerrou as possibilidades de produção familiar. Em poucas gerações, os canavieiros foram privados da aprendizagem tão elementar no meio rural: saber plantar ‘lavoura branca’. Atualmente surgem em terras ocupadas sob diversos regimes jurídicos, experiências promissoras de policultura, agricultura ecológica, e mesmo tentativas agro-florestais em pequena escala, que associam o reflorestamento ao plantio alimentar sustentável tanto na diversidade quanto no trato cultural. (DABAT, 2010, p.12)

A experiência da ASSIM se inclui entre estas últimas. Não é parte de comunidades dos povos originários, e atua contra a colonização das mentes e das ações na mesorregião trazida com a cana de açúcar. De certa forma, se inspiram e se aproximam a *sistemas econômicos de reciprocidade*, estes que foram arrasados com o *economicídio* (TEMPLE, 1998). Atualmente, através da agroecologia e da economia solidária, buscam reconstruir seu fazer econômico a partir de seu território e de suas próprias tomadas de decisões, em uma autogestão.

Este *sistema econômico de reciprocidade* se constroi e fortalece a partir da constituição da ASSIM e dos desdobramentos desta experiência. A associação de agricultoras e agricultores agroecológicos fortalece uma liga entre membros, levando a configurações de uma economia solidária. Membros da associação se percebem como pares, se ajudam mutuamente, sabendo que são parte de uma mesma *rede*. A participação nesta *rede* comum constroi suas identidades a partir de solidariedades, se apoiando contra o que apresentei no segundo capítulo sobre a lógica do capitalismo reduzir a ação humana à ação interessada. Demonstrando que a solidariedade de fato é componente concreto de certas economias, como mostra o seguinte trecho de entrevista com uma agricultora.

E assim, eu pego muita coisa com os amigos. Aí eu vou pra feira, aí que sobra coentro, manjericão, que sobra nabo, cebolinha, o que sobra, que a turma vai botar lá pra fazer o composto, o adubo, eu trago, tá entendendo? “[Fulana], sobrou macaxeira, [fulana] sobrou outra coisa”, as meninas já sabem, tá entendendo? Hoje quem foi pra feira no lugar de [uma agricultora] foi a minha filha, mas ela sai ligando “mãe, sobrou tal coisa”, aí a turma me dá. Aí eu beneficio, eu vendo só

beneficiado, e as vezes eu levo as coisas de [um agricultor], tá entendendo? Quando ele tem muita aí eu levo as coisas dele, que eu boto no banco do grupo, que, assim, quando um grupo, assim, o pessoal, tem muito coentro, e os outros grupos não têm, aí ele manda por mim e eu distribuo pros meus amigos, aí eles vendem e me repassam o dinheiro. Se meus amigos tiverem um monte de coisa que [um agricultor] não tem, aí [esse agricultor] leva, aí assim a gente não tira nada de um amigo pro outro. Assim, em comparação, eu levo uma galéia de alface, aí [outra agricultora] leva a de [um agricultor], aí ela não tira dinheiro, ela não ganha dinheiro sobre aquilo... Ela vende, aí tira o dinheiro só da bolsa que usou, só da bolsa, e repassa pra ele. Na outra semana, quando ela tem muita coisa, aí ela já manda por ele... “[Fulano], eu tenho muita berinjela...”, aí ele faz “manda que eu não tenho!”, aí dali ele não tenta ganhar em cima do produto dela, ele repassa o dinheiro todo pra ela. Sempre no grupo funciona assim. (...) O custo que tira é só o custo da bolsa e repassa, porque na outra semana, aquele que vendeu, ele pode ter muita coisa, ele pode mandar pelo outro, pra não se perder. Aí sempre um tá ligando pro outro. A gente não estraga muita coisa, porque sempre pede pro amigo vender na feira dele, tá entendendo? (...) [Isso] só funciona entre o círculo do grupo da associação, pode ser de outro grupo de feira, mas tem que ser da associação, (...) só no grupo da associação, que é fiscalizado pela associação.

Esta prática já difere da que apresentei anteriormente sobre o agricultor que revendia cana para a usina Petribu, sua e de outros pequenos agricultores. Nesta prática, ele cobrava uma taxa para revender a cana de outros agricultores. O trecho de entrevista acima já mostra uma outra relação entre agricultoras e agricultores parte da associação. Tal relatodifereaindabastante da prática capitalista doschamados*atravessadores*, já que estes sim, em sua maioria, atuam em uma ação humana reduzida apenas ao interesse próprio. Faço tal comparação pois a experiência descrita pela agricultora é de *atravessar*. Ou seja, as e os associados se tornam “*atravessadores*” uns dos outros. Pegam produtos de outros produtores da ASSIM e levam para comercialização a consumidores terceiros. No entanto, diferente da economia capitalista, com suas práticas de *atravessadores* convencionais, estas/es associadas/os possuem a solidariedade em seu fazer econômico, não buscam lucrar em cima de seus pares, mas sim construir uma *rede* de solidariedade e de reciprocidade a partir da agroecologia e da economia solidária.

O relato acima demonstra ainda o estabelecimento de relações de reciprocidade que denotam uma economia baseada em princípios outros que não apenas o de mercado, lembrando o que diz Polanyi (2000) sobre o equilíbrio dos princípios do comportamento econômico, a saber, reciprocidade, domesticidade, mercado e redistribuição. Esta *rede* de solidariedade e de reciprocidade interna à ASSIM, construída a partir de sua *transição agroecológica*, também é composta por deveres. No Brasil, todos os produtores que queiram comercializar produtos enquanto orgânicos precisam de uma certificação, existindo três tipos: a certificação por auditoria, a OPAC (Organização Participativa de Avaliação da Conformidade) e a OCS (Organização de Controle Social). Tais certificações são diferentes e

a principal diferença entre elas é a amplitude de circulação dos produtos. Com isso, a ASSIM precisou passar a ter uma para se adequar à legislação. Hoje o grupo compõe uma OCS, que permite “(...) *comercializar seus produtos diretamente ao consumidor (venda direta) e participar de Programas Governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), venda institucional.*” (BRASIL,2016). Para possuírem uma OCS, “*os produtores assinam um Termo de Compromisso juntos, comprometendo-se a atender à Lei nº 10.831/03, ao Decreto Nº 6.323/07 e aos demais regulamentos da produção orgânica em vigor. Como grupo, todos se responsabilizam por todos.*” (BRASIL,2016). A OCS é uma certificação participativa onde as agricultoras e os agricultores associados se tornam responsáveis coletivos pela produção e pela comercialização que todas e todos farão com suas famílias. Este é um processo de transição para uma economia solidária, uma vez que não reproduz uma hierarquização de poderes mas sim uma consciência coletiva. Se fortalece a reciprocidade que interliga os atores, solidificando a liga existente no seio desta organização coletiva. Se cria também senso de fiscalização sobre os pares estarem respeitando os acordos coletivos.

A ASSIM vai se configurando enquanto empreendimento de economia solidária. No entanto, de acordo inclusive com a revisão da literatura anteriormente apresentada, é necessária a compreensão de que estes atores, por mais que construam um outro tipo de experiência, também nasceram e foram criados em contexto capitalista colonizado. É fundamental que se pense que estão em uma **transição agroecológica** em economia solidária.

O início do trabalho com o SERTA foi muito neste sentido, e o fortalecimento com a INCUBACOOOP e o Centro Sabiá, também. De início o SERTA atuou por uma *agricultura orgânica*, mas, com o passar do tempo, avanços do movimento ambientalista, da agroecologia, e até mesmo da economia solidária, se passou a trabalhar na experiência da ASSIM enquanto *agricultura agroecológica*. Esta última vai além da não utilização de venenos, adubos ou fertilizantes químicos, é mais complexa que a agricultura orgânica pois busca pensar todo o ecossistema (incluindo as questões políticas, sociais, culturais, etc). Inclusive, durante as entrevistas, uma agricultora colocou que a pouca agricultura que era desenvolvida nas comunidades antes da ASSIM já não utilizava tanto desses recursos químicos.

É porque antes, antes, que a gente plantava agricultura, a gente plantava, assim, meu pai nunca foi de botar veneno, químico, na propriedade da gente, nunca usou isso. Mesmo sem esses produto orgânicos, assim, essa capacitação, mas antes meu pai, meu tio, aquela área ali, aquela comunidade ali nunca foi de usar isso na terra,

sempre plantou natural. O que acontecia de botar era o fogo... Mas meu pai nunca gostava de botar, as pessoas botavam, mas meu pai não. Ele fazia assim, como tinha muita palha, ele pegava a gente pra espalhar aquelas folhas dentro do roçado, porque ali se decompõe né, virava esterco. Desde que eu lembro meu pai nunca foi de usar veneno nos produtos dele, sem saber que era orgânico, sempre a gente trabalhou orgânico. Ai quando veio a associação, que veio a capacitação, aí foi que meu pai virou produtor orgânico de verdade. Aí foi que ele tomou mais cuidado que ele já tomava na propriedade dele.

A *transição agroecológica* em economia solidária que aconteceu e acontece na ASSIM não é então principalmente para retirada de produtos químicos das práticas das e dos agricultores. Acontece em um sentido mais complexo, buscando a compreensão de uma agricultura como centro de todo um ecossistema. Assim, a *transição agroecológica* em economia solidária é para um retorno a saber produzir sem químicos, de forma natural, mas também um retorno à compreensão da ligação em *rede* desta agricultura com o ecossistema local, com sua composição da fauna, flora, climática, hídrica, do solo, e humana. A transição trata do manejo ecológico de bens naturais, com as várias capacitações trazidas por colaboradores externos, mas também de um sistema social de controle participativo e democrático, a partir do fortalecimento da associação.

Aqui cabe relembrar frase citada no capítulo anterior atribuída ao movimento da agroecologia: *sem feminismo não há agroecologia*. A *transição agroecológica*, então, precisa também passar pela emancipação das mulheres em seu processo. Como apresentei com o DRP tal ponto foi construído dentro da ASSIM a partir do fortalecimento do grupo de mulheres, que foi incentivado por colaboradores externos. Assim me contou, em entrevista, uma agricultora que sentiu na pele o machismo dentro da associação, que era mais forte em seu início e parece ter diminuído neste processo da transição para uma outra economia.

Mudou muito, principalmente pras mulheres, porque dentro da associação existia um machismo muito grande dos homem, que os homem não queria que as mulher participasse das feira, e nem tivesse em grupo coletivo. Mudou... Porque, eu, fui chamada muito o que? De metida, que eu tava querendo descascar as mulher, chamando pro grupo. Que até hoje eu num sou vista por muitos homens porque várias mulheres tá participando [da ASSIM] através de mim, porque eu chamava mesmo. “Vamos [agricultora], comigo...”, e os marido sempre segurando, segurando, segurando. Aí teve um tempo que um me disse “eu já sei que vocês duas não tem como prender mais não... Teu marido já disse que tu vai pra onde quer, que tu num tem nada, e tu tá levando minha muié também?”, eu digo “tô, porque nem eu e nem ela estamos fazendo coisa errada, a gente tá procurando o bem pra nós.”. Consegui quebrar o machismo desses homem, mas não foi fácil, foi uma luta muito grande. Eu era vista como se eu fosse uma mulher, que eu não quero nem assim falar. Que os pessoal me criticava muito, muito, muito... Eu acho, assim, que você entende o que os pessoal poderia me chamar... (*E hoje em dia, como é isso?*) Até hoje, pra muitas pessoa eu não sou bem vista, porque eu envolvo mulher, envolvo as moça, e procuro também buscar outras pessoa, que não tá envolvido na associação, pra dentro. (...) Eu fui muito criticada antes, mas nem por isso eu desisti de colocar

as mulheres dentro da associação. E hoje elas já têm, né, já têm, já ganham seus dinheirinho, já não espera tanto pelo marido que nem esperava antes... Mas isso teve muita crítica, o machismo dos homens foi muito grande. (*E essa mudança tu acha que veio pela mudança na produção, pela participação nas feiras foi?*) Veio a mudança através das formação, que trabalhou tanto as formação, teve formação de homens e de mulheres. Primeiro teve a das mulheres, depois veio a dos homens... Porque muitas mulheres não participava, porque dizia que na associação as mulheres ia aprender o que? Coisa errada... Que essas reunião que a gente tava tendo, essas formação, era pra aprender tudo coisa errada. Mas só que não era, era pras mulher aprender como lidar, tanto dentro de casa com os marido, e também lá fora em um grupo social. (...)Mas com a insistência muito grande, chamando, uma chamando a outra, uma incentivando a outra, graças a Deus esse machismo eu acredito que tá praticamente acabado.

Este grupo de mulheres foi se fortalecendo através da organização coletiva e também a fortaleceu a partir da *transição agroecológica* de modo complexo. Como as mulheres já eram quem cozinham em seus lares o grupo se fortaleceu justamente a partir destes saberes. Um exemplo foi a participação da ASSIM no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A participação na política (PNAE) também estimulou o trabalho coletivo. Como o volume de alimentação para o PNAE era grande, o grupo de mulheres optou por trabalhar em mutirão para conseguir fazer o trabalho em menos tempo, de forma mais solidária e agradável, com conversas e trocas de experiências. Este trabalho coletivo, além de mais produtivo, é mais prazeroso, como contou uma agricultora durante a roda de conversa falando sobre uma experiência de entrega de macaxeira para o PNAE.

Tinha os mutirões que fazia aqui atrás. A gente descascava a macaxeira, lavava, ia entregar nos colégios, na prefeitura. A gente botava o grupo todinho, descascava, lavava, ensacava, e ia fazer a entrega. Era melhor do que fazer sozinho, porque o negócio com mais gente é melhor do que pouco, né? Porque tudo unido, né? Fica melhor, porque muita gente, muita macaxeira, aí tinha que ter mais gente pra fazer o serviço. Porque uma pessoa só pra descascar um monte de macaxeira, lavar, ensacar, fazer entrega, não dava, tinha que ser bastante pessoas. Aí todo mundo vai conversando e, quando pensava que não, tinha terminado, já ia pra entrega.

Neste processo de *transição agroecológica* em economia solidária o mutirão não é visto apenas como uma forma de maximizar a produtividade. O trabalho ganha a forma de encontro, onde as mulheres irão sim produzir, mas também conversar e se unir. Essa organização coletiva, inclusive, se fortaleceu também a partir de uma outra conquista do grupo de mulheres, um carro coletivo para que elas pudessem se locomover, como contou outra agricultora nesta mesma roda de conversa.

A chegada desse carro aqui eu acredito que foi muito importante pro grupo de mulher, principalmente também quando teve o PNAE, na entrega das macaxeira, que as meninas falaram aí. Nas escolas, pra ir buscar, no roçado, pra depois entregar nas escolas. E então isso foi um filme que eu tô lembrando que, pra mim, eu não sei

pras outras, mas eu acredito que seja também, que é um grande apoio que a gente tem até hoje. (*Como foi que vocês conseguiram esse carro coletivo?*) Esse carro foi por projeto de recurso perdido do Banco do Brasil, junto com a entidade [Centro] Sabiá aqui que, com [um agricultor], a gente conseguiu fazer o levantamento, o que precisava, o que a gente tava precisando na associação. Aí colocou carro, fogão, forno, colocou uns equipamentos. A gente, assim, nem imaginava que fosse chegar, ficou só na expectativa. Mas esse carro tem dado um grande apoio pra nós na feira... (...). (*Vocês sabiam dirigir?*) Eu não... Só quem sabia era [uma agricultora], que tinha que [se] sacrificar. Aí, depois, eu pensei “eu vou também tirar a minha...”, mas só fui mais empurrada por causa de [meu marido], enfim... Graças a Deus hoje já dirijo, já vou no Recife, vou pra feira, volto. Mas, se a gente não tivesse esse carro, acredito que as mulheres ainda não estava na feira. A gente só produzia e mandava por outras pessoas... (...). E então esse carro foi uma ajuda muito importante na vida das mulheres. Ele é do grupo, né de uma mulher não, é do grupo. Mas não só do grupo como também beneficia outras pessoas quando precisa. Mas, mesmo assim, ele é especificado pro grupo de mulher mesmo. É o resultado da ação coletiva das mulheres.

Este carro, dentro da transição para uma consciência em economia solidária, não é percebido como produto que aumenta o *status* da associação. Ele auxilia no processo de *transição agroecológica* para que estas mulheres possam construir autonomia, fator essencial para sua economia em autogestão. Incentivou inclusive que algumas agricultoras tirassem sua própria carteira de motorista, modificando um histórico na comunidade de apenas os homens dirigirem.

Este processo de *transição agroecológica* em economia solidária pelo qual passa a ASSIM é complexo e duradouro. Atuando em um sentido contra-hegemônico na sociedade, inclusive *des-colonial*, a experiência da ASSIM dificilmente conseguiria se fortalecer isolada. Se a transição acontece *des-colonizando* os corpos e as mentes secularmente caladas e impostas a uma “*vocação natural*”, buscando autogerir uma *vocação escolhida*, nada acontecerá do dia para a noite. A vida das mulheres associadas não se transformou do dia para a noite, foi preciso muita luta e insistência, enfrentando inclusive outros agricultores associados. Neste processo, é importante adentrar uma *rede* de atores que também busquem essa *transição agroecológica* para um outro modo de vida. A retroalimentação em *rede* destes atores *des-coloniais* é fundamental para nutrir e enriquecer suas *práticas des-coloniais* e, como vimos, para tal as metodologias participativas são influentes, estas *epistemologias do sul*.

Os movimentos políticos da agroecologia e da economia solidária, do fim do século XX, compreenderam exatamente isso. A transição não acontece sozinha. Fortaleceram instituições que promovessem e apoiassem as teorias e práticas necessárias para que experiências deste tipo pudessem ser concretizadas. Os empreendimentos econômico solidários (EES), como a ASSIM, demandam esta articulação em rede. No caso analisado, se

soma a esta rede o SERTA, o Centro Sabiá, e a INCUBACOOOP, enquanto entidades de apoio e fomento (EAF), e a Rede Espaço Agroecológico, enquanto estrutura de auto-organização política. Mais além, também são influentes estruturas da institucionalidade do Estado, como a SENAES, que, em 2003, em parceria com outras entidades, lançou nova edição do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que disponibilizou recursos para a INCUBACOOOP, dos quais foi iniciada a parceria desta ITCP com a ASSIM.

Esta *rede* política de atores que busquem construções semelhantes é fundamental para concretizar a *transição agroecológica*, *des-colonizar* as experiências e *territorializar* novas *territorialidades*. Nela, junto às instituições, ou grupos de organização coletiva, os indivíduos também são chave. Juntos, instituições e indivíduos irão fortalecer e concretizar sua organização coletiva no território justamente quando a construírem a partir destas *redes*.

Nossa constatação se refere ao modo como as noções de rede e de território vêm sendo acionadas pelas ações coletivas como estratégias de organização, funcionamento e efetivação de seus propósitos. (...) Esta constatação preliminar sobre o uso das duas noções nos remete a uma proposição conceitual que vai dar sustentação aos nossos argumentos: a de que a rede e o território não se constituem apenas em categorias da análise geográfica (isto é, um puro recurso epistemológico), podendo ser pensadas simultaneamente como categorias da prática sociopolítica, incorporada por diversificados agentes sociais do campo, designadas como ações coletivas. (COELHO NETO; LIMA, 2015, p.77)

Estas redes podem ser compreendidas a partir de algumas abordagens.

Lima (2005, p. 91), defendendo o conteúdo metafórico da rede, elencou três termos que se acoplam à ideia de rede e nos oferece um esboço das possibilidades de seu emprego: (i) a captura, no sentido de armar enredos ou tramas, de entrelaçar-se, de emaranhar-se, “[...] que implica em ação, em papel ativo”; (ii) o enlace, indicando conexão, ligação, abraço, união, que permite pensar em alianças, coalizões, coligações, ou seja, “[...] atitudes de imbricação e remetimento mútuos”; e (iii) a horizontalidade, podendo ser concebida “[...] como um recurso de coordenação horizontal, contrastando-se com a organização piramidal [...]”, característica que comparece como componente discursivo de diversos coletivos organizados da sociedade civil. (COELHO NETO; LIMA, 2015, p.78)

A ASSIM, a partir de sua *transição agroecológica* em economia solidária, passa a construir sua identidade a partir de seu território com essa organização em *rede*. Se antes faziam parte do mundo do agronegócio fortaleciam sua identidade para uma “*vocação natural*”, ou seja, in-corporavam uma *identidade legitimadora* (Castells, 2006) enquanto trabalhadores da cana de açúcar, aquela construída a partir do poder dominante para não haver mudança na composição social da sociedade local. Aquela que vem desde a aliança do poder dominante colonial com as elites locais. No entanto, posteriormente, fazendo parte da estrutura coletiva “ASSIM”, os indivíduos passam a atuar em *redes*.

O ponto (iii) da compreensão de *redes*, presente na última citação apresentada, conecta à horizontalidade construída dentro da associação. Esta difere do trabalho hierarquizado da cana, que cala, e passa a dar voz às e aos agricultores, que passam a incorporar estas territorialidades de um território autogerido a partir de uma organização coletiva. Passam a construir sua identidade a partir de tal ponto. A *rede* compreendida a partir do ponto (ii) também influi sobre a identidade em construção neste processo da *transição agroecológica*. Adentrando na *rede* da agroecologia e da economia solidária, a partir de suas conexões com o Centro Sabiá, a INCUBACOOP, o SERTA, a Rede Espaço Agroecológico, as próprias feiras agroecológicas, seus consumidores, e muitos outros atores, os agricultores e as agricultoras passam a in-corporar este enlace, estas conexões, as possibilidades e importâncias de alianças, coligações, destas *redes* de remetimento mútuos. A construção destas redes enlaça e conecta experiências concretas, construindo uma institucionalidade, uma materialidade, que territorializam a agroecologia e a economia solidária. Corporificam suas propostas e ideais nos diferentes territórios onde estas entidades, e seus indivíduos, atuam.

A compreensão que acaba de ser posta está presente na experiência da ASSIM. Falando sobre a participação nas feiras agroecológicas, outro *ponto* nesta *rede*, uma das agricultoras entrevistadas coloca que suas filhas começaram a estudar “*depois de uma menina lá na feira de Boa Viagem, [que] falou pra [meu marido] que tinha esse curso no IF de Vitória*”. O curso em questão foi o curso técnico em agricultura do IFPE de Vitória, município 38 km distante de Lagoa de Itaenga, onde fica a ASSIM. A participação nas feiras coloca as e os associados em contato com consumidores específicos, já que ao contrário dos supermercados, as feiras agroecológicas, funcionando em economia solidária, possuem uma identidade que busca não só atrair consumidores, mas aproximar estes dos produtores, fortalecendo esta *rede* e por consequência o processo da associação. Outro exemplo que também demonstra a força e importância desta *rede* para o processo da *transição agroecológica* foi quando a INCUBACOOP levou a ASSIM para um evento de economia solidária na UFPE, situação percorrida por um agricultor durante a roda de conversa da pré-festa dos vinte anos da ASSIM, organizada pela equipe de sistematização. Este agricultor, que estava representando a ASSIM no evento em questão, durante a roda de conversas deixou clara sua percepção sobre a importância da construção de *redes*, inclusive a partir da compreensão por sua natureza política, para o avanço da experiência coletiva. Esta compreensão é in-corporada a partir de sua experiência da ASSIM, constantemente

concretizada a partir de *redes*, e também de sua participação no movimento sindical. Assim, percorrendo sobre o encontro, o agricultor colocou que

Foi o encontro de ITCPs realizado pela universidade rural [UFRPE], aonde eu tive a satisfação de representar nós, como empreendimento, e falando pelos empreendimentos incubados do Brasil inteiro. E também 2007, nesse seminário, eu acho que foi um dos seminários, uma das palestras que eu acho que eu tava bastante inspirado. Eu tava bastante inspirado por tudo que tava acontecendo dentro de nosso território, e a gente botou uma feira, do lado, enquanto tava se palestrando, nesse dia tinha pra mais de 180 pessoas, quase 200 pessoas, no auditório. E ia tá eu, na mesa, os pessoal de Catende, os pessoal de Catende, por algum motivo, não veio, e aí eu tive um espaço maior, e a minha fala foi uma fala muito, nesse momento, foi muito uma fala de envolver todos os setores, de envolver todas as pessoas envolvidas nesse processo (...). Falando da importância da mulher, falando da importância da incubadora, do SERTA, e da incubadora dentro do nosso território, e falando da importância da cidade abraçar essa ideia de fortalecer o campo. (...) Nesse encontro, nesse primeiro encontro de economia, seminário de economia solidária dentro da universidade federal [UFPE], quando eu terminei a minha fala, que começou a surgir as perguntas, eu acho que uma das perguntas mais importantes, todas foram importantes, mas a mais importante, que eu não me lembro se foi uma mulher, se foi um homem... Mas ainda me lembro que ela fez questão de se levantar e perguntou: porque não uma feira aqui dentro da universidade federal [UFPE]? E eu digo que eu estava inspirado naquele dia porque eu tive a resposta certa. Eu poderia ter dito simplesmente “não, porque a gente não tem produto... Não, porque a gente tá com dificuldade de plantação...”, mas eu disse o seguinte, eu disse “muitas instituição já tentaram, abrir esse leque, essa conversa aqui com a universidade federal [UFPE], e não tem tido sucesso. Mas eu vejo esse espaço aqui como uma troca de experiência. O público que a gente tem aqui dentro... E a gente fazendo essa feira vai servir de estudo pra os alunos, vai servir de uma troca de experiência, e é um espaço que...”, parece até que eu cheguei a dizer que “...é nosso. E se abrir esse espaço para nós seria muito gratificante. Porém, eu tenho aqui uma pessoa do meu lado...”, que era, na época, a pró-reitora Ana Arcoverde, “...e ela pode. Se ela autorizar os pessoal do NECSO a fazer essa articulação, com certeza a gente ainda inaugura esse ano.”. Isso foi no mês de outubro, e dia 13 de dezembro a gente fez uma feira inaugural, que dessa feira inaugural, que a gente só fez pra sentir o clima, e a feira foi tão boa que a gente fez no dia 20 de dezembro de novo, e aí essa feira até hoje tá uma feira aí. E é dessa, da nossa 3ª participação em feira, é que faz, é um dos processos que faz a gente viver bem, a gente se fortalecer e viver coletivamente no nosso território.

Os fundadores da ASSIM tinham ligação com a cooperativa e o sindicato de Carpina, e o atual presidente da ASSIM tem também histórico junto a sindicatos, inclusive sendo o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagoa de Itaenga. Mais além, o pai deste agricultor também foi liderança na comunidade, ativo na igreja, e dele o filho via e incorporou a militância e reproduz. Isso tudo favorece que no seio da associação existam pessoas com compreensão sobre a importância desta articulação política para uma organização coletiva. Assim, no processo da *transição agroecológica* em economia solidária, mais uma vez, as estruturas de organização coletiva são importantes influentes na construção das identidades, no entanto, as experiências vivenciadas por cada indivíduo, também. Então, na fala a cima, com toda certeza a experiência da ASSIM influenciou sobre a percepção do associado quanto à importância da

construção de *redes*. No entanto, somada a esta, a experiência individual do agricultor, que também possui histórico de aproximações com sindicatos, que teve um pai liderança na comunidade, se fez presente para que ele compreendesse a importância de estar em um congresso dentro da UFPE, ao lado da pró-reitora, e que esta possuía um papel político que lhe dava poderes para levar uma feira agroecológica até a universidade. São os sedimentos cognitivos guardados da vida em seu território.

Hoje a ASSIM participa de quatorze feiras, das quais três fazem parte da rede espaço agroecológico. Como apresentei anteriormente, as feiras são muito importantes no processo da *transição agroecológica*. São pontos de encontros e de trocas, de experiências, conhecimentos, produtos, além de pontos de geração de renda. Construídas a partir dos territórios, incorporam suas territorialidades, se adequando às experiências. Por exemplo, na feira agroecológica os produtores associados não encontram as problemáticas dos padrões de classificação dos supermercados, que foram apresentadas na entrevista anteriormente citada com a fala do representante do SERTA. São pontos de uma *rede* que articula uma série de atores, tanto aqueles de *identidade de (r)existência* (Castells, 2006), como a ASSIM, quanto aqueles que possuem uma *identidade de projeto* (Castells, 2006) em busca de uma transformação social, como a INCUBACOOOP, o Centro Sabiá, ou o SERTA.

Nessa perspectiva, as redes tornam-se um “elemento organizativo, articulador, informativo e de empoderamento de coletivos [...] no seio da sociedade civil e na sua relação com outros poderes instituídos” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 42). Por meio das redes, determinado(s) grupo(s) pode(m) mobilizar ainda mais a sociedade civil e polinizar seus ideais de luta, densificando os elos entre os nós, como também colaborando no processo de aglomeração e interação de sujeitos politizados, que então passam a fazer parte de uma rede de mobilização política e social. (COELHO NETO; LIMA, 2015, p.80)

É então a partir da inserção numa *rededa* agroecologia e da economia solidária enquanto mobilização política e social que os e as associadas vão, **aos poucos**, se afastando de sua *identidade legitimadora* enquanto trabalhadores da cana. Isso acontece ao construírem e in-corporarem sua *identidade de (r)existência* no processo da *transição agroecológica*. Essa nova composição da identidade vai fortalecendo e possibilitando uma caminhada em organização coletiva, que é a que buscamos elucidar com esta sistematização, já que passa por outras lógicas que não as hierárquicas e opressivas da *plantation* da cana de açúcar. Certas/os associadas/os in-corporaram mais, outras/os menos, essa *identidade de (r)existência*, se percebe que ainda é necessária a compreensão da ASSIM em um processo de transição. No entanto, para uma das agricultoras, esta identidade é bem clara, como demonstrou com o

seguinte trecho retirado da nossa roda de conversas, realizada na pré-festa dos 20 anos da ASSIM. Este trecho foi forte inspirador para a poesia que abriu este capítulo. Nesta pré-festa, cada agricultor(a) deveria levar algum objeto que remetesse à experiência da ASSIM, e tivemos um momento para explicar o porquê da escolha de cada um(a).

Eu trouxe uma vela. Essa vela eu ganhei no postulado, que é a segunda etapa de formação da vida religiosa. E aí, essa vela, ela tem onze anos. Onze pra doze anos. E aí eu sempre acendo ela quando é época de comemoração. Geralmente no meu aniversário essa vela é acesa. E aí ela simboliza toda uma trajetória da minha vida, tudo que Deus já caminhou comigo, e minha família, e até eu mesma... Muitas vezes é eu e Deus. E a luz é o símbolo da vida. A luz é o símbolo de resistência. E aí, eu tava lembrando, essa vela, claro que nem é comparado uma vela ao sol, mas a gente que vive da agricultura, quando o sol é forte, a gente sente. Sente na nossa pele, sente na nossa vida, mas o sol restaura a nossa força. E é exatamente isso. Eu trago essa vela pra simbolizar o símbolo da resistência, da força, e da luz. (*E se tu pegasse essas três últimas palavras, e relacionasse com a ASSIM, como ficaria essa história?*) Eu acho que é mais isso. Força, de um todo, viver na coletividade; resistência a tanta adversidade, adversidade das outras coisas, dos outros modos de viver, das outras imposição que a sociedade nos traz. E aí é a gente vim numa corrente contrária ao que a sociedade nos impõe. Que a gente é a força contrária, e que precisa dessa força, e que precisa dessa resistência, pra permanecer. (*E essa resistência como é que vocês fazem ela aqui na ASSIM? De que forma?*) (...) A gente tá medindo forças. Contra algo, ou seja, contra uma grande massa. É a seletividade dos nossos produtos. E eu acho que, também, o permanecer. Permanecer na agricultura, permanecer no sítio, é uma resistência. Precisa ter força.

Essa *identidade de (r)existência*, construída a partir da *transição agroecológica* em economia solidária enquanto trincheira de resistência e sobrevivência se opondo ao agronegócio da cana, é fortalecida a partir de um enraizamento no território, sendo então uma *identidade territorial de (r)existência*.

Destrinchando o nome da ASSIM se compreende as territorialidades desta (r)existência. A “Associação” indica o processo de organização coletiva na gestão do território. Os “Produtores Agroecológicos” designam que são agricultores e agricultoras de uma identidade específica, com uma relação específica com seus territórios, enfatizada enquanto diferenciação dos produtores convencionais. E os “Moradores das Comunidades Imbé, Marrecos e sítios vizinhos” territorializam a experiência da ASSIM nos territórios das comunidades envolvidas. Em seu nome, talvez símbolo maior da identidade de uma associação, se percebe um claro fortalecimento de uma *identidade territorial de (r)existência*, a partir da ênfase em territorialidades que compõem a (i)materialidade do território da ASSIM e que diferem da hegemonia da *plantation* da cana na região.

Esta identidade é também construída a partir da parceria com os colaboradores externos, quando estes atuam para a inserção da ASSIM no processo da *transição*

agroecológica em economia solidária. Como visto, e a partir de metodologias participativas, os colaboradores externos buscam fortalecer a autogestão do território da ASSIM, inclusive a partir da autogestão das feiras. Este processo busca formar politicamente os e as associadas, uma vez que os valores democráticos são in-corporados a partir da prática das assembleias, destas experiências de tomada de decisão a partir de um contexto coletivo. Isso não apenas com as assembleias de feira, mas também com as assembleias mensais realizadas apenas entre associadas/os da própria ASSIM. Inclusive, nestas assembleias mensais da associação, os e as associadas trocam sobre suas experiências nas respectivas feiras, podendo algum(a) associado/a da ASSIM opinar sobre uma feira que outra/o agricultor(a) participa. Tal fator fortalece uma compreensão democrática e coletiva dos e das associadas sobre as feiras. Neste processo, faz com que in-corporem ativamente sua *identidade territorial de (r)existência* enquanto agricultores agroecológicos que trabalham em economia solidária, enquanto associadas/os da ASSIM. Na perspectiva da economia solidária, tal ponto atua contra o *reducionismo* capitalista da política ao Estado, a descentralizando aos diversos corpos destas experiências.

A escolha da ênfase nas *territorialidades* a partir das metodologias participativas dos colaboradores externos também acontece em um sentido de enraizar agricultores e agricultoras em seu território, como apresentei no início deste capítulo. No contexto do avanço do capitalismo sobre o campo, muitas comunidades de zonas rurais se acabaram, a partir de um forte êxodo rural. A cana engole tudo, como contou uma agricultora em entrevista.

É que tu num tivesse muito conhecimento. Viesse conhecer agora... Mas se tu for ver o território das outras comunidades, que ao longo do tempo foram desaparecendo, tu vai perceber muita mudança... O que tinha outras comunidades aqui entorno, não só aquela que tá adormecida, que tem muitas casa lá, que o pessoal vem trabalhar e volta pra cidade, mas outras comunidades que se perderam... Que agora só têm plantio de cana, ou então só tem só o, tem o plantio de cana mas só tem só a torre, de engenho. Pra dizer que ali existiu moradia, ali existiu povoado, não tem mais um resquício... E aqui [na ASSIM] não, foi crescendo, foi plantando mais árvores, foi, é, economicamente sustentável... É uma comunidade que se sustenta, não precisa de os seus moradores tarem buscando o seu sustento em outros locais... Então, isso, tanto socialmente, como economicamente, isso é muito bom pra uma comunidade, ser autossustentável economicamente.

A *identidade territorial de (r)existência* só fortalece a experiência quando a *transição agroecológica* em economia solidária consegue se territorializar de fato, sair apenas das ideias e desejos indo também para a matéria. É preciso conseguir materializar, a partir de

redes, de projetos, de colaboradores externos, da produção, da comercialização, da participação nas feiras, enfim, é preciso conseguir materializar a possibilidade da reprodução desta existência enquanto resistência no território. Assim, é importante o fortalecimento destas *identidades territoriais de (r)existência*, inclusive enquanto processo de construção e in-corporação ativa pelos sujeitos de suas novas territorialidades. No entanto, é também essencial a experiência prática de uma estruturação que possibilite materialmente existir a partir desta *identidade territorial de (r)existência*. Isto fica claro com o trecho que segue, de uma das agricultoras entrevistadas.

Quando a gente vê tantas comunidades no nosso entorno que morreram, por não ter uma estrutura... Um exemplo é uma comunidade que morava ali que tinha muitas famílias e muitos filhos dessas famílias... E cada uma foi se desmembrando, uma foi pro lugar, outra foi pro outro, e essa comunidade morreu, por não ter uma fonte de renda, por não ter uma estrutura, e a nossa comunidade tava indo nesse mesmo segmento. Um casava, saía, outro casava, saía, outro ia buscar outras fontes, e na verdade se perde uma identidade, você perde a sua identidade, de onde você é. Se alguém me perguntar, eu sei, e onde eu chegar eu vou me apresentar... “Não, eu sou [fulana], sou filha de [fulano], meus pais são agricultores, eu também sou agricultora...”. (...) É a minha identidade. Eu posso ir pra onde for, essa vai ser a minha identidade.

Também parece claro pra agricultora que o distanciamento de suas identidades e de seus territórios deixa os e as agricultoras mais suscetíveis a imposições da sociedade. É o que é produzido com o *des-envolvimento* dos agricultores e seus territórios.

Então, quando você vai e sai do seu lugar de origem, e isso não permanece, você acaba se perdendo, porque você não cria sua identidade, você fica... O outro é que lhe intitula. E a sociedade macro faz justamente isso, intitular, você tem que ser isso, você tem que ter um trabalho tal, você tem que ter um carro tal, você tem que ter um consumo tal, pra estar inserido na sociedade. Ou seja, é os outros quem diz quem você é, não você, si próprio, se assume como sua identidade. E isso é com que faz com que os filhos de agricultores, ou seja lá qual profissão seu pai for, ou que você, não se reconheçam.

A adoção da agroecologia, de base inspirada nas culturas dos povos originários, junto à economia solidária, de ideologias opostas à do agronegócio, passam a construir entre associadas e associados esta *identidade territorial de (r)existência*. Resistem ao existirem enquanto experiência do “outro lado” da linha abissal, enquanto experiência embrionária de uma outra forma, que não a hegemônica, de construção da vida, a partir de seus territórios e de suas autonomias, e não das coloniais “*vocações naturais*” para suas vidas. Não se constroem em *identidades de projeto* por todos não se perceberem, enquanto associação,

como uma força que pode mudar a estrutura social, como afirmou uma das agricultoras entrevistadas. Esta colocou que as e os associados da ASSIM constroem a sua (r)existência muito mais por questões *práticas* que *políticas*. Pela *transição agroecológica* possibilitar *praticamente* uma fuga da realidade da cana, e não para pensar *politicamente* ações que acabem com a estrutura social da *plantation* da cana. Assim, se percebe que muitos dos e das associadas, nesta sua transição, não trouxeram para si os ideais da economia solidária e da agroecologia enquanto movimentos políticos. Existem as institucionalidades da organização coletiva, que fortalecem nos e nas agricultoras *identidades territoriais de (r)existência*. Mas também existem, nestes mesmos corpos, permanências da *identidade legitimadora* de trabalhadores da cana, que no trabalho viam apenas uma forma de tirar seu sustento, e não de construir a sociedade, o que mostra que a *transição agroecológica* em economia solidária ainda deve ser vista como *em processo*. Isso fica claro no seguinte relato realizado durante entrevista.

Eu vejo uma forma muito individualizada. Não de gestão, mas de, num todo, num conjunto todo... Assim, por exemplo, o pessoal, e até a associação, começou a se organizar não a partir de um princípio que tem, da missão daquela... Mas a partir das feiras. É claro, né, a feira é o ponto central da organização econômica daquela comunidade... Mas não tem um outro, por exemplo, não que ele, não que a associação deixou de ver isso aí... Por exemplo, a partir do momento que eu vejo só o fator econômico, eu deixo de ver que eu posso enriquecer a minha comunidade, eu deixo de mostrar pros outros que a minha comunidade tem um papel importante dentro da sociedade, e não ser só econômico... Não ser só pra mim, mas pros outros. E acho que na associação se vê só o lado econômico. Porque, a partir do momento em que eu vejo, também, um papel social, isso se modifica, tá entendendo? Na maioria das vezes [nas assembleias] só se discute sobre as feiras, e não o papel social que pode, e isso poderia ser a nossa maior defesa. *(Mas quando vocês falam sobre as feiras é só sobre quanto vendeu, quanto tal, ou sobre o papel social das feiras?)* Quase nunca se fala sobre papel social, dentro da associação. Por exemplo, tem uma missão? “Não, a missão da ASSIM é desenvolver a agricultura agroecológica dentro da sociedade, pra ter uma melhor...” Não tem essa defesa, tá entendendo? Só visa só o lado econômico... Claro, cada um que tá trabalhando ali precisa da sua sobrevivência, mas se a gente tivesse essa consciência de que a gente pode ser um papel social, dentro da sociedade, isso daria um outro up.

Se não se pode dizer que associadas e associados in-corporaram uma *identidade de projeto*, estes, através do desenrolar de sua experiência enquanto associação de produção agroecológica, in-corporaram a importância e o valor do trabalho coletivo, tanto interno ao território, quanto na conexão deste território a uma *rede* da agroecologia e da economia solidária. Esta noção da importância da participação em *rede* está clara quando, em entrevistas, agricultoras/es falaram sobre os colaboradores externos, como no seguinte trecho.

Se não fosse os parceiros que trouxesse, as atividade, as coisa que tem dentro da associação, o que seria? Porque o telecentro foi um parceiro que trouxe... Foi o COEP, veio pelo COEP, né? Veio, é, o pessoal da rural [INCUBACOO], que deu capacitação, que deu um, bastante coisa, o principal foi o pessoal da rural

[INCUBACOO], que foi quem primeiro veio na associação, pra associação. E, assim, tudo que a gente conquistou ali foi através de parceiro... A cozinha tá equipada hoje, foi através de quem? Parceiro. [Centro Sabiá]. Não foi o pessoal da rede, que fizeram projeto, tudo mais? Tudo foi parceiro ali... A sede construiu... Na parceria também. Tudo foi parceiro! O que é que seria de ser de uma associação sem parceiro? Ela, eu creio que ela não anda não.

Tal afirmação condiz com o pensamento do representante da INCUBACOO, que defendeu a importância para a associação da permanência constante de *redes* em parcerias com os colaboradores externos à ASSIM. É preciso relativizar o medo da construção de “dependências” dos empreendimentos solidários frente aos parceiros. Claro que se deve fortalecer a autogestão da associação, compreendendo estes colaboradores externos enquanto parceiros, e não como associados. Porém, se pensarmos que as/os associadas/dos são dependentes dos colaboradores externos, também somos todos dependentes de escolas, universidades, formações, dos próprios agricultores, e será isso de todo ruim? A *transição agroecológica* em economia solidária deve acontecer justamente para que se compreenda que toda a vida está conectada, e que devemos fortalecer as conexões, não o isolamento. As entrevistas mostram que as e os associados têm consciência tanto sobre a importância dos colaboradores externos, quanto sobre não serem eles, mas as próprias agricultoras e os próprios agricultores, os principais atores da experiência. Tal afirmação se conecta ao seguinte trecho de entrevista com uma das agricultoras associadas sobre as parcerias.

Olha, a importância... Eu gosto dos parceiros, porque os parceiros vêm, dá as formação, a gente aproveita toda aquela informação que eles repassam, eles vão embora e a gente continua. A gente continua com nosso trabalho, a gente nunca para, a gente aproveita tudo que ele tem a nos oferecer, e a gente continua com o trabalho, e sempre querendo mais, que aconteça... Sempre... Os parceiro sempre é bom, e vai continuar sendo, agora jamais esquecer deles e também nunca parar o nosso trabalho. Ai de mim se não fosse essas parceria, porque tudo que eu aprendi até hoje foi com esses parceiro. Foi com esses parceiro... Aprendi muitas coisa boas. A gente saía daqui, Hugo, com os parceiro... A gente não tinha a sede ainda, a gente não tinha uma cozinha, a gente ia lá pra associação do cai-cai, aonde Edilson disponibilizou uma cozinha pra essas mulheres aprender as primeira formação lá. Pra você ver como era antes, que não tinha, a gente não tinha praticamente nada. A gente se reunia debaixo de um pé de jaca, ou de um pé de caju. E hoje, óia a diferença, no território, de antes, pra o hoje.

Esta mudança na composição da paisagem do território da ASSIM é fundamental para a permanência da experiência. A partir da *transição agroecológica* aconteceu uma maior estruturação interna ao território, com a materialização da organização coletiva enquanto *territorialização* da agroecologia e da economia solidária. No início, a ASSIM não possuía uma sede. As reuniões eram realizadas debaixo de um pé de jaca. A partir de uma série de mutirões a associação construiu a sua, apresentada na **foto 05** que segue.

FOTO 05 – Sede da ASSIM**Foto:** Máira Iabrudi

Todas e todos os entrevistados citaram a construção desta sede como um importante momento de orgulho. Ela foi fruto de um projeto coletivo e construída a partir da ferramenta econômica do mutirão. Econômica não em um sentido de baixo custo, que é o da economia capitalista. Uma ferramenta econômica por ser a partir dos mutirões que a ASSIM administrou a composição (i)material de seu território, “geriu seu lar”, e planejou e executou uma das materializações de sua organização coletiva, fixada no território a partir desta sede. Inclusive o planejamento coletivo de construção desta sede foi importante para a execução de gerar uma renda coletiva, que possibilitasse o levantar dos tijolos. Para construí-la as e os agricultores, quando recebiam visitas de estudantes, ONGs, de grupos de forma geral, realizavam um almoço coletivo. Nele os alimentos eram ofertados por associadas/os e cozinhado pelo grupo de mulheres. Os almoços eram vendidos e o recurso arrecadado iria para a construção da sede, fortificando a coletividade entre associadas/os, como contou uma das agricultoras em entrevista.

Assim, tipo, a gente fazia, os agricultores doava os produto, tipo, painho doava... Vai que fosse um feijão, um doava uma galinha, outro doava as hortaliça, e quem tivesse hortaliça mandava, macaxeira, batata, o que fosse. Então tinha aquele grupo de mulheres que ali fazia um escondidinho de macaxeira, fazia uma torta de berinjela, uma lasanha de berinjela... Era um feijão, era um escondidinho, era um

couve, era uma taioba de côco, era um couve de côco, era um maxixe de côco, sabe? Então tinha uma diversidade muito grande nesses almoços... Esses almoços era quando vinha as turmas de estudantes, visitantes, né? Então a gente pegava esse dinheiro que arrecadava pra construir a associação, né? Porque foi construída praticamente com esses recursos. Aí era almoço pro pessoal que vinha visitar. A gente cobrava, né, esse valor, e com esse recurso seria todo pra construção da sede. Então esse trabalho que se fazia com esse grupo muito grande, assim, era uma diversidade muito maior, eu digo até que dos almoço de hoje, eu achava aqueles mais bem elaborados, assim, pela diversificação, né?

A existência de uma estrutura materialmente construída pelo grupo coletivo emana uma energia coletiva. Concentra e materializa esta coletividade fazendo com que a ideia da importância e do valor da organização coletiva possa ser vista, tocada, utilizada, cheirada, in-corporada a partir deste processo da *transição agroecológica* em economia solidária. A organização coletiva se torna matéria, novo componente no território. Enquanto tal, exerce influência sobre este, sendo um espaço coletivo nele inserido. Alias relações de poder são outras que não a das casas familiares particulares. Ali acontece a territorialização da ASSIM fortalecendo nas e nos agricultores sua *identidade territorial de (r)existência*.

O papel político que um espaço como esta sede exerce é importante no fortalecimento desta identidade de uma organização de coletividade territorial. Durante sua construção se compreende o valor da organização coletiva a partir de toda a complexidade da prática: com o suor pingado das testas nos mutirões de sua construção, com as mãos que foram calejadas, com as correntes humanas para passar material, com os almoços coletivos, é que se vivencia e, assim, se in-corpora essa coletividade. Não apenas de desejos, mas principalmente de *práticas*. Estas *práticas*, inclusive, fortalecem a institucionalização da ASSIM enquanto associação existente na sociedade, materializam a organização coletiva, e assim a fortalecem, como se percebe com a seguinte fala de um agricultor entrevistado.

Eu acho, assim, que eu acho que o processo de uma associação ele tem que ter esses momentos coletivos, né? Hoje a gente fez aquela sede, com intuito de ter esse momento mesmo... De ter esse momento de coletividade junto com os associado. Hoje, assim, as nossas assembleias a gente faz ali... Hoje a gente recebe visita, que pra gente era um constrangimento muito grande, e muitas visita a gente serviu almoço de baixo do pé de pau, em lugar aberto, né? Acessível a mosca, muitas coisa... Mai o pessoal, de certa forma, a gente ficava constrangido, mas os pessoal reconhecia e via o esforço, que a gente tava fazendo aquilo porque infelizmente a gente num tinha uma sede. E a gente correu atrás desse objetivo, né? Aí a gente pensou de fazer uma sede, de fazer uma sede e ela ser coletiva. Tão tal que a gente pensou a cozinha, pensou o espaço de informática, pensou os salão, pra fazer atividade, né? E isso é importante porque... A gente ter um setor de fazer as nossas atividades coletivas, né? E eu acho que isso é fundamental dentro de uma organização, de uma associação. De ter sua sede. É uma identidade... Você ter um estatuto, você ter uma ata, você ter vários documentos, e não ter um espaço pra organizar essas questão, né, esses arquivos, é complicado... É feito um passarinho, ou um animal, ou uma pessoa mesmo que num tenha o seu lar. Tá entendendo? Não

ter o seu lar... E a gente pode dizer que a gente tem um lar (...). Já teve tantas visita, como também atividade da própria comunidade, como foi realizada agora os vinte anos da ASSIM. Imagine pra gente fazer aquilo num espaço que a gente num tivesse, por exemplo, uma sede daquela? Como num era montar uma estrutura? Alugar, por exemplo, né? Alugar uma estrutura... E eu acho que o forte da gente, dentro desses vinte anos, além de tantas outras conquistas, eu acho que um, da nossa conquista, e eu digo que é uma das maiores, é a nossa sede. (...) A sede tem uma história muito importante da maneira que ela foi construída, né? E, você observa que num é uma sede... Num é uma coisa simples. É uma estrutura pra uma associação. Tem associação que tem mais ano de que a nossa e não tem uma sede daquela. E não tem uma sede daquela... Isso também facilita no processo da própria identificação da ASSIM, hoje. O exemplo, quando se pede o endereço, quando se pede uma conta de energia, hoje, em nome da associação, se tem. Mas muitas instituições num tem... Ou é na casa do presidente, ou é uma coisa, que muitas vezes dificulta em algum processo, de captação de recursos, de algumas outras coisa, principalmente, que... Você não ter o endereço próprio, num é? É a primeira coisa que as pessoa, que as instituição parceira olha. Mas a gente tem um, tem esse legado de ter essa sede, e eu acho que é fundamental, importante.

No entanto, talvez a sede ainda possa ser melhor utilizada, segundo este mesmo agricultor entrevistado.

Ela, hoje, eu ainda percebo que hoje ela num tá sendo ainda utilizada coletivamente como deveria... O exemplo, procê ver que tem equipamento, tem vários equipamentos, que aqueles equipamentos poderia tá sendo mais utilizado, né... Mas a gente... [Uma agricultora], agora, tá com um processo, apresentou um projeto pra secretaria de assistência social, pra capacitar umas mulheres na ordem de beneficiamento, vai ocupar por um período aquele espaço [da cozinha coletiva]... E, também, agora tão, é... [Querendo] inscrever o grupo de mulheres pro PAA, que é o Programa de Aquisição de Alimento, aonde elas vão oferecer o beneficiado. Aí o beneficiado, aí aqueles equipamento [da cozinha coletiva] vai dar toda uma estrutura pra que elas possa fazer, desenvolver essas ação dela. Aí, assim, eu acho que quanto mais ações vier, voltada pra que possa tá usando aquele espaço, eu acho que é importante. Eu acho que é importante, e vai dar o verdadeiro sentido da coletividade pra que aquele espaço foi construído.

Esta cozinha coletiva fica dentro da sede da ASSIM e, dentro de uma economia solidária, sua existência material facilita a organização coletiva do grupo de mulheres. É nela que as associadas deste grupo realizam coletivamente os beneficiamentos. Os beneficiamentos são realizados por manufatura do grupo de mulheres, trabalhando a partir de bens naturais de seus territórios, ou seja, a partir de sua agricultura, e transformando estes bens em produtos beneficiados, como bolos, pães, doces, ou outros. A **foto 06** que segue retrata a cozinha onde elas trabalham coletivamente.

FOTO 06 – Cozinha Coletiva na Sede da ASSIM**Foto:** Máira Iabrudi

Esta cozinha coletiva é de grande importância para a ASSIM. Através de projetos conseguiram recursos e material. Têm uma despoldadeira, como pode ser visto na foto, geladeira, mais de um freezer horizontal, fogões, forno industrial, máquina de embalar a vácuo, material para cozinhar, e um espaço suficiente para as agricultoras. Dentro de uma agroecologia e de uma economia solidária, o fogão que pode ser visto na ponta inferior esquerda da figura acima é abastecido a partir de um biodigestor anaeróbico. Este foi construído através de parceria com o SERTA. Nele são colocadas fezes, de animais das comunidades locais, que serão decompostas produzindo o gás utilizado. Assim, a mangueira que pode ser vista adentrando o fogão na imagem acima, trazendo o gás, é esta mesma que pelo lado esquerdo da figura abaixo sai do biodigestor, que produz o combustível de uma forma sustentável.

FOTO07 – Biodigestor da ASSIM



Foto: Máira Iabrudi

Quando questionada sobre a importância da territorialização da organização coletiva no território a partir das materialidades coletivas, uma das agricultoras entrevistadas usou justamente o exemplo da cozinha.

Tem sim, porque a partir do momento em que se tem uma estrutura coletiva, mesmo que, diretamente, não venha beneficiar a todos, mas, sobre... Por exemplo, a cozinha. Eu não benefício nenhum produto, mas tem meninas, tem senhoras, ou grupo de mulheres, processam nessa cozinha. Então, aí, isso enriquece tanto a comunidade, porque é uma forma de um ciclo, né? Um ciclo econômico, que a partir do momento em que eu, minha fonte de renda é dali, eu, de alguma forma, tô enriquecendo o meu local, a minha estrutura, a minha comunidade, a minha cidade, e assim sucessivamente, né? (...) *(Mas e se essas pessoas beneficiassem na casa delas, e não na cozinha coletiva, elas não enriqueceriam da mesma forma?)* Enriqueceria... Mas aí é todo uma questão mercadológica... Porque, tipo, como eu também esqueci de falar logo no início, eu já fiz um curso de agroindústria. A partir do momento em que eu, a sua cozinha, ela tem que ter uma estrutura pra garantir a segurança alimentar. (...) [Por exemplo] uma contaminação cruzada... A cozinha serve pra eliminar esse tipo de coisas, pra ser uma segurança alimentar pros consumidores. (...) De certa forma é uma organização, já é uma expansão do que foi criado inicialmente. Então a organização coletiva serve pra isso... Pra tanto a comunidade se unir, ter esse tipo de segurança alimentar, e esse tipo de coisas que eu te falei anteriormente... O enriquecimento da comunidade economicamente, a partilha, as divisões, isso enriquece (...).

Para além das questões de produção e comercialização, a estrutura coletiva da cozinha também fortaleceu a construção de uma identidade coletiva entre as associadas do grupo de mulheres, construção esta compreendida enquanto processo da *transição agroecológica*. Os colaboradores externos, ao longo do tempo, levaram para o grupo de mulheres várias capacitações para diversos tipos de beneficiamentos, no intuito de gerar renda diretamente para elas e de reaproveitar alimentos que seriam desperdiçados. Essa produção no beneficiamento coletivo fortalece o grupo de mulheres, que trabalha trocando receitas, conversando, se apoiando, e as vezes em sistema de mutirão. No início, antes da existência da cozinha coletiva, iam a uma comunidade vizinha beneficiar os produtos, por não terem estrutura própria. Tal afirmação se confirma com a colocação de uma das agricultoras durante a roda de conversa, para qual o objeto levado para representar sua experiência na ASSIM foi um mamão.

Eu trouxe aqui esse mamãozinho. Ele representa desde criança na minha vida. Porque a nossa mãe nos alimentava também com ele. Aí, depois que eu comecei a participar da associação, no ano de 2000, aí foi mudando cada dia. E, agora, eu trabalho muito com mamão. Não só para o consumo de comer, também para vender, mas também para os beneficiados. Desse mamão aqui eu posso produzir o doce, de mamão com coco, e sem coco. É uma plantação que faz a diferença em nosso território. Porque é um alimento saudável, né? (*E quando foi, e porque foi, que vocês começaram a beneficiar esse mamão? Foi tu sozinha, em casa?*) Não. A gente começou a beneficiar esses produtos no ano de 2007 pra 2008, com as formação do grupo de mulher. Que a gente começou muito distante, lá no cai-cai, na propriedade de [um agricultor de comunidade vizinha]. Aí, depois de um determinado tempo, a gente conseguiu construir a associação, a cozinha. E a gente veio fazer os nossos produtos na cozinha, que fica bem melhor pra nossa comunidade, bem mais próximo. Porque lá em [agricultor de comunidade vizinha], sempre ele nos ajudou, mas era muito distante, perigoso também, só mulher andando no caminho... (...) (*E como foi esse processo do beneficiamento?*) A gente teve formação com a universidade, com os estudantes, que tinha [uma estudante], tinha [outra estudante], e outras estudantes, (...) que repassaram essas informações pra nós. Não só fazer o doce de mamão, mas também como o bolo, nego bom, outros produtos, pão, enfim, e outros tipos de produtos. E isso para nós mulher, aqui, que não conhecia como beneficiar, começamos a aproveitar todos aqueles produtos que sobrava da feira e ia muitas vezes pros animais, ou pro lixo, a gente aproveitava pra nossa alimentação.

A fala que acaba de ser citada demonstra um importante avanço na *transição agroecológica* em economia solidária presente na ASSIM. A partir de diversas formações, e da inserção nas *redes* de agroecologia e economia solidária, as e os agricultores in-corporaram a importância do não desperdício, e de uma produção, comercialização e alimentação sustentável e solidária. Neste sentido, a relação agroecologia/economia solidária presente nos beneficiamentos do grupo de mulheres fortalece suas *identidades territoriais de (r)existência*. Reutilizam bens que iam para o lixo, fortalecem o trabalho coletivo do grupo de mulheres, emancipam as mulheres ao lhes gerar diretamente uma renda, sem passar por seus maridos. A

construção destas *identidades territoriais de (r)existência* ressignifica a vida para quem as incorpora. Modifica forma de pensar a natureza, de produzir, de comercializar, de se alimentar, inclusive adquirindo novos hábitos, como coloca uma das agricultoras em entrevista sobre a modificação nas comunidades e em sua vida com o processo da ASSIM.

Modificou, porque eu lembro que a gente plantava muito era mandioca, milho, feijão, tinha jerimum. E, assim, era sempre aquilo, a alimentação ela não era diversificada. Era uma alimentação forte? Era. Assim, não era tão diversificada como ela é hoje, e, assim, eu falo pela experiência da nossa família, né? Que a gente não era de usar produto químico. Era mais assim, uma adubação mineral, a questão do adubo, que o pessoal fala, né? Mas com a introdução desse novo sistema, da gente começar a produzir orgânico, aí veio aquela diversidade, veio aquele aprendizado de como consumir as hortaliça, porque a gente, pra vender, a gente tem que consumir, né?

O que demonstra uma clara responsabilidade para com o consumidor, pensada a partir de uma economia solidária de “cabo a rabo”, diferente de muitos grandes produtores convencionais, que utilizam venenos em sua produção mas consomem de feiras agroecológicas. Assim, a agricultora continua...

Pra saber o que é que, o que é que a gente tá vendendo, né? Qual o sabor, qual é a importância que aquele produto tem, então isso mudou muito a nossa realidade, que foi aonde a gente começou também através da transformação, o processo de incubação, aonde a gente teve as formações que ensinou a gente fazer esse reaproveitamento, né, de hortaliça. Que eu lembro bem que eu aprendi comer o talo, mas eu não sei comer a folha, porque a gente já começou a aprender a reaproveitar, né? Então meu paladar hoje se adapta ao talo, mas não se adapta ao gosto da folha. Então a gente teve essas práticas, e é onde a gente começou a avançar cada vez mais. Aonde a gente vê a questão da saúde, também, né? Devido a essa diversidade... A questão de não ter aquela dependência de tantos produtos da cidade, aonde a gente vê que num espaço pequeno a gente pode produzir muita coisa, né? Que vai servir tanto pra o nosso consumo, quanto também pro escoamento da produção, né? O excedente dessa produção. Então tem um valor muito grande, sabe? Tanto pra questão da alimentação, como começa a ter uma nova visão, um aprendizado diferente, aonde a gente começou a despertar a começar a estudar, pra que esse estudo viesse a ter retorno, contribuir nesse desenvolvimento, tanto familiar quanto comunitário. Então mudou totalmente, né? Até o que a gente tem hoje...

E foram várias as mudanças neste processo da *transição agroecológica* em economia solidária, segundo outra agricultora entrevistada.

Por exemplo, se eu for dizer a tu, na verdade não houve duas mudança, houve três mudanças. Não na associação, mas na comunidade no geral, no território... Porque o primeiro era monocultura, que a gente plantava. Todo mundo aqui no entorno plantava alguma coisa... Plantava uma cultura. Não plantava cultura mensalmente, ou cultura de 45 dias, ou de três meses, que são as culturas que a gente cultiva hoje. Mas cultivava um tipo de, de... Seja pro seu consumo, ou pra vender, mas cultivava algo. Aí veio o plantio de hortaliças, e frutas, que foi o chamado orgânico. E agora o agroecológico. Desse tempo pra cá, eu percebo que muitas coisas, tanto no nosso ambiente, como no nosso local... Quando a gente percebe, fica bem claro isso, na

época de verão. Agora não, mas na época de verão se tu for, se tu tiver fora desse espaço aqui de plantio, tu vai perceber a diferença de estar aqui dentro, inserido, onde tem várias árvores ao entorno, e estar fora. Porque a temperatura é muito mais quente, o clima é muito mais, é, como eu digo, como eu posso dizer...? É, um clima agradável e um clima desagradável, né? E um todo, como eu posso dizer...? A biodiversidade, de um todo, tanto dos pássaros, os ninhos, animais, bixos que não existiam, a gente percebe que reapareceram. Mesmo quando eu era pequena eu percebi, eu via muito, num sei se tu já visse, que a gente chama caga-fogo... (*Não, acho que não... é o que isso?*) É um bixinho, que ele fica acendendo umas luzinha... (*Tipo vagalume?*) Vagalume! Aí num tinha... Tinha quando eu era pequena, e se perdeu... E agora eu percebo muito aqui. Então não é só isso, mas vai ser um exemplo deles, tá entendendo?

Essa transição, a mudança na interação da organização societal local com seu território, atuou também para a formação de uma paisagem diferente da maior parte da zona rural do município de Lagoa de Itaenga. Existe uma maior diversidade de fauna e flora, e com isso um território mais adaptado às identidades construídas na ASSIM. A partir desta transição, inclusive, o ambiente se torna mais agradável à vida e ao trabalho dos e das agricultoras. Ao contrário dos imensos campos monótonos e homogêneos da cana, o que pode ser encontrado no território da ASSIM são paisagens como as das figuras que seguem.

FOTO 08 - Paisagem de Propriedade Agroecológica na ASSIM (1)



Foto: Máira Iabrudi

FOTO 09 - Paisagem de Propriedade Agroecológica na ASSIM (2)



Foto: Máira Iabrudi

FOTO 10 - Paisagem de Propriedade Agroecológica na ASSIM (3)



Foto: Máira Iabrudi

FOTO 11 – Casa de Membro da ASSIM**Foto:** Máira Iabrudi

Por vezes, se pode inclusive perceber uma clara fronteira entre a paisagem do território da ASSIM, em um primeiro plano na figura que segue, e a do agronegócio, a área descampada fronteira.

FOTO 12 – Fronteira entre Paisagem do Território da ASSIM e do Território do Agronegócio



Foto: Máira Iabrudi

Toda a estruturação da ASSIM com a *transição agroecológica* em economia solidária de seus e suas associadas se deu a partir da organização coletiva. Assim, por mais que isso seja óbvio, é preciso ser dito: é certo que o que fortaleceu a organização coletiva no território da associação foi a própria organização coletiva. Foi através da organização coletiva que as/os agricultoras/es, aos poucos, foram conseguindo enfrentar o poder dominante da cana de açúcar, a partir de uma disputa que vem territorializando a agroecologia e a economia solidária nestas comunidades secularmente impostas a uma “*vocação natural*”. Como busquei debater, as estruturas coletivas, como a sede, a cozinha, o carro, são conquistas consideradas fundamentais pelas/os associadas/os e para o fortalecimento de seu território, são materializações da organização coletiva em suas comunidades, deixando à vista que esta pode dar certo. A partir da construção de sua *identidade territorial de (r)existência*, agricultoras e agricultores compreenderam que, sem a organização coletiva, talvez nem das feiras participassem. A importância desta organização coletiva parece ter sido in-corporada pelas agricultoras e pelos agricultores, como demonstram os seguintes trechos de entrevistas onde falam sobre esse coletivo.

Sim Hugo, porque, assim, eu comecei no grupo de coletivo. Trabalhando com as meninas nos beneficiado. Aí depois eu tive problema de saúde, aí eu saí e deixei as meninas, mas, sempre que as meninas precisam no coletivo, eu estou ajudando. Olha, é que nem eu já te falei. A gente se organiza, vai se organizando da maneira que pode. Um vai sempre dependendo do outro... Porque nem todas as coisa a gente pode fazer separadamente. Por exemplo, a gente se reúne no coletivo, a gente faz polpa, a gente, quando tem um almoço, a gente faz no coletivo, quando recebe visita, quando vem fazer a limpeza da sede, é no coletivo... Não com todo mundo junto, mas uma boa parte vem. Sempre o coletivo, sempre anda junto. É muito importante, porque se não for um coletivo que a gente tem dentro da associação, eu acredito que a associação não caminhava... Não caminhava. Porque todas as associação têm as crítica, mas também têm a união. E esse coletivo que, graças a Deus, eu digo que até hoje, o coletivo que eu tenho junto com as menina, mesmo, dá certo... Tá dando certo até hoje... Que isso é pra gente ir pra feira, que se não tivesse o coletivo hoje a gente não ia pra uma feira sozinho... Que a gente não tem condições. Em tudo tem que ter o coletivo, porque se não tiver não, assim, na minha opinião, eu acredito que a gente não estava em organização nenhuma, principalmente nas feiras.

Sim, ele é importante devido o fortalecimento que ocorre. Porque se fosse pra um agricultor sair só daqui, vender o seu produto, não teria condições... Então, a partir do momento que eles se organizam, isso fica possível, pra fazer essa atividade, fortalece o grupo, fortalece os plantio... Porque você produz algo, o outro já produz outro produto, né? Então tudo isso aí fortalece num geral. Como a gente vê, que tem muitos agricultores que nem vai pras feiras, mas manda os produtos.

Se, comparação... Se não tivesse a sede, se não tivesse a cozinha pra gente se organizar, pra gente trabalhar junto, aí quem ia ter tempo de se organizar cada um na sua casa? Ia ser muito pouca a organização... Eu acho... Porque assim, tem a cozinha, tem o beneficiamento, aí a gente se junta mais. Se cada cá tivesse sua cozinha individual, quando é que ia ter organização da turma? Ia ser mais pouco... Lá a gente conversa muito! (...) Quando tem assim, reunião, quando tem um evento que se junta todo mundo, se organiza... Quando tem o beneficiamento pra gente fazer... Ou caso tenha uma receita nova, vamos testar, vamos se juntar. Aí a gente sendo uma associação a gente troca experiência por zap, manda tal receita pra mim, óia eu tenho uma receita nova, vou mandar pra tu. Mesmo não estando na cozinha a gente fica trocando receita, experiência.

Ah, o que mudou mais? Na alimentação, na produção, na... Bom, de dentro a fora, até o nosso móvel de casa... Todos os nosso móvel de casa... Que eu não tinha geladeira, eu não tinha guarda-comida, eu não tinha nada disso... Não tinha televisão. Hoje eu tenho, e tudo foi depois que eu comecei trabalhando na associação. Quer dizer que pra mim foi muito importante. Tá aí os projeto que veio, tem a caixa d'água, tem a cisterna calçadão ali de 52 mil litros, eu tenho essa daí com 2 mil litros... E foi devido ao nosso trabalho com a associação, de projeto e empréstimo que nós tirava no banco do nordeste. Tem ali o aprisco dos bodes, isso tudo foi projeto... Todos foi projeto, dirigido pela associação, apoiado pela associação. Porque se nós num fosse de uma associação, quer dizer que a gente num pegava esses projetos... E hoje eu tenho tudo isso aí devido à associação!

Eu mesmo, ói, eu agradeço tanto, primeiramente a Deus, e o conhecimento da associação, viu? Eu digo isso chega me emociono, eu fico emocionada, porque... O conhecimento da associação fez mudar a minha vida e a da minha família. Meu esposo hoje tá na feira, e minhas filha tão onde elas tão, por conhecimento da associação, viu? Eu falo, assim, as veze eu falo assim, eu digo, ói, as pessoa deve zelar muito daquela associação, porque é através da associação que muitos tá botando seu pão na mesa, tá entendendo?

Estas falas, atuais, acontecem pelo valor que as e os associados dão à mudança que aconteceu em suas vidas a partir da *transição agroecológica* em economia solidária, que não se deu apenas com a simples formalização da ASSIM. Ao contrário, vimos que os primeiros anos da associação foram de marasmo. A ASSIM só começou a andar quando começou a fortalecer e materializar no território sua organização coletiva, o que se deu a partir da parceria com atores da agroecologia e da economia solidária.

As primeiras capacitações que aconteceram, ainda para o aprendizado do plantio orgânico, e posteriormente pro agroecológico, se deram a partir dos mutirões. Os e as agricultoras iam uns para as propriedades dos outros, assessorados por técnicos colaboradores externos, aprender na prática a *transição agroecológica* na produção agrícola. Foi a partir destes mutirões que se iniciou a estruturação da ASSIM, e esta ferramenta seguiu sendo utilizada por muito tempo dentro da associação, como nos mutirões para construção da sede, ou ainda para entrega das macaxeiras no PNAE. Os mutirões foram importantes responsáveis para que agricultoras e agricultores conseguissem dar os primeiros passos para sua transição. Não possuíam recursos, nem tinham como pagar trabalhadores, mas através da organização coletiva materializaram a possibilidade de continuarem a se organizar coletivamente, a possibilidade de (r)existirem. Com todos estes projetos coletivos, as agricultoras e os agricultores da ASSIM conseguiram muitas conquistas coletivas, como a mudança na produção em seus terrenos, a participação nas feiras, a conquista do carro coletivo, a participação no PNAE, a construção da sede, a emancipação de mulheres.

A territorialização da *transição agroecológica* em economia solidária, a partir desta organização coletiva, fortalece que seus ideais sejam promovidos. O estabelecimento de um território a partir de territorialidades próprias à agroecologia e à economia solidária possibilita que os ali nascidos já cresçam a partir da local *identidade territorial de (r)existência*, a in-corporando e ativamente produzindo desde pequeno. As conquistas realizadas lá atrás, como as que citei no parágrafo anterior, são vistas hoje já como parte daquele território. Isso pode ser percebido na seguinte fala de um jovem agricultor. Ele cresceu dentro do território da ASSIM, já a partir das territorialidades de um território de (r)existência, e não das territorialidades do *território legitimador* da cana de açúcar.

Eu acho que foi uns vinte ano bem [os vinte anos de ASSIM], pra mim, esses vinte anos foi minha base, né? Foi onde eu comecei, cresci, assim, eu não aprendi fazer outra coisa... Cresci dentro da associação, cresci dentro da comunidade. Eu num vejo a comunidade assim tão mudada, porque eu cresci junto com esse movimento, eu cresci acompanhando ele, talvez coisas que o pessoal mais velho diga que foi uma mudança grande, eu veja como natural, da mudança natural do tempo. Eu vejo

assim... Eu vejo esses vinte anos de associação foi muito, muito importante pras famílias envolvidas. Pra mim, mesmo, como pessoa. Hoje eu não sei o que eu seria sem a ASSIM. Eu não sei onde eu estaria, ou o que eu taria fazendo. Também eu não posso dizer, falar do outro lado, que eu não vivi o outro lado, eu não vivi o outro lado. Eu cresci aqui, eu fui vendo as coisas acontecer aqui, e eu não, hoje eu num... Tem coisa que dá pra separar, e tem coisa que não dá pra separar, o que seria a mesma coisa, e o que seria diferente... Sem, assim, sem esses vinte anos. Porque eu cresci dentro deles, a forma que eu enxergo é... Talvez não seja a forma que minha mãe enxerga, que ela viveu, começou sem a ASSIM, aí ela, talvez ela saiba diferenciar mais do que eu.

O território da ASSIM, envolvendo as comunidades Imbé, Marrecos e sítios vizinhos, como espero ter ficado claro até aqui, se modificou bastante ao longo destes vinte anos de associação. Por alguns mais, por outros menos, mas as conquistas, sem a menor sombra de dúvidas, foram muitas, sólidas, e responsáveis por mudar a trajetória de vida de famílias secularmente oprimidas. No entanto, é fato que os quinhentos anos de colonização, esta que ainda acontece, não foram apagados dos territórios nem das mentes. A influência do trabalho na cana, e a influência da economia capitalista, ainda hoje se faz presente entre associadas e associados. Com a sistematização da experiência, percebemos que a ASSIM ainda se encontra em um processo de *transição agroecológica* em economia solidária. Muito se caminhou, mas muito ainda se tem para desbravar. É o que debatarei neste próximo tópico.

4.3 DE TRÁS, PRAFRENTE

Desde a aliança da metrópole colonizadora com as elites locais, as e os agricultores de histórico envolvimento territorial com a agricultura da zona da mata pernambucana têm suas vozes caladas e vidas comandadas. O saber popular construído por este grupo de pessoas, e suas práticas próprias, são jogados para o “outro lado” da linha abissal para que não sejam valorizados nem vistos. Frequentemente se percebe agricultores não reconhecendo a importância para toda a humanidade de sua existência, inclusive mandando a seus descendentes que estudem para que nunca peguem no cabo de uma enxada. A sociedade não reconhece a fundamental importância de tais atores que, por sua vez, acabam por in-corporar tal modo de percepção sobre si mesmo. É assim que as agricultoras que pediram para que o representante da INCUBACOOOP as orientasse em seu TCC, caso apresentado mais acima neste capítulo, não buscaram construir reflexão sobre a própria experiência, por não se enxergarem como experiência a partir da qual se pode produzir conhecimento. Ou ainda é assim que em reportagem sobre a ASSIM é inserida a frase “Na

comunidade Marrecos, 42 famílias se mantêm em pequenas propriedades graças às informações trazidas pela universidade” (REVISTA AGROPECUÁRIA, 2018), atribuindo toda a importância da experiência ao conhecimento científico, este que apresentei no primeiro capítulo como único reconhecido como válido. Com esta frase, as famílias agricultoras, seus conhecimentos e suas práticas, são invisibilizadas, colocadas como dependentes e “agraciadas” pela universidade.

O processo da *transição agroecológica* em economia solidária que as associadas e os associados passam atua também por este sentido. Os e as envolvidas devem se reconhecer como produtores de conhecimento válido, como detentores de poder sobre seu território e sobre sua existência. Para territorializar a economia solidária e a agroecologia nas comunidades Imbé, Marrecos e nos sítios vizinhos, nesta disputa de poder enfrentando o agronegócio da cana, é preciso *des-colonizar* as mentes de quaisquer “*vocações naturais*”. Para construir uma *identidade de (r)existência* ou de *projeto* deve-se saber des-construir a *identidade legitimadora* a parte de si. É importante que os sujeitos da experiência da ASSIM se reconheçam enquanto atores ativos e responsáveis por sua construção, desenvolvendo sua autonomia e capacidade de autogestão, o que foi muito trabalhado em parceria com os colaboradores externos, como mostra a seguinte fala do representante da INCUBACOOP:

Então a gente sempre trabalhou na perspectiva de construir autonomia, entendeu? Até que ponto a gente conseguiu, exatamente, eu não sei... Mas eu acho que a gente conseguiu alguma coisa. Por exemplo, a gente conseguiu que a diretoria da ASSIM fosse renovada, tivesse eleições, que renovassem os grupos, isso uma conversa que teve constantemente lá. Olha, vocês, os jovens, têm que participar, as mulheres têm que participar... Dona [agricultora], por exemplo, [no começo da ASSIM] mal falava nas reuniões. E [hoje] já foi da diretoria da ASSIM, num já? Já! Entendeu? Mal conversava... Quer dizer, dizer “a senhora vai!” [participar da eleição para diretoria], não, nunca a gente fez isso, mas a gente estimulava, “a senhora devia ir...”. Então, assim, sempre foi numa perspectiva de ter essa autonomia.

A saída do trabalho hierarquizado e “pros outros” é vista com excelentes olhos por todas e todos os entrevistados, associados ou colaboradores. A autogestão é compreendida através da autonomia que gera, facilitando a promoção de um trabalho territorialmente contextualizado e mais agradável para os envolvidos que, ao terem sua voz respeitada, se sentem e são parte ativa no processo. A autonomia parece ser um dos grandes ganhos com a saída da cana, trabalhar para si, ser dono do que se produz, tanto para consumir como para comercializar, e também ser dono do próprio tempo. Saíram da cana, que calava, para a agroecologia em economia solidária que quer escutar, como mostram os seguintes relatos de agricultores e agricultoras da ASSIM:

Mil vezes trabalhar no autônoma. Porque é uma coisa que eu goste, é uma coisa que tá na minha identidade, é uma coisa que tá na minha, no meu sangue, sei lá... Eu num sei, é algo meu. E, ainda falando de transição, né? Aí, esse jeito de trabalhar, é o que fez com que também melhorasse a situação econômica, a situação social, e também perceber, quando a gente vai na feira, a gente percebe também as necessidades dos outros, tá entendendo? Isso também motiva você a continuar... (...) E é muito gratificante quando você chega lá na [feira]. A maioria das pessoas, vai ter pessoas, sempre vai existir... Vai ter pessoas que vai chegar na sua banca e vai comprar, sem nem, só porque o povo tá o modismo, “ah, é bonito comer sem agrotóxico”... Mas tem muita gente que já tem essa consciência de mudança, e isso lhe motiva também a continuar.

Aí eu acho que, assim, a transformação foi pessoal, móvel, a questão imobiliária, a questão das casa, a questão da autonomia, tá entendendo? Da autonomia das pessoa dizer, assim, “eu tenho o meu emprego, eu tenho a minha maneira de me sustentar”.

Óia... O roçado dá mais que o salário que eu ganhava. Num tem a comida prantada? Num tem a galinha pondo? Num tem um ovo pra comer? Você trabaia no lugar dos ôto, contando hora, só tem aquelas horas, né? Só tem o salário, né? E meu salário num é salário de classe, é salário mínimo, salário de trabaiaador, num sabe? Num dá pra entender? É melhor o roçado 10 mil vez... Eu num como um salário que eu pranto no mês. Será que eu como, plantando esse roçado todinho de milho, eu como dentro do mês? De macaxeira, e batata, e roça, e macaxeira, pra comer tudo de uma vez? Tem que comer e levar pra feira, né rapaz?

Com certeza modificou. Por que uma é que a gente tomou mais conhecimento no nosso trabalho, e desenvolvemos mais o nosso sistema, assim, vamos supor, a nossa liberdade, que a gente trabalhando, e vendendo seus produto na feira, é de tá com a liberdade melhor, né? E então os produto que nós vendemo são os produtos de durabilidade, que têm mais saúde, então quer dizer que pra nós foi importante!

Porque o camarada trabaiaando pros ôto, ele trabaia de manhã e vai comer de noite, rapaz. E aqui ele come a hora que quer, a hora que ele precisar, livre, sem precisar de ser, de tá empregado. (...) Eu tomo lá minhas caninha, mas meu serviço eu num me esqueço dele não. Importante é, o camarada é juiz dele mesmo, o juiz né o da cidade, promotor não, nem advogado não... O camarada pode ser juiz, advogado, promotor dele mesmo, num dá pra entender?

Abandonei o serviço dos outros e voltei pra agricultura. Voltei, e aí até hoje eu sobrevivo disso. Só agricultura. Assim, o que tiver as vezes agricultura, você tiver um serviço extra eu já fiz, e faço, mas eu não pretendo dizer assim “eu vou ter um patrão pra sobreviver” não. Não pretendo não... Eu pretendo cuidar do que eu tenho. Aprender. Eu tenho muita vontade é de ter mais curso, aprender mais do que eu aprendi.

No entanto, apesar de reconhecerem a importância da autonomia, possuem em si uma mistura de identidades, com resquícios do trabalho na cana de açúcar. Seria importante para a solidificação de sua experiência fortalecerem a horizontalidade e participação de todos, sem a busca hierárquica por um representante que lhes diga o que fazer, ou que resolva as pendências necessárias, como era comum na economia da cana. Pra isso se faz importante uma mudança na forma de gestão.

Desde sua formalização que a ASSIM possui uma diretoria, com presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro e vice-tesoureiro. Uma gestão representativa.

No entanto, quando se busca no código civil, entre os artigos 53 e 61, que regem as associações, não se encontra uma obrigatoriedade a esta composição. No artigo 54, inciso V, se reserva ao estatuto da associação a obrigação de delimitar o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos, sem definir quais devem ser esses. Esta estrutura de diretoria da ASSIM se deve a um fator bastante comum entre associações. Muitas delas acabam construindo seus estatutos copiando estatutos de outras associações, modificando apenas os dados. Com esta cópia, que também aconteceu na ASSIM, as associações continuam reproduzindo uma forma representativa de gestão, mais comum na sociedade capitalista. Mesmo estas que tanto buscam atuar através de metodologias participativas, de uma autogestão e horizontalidade.

A gestão representativa pode gerar uma série de conflitos que não contribuem ao fortalecimento de uma autogestão de fato que inclua a todas e todos os envolvidos na associação, que é o que se pretende com o trabalho em economia solidária. Pode gerar pensamentos como os que escutei durante algumas entrevistas “*o chefeão, diretor da associação... É uma comunidade meia, cheia de história...*”, como se a associação tivesse algum dono específico. Ou ainda “*Vem esse, vem um projeto de lá de fora, eles [a diretoria] dão um golpe, não apresenta pros sócio... Fazem o que eles querem!*”, como se a diretoria tomasse decisões sem consultar a assembleia geral.

A existência de uma diretoria faz com que os que não fazem parte dela sintam que têm menos poder sobre as decisões da associação. Incendeia inclusive possíveis rixas entre associados, já que alguém pode não gostar de outro alguém e, quando ver essa pessoa aparentemente com mais poder dentro da associação, pode criar conflito. Mesmo que a diretoria exista mais para questões administrativas, e as tomadas de decisões e debates sejam horizontais, a existência por si só de uma diretoria separa papéis e constroi uma desigualdade de poderes.

Ao longo da sistematização percebi a existência de conflitos entre alguns associados, conflitos estes que, em sua maioria, partem da compreensão da existência de algumas pessoas com mais poder dentro da associação do que outras. Conflitos internos à ASSIM parecem não ser exclusividade do presente, como mostra este trecho da entrevista com o representante da INCUBACOOP.

As pessoas compreenderam, ao longo do tempo, da importância, mas eu acho que falta uma coisa que todo tempo eu sempre percebi lá, que é, assim, a questão política, pra fora e pra dentro, sabe? Pra fora no sentido de que a ASSIM, ela faz

isso relativamente bem, que é se aproximar dos parceiros, pra ter um apoio, ter um suporte, assessoria, ter um respaldo institucional. Mas a política, vamos dizer assim, a política doméstica, das relações internas da ASSIM, da comunidade, da sociabilidade da comunidade, ela ainda tem muita dificuldade. Os conflitos, os conflitos pequenos acabam, vamos dizer assim, se tornando conflitos grandes, desnecessariamente, entendeu? E aí isso trava, de certa maneira, vamos dizer, esse desenvolvimento na comunidade como um todo.

Ou este trecho de entrevista com uma das agricultoras...

E, também, nessa comunidade, falta muito o ser sincero, o dizer na frente, o ser realista... Eu tô falando pra você, falta muito nessa comunidade. Agora sempre foi assim, vi? Porque o pessoal, muitas vezes, eu numtô falando de X, nem de Y, mas de um todo. Aí a gente também acaba se isolando, né... Até na igreja é assim. Até na igreja é assim... Num é uma comunidade que diz as coisas clara. Eu faço parte, já fiz muito parte da igreja, já fui até coordenadora da igreja, ali, e as pessoas sempre fala pelas costas... Por isso que muitas vezes a comunidade não enriquece. Não tem aquela, realista, de dizer, óia, os pontos nos i's, os pontos nos i's têm que ser colocado. Nunca coloca... Aí as pessoa se isola, cada um no seu. Aí um fala, outro fala, mas fala por trás, na reunião num fala...

Os conflitos são absolutamente normais dentro de uma organização coletiva. Eu diria até que eles são necessários para que se passe a construir uma identidade coletiva, debatendo as individuais. É assim que uma agricultora entrevistada falou da importância da associação,

Mesmo que nesse meio campo haja conflito, porque é no conflito que a gente se enriquece também. Porque a gente acha que se organizar coletivamente é nunca ter conflito, e não existe isso, aonde houver ser humano vai haver conflito... Até porque eu não preciso concordar contigo sempre, e nem você concordar comigo, você precisa simplesmente respeitar a minha ideia e eu respeitar a sua.

No entanto, os conflitos podem ser de diferentes graus, e não é interessante para uma associação que eles sejam intensos e muito frequentes. Assim, é preciso pensar como não chegar a tal ponto. Uma das questões que poderiam ser mais trabalhadas na ASSIM em um sentido de fortalecimento da organização coletiva, acredito, é a “lavagem de roupa suja” durante as assembleias mensais. Estas últimas acabam se voltando principalmente para questões administrativas, não sendo ponto de resolução de conflitos internos. Inclusive visto que hoje, com a participação em muitas feiras, poucos são os momentos de encontro coletivo do grupo, acreditamos na equipe de sistematização que o grupo deveria repensar esta assembleia mensal. O encontro para a assembleia deveria ser visto como um encontro do coletivo, e não apenas como reunião para resolver questões administrativas. As assembleias acabam se tornando “chatas”, com várias questões onde a diretoria fica relatando processos,

dando informes, e várias/os agricultoras/es ficam sentados, calados, esperando acabar. Acredito que estes momentos deveriam ser vistos como encontros que as pessoas achem importantes e tenham vontade de participar. Encontros para solucionar problemáticas e pensar projetos, mas também para se divertir, conversar, trocar, fortalecer a liga comunitária, construir o espaço público. Uma possibilidade seria, por exemplo, que realizassem um lanche, ou um jantar coletivo pós-assembleia, já que o alimento é uma questão central na ASSIM. Em nossos encontros durante a sistematização, sem sombra de dúvidas, o encontro com o maior número de pessoas foi o que propomos um jantar coletivo pós-encontro. Muitas e muitos agricultores se mobilizaram, tanto no preparo para levar as comidas, quanto indo ao encontro, participando, e comendo juntos depois.

Outro ponto é justamente a gestão representativa. A representação delega papéis, entregando responsabilidades a uns, o que acaba por fazer com que outros não se sintam responsáveis, e aparentando que alguns detém mais poder. Quando se observa as assembleias, como falei, se percebe que nelas a diretoria é quem mais fala, mesmo que outras pessoas também se coloquem. Isso faz com que para muitos não pareça importante estar ali sentados durante mais de uma hora apenas escutando, se colocando pontualmente, ou nunca, não sentindo que precisa contribuir com algo, já que a responsabilidade parece ser mais da diretoria. Absolutamente todas e todos os entrevistados, quando questionados se atuavam na gestão da ASSIM em seu território, só responderam que sim quando possuíam algum cargo na diretoria. Isso fica claro com os trechos que seguem de diferentes entrevistas com associadas/dos. Quando foram questionadas/os sobre participarem da gestão da associação, responderam coisas como:

Olha, isso aí eu num vou falar pra você, se eu falar eu tô mentindo, viu? Eu, graças a Deus, eu vivo numa luta, eu vivo tão apegada com os meu compromisso, viu? Depois eu vou lhe levar ali pra você ver a minha luta. Eu num tenho como, eu num tenho na minha mente, assim, não tem mais espaço pra eu me ocupar, tá entendendo? (...) Nas reunião eu participo! Mas pra eu tá, assim, dentro do movimento, é meu esposo e as filha. É muita luta, eu num tenho, eu num consigo não, tá entendendo?

Não... Não. Acho que por comodismo... Mas me sinto parte dela... Agora nunca despertou a curiosidade de, vamos dizer, de assumir uma diretoria...

Sim, hoje eu me envolvo. Eu sou secretária da associação, então eu sempre tô buscando contribuir cada vez mais, porque eu penso assim, que a gente pra contribuir, a gente pra buscar, a gente num precisa tá dentro da coordenação. Mas, quando você está, você tem uma responsabilidade a mais, né?

Eu já me envolvi sim, já fui presidente, já fui secretária, já fui tesoureira, e agora sou vice presidente. Continuo me envolvendo... Eu digo assim, eu quero ficar fora, mas tem jeito não...

Se foi justamente a partir da autonomia que os e as agricultoras enfrentaram suas supostas “*vocações naturais*”, e se é essa autonomia que as e os entrevistados, sem exceção, colocaram como importante melhoria de suas vidas da cana para a ASSIM, é a autonomia que deve ser fortalecida dentro de cada indivíduo desta experiência. Autonomia não em um sentido de isolamento, mas uma autonomia em *rede*. Uma autonomia que valorize a importância do indivíduo dentro da força da organização coletiva, e que faça este in-corporar as configurações de uma autogestão, junto ao poder que possui em si. Assim, seria interessante para a ASSIM o fortalecimento de uma gestão participativa, podendo os associados e as associadas inclusive se espelhar nas metodologias participativas dos colaboradores externos, que buscam envolver a todos. Uma das possibilidades poderia ser a apresentada por um agricultor em entrevista.

Eu acho que tem muito ainda a melhorar a nossa gestão. Uma gestão mais participativa, ter núcleos, né? Por exemplo, vamos supor, ter comissão de monitoramento, ter comissão de comercialização, pensar uma melhor forma.

A mudança na forma de gestão, deixando de ter uma diretoria com representantes, mas formando núcleos temáticos com associadas e associados que participem, poderia ser vista também como processo formativo na construção de suas identidades. Nesta construção de uma *outra* economia.

A organização coletiva da ASSIM foi responsável pela territorialização da economia solidária e da agroecologia nas comunidades, que permitiu a melhoria de vida para os e as agricultoras envolvidas. A mudança no plantio, nas propriedades das e dos agricultores, aconteceu em sistema de mutirão, assim como a construção da sede, ou várias outras atividades da ASSIM. A cozinha coletiva e o carro do grupo de mulheres foram conquistados através de ações coletivas. A participação no PNAE também, assim como na Rede Espaço Agroecológico e nas demais feiras onde comercializam. Estas ações coletivas atuam sobre a construção da identidade coletiva. Assim, quando questionada sobre a importância desta organização coletiva, através dos mutirões, uma das agricultoras entrevistadas respondeu que

São, a partir do momento em que [neles] eu percebo a necessidade do outro, e que eu percebo que eu também tenho necessidade, isso enriquece, e eu não perco a minha identidade. (...) E também eu me enriqueço enquanto comunidade, eu percebo também que tipo de órgão eu estou. Porque você tem que perceber, não perder a sua identidade... Porque, a partir do momento em que eu perco a minha identidade, seja lá o que eu for, se a minha motivação inicial de uma comunidade foi pra se desenvolver como uma comunidade de agricultores, Imbé, Marrecos e sítios vizinhos, aí, agricultores... Eu tenho essa ideia de agricultor, a pessoa que ajuda o

outro, essa ideia de que eu tenho feijão aí compartilho contigo, que tem fava... Aí pronto, isso é organização coletiva.

No entanto, se, por um lado, na ASSIM a organização coletiva foi fortalecida por muito tempo, e foi ela que estruturou a associação e ajudou no processo de um *Bem Viver*, por outro lado parece que essa organização coletiva hoje tenha diminuído, a partir do momento em que construíram uma maior autonomia e autossuficiência. Isso é um prejuízo para a ASSIM, que justamente se fortaleceu através de uma organização coletiva, como fica claro no seguinte trecho de entrevista quando uma agricultora foi questionada se seria importante a existência da organização coletiva para a associação:

Eu acredito que sim, porque, quando ocorre esse processo coletivo, tem condições de se almejar conseguir novos projetos, novas ações, cresce o desenvolvimento, né, da comunidade. Entre os trabalhos a gente vê que, hoje, as mulheres elas têm um empoderamento, realiza mais atividade... Também ajuda na construção de outras atividades, como a gente via aqui, hoje num, infelizmente, num tá acontecendo, mas já aconteceu muito, os mutirões. Eu lembro que nos plantio, lembro que teve o plantio do urucum, que houve mutirões. A questão quando se precisou construir o telecentro, também, a gente fez os mutirões. Na própria construção, mesmo, da sede... A gente fazia os almoços e, eu lembro muito bem, pra mim isso é uma coisa muito marcante, porque se hoje oferece uma alimentação melhor, mas no tempo do coletivo era melhor ainda, sabe? A diversidade era muito maior. (...) (*Hoje vocês não recebem mais estudantes e visitas?*) Recebe, só que, assim, hoje, utiliza assim, três pessoas vai fazer o almoço, então essas pessoas recebem, entendeu? E não que fica todo recurso pra associação. É mais diferente, nesse sentido.

Mais acima neste capítulo apresentei os almoços coletivos que eram realizados para a construção da sede da ASSIM como uma interessante forma de gerar renda coletiva para suas atividades, além de diversificar ainda mais o almoço ofertado e materializar a coletividade no território justamente a partir de uma ação coletiva. Mas hoje a ASSIM perdeu esta prática, como ficou claro na entrevista acima, ficando algumas pessoas responsáveis pelo almoço de um encontro, e apenas para estas sendo gerada renda. Quando existia o projeto coletivo de construção da sede realizaram ações coletivas para gerar renda coletiva que possibilitasse a materialização do projeto coletivo. Os mutirões, que por tantos anos foram fundamentais para a territorialização da ASSIM, também hoje são escassos. A explicação talvez se encontre na seguinte fala de uma agricultora entrevistada:

Mas, a partir do momento em que eu me isolo... Não, eu já sou super, hiper, autossuficiente... Eu num preciso de A, eu num preciso de B, eu num preciso de C... Não, eu sou autossuficiente já, eu num preciso de mais ninguém... Isso perde o que é organização coletiva. Não, eu vou pra feira, eu tenho meu banco de feira, eu sou autossustentável, e eu num preciso de ninguém mais, somente o nome, que é pra eu tá no espaço agroecológico... Que, se eu num tiver o nome, na associação, eu num faço parte de uma feira do espaço agroecológico. Somente isso pra que serve... (*E*

você acha que os mutirões, hoje em dia, não acontecem mais porquê?) Justamente por isso que eu te falei. As pessoas são autossuficientes, ou se acham autossuficientes...

Parece que eles tiveram mais formações e capacitações para a organização coletiva em um período inicial e do “meio” do desenrolar da experiência. No início, tinham um projeto coletivo da *transição agroecológica* na produção de cada propriedade, da diversificação de cada produção, de aprender o beneficiado, de comercializar coletivamente nas feiras. Com isso, chegaram a um certo patamar de melhor existência, de menor vulnerabilidade, e enfraqueceram um projeto comum de construção coletiva da vida no território da ASSIM. Não existe hoje na ASSIM um projeto para o futuro. Não existe um planejamento anual, algo que seja construído a partir do coletivo e estabeleça objetivos comuns a serem alcançados. Agora que as famílias já estão mais bem estruturadas do que antes, o coletivo parece ser acionado mais para resolver questões do que para planejar e executar um projeto coletivo da ASSIM. A associação atingiu um objetivo inicial da organização coletiva de melhoria na qualidade de vida das/os associadas/os. No entanto, melhorar a qualidade de vida, saindo de um passado de maiores necessidades, hoje freou a articulação coletiva para construção de um projeto comum. O fato também de participarem de mais feiras hoje toma bastante tempo das/os associadas/os, o que tem interferência. Ao mesmo tempo, todas/os parecem ter saudade desse momento mais coletivo. Dos mutirões, dos almoços... Ou seja, eles continuam achando melhor o trabalho coletivo. Esta transformação na organização coletiva das atividades da ASSIM fica clara com o seguinte trecho da fala de uma agricultora durante a roda de conversa:

Olha só, a gente só tem o que a gente tem hoje porque lá atrás a gente se reuniu, a gente teve força, a gente formou uma corrente forte, principalmente as mulheres. A gente não tinha nada, não tinha formação, não sabia de nada, e juntou nossas forças, pra gente trabalhar junto. Pra gente fazer... Tivemos a oportunidade das capacitações que a gente teve. Que eu lembro que, quando a gente foi ter formação no SERTA, a luta que a gente tinha que ter pra poder sair de casa, pra passar o dia todo no SERTA, chegar à noite. E a gente, antes, a gente tinha mais força e mais união de buscar, de que agora que já tá conquistado. Quando a gente não tinha nada as forças da gente parece que era mais de que agora. Eu vejo, eu tiro mesmo por mim... Que a gente fazia muita coisa, que hoje a gente não faz. A gente tinha reuniões mais reuniões. No SERTA a gente saía de manhã, olha que a gente deixava criança, deixava animal, deixava muita coisa. Roçado... E a gente saía de manhã, chegava a noite. E, óia, foi muita luta. E a gente fazia. E, hoje, eu acho que a gente tá... Como a gente tá tendo mais alguma coisa a gente tá cruzando os braços. Que a gente tinha mais reuniões, a gente se reunia mais, muito mais, antigamente. E eu sinto falta... Era bom, visse? A gente se via mais, a gente era uma corrente mais forte. (*E faz muito tempo que tu acha que isso vem diminuindo?*) Assim, não é que tá diminuindo, é que a gente conseguiu o nosso espaço, e quando você consegue trabalho... Um sai pra trabalhar aqui... Graças a Deus, né? Que cada cá conseguiu seu trabalho. E, devido ao trabalho, a gente não tá com muito tempo, né? Mas, antes,

a gente... Oxe, o que a gente fez pra chegar aqui, hoje, você não tem ideia... As mulheres daqui são guerreiras, são fortes, e, quando a gente quer, a gente vai à luta. E consegue! Todas elas.

Cabe questionamento sobre o motivo desta diminuição da organização coletiva. De fato, um fator influente é este de uma maior estruturação da qualidade de vida para os e as associadas possibilitar uma menor *necessidade* para se organizarem coletivamente. Por exemplo, hoje alguns agricultores podem contratar trabalhadores quando precisam de mão de obra¹¹, e acabaram diminuindo mutirões. Também por elas e eles estarem tendo uma vivência que enxergam como infinitamente melhor do que a que tinham antes da ASSIM, e acharem que não somente não precisam transformar ainda mais esta realidade, como também alguns não dão a devida importância à organização para manutenção das conquistas. No entanto, outras questões também influem. No seio de uma organização coletiva, inserida em um contexto hegemônico do capitalismo, muitas vezes o crescimento econômico passa a fortalecer a lógica do capital. A revisão da literatura apontou tal questão:

[...] conforme o crescimento econômico da organização cooperativa, a lógica do capital suplanta a social e a organização cooperativa passa a operar cada vez mais exclusivamente de acordo com uma lógica apenas de eficiência econômica e do mercado, se afastando cada vez mais das questões de relações sociais, e assim cada vez mais importante será a consideração dos custos de oportunidade do associado para a participação social. (BIALOSKORSKI NETO, 2015, p.136).

Com foco na produção sustentável e saudável para comercialização nas feiras, muitos dos associados e das associadas não se envolvem com a gestão da associação, e ainda diminuíram seu interesse de participação em novas formações. Consideram perda de tempo, como se o foco na produção e na comercialização fosse o essencial para estabelecerem sua qualidade de vida. Com o avanço do crescimento econômico, muitos parecem de fato olhar mais para estes custos de oportunidade para sua participação social na associação, reduzindo seu papel ao que for de interesse à eficiência econômica e ao mercado. Isso fortifica a afirmação de que ainda acontece um processo de *transição agroecológica* em economia solidária na ASSIM, não acabado. A redução da economia ao mercado, no caso às feiras agroecológicas, ainda acontece entre alguns. Não se compreende a complexidade da economia e a importância de todos os seus princípios. O capitalismo, enquanto sistema econômico hegemônico, é atuante sobre a construção das *identidades territoriais*, tanto a partir das

¹¹A necessidade de contratação de mão de obra também está ligada ao exôdo rural, uma vez que muitos jovens não enxergam projeto claro de futuro na associação e assim vão morar fora, acabando por diminuir a disponibilidade de mão de obra na família agricultora.

permanências que restam nestes corpos que foram oprimidos pela cana de açúcar quanto nas novas construções cotidianas. A influência do capitalismo na associação é também compreendida por um dos agricultores entrevistados, citado a seguir.

Olha, eu acho que os coletivo precisaria participar mais. Participar mais, ser mais coerente com as ações, principalmente as ações coletivas (...). E, assim, quando eles se envolve de todos os processo, de todas as ações, de todas as atividades, vão se fortalecendo. Não é dizer assim, “eu num vou perder um tempinho pra ir fazer isso na ASSIM”, a formação, assim, o pessoal se prenderam muito à produção e comercialização. É isso que é a minha briga dentro da ASSIM muitas vezes, é essa. O capital, de certa forma, influenciou. É importante, mas eu registro isso também, de certa forma influenciou. Porque eles, é, eles passaram, existe dentro da, eu percebo que existe dentro da ASSIM agora uma questão, assim, de quem produz mais, como ganhar mais, que eles sabe que o mercado é bom. O mercado do orgânico é bom... Mas eles tão perdendo a principal essência. A principal essência do que é esse processo de organização coletiva... Porque alguns já chegaram, assim, eu vejo um comentário assim “não, hoje eu já tô muito focado na feira, e já tô há muito tempo na feira, não preciso mais da associação pra participar de feira.”. Precisa, principalmente nesse controle na lei 10.833, que regulamenta a questão da produção orgânica, a questão das OCS, né? Se num for através de um processo coletivo, eles não se representa só, né?

Então a participação nas feiras, ao redor das quais a ASSIM se estruturou ao longo dos tempos, se antes foi fator responsável para que as famílias diversificassem sua produção e se organizassem coletivamente, como através dos mutirões, hoje parece ser responsável pela diminuição da organização coletiva. O fortalecimento e aumento da participação nas feiras parece ter voltado o foco de muitas associadas e associados apenas para estas, inclusive consumindo seu tempo, como fica claro no seguinte trecho de entrevista com agricultora:

Eu gosto de participar das feiras... Eu num sei que eu, quando chega a sexta-feira eu já tô tão cansada, e quando chega o sábado de madrugada é também um pouco desgastante, pra mim, eu num sei que é isso... Mas, também, quando eu volto, quando eu vou, que volto, o negócio é só me acordar. E isso me motiva a continuar, mas, assim, se não fosse tão desgastante tá nas duas coisas, eu, sei lá, eu num sei... É porque é um conjunto de coisas que você tem que tá estruturado...

E a participação em muitas feiras ainda impede que as associadas e os associados se encontrem mais vezes todos juntos, como conta agricultora percorrendo sobre antigamente terem mais encontros coletivos:

Às vezes é mais por conta de tempo... Porque naquele tempo a gente não tinha feira, a gente só trabalhava no sítio, e agora cada dia um sai diferente. Tu pode ver, é difícil tu conseguir reunir o grupo dia de semana... Porque hoje, óia, tá [várias agricultoras] tudo nas feiras hoje. Ai se tivesse uma reunião hoje, tu não conseguia reunir todo mundo. E a gente precisa, né? Essas feiras agora é nosso sustento.

Mas não precisa ser o único. A participação nas feiras, ao longo do tempo, foi o tipo de atividade que mais fortaleceu a ASSIM. Com isso, seus agricultores e suas agricultoras associadas passaram a reduzir o que poderia ser uma visão ampla de atuação da associação. Estar hoje mais estruturada permitiria à ASSIM diversificar sua forma de gerar renda, como a partir deste exemplo citado por um agricultor entrevistado:

Uma equipe técnica de produção. Eu, hoje, eu num vou dizer a você que eu exerço minha função de técnico, eu num exerço... Porque num tenho, eu sou técnico administrativo, né? Mas, assim, [fulano] hoje é técnico, [outra agricultora] é técnico, incentivar outros jovens a ser técnicos... Porque não eles montar uma, dentro da própria ASSIM, né, uma equipe técnica? Pra ir, até assessorar, dar essa informação... Já que é difícil sair pra outro, né, já que é difícil sair pra outro lugar, vamos fazer na própria comunidade.

É importante que as associadas e os associados da ASSIM compreendam que ainda têm muito a construir pela frente, e que seu próprio histórico mostra como a organização coletiva é que possibilita isso. De fato,

A velocidade de recuperação de áreas tão degradadas quanto a zona canavieira de Pernambuco, nos interstícios do latifúndio, como o mostrou Marcos Figueiredo, testemunha do potencial de reatar com a tradição plurissecular anterior à chegada do modelo *plantation*. (DABAT, 2016, p.156)

No entanto, reatar com a tradição plurissecular anterior à chegada do modelo de *plantation* não pode acontecer apenas através da diversificação da produção e comercialização em mercados próprios com identidade específica, como as feiras agroecológicas. A organização coletiva que reate com um *sistema econômico de reciprocidade*, a *transição agroecológica* em economia solidária, precisa acontecer a partir da compreensão complexa de economia que apresentei no capítulo passado. Reduzir a lógica de funcionamento das atividades das e dos associados às feiras agroecológicas é reduzir a compreensão de economia ao mercado, é reproduzir a lógica capitalista.

A *identidade territorial* construída pelos agricultores e pelas agricultoras associadas parece finalmente ser um ponto importante quanto à organização coletiva. Se nosso eixo central buscou compreender “*como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território?*”, um dos pontos importantes é a percepção de que sua *identidade territorial de (r)existência* começou a ser construída a partir da atuação de colaboradores externos, que possuem em si uma *identidade de projeto*, com visão sobre economia diferente da capitalista. Pelos membros da associação parecem ter sido in-corporadas as *práticas* deste *projeto* de uma outra economia, o que fortaleceu a

organização coletiva no território da ASSIM em sua caminhada. No entanto, muitos dos agricultores e das agricultoras, que in-corporaramas *práticas*, não in-corporaram o *projeto* em si, a ideologia, a essência desta *outra* economia. Não in-corporaram a percepção de seu território e de suas ações enquanto força motriz da sociedade. Historicamente invisibilizados, jogados para o “outro lado” da linha abissal, acostumados a não ter voz, não desenvolveram a compreensão de si enquanto atores dentro da disputa de poder pela construção da sociedade e dos territórios que nela estão inseridos. Assim, fortalecer uma *identidade territorial de projeto* pode ser fundamental para fortalecer o grupo em sua organização coletiva daqui pra frente em suas *práticas* de construção da agroecologia e da economia solidária.

Diversas são as ferramentas que podem auxiliar neste processo de construção de uma *identidade de projeto*. Compreendendo a identidade dos agricultores e das agricultoras associadas na ASSIM como uma *identidade territorial*, o primeiro ponto que deve ser fortalecido é a percepção de seu território como construído a partir de uma disputa de poder na sociedade. Seu território é construído a partir da materialização no espaço de sua própria *identidade territorial*, assim como esta é construída a partir do território. Então, se buscam construir seu território a partir de uma lógica da agroecologia e da economia solidária, que enfrenta a lógica capitalista, para fortalecer o próprio território nestas práticas enfrentar a lógica capitalista se faz importante. Se faz importante construir sua identidade enquanto uma *identidade territorial de projeto*, que busque a construção do território a partir de uma sociedade com valores próximos à agroecologia e à economia solidária, que são os valores presentes na *rede* onde a ASSIM se insere e em suas práticas. Precisam se perceber enquanto atores que podem influenciar a construção da sociedade. Compreender sua participação e se fortalecerem enquanto participantes de uma *rede* da agroecologia e da economia solidária que, com uma *identidade de projeto*, promove identidade própria. O fortalecimento desta *rede*, por consequência e retroalimentação, consolida também os atores que nela estão inseridos, como a ASSIM. Fortalece a disputa para a construção de territórios em uma sociedade a partir da identidade desta *rede* e de seus atores.

A percepção da importância da organização coletiva e a melhoria da qualidade de vida para membros da ASSIM é inegável. No entanto, precisam agora passar a outro patamar. Se faz importante também o avanço na construção de ferramentas de organização coletiva que concretize o *projeto* de uma outra economia que não a capitalista. Que concretize os ideais da agroecologia e da economia solidária, aos quais eles se propõem. Uma proposta poderia ser a construção de um banco de sementes, ou ainda um banco de trocas, onde associadas/os

poderiam melhor sistematizar e organizar suas trocas, fortalecendo a solidariedade e a reciprocidade. De grande valor também seria a construção de um calendário anual das festividades da ASSIM, proposto por Vera durante encontro da equipe de sistematização, que colocou que este calendário poderia auxiliar na organização das festas culturais no território, o que fortalece a *identidade territorial* dos e das associadas, os enraizando no território e solidificando uma liga entre eles. Outro calendário importante seria um anual, ou semestral, de planejamento das atividades da ASSIM que irão acontecer naquele período. Isso auxilia a associação a conseguir estabelecer um projeto para aquele período, e não apenas “seguir a vida”, mas sim direcionar seus rumos. Isso auxilia os agricultores e as agricultoras associadas a perceberem que podem ter o domínio sobre a construção da própria vida, podem planejar para onde querem ir, que projetos querem construir, em que sociedade querem viver. Não mais sendo oprimidos e oprimidas por mãos brancas e macias que impõem uma “*vocação natural*” para a cana sem nunca terem pego em um facão ou no cabo de uma enxada.

4.4 LIÇÕES APRENDIDAS COM/SOBRE A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Na sistematização de experiência as lições aprendidas, os resultados, o produto da sistematização (*verp.255*), são discutidos coletivamente com o grupo. No entanto, como as demandas e os tempos acadêmicos são outros, optei por neste tópico inserir minha própria, e não a coletiva, reflexão sobre este processo da sistematização. O presente processo de pesquisa acadêmica, a partir de uma sistematização de experiência, é bastante trabalhoso, exigindo uma série de reuniões, encontros, de uma ampla revisão literária para legitimar a metodologia, e da escrita de dois produtos, esta dissertação e o livro resultante (*ver p.255*), o que demanda tempo. Ademais, é sempre preciso se adequar ao tempo dos e das agricultoras. Assim, até a data de entrega desta dissertação não havíamos finalizado por completo a reflexão coletiva sobre os resultados encontrados. No entanto, e obviamente, minhas impressões pessoais aqui postas não devem ser analisadas apenas enquanto ponto de vista individual. Elas são fruto do processo da pesquisa e reflexão coletiva.

A sistematização de experiênciarealizada com a ASSIM é uma metodologia participativa. Isso mostra como atores de uma mesma rede acabam por atuar a partir de ideais semelhantes. Esta dissertação claramente não está sendo escrita a partir de uma visão de pesquisador neutro e afastado da realidade. Está sendo escrita a partir de um pesquisador que se compreende como componente da rede da economia solidária e da agroecologia. Desta forma, a escolha por uma metodologia participativa se encontra com os colaboradores

externos que atuaram junto à ASSIM justamente por compartilharmos visões de mundo semelhantes, ao participarmos desta mesma rede política.

A proposta da sistematização parte do princípio de que quem está na experiência é a pessoa mais indicada e interessada em sobre ela refletir. No entanto, no caso de uma sistematização de experiência com agricultores e agricultoras vindas do trabalho na cana existe um a mais. Este grupo de atores tem histórico em ser jogado para o “outro lado” da linha abissal, retratados como não detentores de saber, como indivíduos atrasados, menos capazes, que não *sedesenvolveram* por completo. Como apresentei, ao crescerem dentro de um mundo que os retrata desta forma, esta forma é in-corporada, se tornando parte de sua identidade. É por isso que o representante da INCUBACOOP fala que, quando chegaram à ASSIM, muitos agricultores, e principalmente as mulheres, olhavam pra baixo, não opinavam, não acreditavam que o seu pensamento seria algo importante para o avanço do grupo. Ao se chegar à ASSIM hoje o encontro será bastante diferente, justamente por ao longo destes vinte anos a associação ter passado por processos participativos que buscam dar vez e voz aos atores territoriais, em uma autogestão. No entanto, existem pessoas que in-corporaram mais, outras menos, ainda acontecendo o processo da *transição agroecológica* em economia solidária.

Durante nossa sistematização uma das primeiras coisas que fizemos foi discutir o porquê de fazermos aquilo. Obviamente se esta metodologia inclui as agricultoras e os agricultores enquanto parte do processo, buscando visibilizar sua capacidade crítica de reflexão, são eles que devem construir sua própria compreensão da importância do que irão realizar e para que realizar. Foi neste sentido que, em um dos encontros, os e as associadas estabeleceram a seguinte lista de razões para realizar a sistematização de experiência:

Porque isso é importante?

- a) Importância de transmitir para as gerações futuras;
- b) Muitos jovens hoje não querem trabalhar com a agricultura e a nossa experiência pode ser muito importante para as futuras gerações;
- c) É uma riqueza. As vezes a gente não sabe pesar a importância de ter esses registros. No sindicato, recentemente passei por uma situação que foi uma reforma no sindicato e que tinha muito papel lá. A primeira ideia foi botar fogo, mas depois pensamos que estaríamos jogando fora a memória e a história;
- d) Se a gente joga fora é como se a gente não tivesse mais história;

- e) A gente não tem o hábito de fazer;
- f) Transformar em materiais para as crianças que estão na escola;
- g) Saber sobre a nossa história, e guardar para o futuro, para as próximas gerações;
- h) Para saber de onde viemos, e termos orgulho do caminho. Fortalecer nossa identidade;
- i) Para elaborar projetos e ganhar prêmios;
- j) Para acessar políticas públicas.

Sem compreenderem o que estão fazendo ou para que estão fazendo, os atores jamais se implicariam da mesma forma. Além do mais, esse é o ponto inicial para que agricultoras e agricultores se apropriem de fato do processo, percebendo a importância de pararem para refletir sobre a experiência que realizam. A partir da lista construída, eu diria que as/os associadas/os percebem a importância da sistematização a partir de três pontos: passado, presente e futuro. Sua compreensão parte de um olhar para o passado para que se compreenda a história, as memórias, o caminho, e a partir disso se fortaleça o orgulho sobre a identidade construída. Reconhecerem sua história e identidade é importante para que eles, no presente, tenham clareza dos projetos a elaborar, dos prêmios a buscar participar, das políticas públicas a acessar e se encaixar em sua identidade construída. Finalmente, eles indicaram a importância da sistematização para o futuro, uma vez que fortalecer a própria identidade, e guardar sua história, é visto como fundamental para que as futuras gerações conheçam e continuem a experiência, permanecendo no território.

Uma vez que nossa sistematização se realizou a partir do olhar sobre a organização coletiva no território se fez importante também perceber qual a compreensão dos e das associadas sobre tais questões, e assim se construiu as listas que seguem, a primeira sobre território, e a segunda sobre organização coletiva.

O que é território?

- a) Lugar onde a gente se localiza, onde eu vivo;
- b) É o Marrecos;
- c) Onde podemos trabalhar, viver, jogar nossas energias;
- d) O território é só onde vivemos? Não... Lagoa de Itaenga (PE) também é, Glória (PE) também é;
- e) Tem o território micro e o macro. Tem aqui, tem a cidade, o país;

- f) A questão cultural também envolve o território. As manifestações culturais estão envolvidas no território;
- g) O que mobiliza as pessoas no território? A identidade. Será que chamamos o pessoal da usina Petribu pra uma mobilização com a gente? Dificilmente... Porque? Identidades diferentes.

A partir deste levantamento se pode observar que o território é percebido principalmente pelo seu caráter da *apropriação* do espaço a partir das vivências, da cultura, da formação de uma identidade comum. Agora tendo sido realizada a sistematização de experiência, e a partir de seus resultados, me fica mais claro que seria interessante fortalecer nos atores da ASSIM a noção do território também a partir da *dominação*. *Dominação* em um sentido de *dominar* determinado espaço geográfico, estabelecendo nele seu próprio modo de vida enquanto disputa de poder dentro da sociedade. Se eles parecem ter compreensão sobre a importância do território para a reprodução de seu modo de vida, por outro lado parecem olhar menos para este território por seu viés político. Não têm tão claro que nele acontece a materialização de uma possibilidade de existência que, ao existir, resiste ao agronegócio da cana e constroi na prática um outro tipo de experiência, demonstrando que é possível. Não abordando seu território a partir da dominação, da disputa de poder, do enfrentamento aos poderes dominantes, dificilmente construirão uma *identidade territorial de projeto*, uma vez que discutimos que a identidade da ASSIM é construída justamente a partir do território, ou seja, é uma *identidade territorial*. Não fortalecendo esta última enquanto uma *identidade territorial de projeto*, menor será a potência que darão à construção da sociedade pelos olhares da agroecologia e da economia solidária, que são as práticas às quais eles se propõem. Com isso, eles solidificam em menor intensidade do que poderiam a rede da agroecologia e da economia solidária na sociedade e assim, por consequência, também acabam por potencializar em menor grau a própria experiência, que está inserida nesta rede.

O que é organização coletiva?

- a) Se organizar em pró de uma mesma luta. Aqui ela existe pra comercializar, buscar nossos direitos, fazer beneficiamento;
- b) A organização coletiva é uma luta. Aqui a comunidade é grande, mas nem todo mundo participa da coletividade;
- c) Reunião de pessoas para trocar experiências;
- d) Muitos não acreditam, é uma luta;

- e) Buscar soluções para problemas comuns;
- f) Requer conscientização para as pessoas desejarem ser livres;
- g) Resultados positivos animam a organização;
- h) Compartilhamento de conhecimento e objetos.

A reflexão a partir das e dos agricultores que a sistematização promove é importante pois, além de auxiliar o processo de construção de uma criticidade, também retrata como estes vêm compreendendo suas próprias práticas. Assim, fica claro que sobre a organização coletiva eles compreendem um papel político, uma luta para solucionarem seus problemas. O que coloquei sobre faltar percepção sobre o papel político do território está mais forte na percepção sobre a organização coletiva que realiza sua gestão.

Fazer pesquisa participativa tem sido uma das coisas mais desafiadoras que fiz nos últimos tempos. Sendo a *sistematização de experiência* um método novo, acredito que aumente ainda mais a importância neste tópico de falar na primeira pessoa, e também por sentimentos, realizando relato sobre esta metodologia de forma mais real e crua. Como já falei, busco aqui sair da imparcialidade e neutralidade exigidas pela ciência convencional e me posiciono enquanto sujeito no processo da pesquisa. É de minha intenção que a sistematização de minha experiência do mestrado, esta dissertação – que não se confunde por completo com a *sistematização de experiência* realizada na ASSIM - possa auxiliar outras e outros pesquisadoras/es a compreenderem como se dá de fato a metodologia escolhida.

Acredito que a primeira coisa que eu diria se você nunca teve nenhum tipo de contato com metodologias participativas e nem sua/seu orientador(a) é que você não faça uso da *sistematização de experiência* no mestrado. Não recomendo, pois além dos processos que acontecem e são previamente planejados, a *sistematização de experiência* demanda jogo de cintura e capacidade de adaptação que teoria nenhuma jamais ensinará, apenas a prática. Sendo o mestrado trabalho inserido em ambiente institucionalizado, com tempo definido para sua defesa, se faz necessário que na equipe da pesquisa estejam pessoas com experiênciaprática prévia nessa metodologia e que, por assim ser, já tenham maior conhecimento sobre a necessidade de maleabilidade, planejamento e adaptação do processo. Os tempos da pesquisa construída de forma participativa jamais serão os mesmos de uma pesquisa onde apenas você está no controle. É preciso encaixar agendas, debater vontades, e deixar que o processo seja mais lento mesmo, respeitando o tempo do grupo para dar solidez ao todo.

Em minha formação, os processos cartesianos e positivistas sempre exerceram influência, tanto na escola quanto na universidade, fato comum. Assim, com a presente metodologia, acabei abalando crenças, confortos, e sendo obrigado a me reinventar. Mais do que isso: fui obrigado a ir além do que minha formação acadêmica me propiciou. A vontade de seguir por outro caminho existiu em certos momentos. A saída da zona de conforto fez borbulhar meu estômago. O fato do não controle sobre os processos apenas em minhas mãos por vezes bateu nos nervos da ansiedade. Mas se mesmo assim o pesquisador/a quiser continuar, saiba que, pelo menos para mim, foi um grande aprendizado. A pesquisa participativa tira a universidade de seus muros e traz o mundo, que ela busca interpretar, para dentro. Aproxima os famosos “doutô”, da realidade de fato, questionando às vezes o seu próprio objeto de pesquisa pré-definido. Ensina a partir do chão da vida e de quem nela constroi.

Junto com a pesquisa esse processo se faz também importante na construção ou fortalecimento de valores democráticos e escancara a realidade à sua pele. Confirmei o fato de que não é apenas na academia que existe produção de conhecimento, e pude perceber na prática a riqueza que socialmente é perdida por se excluir certos modos de vida da construção social. Para isso é preciso buscar um diálogo de saberes verdadeiramente horizontal. Tenha inteligência para perceber que conhecimento se constroi de fato por diversas formas, não apenas a da universidade. Não use desta abordagem para ser politicamente correto, isso em nada é frutífero. É preciso conceber em seu ser que a pluralidade de visões nos aproxima da complexidade da vida, e que o seu conhecimento construído na universidade nem de longe consegue abarcar todas as facetas da existência.

Um esclarecimento se faz necessário, mesmo que eu mesmo ainda não tenha encontrado respostas claras. Existe uma linha muito tênue entre o não querer influenciar o pensamento alheio e a noção de que este outro é inferior e não tem capacidade própria de raciocínio. Sim, é preciso que se tome cuidado, principalmente chegando à comunidade enquanto universidade, sobre seu lugar de fala. É preciso desconstruir a falácia do “doutor dono da verdade”, e pode ser importante explicitamente colocar o conhecimento delas/es em igual valor. Contudo, também é preciso que se construa tal pesquisa de forma participativa, e isso lhe inclui no processo. Você deve sim colocar suas questões, suas opiniões, confiando que está frente a um grupo que tem capacidade própria de discernimento, e que não vai simplesmente absorver e reproduzir tudo que você disser. Encontrar esta linha tênue para nem influenciar, nem se anular, é um processo bem complicado, que exige enorme equilíbrio e

sensibilidade, acrescentando dimensões ao processo de construção do conhecimento que a ciência cartesiana nega.

Trabalhando em um diálogo de saberes se compreende que as pessoas envolvidas atuam com matrizes de racionalidade diferentes que influenciam comportamentos, linguagens, pensamentos, entre outros. Isso pode ser compreendido como um empecilho, por se considerar mais fácil compartilhar com seus pares. De fato, para um geógrafo pode ser mais fácil comunicar-se com outro geógrafo, ou para um médico com outro médico, pois possuem uma bagagem comum de aprendizado que os aproxima e facilita a troca. No entanto, tal fato também pode ser limitador. Justamente por terem tido formação parecida tais profissionais tendem a observar o mundo sob os mesmos óculos, ou muito parecidos, o que pode enviesar suas capacidades críticas de interpretação. Assim, em um diálogo de saberes é provável que o tempo precise ser mais lento para que os atores envolvidos tenham a possibilidade de se compreender e se encaixar uns aos outros, mas por outro lado pode também abrir novos e mais diversos horizontes para a pesquisa.

Um(a) pesquisador(a)-acadêmico/a tem sua capacidade de sistematização de pensamentos e sentimentos em palavras, faladas ou escritas, bastante estimulada. Isso faz com que muitas vezes para este/a seja mais fácil compartilhar suas ideias com as/os demais. Neste trabalho, tivemos momentos em que as/os pesquisadoras/es-agricultoras/es não conseguiam expressar fidedignamente suas ideias, e a partir de conversas, aos poucos, iam conseguindo expressar melhor seus pensamentos e sentimentos. Por diversas vezes percebi a ideia de algum(a) das/os associadas/os mesmo sem ela/ele conseguir expressar de uma forma completa, clara e direta. Assim, sempre cuidando para não colocar o meu próprio pensamento, algumas vezes se fez necessário que esta minha capacidade desenvolvida enquanto acadêmico se fizesse presente como contribuição para auxiliar as/os agricultoras/es nesse sentido. Por outro lado, durante minha educação formal, eu havia desenvolvido muito pouco minha matriz de racionalidade para compreensão prática de questões que envolvem organização coletiva e agricultura. Já nas/os associadas/os isso foi bastante estimulado ao longo de suas vidas, justificando minha ida até elas/es para melhor compreender tais questões. Aí habita a importância da troca, de um diálogo de saberes. Faz você vivenciar junto ao outro características do caminho que ele percorreu, mesmo sem você ter percorrido. Estimula uma troca entre diferentes atores, fundamental para sairmos de um lugar comum em direção à construção de um conhecimento inovador, contextualizado. Compreende-se a riqueza que pode existir numa relação horizontal entre saber popular e saber científico.

Outra questão importante neste tipo de metodologia de pesquisa é a confiança. Facilita muito o processo se você já possuir algum tipo de vínculo com as pessoas envolvidas, pois assim elas terão confiança e maior facilidade e vontade de se entregarem ao processo. No caso do presente trabalho minha co-orientadora, a professora Ana Dubeux, trabalhou, desde 2004, por vários anos enquanto coordenadora da INCUBACOOP, desenvolvendo atividades junto à associação. Eu já conhecia Damião, atual presidente da associação, e já havia ido para a ASSIM em eventos festivos da mesma. Meu primeiro contato para falar sobre a possibilidade da pesquisa foi justamente com Damião, ainda antes da seleção do mestrado, justamente por já conhecê-lo, mesmo que não muito, nossos laços só se construíram de fato durante o processo. Mas por minha co-orientadora ser conhecida das/os associadas/os abriu-se caminho para que confiassem em mim e em meu trabalho. Posteriormente fiquei sabendo, inclusive, que hoje a associação só aceita pesquisadores se já existir algum tipo de relação com a pessoa, ou que venham como indicação de pessoas de confiança. Isso porque, no passado, vários pesquisadores realizaram “pesquisas-assalto” junto a eles, indo até a associação apenas para extrair seus dados, tomando o tempo dos associados, e sem oferecer nenhum tipo de retorno, além de alguns que abandonaram os processos antes de seu fim.

Se for opção possível, caso você queira trabalhar com um grupo e não tenha contato com ele, antes do início da pesquisa pode passar a frequentar os espaços do grupo, nos momentos que for possível. No caso da ASSIM, por exemplo, uma ideia, se fosse o meu caso, poderia ter sido começar a ir às feiras agroecológicas que eles participam para fazer a feira de minha casa. Assim compraria produtos sem veneno, e aos poucos poderia ir conhecendo e me fazendo ser conhecido pelas/os agricultoras/es. Como eu disse, é uma metodologia de pesquisa que também demanda jogo de cintura e o uso de sua criatividade.

Existe uma especificidade que com certeza teve grande importância em todo este processo. As/os agricultoras/es membros da ASSIM já são acostumados a realizar atividades deste tipo, ou similares. Vários foram os trabalhos ali já realizados a partir de metodologias participativas em parceria com universidades, ONGs, órgãos de governo, inclusive processos de *sistematização de experiência*. Além disso, alguns têm experiência em organização coletiva para além da associação, como em movimento social ou sindicalismo. Tudo isso fortalece o processo da organização coletiva e faz com que fique mais fácil o nosso processo da *sistematização*, por muitas/os já terem realizado a mesma atividade ou parecida. No entanto, que não se ache com isso que uma sistematização só possa ser feita com grupo que já tenha realizado tal processo.

Um dos momentos que considero ter sido mais importantes desta sistematização foi a nossa pré-festa dos vinte anos da ASSIM. Foi em reunião da equipe de sistematização que Vera deu a ideia de fazermos uma espécie de “museu dos vinte anos da ASSIM”. Como no dia 08.04.2018 seria a festa oficial celebrando esses vinte anos de associação, com músicos, feira orgânica, parceiros, convidados, todos achamos a ideia bastante interessante e decidimos realizá-la organizando uma “pré-festa” dos vinte anos, que fosse apenas para as/os associadas/os e a gente que estava realizando a sistematização. Pegar o gancho da festa foi excelente oportunidade de estimular a reflexão sobre os vinte anos passados da experiência, justamente por ser este um momento de celebração em que naturalmente as pessoas já tendem a ter suas emoções afloradas e pensarem sobre o passado. Percebi que o fato de termos incluído este encontro como uma “pré-festa”, inclusive pedindo para cada um trazer um prato para fazermos um jantar coletivo no final, fez com que este tenha sido o encontro com mais associadas/os presentes. É importante fazer uso da ludicidade para que as pessoas também tenham vontade de participar dos processos. O momento da pesquisa, assim como o das assembleias da ASSIM, não precisa e não deve ser apenas um encontro penoso, mesmo que em alguns momentos o seja.

Consideramos que o dia de nossa “pré-festa” (17.03.2018) tenha sido o dia mais rico em conteúdo para a sistematização. Acredito fortemente que tal fato tenha se dado por termos feito o exato oposto do que a razão cartesiana tem nos indicado: fizemos grande uso da emoção. Para este dia tivemos quatro momentos: mística **(I)**; museu da ASSIM **(II)**; roda de conversa **(III)**; e o jantar coletivo **(IV)**. O “museu da ASSIM” **(II)** foi a proposta de Vera, agricultora da equipe de sistematização. Para realizá-lo, a equipe de sistematização ficou responsável por selecionar reportagens e fotos existentes que retratassem esses vinte anos de experiência associativa na ASSIM. No dia do encontro preparamos uma exposição dentro da sede da associação e fechamos as portas para que os demais não vissem antes da hora, era surpresa. Iniciamos a mística **(I)** fora da sede, na terra. Pedimos para que cada associada/o trouxesse neste dia algum objeto que de alguma forma lhe fosse importante dentro de sua história na ASSIM. Iniciamos a mística **(I)** fazendo uso destes objetos e sensibilizando as pessoas através de fala sobre a importância do cuidado com o outro dentro de um coletivo, como pode melhor ser compreendido no **anexo II**. Após a mística, colocamos “*Tomorrow’s Song*”, uma suave música instrumental do pianista islandês Ólafur Arnalds. Então abrimos a sede da ASSIM e as/os agricultores adentraram suas portas para darem de cara com uma exposição sobre suas vidas na associação **(II)**. Pedimos para que depositassem o objeto que tinham trazido ao centro da sede ao redor de um papel que estava sobre um tapete, onde nosso

eixo central estava escrito. Enquanto caminhavam pelas fotos e reportagens eu ia guiando o processo pedindo para que eles relembassem dos momentos, das vivências, das experiências passadas. Foram instantes de muita emoção e memória, inclusive com choros e risos de alegria. Em certo momento parei de falar e apenas deixei a música continuar guiando seus passos pelo tempo passado que escorria em suas mentes.

Tivemos a mística **(I)**, e então o museu **(II)**. Após isso sentamos todos em roda ao redor dos objetos que haviam sido colocados no centro da sala e iniciamos nossa roda de conversa **(III)**. O ponto de partida para as falas seria explicar porque cada um escolheu o objeto que trouxe, o que ele lhe trazia de memórias sobre a ASSIM. Rememorando as experiências, o debate prosseguiu buscando analisar e ir dando respostas suas ao *eixo central* da sistematização, que estava escrito no centro da sala. Toda a roda de conversa **(III)**, que teve uma duração de aproximadamente 1h15 mas pareceu passar voando, foi gravada por mim para registro e posterior consulta. Finalmente, após o fim da conversa, encerramos nossa “pré-festa” dos vinte anos da ASSIM com nosso jantar coletivo **(IV)**.

Consideramos que este dia tenha sido o momento mais rico em conteúdo ao longo de todo o processo da *sistematização de experiência* na ASSIM. Acredito fortemente que só tenhamos tido assim tantas falas, tantas memórias, tanto conteúdo, por justamente termos estimulado nos e nas associadas o lado afetivo, as emoções, as memórias. Existir esse momento prévio à roda de conversa, que pode ser considerada como tendo sido uma entrevista, fez com que as/os associadas/os acabassem discorrendo mais do que nos próprios momentos de entrevista, que acabam sendo mais frios. Na **figura 24**, abaixo, se pode visualizar um pouco de todo este dia. Ao final do dia todos nos despedimos falando que havia sido um momento muito bacana.

FIGURA 24 – Pré-festa 20 anos da ASSIM



Fotos: Gabriel Dubeux

No dia da festa oficial dos vinte anos da ASSIM as/os associadas/os construíram um painel chamado de “nossas recordações” com fotos de momentos da ASSIM, se inspirando em nossa pré-festa. Fizeram inclusive o uso das fotos levadas por nós da equipe de sistematização, como pode ser visto na **figura 25**, abaixo. Isso demonstra como passar por um processo de sistematização pode ser inspirador para quem dele participa, podendo transbordar em momentos para além da sistematização, o que é um de seus objetivos.

FIGURA 25 – Painel de Recordações na Festa dos 20 anos da ASSIM Inspirado na Pré-Festa da Sistematização



Foto: Isabela Severi

A roda de conversa, uma das ferramentas escolhidas pela equipe de sistematização para a pesquisa, é uma metodologia interessante, e diferente das entrevistas. Esse tipo de metodologia, tendo pensado previamente em certo roteiro, mas ao mesmo tempo deixando importante acaso ao momento, permite uma maior fluidez para compreender os objetivos esperados. No seu desenrolar, vou fazendo questionamentos em função do que as/os associadas/os vão dizendo, tendo claro em minha mente qual compreensão buscamos. No entanto não ainda com uma forma direta para alcançá-la. Digo “*claro qual compreensão buscamos*” pois temos um *eixo central* da sistematização, ou seja, buscamos com esta roda de conversas melhor debater e compreender uma possível “resposta” ao eixo central. Digo “*não ainda com uma forma direta para alcançá-la*” pela forma de se alcançar tal compreensão pois, diferentemente das entrevistas, a roda de conversas acontece sem um roteiro de perguntas previamente definido, o que estimula o pesquisador *sentipensante*, que sente, no momento, que caminho (pergunta) tomar (fazer) para buscar seus objetivos de reflexão. Ademais, a roda de conversa serve como momento de reflexão coletiva, diferentemente das entrevistas que foram individuais.

As entrevistas, contrariamente às rodas de conversas, foram realizadas a partir de um roteiro previamente definido na equipe de sistematização. Associar a roda de conversas à

entrevista como fonte de conhecimento para a sistematização foi bom para equilibrar resultados conquistados a partir de ferramentas diferentes. A roda de conversa permite ao acaso uma maior possibilidade de ação, fazendo com que os envolvidos no processo, enquanto este acontece, ditem os rumos que a conversa vai tomar. Junto a isso é importante também a realização das entrevistas que vão mais diretamente aos pontos buscados com a sistematização. A junção das ferramentas diversifica os resultados ampliando a percepção sobre a experiência.

Um ponto importante sobre as entrevistas desta sistematização é sobre as que realizamos junto aos colaboradores externos. Decidimos na equipe que seria importante que pelo menos um(a) agricultor(a) da equipe estivesse comigo neste momento. Tal opção pode ser vista como controversa. Por um lado, compreendíamos a importância da participação da/o agricultor(a) no momento da entrevista. Ali ela/e exerce reflexão sobre sua própria experiência, estimulada/o pelo olhar de uma instituição com quem trabalha em parceria. Por outro, compreendíamos também que a/o representante parceira/o talvez não falasse tudo o que falasse se a entrevista não fosse feita com um(a) das/os agricultoras/es, com quem tem relações de parceria, presente. Diante destas questões, preferimos optar pela valorização da reflexão das/os agricultoras/es sobre sua própria experiência, já que este é um dos principais objetivos da sistematização. Para tentar minimizar um possível constrangimento, no início das entrevistas eu expliquei rapidamente que estávamos em um processo participativo de pesquisa, a *sistematização de experiência*, e que por isso se fazia fundamental a presença das/os agricultoras/es ali justamente para que elas/es refletissem sobre sua experiência de forma própria. Indaguei então que o entrevistado ficasse à vontade para fazer possíveis críticas, pois um dos objetivos da sistematização é justamente compreender a experiência nos seus pontos de conflito, para poder solucioná-los.

Passar pela *sistematização de experiência* foi importante para me formar enquanto geógrafo, enquanto pesquisador, e enquanto ser humano. Compreendi que o diálogo de saberes diversifica e complexifica a pesquisa, a aproximando mais da vida real. A metodologia participativa é rica por somar a visão de quem vive na experiência há anos junto a quem não sabe nada sobre seu passado. Soma o valor de todo o conteúdo adquirido com a prática, ao olhar externo não enviesado por esta. Cria ponte entre saberes construídos por modos diversos, a partir de diferentes matrizes de racionalidade, para interpretação do mundo, e assim gera resultados mais holísticos. Finalmente, após uma ciência “neutra” produzir bombas capazes de exterminar a integralidade da vida em nosso planeta, não tenho dúvidas de

que a ciência não possa mais avançar sem perceber seu caráter político. Assim, em nossa sociedade, a *sistematização de experiência* não possui uma *identidade legitimadora*. Possui em si capacidade política de escutar atores secularmente jogados para o “outro lado” da linha abissal, calados e invisibilizados, inclusive para si mesmos.

5 CONCLUINDO, PROSSEGUINDO...

Espero que tenham ficado claro ao longo da leitura desta dissertação os três objetivos maiores que estavam por trás. **O primeiro**, a partir da compreensão teórica sobre a construção de uma nova ciência, é o de construí-la na prática. Assumo aqui a dificuldade e possivelmente os tropeços neste caminho. Não foi pouco desbravar um mundo por mim ainda pouco vivenciado e conhecido. A lógica cartesiana que busco desconstruir está também presente em mim. Assim, o presente trabalho foi, em primeiro lugar, um avanço na descolonização de minha própria mente. Como busquei indicar no tópico anterior, construir metodologias participativas é também muito desafiador e cheio de problemáticas. Vivenciar a prática foi fundamental para reafirmar e me somar ao coro de muitos autores que já vêm apontando a importância de uma mudança paradigmática. **O segundo** é o de realizar a reflexão em conjunto com os sujeitos que praticaram a experiência refletida. Confirmei a riqueza e diversidade dos resultados encontrados a partir deste diálogo de saberes. Espero fortemente que este processo também se faça útil enquanto multiplicador de conhecimento para novos atores. Finalmente, **o terceiro** objetivo por trás desta pesquisa foi o de olhar para um tipo de experiência secularmente invisibilizada e oprimida, e com ela aprender.

A colonização que aqui retratei divide o mundo entre experiências que serão vistas e fortalecidas e experiências que terão de lutar muito mais por um suporte na sociedade. A experiência da ASSIM está do “outro lado” da linha abissal, do lado dos que são subalternizados e invisibilizados, não sendo reconhecida enquanto experiência importante perante a sociedade hegemônica. Neste sentido, se busquei trabalhar a partir de uma *geografia descolonial*, olhar para a experiência da ASSIM com toda certeza foi um caminho. Melhor compreender práticas da agroecologia e da economia solidária é importante para fortalecer uma construção que não a do agronegócio capitalista. Assim, buscar “*como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território*” – a questão central proposta pelos membros da ASSIM no início da pesquisa – se fez importante para fortalecer a própria experiência, para deixar conhecimento para as próximas gerações, e para compartilhar com outros grupos sociais que tenham interesse em fortalecer tais modos de vida, segundo as/os próprias/os agricultoras/es da ASSIM.

A cana cala. O histórico do trabalho hierarquizado, opressivo, e comandado na produção da cana estabeleceu por anos uma *identidade legitimadora* entre agricultoras e agricultores, que se viam sempre obedecendo a ordens e com conhecimento não

reconhecidos por eles mesmos nem pela sociedade. O processo da *transição agroecológica* em economia solidária, pelo qual passaram e continuam passando, facilita uma autogestão que promova transformação pessoal das e dos envolvidos. A autogestão atua no sentido de fortalecer a organização coletiva, uma vez que é a partir dela que se vai in-corporar *aidentidade territorial de (r)existência*, possibilitando às/aos envolvidas/os gerir seu território a partir de uma organização própria, o que se opõe em muito ao trabalho que realizavam na cana. Para efetuarem seu processo de organização coletiva, precisaram passar por experiências diferentes daquelas do trabalho hierarquizado e opressivo na cana, no sentido de possibilitar a construção e in-corporação de uma nova identidade. Para isso os colaboradores externos foram essenciais, mas não devem ser confundidos com as/os próprias/os associadas/os, eles são parceiros de uma *rede*. A construção desta *rede* é fundamental para o fortalecimento da experiência, para a consolidação da organização coletiva no território.

Ao viverem em comunidade, serem agricultoras e agricultores, ou seja, terem uma identidade comum, e buscarem se organizar coletivamente, os atores territoriais trocam conhecimentos e bens. Fortalecem sua organização coletiva a partir da configuração (i)material de seu território. Trocam receitas de beneficiamento, de defensivos naturais, trocam sementes, alimentos, experiências. A configuração da ASSIM estar inserida em territórios de comunidades fez com que existissem laços de solidariedades e reciprocidades prévios à associação, facilitando o fortalecimento de uma economia solidária a partir dos trabalhos subsequentes à formalização da ASSIM. O fato de se tornarem associadas e associados os faz compreender que a ação individual pode afetar o coletivo. Cria responsabilidade coletiva, consciência coletiva, e também fiscalização coletiva. A organização coletiva é fortalecida a partir de uma politização do trabalho das e das associadas na compreensão da importância do coletivo. Ser uma associação cria laço comum entre agricultoras e agricultores, gerando necessidades em comum, e trocas para solucioná-las.

A organização coletiva se fortaleceu também a partir de sua territorialização. A materialização de estruturas coletivas, frutos desta territorialização, consolidou a existência da coletividade. A construção da sede, a conquista do carro coletivo, da cozinha coletiva, solidificam a permanência desta coletividade no território. Passam a existir espaços físicos e estruturas que não são vistas a partir da ótica de uma propriedade privada individual. Esta materialização permite que a organização coletiva seja vista, sentida, tocada, e que com isso, além de gerar memórias sobre como o trabalho coletivo trouxe muitas conquistas, também constroi permanências no território, influenciando nas presentes, mas também nas futuras gerações.

O trabalho em autogestão e a partir de uma abordagem territorial fortalece as potencialidades locais e facilita a tomada de consciência dos atores territoriais sobre o poder que têm para disputar e construir seu território e influir na sociedade. Foi neste aspecto que os colaboradores externos tiveram seu mais importante papel, com questionamentos, formações e capacitações, no apoio ao fortalecimento das mulheres para enfrentarem o forte machismo existente no seio da associação. A partir destas lutas, hoje as mulheres são peça chave da ASSIM.

Ao construírem seu território a partir de uma lógica diferente da hegemônica em sua mesorregião, que é a do agronegócio da cana de açúcar, a ASSIM disputa socialmente a construção de seu território, mesmo que sem uma maior consciência deste fato pela maioria dos e das associadas. Ao construírem este território, de (r)existência, ele se torna multiplicador de conhecimento para atores da *rede* da agroecologia e da economia solidária. Compartilham suas práticas, suas experiências, atraem visitas a seu território, consolidando uma *rede* que fortalece e possibilita sua organização coletiva, por construir parcerias, gerar renda, entre outros resultados. Com isso, fortalecem em si o orgulho do que fazem, uma vez que se tornam referência, deixando de se compreenderem quanto seres invisíveis, que não possuem nem produzem conhecimento. Mais além, trocando com outras e outros agricultores, professores, estudantes, movimentos sociais, ONGs, fortalecem a existência da agroecologia e da economia solidária na sociedade, o que retroalimenta e solidifica sua própria experiência em organização coletiva.

A caminhada da ASSIM fortaleceu a organização coletiva no território quando se passou a *des-colonizar* as mentes e as práticas, estabelecendo uma identidade própria. Na associação esta identidade foi muito construída a partir de parcerias com colaboradores externos, que fortaleceram a autogestão também a partir de metodologias participativas. Isso se deu fortemente a partir das *identidades de projeto* destes últimos, uma vez que buscavam fortalecer experiências da agroecologia e da economia solidária na sociedade e, como vimos no segundo capítulo, estas são em sua essência experiências de organização coletiva.

A ferramenta mais forte por muito tempo utilizada na ASSIM foram os mutirões. Foram eles inclusive que possibilitaram a transformação das famílias no processo da *transição agroecológica* em economia solidária nas propriedades. Estes são momentos de união, e além de facilitarem materialmente algum processo prático também atuam enquanto formação, troca de experiências, de conhecimento, e solidificam a liga existente entre associadas e associados coletivamente organizados. No entanto, se por muito tempo foram a ferramenta chave da ASSIM, hoje eles são mais raros.

Os mutirões permitiram a mudança com relação às culturas cultivadas nas propriedades e assim o aumento da diversidade produtiva, diversificando o consumo local. Posteriormente, tal fator permitiu excedentes na produção, que passaram a ser comercializados nas feiras agroecológicas. A diversidade de alimentos para o autoconsumo e a participação nas feiras consolidou a saída da cana de açúcar para a possibilidade de (r)existir a partir da agroecologia e da economia solidária. Se o *des*-envolvimento do capitalismo e da revolução verde separa sujeitos de seus territórios e de suas próprias vidas, a organização coletiva estimulada pelos movimentos da agroecologia e da economia solidária favoreceu o enraizamento de agricultoras e agricultores em seus territórios, e na gestão de suas vidas, a partir de suas autonomias, e não de “*vocações naturais*” construídas. A experiência da ASSIM em sua organização coletiva, de certa forma, reata as experiências pluriseculares da zona da mata pernambucana com o policultivos em *sistemas econômicos de reciprocidade* que foram devastados pela monocultura da cana e a colonização.

No entanto, o avanço da experiência, com seu crescimento econômico e a participação em um número cada vez maior de feiras, fortaleceu a lógica de mercado entre associadas e associados, diminuindo a organização coletiva. Girar sua economia basicamente ao redor das feiras fez com que muitos só valorizassem questões diretamente ligadas à produção e comercialização, buscando não se envolver tanto na gestão da associação, e pensando muito pouco em outras possibilidades de gerar renda que não as feiras. Se estas possibilitaram, lá atrás, sua saída da cana e o fortalecimento da organização coletiva, hoje, de certa forma, consomem o tempo dos e das agricultoras, que em grande parte acabam por retomar uma lógica de funcionamento pela lógica do mercado.

Existem conflitos internos na ASSIM. Em certo ponto, tais conflitos são importantes para debater opiniões e fortalecer uma identidade coletiva. No entanto, muitos parecem ser gerados a partir da percepção de alguns de que outros teriam mais poder dentro da associação do que eles. A gestão representativa da ASSIM fortalece isso. A existência de uma diretoria aponta maiores poderes para esta, e também maiores responsabilidades. Com isso, muitos dos demais associados acabam por não participar das assembleias, tanto não indo aos encontros como pouco participando quando neles estão, o que enfraquece a organização coletiva. A mudança para uma gestão participativa, talvez a partir da formação de núcleos temáticos, como sugerido por um dos agricultores entrevistados, poderia facilitar a diminuição destes conflitos. Mais além, a gestão participativa pode fortalecer a participação dos atores que hoje pouco participam. Isso pode levar os atores a questionar o olhar que se fortaleceu da ótica de mercado, levando-os a parar de apenas se preocupar com questões de produção e

decomercialização, construindo a economia a partir de sua complexidade, não a reduzindo apenas às feiras agroecológicas.

Compreendemos na sistematização que, diferentemente de seus colaboradores externos, a ASSIM não possui uma *identidade de projeto*. A associação participa de uma *rede* que busca construções diferentes daquela defendida pela sociedade hegemônica, a *rede* da agroecologia e da economia solidária. Se faz importante compreender que acontece uma retroalimentação que a fortalece quando a *rede* da qual faz parte tem seu projeto fortalecido na sociedade. Com isso interessante seria a ASSIM reconhecer seu território como construído a partir de uma disputa de poder, medindo forças para que sua agroecologia em economia solidária se territorialize e assim seja consolidada na sociedade, o que fortalece a própria experiência, por consequência.

Quando havia mais projetos coletivos aconteciam mais ações coletivas. Foi assim que alcançaram o projeto coletivo da *transição agroecológica* e realizaram mutirões nos diversos terrenos das famílias. Foi assim também que desenvolveram o projeto coletivo do beneficiamento para o grupo de mulheres que propiciou a cozinha coletiva e nela os mutirões da entrega da macaxeira. E, da mesma forma, foi do planejamento coletivo que surgiu o carro das mulheres. Do sonho coletivo de ter uma sede surgiram os mutirões, os almoços coletivos e a renda coletiva para construí-la. Com isso, ficam algumas questões para as agricultoras e os agricultores refletirem. Qual o projeto coletivo que a ASSIM tem para seu futuro? Em que sociedade ela vive? Em qual ela gostaria de existir? Esta não cairá nos braços. Será construída, cotidianamente, a partir de forças que defendam sua legitimidade e se territorializem. A vivência da opressão, e a luta para sair da cana, poderiam inspirar a luta por uma outra sociedade, que reconheça e fortaleça a sua experiência, extrapolando as comunidades do Imbé, Marrecos, e dos sítios vizinhos. A luta passada, para uma organização coletiva presente, poderia guiar os passos para preencher de si o futuro.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. Tradução de Tadeu Breda.
- AGRO é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo. S.i.: Rede Globo, 2016. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/5343997/>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- AMARAL, Luís. **História Geral da Agricultura Brasileira**: no triplice aspecto político-social-econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-geral-da-agricultura-brasileira-v1/preambulo/1/texto>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- ALVES, Raimundo; SOUZA, Aline; MEDEIROS, Alzira. **Economia Solidária e Agroecologia**. Olinda: Mxm Gráfica e Editora, 2018. Disponível em: <<https://mega.nz/#F!MU4BGSLB!jmIdSeEe8gdkbx00fHp-vw>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BBC MUNDO. **Interstício, o 'novo órgão' do corpo humano que a ciência acaba de descobrir**. 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-43577663>>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- BECKER, B. K. . Brasil - Tordesilhas, Ano 2000. Território, Rio de Janeiro, v. 7, p. 7-23, 1999.
- BERGAMASCHI, Mateus Machado. **Subjective effects of cannabidiol in anxiety disorder and cannabinoid excretion in chronic daily cannabis smokers during sustained abstinence**. 2012. Tese (Doutorado em Toxicologia) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. In: PELEGRINI, Djalma Ferreira; SHIKI, Simone de Faria Narciso; SHIKI, Shigeo. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. **Extensio**: Revista Eletrônica de Extensão, [s.l.], v. 12, n. 19, p.70-85, 12 ago. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2015v12n19p70>.
- BORDA, Orlando Fals (Org.). **Conocimiento y poder popular**. Bogota: Siglo Veintiuno, 1985. Disponível em: <<http://www.psicosocial.net/grupo-accion-comunitaria/centro-de-documentacion-gac/trabajo-psicosocial-y-comunitario/herramientas-investigacion-accion-participante/243-conocimiento-y-poder-popular/file>>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- BORDA, Orlando Fals. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogota: Siglodel Hombre Editores, 2009.
- BRANDÃO, Marcílio Dantas. O ‘problema público’ da maconha no Brasil: Anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p.703-740, out. 2014. Trimestral. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7258>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- BUFFON. *Histoire Naturelle, Générale et Particulière, avec la Description du Cabinet du Roi. Tome IX.*- Paris: Imprimerie royale, 1749.

BRASIL. MAPA. **Produção Orgânica**. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/desenvolvimento-agropecuário-cooperativismo-e-associativismo-rural/producao-organica>>. Acesso em: 01 set. 2018.

CASTELLS, M. O poder da identidade. In: CRUZ, Valter do Carmo. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia, v. 1, n. 26, p.63-89, jan-jun, 2006. Semestral.

CENTRO SABIÁ. **Centro Sabiá: quem somos**. Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

COELHO NETO, Agripino Souza; LIMA, Jamille Silva. Network and Territory as the Socio-political Practice Content of Collective Action. **Geografares**, [s.l.], v. 19, p.76-84, 20 jul. 2015. Geografares. <http://dx.doi.org/10.7147/geo19.9883>.

CPRM. **Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**. Diagnóstico do município de Lagoa de Itaenga, estado de Pernambuco. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16482/Rel_Lagoa%20do%20Itaenga.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 out. 2018.

CRUZ, V. C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia, v. 1, n. 26, p.63-89, jan-jun 2006. Semestral.

CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (Org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-36.

DABAT, Christine Rufino. OS PRIMÓRDIOS DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE TIRIRI. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 0, n. 23, p.129-169, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24837>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

DABAT, Christine Rufino. Açúcar e trópico: uma equação ‘natural’ justificando um modelo social perene. In: DABAT, Christine Rufino; DE ABREU E LIMA, Socorro (Org.). **CADERNOS DE HISTÓRIA: Oficina de História Trabalhadores em sociedades açucareiras**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010. p. 42-71.

DABAT, Christine Rufino. "Absolutização da propriedade fundiária", da monocultura e da exploração dos trabalhadores: a zona canavieira de Pernambuco após o golpe militar. In: AIRES, José Luciano de Queiroz; OLIVEIRA, Tiago Bernardon de; SILVA, Vânia Cristina da (Org.). **PODER, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA: 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do Ccta, 2016. p. 155-180.

DABAT, Christine Rufino. UMA MODERNIDADE PLURAL: Sacaricultura e Engenhos em Pernambuco e na China Qing. In: OLIVEIRA, Claudia; GUETHI, Neuvânia Cutti; ALLEN, Scott J (Org.). **ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS: Volume 1 – Paisagens e Pessoas**. Recife: Editora Ufpe, 2018. p. 11-33.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?:** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Desterro, 2014.

DORIA, Rodrigues. **OS FUMADORES DE MACONHA: EFEITOS E MALES DO VICIO.** 1915. Disponível em: <https://growroom.net/download/livros/maconha_coletanea_01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

DUBEUX et al (Org.). **A construção de conhecimento em economia solidária:** sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no nordeste. Recife: F&a Grafica e Editora Ltda, 2012.

DUBEUX, Ana. **Éducation, Travail et Economie Solidaire: le cas des incubateurs technologiques de cooperatives populaires au Brésil.** 2004. 1 v. Tese (Doutorado), Curso de Sociologia, Université Paris I Sorbonne, Paris, 2004.

DUBEUX, Hugo. **A importância da proximidade na produção científica em Economia Solidária:** relação entre a presença de ITCPs e a publicação de teses e dissertações no Nordeste. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Ciências Geográficas, Ufpe, Recife, 2015.

DUBEUX, Hugo; OLIVEIRA, B. J. V. ; FERNANDES, A. C. A. . Formiga ou tamanduá? Diferentes relações de um Estado comum. In: III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2018, Niteroi. Anais III CONGEO, 2018.

ESTEVA, Gustavo. DESENVOLVIMENTO. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **Sistematização...:** Juntando cacos, construindo vitrais. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3139554/mod_resource/content/1/Juntando%20cacos%2C%20construindo%20vitrais%20-%20Elza%20Maria%20Fonseca.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FBES. Documento da V Plenária da Economia Solidária. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://fbes.org.br/download/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

FETAPE (Pernambuco). **Zona da Mata:** a história do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais começa aqui. Pernambuco: Fetape, 2018.

FELICIANO, Carlos Alberto. A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI. In: RAMOS FILHO, Eraldo. **Coleção Território e Questão Agrária.** Expressão Popular. No prelo.

FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra. Una Estrategia de Desarrollo Local desde las Experiencias Agroecológicas de laRegiónCañera Pernambucana - Brasil. 2010. 273 p. Tese (Doutorado em Agroecologia) - Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 16, n. 13, p.48-62, jan-jun, 2010. Semestral.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p.155-174, jan-jun 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041>>. Acesso em: 17 set. 2018.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. Ed. São Paulo, 1983.

GRACIANO, Miriam; MAGRO, Cristina. Introdução. In: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (Org.). **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2014. p. 1-413.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CRUZ, V. C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia, v. 1, n. 26, p.63-89, jan-jun, 2006.

LEÃO, Carolina Valéria de Moura. **Educação Popular: Ausências e Emergências dos Novos Conhecimentos e Sujeitos Políticos da Economia Solidária**. 2013. 850 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

LEVIS, C.; LEVIS, C. COSTA, F. R. C. BONGERS, F. PEÑA-CLAROS, M. CLEMENT, C. R. JUNQUEIRA, A. B. NEVES, E. G. TAMANAHA, E. K. FIGUEIREDO, F. O. G. SALOMÃO, R. P. CASTILHO, C. V. MAGNUSSON, W. E. PHILLIPS, O. L. GUEVARA, J. E. SABATIER, D. MOLINO, J.-F. LÓPEZ, D. CÁRDENAS MENDOZA, A. M. PITMAN, N. C. A. DUQUE, A. VARGAS, P. NÚÑEZ ZARTMAN, C. E. VASQUEZ, R. ANDRADE, A. CAMARGO, J. L. , *et al.*; Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. *Science* (New York, N.Y.), v. 355, p. 925-931, 2017.

LEVIS, C.; FLORES, BERNARDO M. ; MOREIRA, PRISCILA A. ; LUIZE, BRUNO G. ; ALVES, RUBANA P. ; FRANCO-MORAES, JULIANO ; LINS, JULIANA ; KONINGS, EVELIEN ; PEÑA-CLAROS, MARIELOS ; BONGERS, FRANS ; COSTA, F. R. C. ; CLEMENT, CHARLES R. . How People Domesticated Amazonian Forests. *FRONTIERS IN ECOLOGY AND EVOLUTION*, v. 5, p. 171, 2018.

LISBOA, A. M. ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: IMPRECISÕES E LIMITES. In: I Jornadas Economia Regional Comparada - PUC/RS, 2005, Porto Alegre. I Jornadas Economia Regional Comparada. Porto Alegre: PUC/RS, 2005.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

MARIANO et al., Diagnóstico Rural Participativo com Famílias em Transição Agroecológica na Cidade de Lagoa de Itaenga-PE In: SILVA, Luis Mauro Santos et al. Editorial IX CBA. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v.

10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20734>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

MINTZ Sidney W. & WOLF Eric. In: MINTZ, Sidney W. 2010. O poder amargo do açúcar. Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Org. Dabat, C. R. 2ª ed. Recife: EDUFPE.

OLIVEIRA, Joana. Indígenas foram os primeiros a alterar o ecossistema da Amazônia. EL PAIS, Madri, 03 mar. 2017. AMAZONIA. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/02/ciencia/1488466173_526998.html>. Acesso em: 05 nov. 2018.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de; SANTOS, Josefa de Lisboa. DO PIONEIRISMO DE ROCHDALE AO COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DO CONTROLE DO ESTADO NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO. Revista da Casa da Geografia de Sobral (rcgs), Sobral-ce, v. 14, n. 1, p.69-80, 2012.

PELEGRINI, Djalma Ferreira; SHIKI, Simone de Faria Narciso; SHIKI, Shigeo. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. **Extensio**: Revista Eletrônica de Extensão, [s.l.], v. 12, n. 19, p.70-85, 12 ago. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2015v12n19p70>.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. Goiânia: Expressão Popular, 2010. p. 109-118.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

RAHMAN, Anysur; BORDA, Orlando Fals. **La situación actual y las perspectivas de la investigación-acción participativa en el mundo**. Disponível em: <http://www.gumilla.org/biblioteca/bases/biblo/texto/COM199694_14-20.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2018.

REVISTA AGROPECUÁRIA. **Autonomia na agricultura familiar**: Organização e conhecimento científico. Disponível em: <<http://www.revistaagropecuaria.com.br/2012/07/10/autonomia-na-agricultura-familiar-organizacao-e-conhecimento-cientifico/>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O Território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.15-26, ago./dez. 1999. Semestral.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio. Territorialidades y territorialización con autonomía en las prácticas agroecológicas. La Plata: **Rev Fac. Agron**, La Plata,. Vol 114 (Núm. Esp. 1), 2015.

SCHMITT, Claudia Job; TYGEL, Daniel . Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo. (Org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, v. , p. 105-127.

SERTA. **SERTA**: sobre. Disponível em: <<http://www.serta.org.br/sobre/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SILVA et al., Estratégias sociais e ecológicas dos agricultores familiares frente às mudanças climáticas em Lagoa do Itaenga – PE In: Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 13, n. 1, jul 2018. ISSN 2236-7934.

SOARES, Guilherme J. de V. A experiência da incubadora tecnológica de cooperativas populares em Pernambuco. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; LEÃO, Éder Lira de Souza; DIAS, Thiago Ferreira (Org.). **Economia Popular Solidária em Pernambuco: Conexão entre a Prática na Sociedade e os Estudos na Universidade**. Recife: Livro Rápido, 2007. p. 38-54.

SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: SORJ, B; ALMEIDA, M.H.T. de. Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado; (2004), “Introdução. Para Ampliar o Cânone da Ciência: a diversidade epistemológica do mundo”, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), **Semear Outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 23-101.

TEMPLE, Dominique. **De l'économicideaugénocide**. 1998. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=23#nb7>. Acesso em: 06 dez. 2018.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p.443-466, set./dez., 2005.

TURINO, Célio. Prefácio à edição brasileira. In: ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 13-16.

APÊNDICE2– MÍSTICA “PRÉ-FESTA” ASSIM

Mística Oficina ASSIM – 17/03/2018

Cada um leva um objeto de sua história que tenha algum valor afetivo, ou que tenha marcado algo do passado, alguma história sua na ASSIM. Que seja importante, significativo e valioso para a pessoa.

Durante a mística:

Pedir para que as pessoas fechem seus olhos, e ir falando:

Segure o objeto nas suas duas mãos. Pense o quanto ele é importante pra você, ou foi. Como ele marcou sua vida, sua história. Será que ele ainda é importante? O que ele lhe recorda? O que ele significou ou significa? Como é estar com ele ainda próximo à você, e como foi escolher ele para estar aqui? Por que ele? Que fase da sua vida ele recorda? Relembre essa fase... o que mudou em você e na sua vida?

Leve esse objeto para próximo do seu coração. Caminhe pelo ambiente, mas que essa caminhada seja só entre você e esse objeto, não se preocupe com nada ao redor, só caminhe para vocês. Caminhe muito lentamente. Como você vê esse objeto na sua caminhada atual? Como foi a sua caminhada naquela época, e como está sendo caminhar hoje com ele e suas recordações?

Procurar tomar cuidado com os outros e com o espaço (pode abrir os olhos bem pouquinho, so pra ver o chão, mas sem perder o contato com esse objeto). Segure-o bem firme no seu coração, com tudo o que ele lhe representa. É como se você transferisse toda a força e importância que esse objeto tem para as suas mãos, e para o seu coração. Guarde toda a alegria e memória que esse objeto lhe deu para as suas mãos e para o seu coração, sentindo a estrutura do objeto.

Em determinado momento: parar com os olhos fechados.

Experimente a sensação de deixar ceder a força dos braços e das mãos. Como se você pudesse ir relaxando aos poucos: os seus dedos, ao redor do objeto, o seus pulsos, fazendo com que seus braços e suas mãos fiquem mais leves. Você não precisa mais de tanta força pra guardar esse objeto. Experimente essa sensação de deixar o peso ir caindo, o seu braço ir caindo na direção do chão, deixa o peso desse objeto ir chegando ao chão. Quando o seu braço tiver completamente relaxado e cedido ao peso do objeto, vá deixando ele cair. Solte ele de suas mãos em direção ao chão. Se ele for muito pesado ou possa quebrar, você pode deixar ele com

cuidado no chão e experimentar deixar ele lá, soltar a força das mãos e relaxar as mãos e braços, agora sem o peso do objeto. Agora você deixou ele ir.

Experimenta como é deixar esse objeto ir, livre. Agora você sabe que esse objeto está alilongue, não faz mais parte da sua vida mas ainda está em você. Porque o seu corpo reverbera a presença do objeto. Observe como estão as suas mãos agora, ainda como se tocadas pelo objeto. Seus braços, seus ombros. Como o seu corpo guarda a sensação que o objeto deixou nele? Agora o corpo guarda uma nova sensação.

Deixe o seu objeto aonde está. Volte a caminhar pela sala, agora com olhos abertos.

Pare na frente de um objeto agora que não é o seu. Pare de frente para esse objeto. Agora as suas mãos vão ao encontro desse objeto. Lembre-se que esse objeto é de alguém, e que da mesma forma que o seu tem um valor muito grande para você, esse vai ter um grande valor para alguém. Como é pegá-lo com carinho, com cuidado, como se fosse seu? Como é a responsabilidade de cuidar de algo que não é seu? De algo do outro, que faz parte do seu coletivo? Descubra uma forma de amar esse objeto mesmo que ele não seja seu, mas amar a partir da importância que ele tem para o outro e que causa essa sensação de cuidado em você. É você cuidando do outro. Quando você encontrar uma forma de cuidar, traga esse objeto para o seu coração.

Agora caminhe pela sala (com o objeto do outro em suas mãos) em busca do seu objeto, que estará sob os cuidados de alguém. Quando encontra-lo, pegue o seu objeto e siga sua caminhada com ele, e o objeto de alguém que está com você, até essa pessoa lhe encontrar. Como é essa caminhada? Como foi essa troca?

Quando você devolver o objeto de alguém, devolva com amor. O mesmo amor que você daria ao seu objeto. Experimente a sensação de cuidado e carinho com o próximo. Cuide do outro, e por ele seja cuidado. Assim se faz um coletivo.

APÊNDICE3 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Roteiro para entrevistas com associadas/os:

- a) A existência de estruturas coletivas (sede, cozinha, carro, por exemplo) teve influência sobre nossa organização coletiva e a nossa associação? Por que?
- b) O que a mudança no jeito de produzir e as feiras modificaram em nossa realidade e em seu entorno?
- c) (Se não falarem, lembrar os **grupos de feira**) Como você se envolve hoje na gestão da associação? Você se sente parte dela? A forma como a gente se organiza fortalece o coletivo?
- d) Você acha que o nosso território se modificou ao longo dos 20 anos? (explicar a palavra território: transformação da comunidade, da paisagem, do jeito como nos organizamos em nossas terras...).
- e) Você participou de mutirões na associação? O que você sente sobre eles?
- f) Qual a importância dos parceiros para a ASSIM?

Roteiro para entrevistas com parceiros:

- a) Como você vê a ASSIM em seus 20 anos de história?
- b) Qual a importância da existência da ASSIM?
- c) Que tipos de atividades sua instituição desenvolve/desenvolveu com a ASSIM?
- d) Qual delas contribuíram para a organização coletiva e para a melhoria da qualidade de vida dos associados da ASSIM? E como?
- e) Como é a relação de parceria que vocês estabelecem com a ASSIM? Ela incentiva a autonomia? Se sim, de que forma?

APÊNDICE4 – LISTA ASSOCIADAS/OS ENTREVISTADAS/OS

Seu Damião: 91 anos, cadastrado desde 1998

Seu Machado: 78 anos, cadastrado desde 1998

Luiz Damião: 49 anos, cadastrado desde 1998, membro da equipe de sistematização

Josiane: 41 anos, cadastrada desde 2000

Seu Arnaldo: 65 anos, cadastrado desde 2005

Iracema: 46 anos, cadastrada desde 2005

Rosinete: 47 anos, cadastrada desde 2005

Maria Jorge: 57 anos, cadastrada desde 2005

Tete: 31 anos, cadastrada desde 2007, membro da equipe de sistematização

Jailson: 26 anos, cadastrado desde 2010

Maria Luiza: 57 anos, cadastrada desde 2012

Vera: 32 anos, cadastrada desde 2016, membro da equipe de sistematização

Maria José: 30 anos, cadastrada desde 2015

ANEXOS

ANEXO 1– TEXTOS ENTREGUES PELAS E PELOS ASSOCIADOS RESPONDENDO AO EIXO CENTRAL DA SISTEMATIZAÇÃO

I - Como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território coletivo para viver bem no território? Foi trabalhando com mutirão para construir a associação. Fazendo reunião para tratar do que deveria ser feito, juntos, com todos buscando. Foi na parceria com os parceiros. E hoje nos vemos fortificados, trabalhando nas feiras, e hoje me sinto mais forte, trabalhando junto com a minha família. Também buscando projetos de financiamento. Antes, eu trabalhava na cana de açúcar. Através da associação, tenho um trabalhador de inverno a verão, tenho a minha propriedade, de onde tiro como pagar todas as minhas despesas. Tenho ajudado as minhas filhas em seus estudos. Tenho a minha horta, e dela tiro meu pão; viver bem, ter união com todos.

II - Como a nossa caminhada ajudou para viver bem foi através da capacitação, trabalhando com hortaliças, participando dos projetos com o conhecimento da ASSIM. Para mim foi um grande avanço, antes eu vivia muito preocupada, hoje eu vivo sossegada, meu esposo vendendo seus produtos, em duas feiras! Minha filha valorizando seus sonhos... Eu me sinto valorizada trabalhando na horta, na criação de galinha, bode, fazendo tudo o que eu gosto para o bem estar da minha família. Participei do grupo das mulheres, entregando macaxeira nas escolas. Para mim foi muito importante uma renda a mais. Hoje o grupo continua, as meninas fazem bolo, biscoito, e vendem na feira, em Recife. Eu acho muito importante por que elas não precisam sair para trabalhar fora, elas têm a própria casa.

III - Associação dos produtores agroecológicos e moradores do Imbé, marrecos e sítios vizinhos, quando se iniciou, no ano 1998, tinha como objetivo para si tirar projeto. Com o passar dos anos, a universidade rural de PE, veio fazer uma seleção das associações no município de Lagoa de Itaenga. Fez um cadastro com todos, mas nós não acreditávamos. Mas, no ano de 2000, a 2001, Luiz Damião participou no SERTA como agente de ADE, e trouxe para a comunidade como se plantar de forma diferente, sem colocar o agrotóxico (sem veneno). Mas poucas pessoas acreditavam que isso poderia acontecer, porque olhavam pra todo lado e só viam plantação de cana de açúcar, da usina Petribú. As pessoas chamavam ele de doido, mas ele não se importava com o que as pessoas falavam. Na assembleia, Damião

chamava os agricultores para a mudança. A família de seu Manoel Machado também começou a plantar, a família de seu Arnaldo... Outras pessoas depois começaram a se envolver no processo diferenciado da associação, e começaram a ver de forma diferente que, para viver bem na comunidade, a mudança poderia acontecer sim! Luiz Damião começou a ir para a feira no Recife, em Boa Viagem, em seguida Moisés foi para a das graças, seu Arnaldo em Boa Viagem... As famílias da comunidade perceberam que a mudança poderiam acontecer, trabalhando de forma diferente, sem o trabalho escravo da usina Petribú. No ano de 2005, a UFRPE começou a se envolver na comunidade, para nos orientar com formações. Ensinaaram que tudo que tinha no roçado poderia ser aproveitado. Isso foi acontecendo aos poucos... Depois veio a se formar um grupo de mulheres, mas como tinham poucas, envolvemos mulheres de outras comunidades, para que as oficinas pudessem acontecer. Mas ainda estava muito difícil, porque na nossa comunidade nós não tínhamos nenhum espaço de reunião. Nossas reuniões eram debaixo do pé de jaca, no terraço da casa do senhor Damião. Fomos na comunidade vizinha, no sítio Cai-cai, e lá o presidente da associação nos ajudou com a cozinha da associação de lá, para que as formações pudessem acontecer. Nós saíamos daqui e íamos para essa comunidade para aprendermos a aproveitar tudo aquilo que voltava da feira, como cenoura, macaxeira, beterraba, e outras. Existia muito machismo dos homens, que não queriam que as mulheres se envolvessem. Achavam que as mulheres só eram para cuidar da casa e trabalhar na roça... Mas, junto com Luiz Damião, dissemos que isso não podia acontecer. Começamos a envolver mulheres na coordenação da associação, elas começaram a ir para as feiras. Mas tem alguns homens que ainda olham diferente, porque veem as mulheres envolvidas dentro da associação. E temos muita capacidade para desenvolver o nosso trabalho! O Centro Nordeste de Medicina Popular nos orientou muito, dizendo que nós, mulheres, poderíamos sim ter nosso espaço na associação e nas feiras. Tivemos oficinas sobre sexualidade e feminismo, mas tinham alguns homens que não deixavam as mulheres participarem, porque diziam que iam aprender coisas erradas. Das que vinham, muitas tinham que enfrentar o marido quando chegavam em casa.

Hoje, com os vinte anos da ASSIM, observo que houve uma grande transformação. Nós não tínhamos nem um espaço. Hoje temos um. Hoje, com o nosso trabalho, conseguimos desenvolver o nosso sonho. Me envolver no trabalho coletivo, dentro da associação, mudou minha vida. Eu não tenho vergonha do que faço. Gosto do que faço, amo o que faço! Eu tinha até vergonha de receber as pessoas na minha casa. Hoje não. Hoje eu não tenho mais vergonha, as condições financeiras mudaram. Consegui ajeitar minha casa. Antes, antes eu

tinha buracos, em cada um deles colocava um tapete, que era pra ninguém ver. Toda essa mudança aconteceu com um trabalho coletivo. A mudança de dentro da própria comunidade, que muitas pessoas não acreditavam. No fortalecimento da comunidade. Muitas pessoas falam “já vinte anos...”. Nós conseguimos muitas coisas, mas outras virão.

IV - Como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território? A partir das novas ações no sistema de produção, ocorrendo a transição agroecológica, na alimentação, nas formas de plantio, nos mutirões... Graças, também, às parcerias ao longo do tempo. Com incentivo... Primeiro, na minha família, surgiu a primeira formação e, em seguida, começou a envolver toda a família. As mudanças começaram a acontecer por meio da transformação dos cultivares, no início de forma mais informal e individual. Então começa a ser percebido como um novo tipo de trabalho, com meios próprios de comercialização, buscando transformação na nossa qualidade de vida. As parcerias tornam os trabalhos dinâmicos, já que são trabalhos novos para a realidade dos agricultores, acostumados com o trabalho da cana. Quando começa a parceria da rural, novos desafios vão surgindo, para o aprimoramento do conhecimento. O fortalecimento do trabalho coletivo permitia o deslocamento para comunidades vizinhas para que o trabalho acontecesse. Aos poucos surgem as feiras, por mais inviável que parecesse o valor, mas o esforço e a dedicação do grupo, em permanência, deu bons frutos. Foram esses desafios que permitiram tanto avanço na minha vida pessoal, e também profissional, na busca pelo conhecimento técnico. Os desafios não foram construídos no momento da formação, mas eram sobre alcançar nossos objetivos, conquistar melhorias para a comunidade. A nossa vivência é marcada por cada experiência, aprendizado e conhecimento. Como exemplo, o trabalho que as agricultoras e os agricultores fazem com a produção de hortaliças, onde um agricultor trabalha passando seu conhecimento. Lembro quando o esposo de M^a de Fátima trabalhava para o meu pai, e hoje trabalha com sua família, comercializando. Evandro tanto trabalhou pra pai que trocaram conhecimento, e hoje tira sua renda oriunda de sua própria horta, que meu pai que comercializa. Então, quando o conhecimento é multiplicado, expande e fortalece o território, além de outras situações que observamos, mesmo que toda a comunidade não seja sócia, mas envolve boa parte das famílias e vizinhos na produção, tornando sustentável e incentivando o envolvimento de mais famílias. O despertar para novas formas de produzir serviu de incentivo pra que os filhos dos agricultores tivessem interesse de ir estudar cursos que contribuíssem no trabalho da comunidade, como também a serem capaz de coordenar seus próprios projetos. Mesmo o grupo sendo diverso, entre homens e mulheres, sempre teve uma quantidade

expressiva de mulheres que fez e faz toda diferença no processo de produção e comercialização. O problema é que, infelizmente, estamos deficientes com a participação, o que nos preocupa devido à sucessão na comunidade. Ter essa autonomia nos permite, em muitos processos, a sermos independentes em ter e buscar nossos espaços e conquistas.

V - COMO A NOSSA CAMINHADA AJUDOU FORTALECER A ORGANIZAÇÃO COLETIVA PARA VIVER BEM NO TERRITÓRIO? Vou iniciar meu texto voltando um pouco, mas a tempo, nos anos 80 a 90, tenho como referência meu Pai Damião Eugênio Barbosa, sempre observei sua liderança na comunidade, como ele juntamente com as pessoas conseguia realizar as coisas, vou tomar como exemplo a igreja da nossa comunidade, mas teve muitas outras coisas realizadas por eles, eu como grande observador percebia que eles e elas tinham objetivo e não ficavam pensando e dificuldade, como quantos vão gastar se tivermos condições de finalizar, pensavam em iniciar as atividades e fazer a comunidade se unir a um objetivo, tinha aqueles que ajudam mais outro menor e outros que sempre dizia que não havia necessidade de fazer, mas era com as suas ações que a comunidade sempre era referência para as outras e as atividades principalmente religiosas, quando precisamos participar de atos religiosos, iramos até a comunidade da Camboa, que ficava, mas perto pra nós e outras comunidades próximas, nos anos 80 eu estava com 11 anos, mas mesmo sem perceber eu já tinha preocupação com a comunidade, mesmo só observando e meu pai sempre envolvido em tudo e sempre o seguindo nas ações e o quanto isso contribuía no fortalecimento da comunidade, os grupos coletivos já existiam mesmo sem ser através de associação, mas eles tinham as formas de organização coletiva, como multidões para ajudar uns a outros seja na questão de festividade, como também nos momentos difíceis. Eu de fato comecei atuar nas ações coletivas a partir da igreja, como animador de grupo catequista e encontro de irmão nas comunidades, lembro que no ano de 95, no primeiro de maio criamos um teatro para apresentar as principais profissões que existiam na comunidade e ver o quanto aquilo envolveu muitas pessoas, foi feito ao lado da igreja porque dentro não seria suficiente, daí por diante minhas ações dentro da comunidade foram aumentando, as pessoas começaram a chamar desde para rezar terço de 7 dias de falecimento de pessoas como para ajudar nas festas, festas essas assustadoras de quem estava aniversariando, festa junina, sempre inventando algo para reunir a comunidade, depois por problema tive que me afastar da igreja e comecei a seguir papai, para as reuniões do sindicato de Carpina e a Cooperativa também de Carpina, daí foi que surgiu a associação e mas uma vez eu estou lá para poder contribuir, sempre me incomodava a realização da comunidade de não desenvolvimento, água nas casas das pessoas foi iniciativa de papai, as

primeiras energias foi por iniciativa dele também, por tomamos algumas iniciativa na comunidade, isso chamava atenção dos grupos políticos local.

A política na comunidade sempre meus pai, foi ligado ao grupo políticos da Usina Petribu, devido o envolvimento com a cana de açúcar, tínhamos posição porque na verdade boa parte dos prédio publico de Lagoa de Itaenga, foi construído pelo grupo políticos ligado a usina, até as escolas das zonas rurais, até o ano 2000, éramos fielmente apóia a quem papai dizia que era pra volta, alguns políticos tinham medo da nossa influencia na comunidade, até hoje existe uma crença dos candidato que apoiamos terá mais votos na comunidade, muitos conflitos aconteceu na comunidade devidos a influencia dos políticos, como em muitos não conseguia nosso apoio, fazia a através de outras pessoas da comunidade, como as pessoas da igreja, de forma pra tenta tira nossa liderança, muito não tinha o bom senso de tenta se unir a nós, mas sempre tenta nos estabilizar, lembro uma vez que em anos de eleição, o candidato fez tanta propagando com sua vinda a comunidade, carro de som sorteio de brindes, na sua noite de do mês Mariano, a forma como fez junto com outras pessoas era pra nos humilha, mas ele esqueceu que a energia da igreja sair da nossa, não deixamos ele ligar o carro de som na energia, se houve revolta? Sim teve porque boa parte estava pensando nos brindes e nem um pouco senta com o candidato e discutir os problemas da comunidade, avançamos, mas deveríamos ter avançando mais, se tivesse prevalecido à coletividade da comunidade estaríamos com outras conquista, hoje mesmo os políticos achando que tenho, influencia nas pessoas da comunidade tenho comigo mesmo que muito segue por se próprio e não pelo coletivo, só assedia por ambos grupo políticos pra ter meu apoio, por acharem que tenho pé quente quem apoio ganhar, são muitas ofertas financeiras, mas nunca aceitei porque acho que não podemos pegar o valor, quando pegamos recurso para apóia qualquer políticos perdemos a dignidade, temos que solicita deles melhoria pra comunidade e município, quando ele não cumpri você ter toda autonomia pra cobra dele o prometido, pegando o dinheiro ele poder já lhe dizer paguei não tenho compromisso com você e nem a comunidade, porque quem é líder e pega de dinheiro de políticos pra apoiar, esta se vendendo e vendendo o coletivo.

Como veja o papel como líder na construção coletiva, na verdade sempre tiver a preocupação com o coletivo, pois já abrir mão muita oportunidade de esta bem até financeiramente, se meu pensamento fosse só eu, porque não funcionará por muito tempo um processo coletivo se o seu conduto no estive ética e não pensa no coletivo as ações coletivas desanda por falta de exemplo de quem conduz, poderia muito bem hoje a comunidade não ter crescido poderia até mesmo desaparecida como outras comunidades que nem existe mais,

mas sempre foi firme nas decisões por aquilo que é bom por todos/as e que é bom só pra um,são muito os problemas existente de uma processo coletivo, como se trata de pessoas, é muito difícil todos e todas terem pensamento em comum, sempre há a divergências mas como supera essas divergência entre um e outro, mantendo o dialogo, porque como liderança dever lembra sempre, que você não liderança de você mesmo e sim de um coletivo, já tivemos muito agradecimento pelos apoio já demos a muita gente, por muitas pessoas precisa de incentivo para iniciar algo, que muita vezes é tão faço pra quem esta de fora, mas ele/elas não consegue ver, por isso a importância de um olha de fora, mas também encontramos muita dificuldade na coletividade devido algumas ovelhas desgarradas e como trazer por coletivo, deixar a ovelhas gasta toda sua raiva e depois vai reconhecer a importância da coletividade, no inicio das ações tinha mas facilidade de conduzir o processo, mas a longo do tempo, as dificuldades começa aparecer, pois a influencia de varias formas começa e pernetta nos grupo, se esses não tiverem consolidado tudo ficar difícil para continuar as ações coletivas.

Foram muitos os desafios no processo coletivos, os impactos devidos estão rodeados por terras de grandes produtores de cana de açúcar, onde a predominação era sempre presta serviços e vem uma comunidade com uma idéia de desenvolvimento oposto a realidade da comunidade, uma grande desconfiança, muitos deixando o serviço da cana pra aderir a uma aventura de trabalha pra se próprio, porém mesmo tendo exemplo de que as davam certo, vim com desconfiança, até comerem a ganha dinheiro vinha o alivio, mas o dialogo era constante para não haver desistência, porque sempre uma desafio começando por compras de terra por os granes proprietários para o plantio de cana, pois cana de açúcar estava no topo muito venderam suas terras e as mesma ficavam próximos nossa propriedade, como lhe dá com os venenos, as queimadas, uma vezes mesmo eu fui colocado em prova na época do Serta, porque papai tinha cana, até onde influenciava no meu plantio, tive medo pois eu o que eu tinha naquele momento, sem isso como seria minha vida, da lhe por diante pois acreditava e algumas ajusto teve que ser tomado, pra mim seguir no processo, depois vem a usinas comprando todas as terras em torno da comunidade, outro momento de desespero tomo contra de todos de certa forma teve outro empresário de Carpina, que fez o mesmo, mas porem esse não plantava cana e sim criação de gado, nos deu o alivio, além disso sofria muito perseguição da policia rodoviária, nas nossa inda as feiras em Recife, ameaça CESUB, por influência da rede de supermercado, por acharem que estávamos tirando seus cliente, principalmente a de Boa viagem, que pra mim foi muita desafiado uma feira lá. Porém a força

de vencer na vida e sair da escravidão do corte da cana superamos, e nos fortalecia por cada dificuldade e em muita vezes usava para fortalecer o grupo.

As ações coletivas como multidões as feiras e a forma de nos organizar como contribuir para a nossa caminhada coletiva? Vejo que no processo coletivo funcionar mesmo sem tem a influencia de pessoas estudadas como, por exemplo, entidade poder publico e outros, os atores de um coletivo de suas maneiras simples também consegue se organizar, não como uma empresa, que precisa dá resultado financeiro, mas se organizar e os resultados também vem, poder até demora pra chegar o resultado, não foi faço chegar a onde chegamos, nos organizar em mutirões para fazer muitas atividades no inicio para plantio, construção e pra irmos a feira, mas o que eu destaco é a construção da sede, que demostrou a força do coletivo, devido o tamanha da nossa sede, muita gente chegar e dizia porque não fazer menor, porque não fizeram por parte, sempre respondia era não atendia o nosso objetivo, só dá se for desse tamanho, sinto falta dos mutirões hoje só se faz empol da sede, quando é pra limpa em torno ou a pintura, uma ações coletivas mas recente foi durante os 3 anos que fornecemos produtos por PNAE, onde as mulheres se organizava, para descasca as macaxeira para entregar até o meio dia, do mesmo dia, entre outros produtos percebo que hoje as mulheres ainda tem mas ações coletivas do que os homens, vejo como uma forma de se torna forte e não ficado pra traz, a disposição de saírem de madrugada, dirigido um carro, aprendendo a circula em Recife, no intuito de buscar sua autonomia, porque elas produzir e teria que manda pelos homens, como se mulheres não pudesse participar da comercialização, trago aqui também a importância dela no processo de gestão da associação, foi muito rico porque serve elas se sentia valorizadas e também a participação fora da comunidade em reunião assembléia, viagem para representa a mesma, finalizando desejo vida longa a ASSIM, que a nossa geração também goste de continuar, na comunidade possa lembrada por geração em geração, venha crescer e multiplicar para a liberdade permanecer sempre.

Não sei se foi fiel a pergunta, mas foi que mim venho nesse momento, que a vontade para tiraduvida nas partes não entendida.

ANEXO 2

DA CANA PRA ASSIM:

a luz no fim do túnel



0. O porquê

Você nasceu. Meu primeiro netin. Você nasceu e eu trouxe uma vela. Eu trouxe uma vela para o teu nascimento. Essa vela eu ganhei no postulado, que é a segunda etapa de formação da vida religiosa. Essa vela, ela tem muitos anos que tá comigo. Eu sempre acendo ela quando é época de comemoração. Geralmente no meu aniversário essa vela é acesa. Ela simboliza toda uma trajetória da minha vida, tudo que Deus já caminhou comigo, e minha família, e nossa associação, e até eu mesma. Muitas vezes é só eu e Deus, meu fi. Eu trouxe essa vela porque a luz é o símbolo da vida. A luz é o símbolo da resistência. E aí, eu tava lembrando, essa vela, claro que nem se compara uma vela ao sol, mas a gente, que vive da agricultura, quando o sol é forte, a gente sente. Sente na nossa pele, sente na nossa vida. Mas o sol também restaura a nossa força, e é exatamente isso. Eu trago essa vela pra te simbolizar a força, a resistência, a luz. Força, de um todo, viver na coletividade. Resistência, a tanta adversidade, adversidade das outras coisas, dos outros modos de viver, das outras imposições que a sociedade nos traz. A luz, que é o sol sobre nossas cabeças. O sol que queima, e faz viver. O sol que ilumina a gente contra o que a sociedade impõe. Um sol que por muitos anos brilhou sobre nossas cabeças como escravos. Um sol que hoje dá energia à nossa força contrária. Que dá essa força pra gente, que a gente precisa pra permanecer, pra existir, resistindo. Não é fácil ser agricultora, meu fi. Menos ainda ser agricultora que produz a favor da vida, e não só do dinheiro. Mas é possível. É possível e a nossa associação tem tentado muito. Com erros, acertos. Coisas boas e coisas ruins. Mas se organizar coletivamente tem transformado nossa vida. Se organizar em pró de uma mesma luta. A organização coletiva é uma luta. Aqui, a comunidade é grande, nem todos participam, muitos não acreditam. Muitos precisam ver primeiro com os olhos, pra aceitarem com o coração. A luta pra buscar soluções pros nossos problemas comuns requer conscientização, pras pessoas desejarem ser livres. Aqui, a nossa organização coletiva existe pra buscar nossos direitos, pra beneficiar, pra comercializar, pra decidir juntos. A gente troca experiência uns com os outros. As vidas se somam. A vida vivida de cada um se enrosca uma na do outro. A gente compartilha nossos conhecimentos, experiências, objetos, a gente se organiza junto. E isso fortalece o nosso território. O lugar onde a gente vive. Onde trabalha, joga nossas energias. A gente se mobiliza no nosso território com a força da nossa identidade. A gente é agricultora e agricultor agroecológico, produz a favor da vida. Não é como usineiro ou senhor de engenho. Quando eu olho pra terra, eu sei que eu preciso cuidar dela, pra que ela cuide de mim. A gente vive junto. O mundo é essa imensa teia de aranha. Quando se para um instante pra olhar, com o raio de sol passando

seus fios, se vê a imensidão da natureza. A perfeita construção pra que a vida aconteça. Uma geometria sagrada que nos junta a todos. Nos liga uns aos outros. E nisso, a nossa experiência tem sido danada de importante. Ela vive com esse olhar pra o mundo. Tão danada que eu acho que ela não pode se perder. Ela precisa permanecer, se multiplicar. É então com a luz do sol que ilumina a minha cabeça, agora, que eu tô falando essa carta pro moço escrever. Não te escrevo eu porque não gosto muito de usar esses tal computador, apesar de ter aprendido numa formação aqui. Mas eu vejo a importância da gente transmitir pra geração futura. Muitos jovens hoje não quer ser agricultor. O mundo tá sempre dizendo que agricultor é sem sabedoria, e muitos acabam acreditando nessa mentira. Muitos dizem “vá estudar pra nunca pegar no cabo de uma enxada”. Isso me deixa tão triste... Pois ser agricultora é uma luta, mas é uma riqueza, meu netin. Cresça sabendo disso. É por isso que eu acho que a nossa experiência tem de ficar como registro. Como eu disse, muitas vezes as pessoas precisam ver que dá certo, pra acreditar. E dá certo! Tem coisa ruim, tem briga, tem trabalho demais. Mas tem liberdade, tem autonomia, e tem um fazendo ser possível pro outro. As vezes a gente não sabe a importância de ter esses registros. No sindicato, dia desses quase que tocavam fogo em muitos papel que tinha lá. Mas não fizeram, viram que iam queimar junto a memória, e a história. Não ter registro é como não ter história. São os símbolos de nosso passado, nossos saberes ancestrais. A gente não tem o hábito de fazer. Mas eu até gosto, lembrar de onde viemos, ver aonde estamos, e para onde queremos ir. Termos orgulho de nosso caminho, fortalecer nossa identidade. Tudo que eu quero é que o sol que brilhou em mim, ilumine teu caminho, até mesmo quando eu não estiver mais aqui. Que no calor, você lembre de mim. E na chuva também. Eu tenho uma história engraçada com a chuva. Mas mais pra frente eu te conto, porque primeiro tu precisa entender como a gente resolveu que ia iniciar um novo tipo de experiência, que mudou as nossas vidas. Essa experiência foi e continua sendo a da nossa luta na organização coletiva, e na agroecologia, na construção da nossa associação, a ASSIM. Nela, a gente busca se fortalecer, e fortalecer nossa comunidade, pra fugir das históricas opressões que o trabalho na cana aflige. Os colonizadores europeus, quando vieram pelos mares, instalaram na nossa região, e fizeram aliança, com uma elite agrária. Deram muitas terras a essa pequena elite, obrigando que ela devastasse tudo pra plantar cana de açúcar. Assim começou nossa maldição, que se fortaleceu ainda mais na ditadura, e continuou mesmo nos anos seguintes. Pra você ter uma ideia, meu netin, aqui em Lagoa de Itaenga mais de 90% de todas as terras plantadas são voltadas apenas pra cana de açúcar. Você sabe o que isso quer dizer? Pense no seu almoço, meu fi. Busque na memória o seu prato. Quantos ingredientes

nele vêm da cana? Pois é. Essa maldição dura a mais de cinco séculos, mas a gente achou uma forma de conviver, sem ser dependente da cana.

1. Situação Anterior

Ah, meu netin... Como me lembro destes tempos antigos... Antes da associação, quase todo mundo trabalhava nos engenhos, nas usinas, trabalhando na cana. Era sempre na cana, cortando cana, roçando mato... Tinha gente que trabalhava a cana em terra própria, mas a imensa maioria era pra terceiros. Alguns dos que plantavam cana em terra própria até repassavam pra um agricultor aqui da comunidade. Como ele era cadastrado na usina Petribu, como fornecedor, aí os pequenos fornecedores que não eram cadastrados passavam a cana pra ele, vendiam a cana pra ele. Vendiam a cana pra ele, ele moía no nome dele, e revendia pra usina. Algumas pessoas vendiam bolada de cana, ele ia lá, olhava a bolada, e comprava. Tinha gente também que ele ia lá no terreno cortar a cana, aí tirava a despesa. Por exemplo, é um real pra cambitar, pra levar até o cambito, é quatro reais pro carro levar pra usina, é dois pra cortar, aí toda essas despesa se somava no final. Vamos supor, as despesas eram 25 reais, e a cana foi vendida por 40 e pouco... Aí tirava a despesa, mais um acréscimo do administrador, e o resto repassava pra pessoa. Eu trabalhei a vida toda com agricultura. Assim, desde os 7 anos que eu trabalho, né? Papai desde os 7 anos que já me levava pra roça. Na verdade, não pra roça, mas pro corte da cana. Como ele trabalhou muito diretamente com a cana, ele levava a gente pra amarrar. Eu com 7 anos eu não sabia nem amarrar o feixe de cana, eu amarrava o feixe de cana e deixava, do mesmo jeito que eu amarrava, deixava lá... Não sabia o que era ponto, não sabia o que era nada, eu sabia que eu amarrava. O que eu não gostava mesmo era cambitar, que era tirar a cana da palha pra levar pra estrada pros carro pegar. Principalmente quando arrumava uma danada duma burra, duma burra que a gente tinha lá... Eita burra preguiçosa danada! Eu botava a palha e ela se deitava... Meu pai trabalhou muito tempo em engenho, lá nessa Usina Petribu. Ele sempre trabalhou alugado! Eu lembro que praticamente ele tirava folga um dia por semana só, pra dormir... Final de semana, em vez de melhorar mais um pouquinho, era 12 horas de serviço. 12 horas na sexta, e 12 horas no sábado, ou 12 horas na sexta e 12 horas no domingo. Me dava tanta saudade de ter meu pai por perto... Muito choro já chorei. O pior é que praticamente, quando ele voltava pra casa, era só pra dormir, tava exausto e não conseguia tanto brincar comigo. Minha mãe sempre trabalhou aqui, no sítio,

cuidava da família e trabalhava. Eles eram uma força! Eu percebia que tinham objetivo e não ficavam só reclamando das dificuldades. Eles pensavam muito na nossa comunidade! Em iniciar atividades e fazer a comunidade se unir a um objetivo comum. E não eram só eles não, viu? Tinha aqueles que ajudavam mais, outros menos, e outros que sempre diziam que não havia necessidade de fazer nada novo... Mas foi graças ao começo dessas ações que nossa comunidade, hoje, virou referência pra outras. Lembro que nos anos 1980, quando eu tava com uns 15 anos, mesmo sem perceber, eu já tinha preocupação com a comunidade. Ia observando o meu pai sempre envolvido em tudo, e sempre seguindo ele nas suas ações. Percebia o quanto isso contribuía no fortalecimento da comunidade. Ser uma comunidade bem antes de ser uma associação é algo que ajudou nossa experiência. Os grupos coletivos já existiam nessa época, mesmo sem ser através de uma associação formal. Eles já tinham as formas de uma organização coletiva, como mutirões pra ajudar uns aos outros, seja na questão de festividades, como também nos momentos mais difíceis. Eu de fato comecei a atuar nas ações coletivas a partir da igreja, como animadora de grupo catequista e em encontros de irmãos nas comunidades. Lembro que no ano de 1995, no primeiro de maio, criamos na comunidade um teatro pra apresentar as principais profissões que existiam. Eu vi o quanto aquilo envolveu muita gente. Foi feito ao lado da igreja, porque o espaço dentro não era mais suficiente. Daí por diante, minhas ações dentro da comunidade foram aumentando, as pessoas me chamavam desde pra rezar terço de 7º dia de falecimento, como pra ajudar nas festas. A gente fazia ‘assustados’, festas de quem tava aniversariando. Mas minhas preferidas eram as festas juninas, eu acho que você vai amar quando crescer! A gente tava sempre inventando algo pra reunir a comunidade. Lembro que seu tio avô começou a seguir papai pras reuniões do sindicato de Carpina e a Cooperativa, também de Carpina. Daí foi que surgiu a ideia de construir nossa própria associação, e seu tio, assim como eu, sempre tava lá pra poder contribuir. Me incomodava, meu netin, a realidade de nossa comunidade. Você já vai crescer em outro tipo de território... Mas aqui era tudo muito complicado! Não tinha água nas casas das pessoas, as primeiras energias foram por iniciativa depapai... Por tomarmos algumas iniciativas na comunidade, isso chamava a atenção de grupos políticos locais, muitos ligados à Usina Petribu, que domina nossa região devido ao seu envolvimento com a cana de açúcar. Na verdade, meu netin, boa parte dos prédios públicos de Lagoa de Itaenga foram construídos pelo grupo de políticos ligado a esta usina. Até escolas das zonas rurais... O Estado, ao longo do tempo, virou as costas pra nós, se voltando muito mais pra aqueles que comandavam a produção de cana. Esses governos ficam muitas vezes nas mãos dos grandes usineiros. Esses grandes dominam a Zona da Mata daqui de Pernambuco. E isso desde a colonização. Os

europeus, quando chegaram, trouxeram com eles uma nova lógica pra essas terras. A gente vive na zona da mata, mas de mata não tem mais é nada. Isso é um nome que diz o que já foi. Os colonizadores chegaram devastando nossas matas, destruindo as economias dos povos que aqui viviam. Buscaram colonizar suas práticas, acabar com seus modos de vida. Com isso muito saber foi perdido. Os povos nativos viviam em natureza. Produziam respeitando a diversidade que faz a vida. Com a chegada dos colonizadores, eles instalaram aqui uma elite. A coroa deu muitas terras a poucos colonizadores, e só àqueles que tivessem condições e intenção de plantar cana. Desde então existe um grupo todo poderoso que possui quase todas as terras, os meios de como produzir, e assim fazem com que muitos da zona rural tenham que viver pra eles. Dominam nossa vida rural, e assim voltam os governos pra si. Desde a colonização que grandes senhores têm o poder de decidir nossas vidas. Hoje tem coisa muito parecida com os tempos da escravidão. Inclusive, com suas mesmas cores. As dos que mandam, e as dos que não têm escolha, continuaram por muito tempo as mesmas. E quando eles acabaram com nossas matas, foi pra plantar no lugar o que eles chamaram mercadoria. Destruíram toda a diversidade pra instalar um deserto de cana. Essa história da cana foi o começo de tudo isso que o povo chama globalização. Foi o que ligou nossos povos a povos de outros lugares. Na Europa, que crescia as indústrias, era que se produziam os tecidos de baixa qualidade pra vestir os escravos daqui, nossos antepassados, além dos moinhos pros engenhos de açúcar, e os instrumentos de tortura. Os operários europeus, também oprimidos, em seu trabalho se ligavam aos nossos ancestrais. Inclusive, davam pra eles pequenas doses de açúcar pra que tivessem energia pra trabalhar em terríveis condições. Os grupos poderosos locais se engrandeciam, os daqui, e os de lá. Entre poderosos na Europa o açúcar era dado de presente, como artigo de luxo. Eu vi numa formação aqui uma vez que a mulher do rei Carlos V da França deixou não sei quantos quilos de açúcar de herança, entre as joias preciosa dela. Já pensasse? Essas burguesias se ligavam às nossas, que aqui dominavam com a cana. Aí a cana foi um grande passo no roubo da natureza daqui, pra enriquecer os reis, as rainhas, e todo esse povo. E isso ainda tem influência nas nossas vidas. É cana pra todo lado, e tudo enriquecendo uns poucos só. O resto, quem trabalha na cana, é um trabalho quase que escravo ainda. Eu lembro, naquele tempo, antes da associação... Meio que naquele tempo a comunidade não tinha como viver, ao não ser da cana de açúcar. O seuavô, na época, ele não tinha onde trabalhar... Eu fico emocionada, lembrando assim, fico muito... Deus sabe o porquê! Tinha dia aqui da sua mãe e suas tias me pedirem 10 centavos pra comprar uma pipoca, eu não tinha pra dar. Pode acreditar o que eu tô falando! Eu, como mãe, eu chorava... No começo, quando veio a associação, só seuavô se associou. Depois de muito tempo foi que eu me associei, porque a

gente não tinha nem condições de os dois pagar, você tá entendendo? A situação era difícil... Eu ficava aqui, Jesus, clamando a Deus que Deus mostrasse um jeito. Era muita dificuldade, era difícil demais... Seu avô trabalhava uma semana, passava duas, três, sem ter onde trabalhar, porque não era fichado, trabalhava de boleiro, era condestino, era aquela coisa toda sem seus direito trabalhista. E uma dificuldade, as minhas fia chegava dia dos professores, queria dar um presente pro professor, eu não tinha condições de comprar. Era aquela dificuldade, e isso eu não me sentia bem. Eu só conversava com Jesus... Teve um tempo que a depressão me pegou, meu fi, eu fiquei tão ruim, mas graças a Deus eu tenho um Deus vivo na minha vida. A gente não tinha nada, né, que nem eu já falei... A gente não tinha nem direito aonde botar a nossa cabeça! Eu mesma, muitas vezes, eu ficava acanhada de receber as pessoas lá em casa, porque a gente não tinha um banheiro com cerâmica, não tinha, tá entendendo? A gente também tinha vários buracos, e em cada um deles colocava um tapete, que era pra ninguém ver. A gente tinha vergonha, sabe? E isso é culpa da forma de plantar nas grandes propriedades, os latifúndios, as relação de trabalho opressora, a monocultura da cana que se prolongou no tempo. Isso tudo fez a nossa vida assim. Mas a gente sempre buscou resistir. Era cana de açúcar e agricultura, né, o trabalho na cana pra sobreviver, mas também um roçadinho no quintal pra ajudar no custo de vida. Meu pai nunca foi de botar veneno, químico, na propriedade da gente, nunca usou isso. Mesmo sem esses produtos orgânicos de hoje, assim, depois da gente fazer capacitação, mas antes meu pai, meu tio, nossa comunidade nunca foi muito de usar isso na terra. Sempre plantou natural! O que acontecia mais de botar era o fogo... Mas meu pai nunca gostava de botar, as pessoas botavam, mas meu pai não. Ele fazia assim, como tinha muita palha, ele pegava a gente pra espalhar aquelas folhas dentro do roçado, porque ali se decompõe né, vira esterco. Sem saber que era orgânico, sempre a gente trabalhou orgânico. Aí quando veio a associação, que veio a capacitação, aí foi que meu pai virou produtor orgânico oficial. Aí ele passou a tomar mais cuidado ainda do que ele já tomava na propriedade dele. A gente plantava natural, mas não tinha a experiência que a gente tem agora. A gente modificou, né... O jeito de plantar, o jeito de consumir, se alimentar. Porque, assim, eu lembro que eu trabalhava no sítio, mas não dava valor ao alimento do sítio. Eu lembro que antes da gente ter capacitação, a gente não dava valor ao que a gente tinha na agricultura. Eu também não via como uma fonte de renda... Ninguém via como uma fonte de renda. Naquela época a gente passava dificuldade, porque não achava que da nossa agricultura podia viver. E agora, com menos agricultura, a gente transforma em muito mais coisa. Mudou até o nosso consumo. Porque antes cozinhas sobrava uma macaxeira, uma batata, a gente jogava no lixo. Assim, plantava, colhia, sobrava a gente jogava, não sabia transformar em

alimento. Só sabia se alimentar de uma forma só: mandioca cozinhada, batata cozinhada, inhame cozinhado. E, assim, era sempre aquilo, a alimentação ela não era diversificada, antes da ASSIM. Muita coisa começou a mudar depois dela, a nossa Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos. Ela começou em 1998, como objetivo de tirar pra si projetos, querendo participar de políticas públicas, editais, enfim, acessar recursos. Como eu te disse um pouco mais pra cima, esse início foi inspirado pelos dirigentes do sindicato e da cooperativa de Carpina, que incentivaram a gente a fazer uma associação nossa. Lembro também, meu fi, que foi ainda mais difícil pra nós, mulheres. Existia muito machismo dos homens, que não queriam que as mulheres se envolvessem. E até algumas mulheres achavam também. Muitos na comunidade achavam que nós, mulheres, éramos só pra cuidar da casa... Com a ASSIM, também mudamos muito isso dentro da gente, o que acabou passando pro nosso trabalho associativo. Ah, meu netin, quantas lembranças... Mas esse período anterior à associação foi realmente muito duro com a gente. O que não quer dizer que depois foram só flores... Passamos por muita luta até chegar nesses 20 anos, vi! E meus cabelos brancos, que já passaram por muita coisa, me deixam pensar que a luta jamais vai ter um fim. Não existe o momento final da ‘chegada’, meu fi. A vida é eterna, nós é que passamos. Mas também tenho a certeza de que vale a pena. Estou aqui te escrevendo pra isso, meu netin. Estou aqui te escrevendo o máximo de detalhes que minha cada vez mais curta memória tem pra te dar. Faço isso pra você entender de forma crua, meu fi. Pra você entender as dificuldades, não só as rosas. Mas principalmente pra você perceber como só tomando as rédeas de nosso destino é que a gente faz uma vida melhor, de forma coletiva. Pra que você saiba o valor da luta, e nunca mais nenhum de nós precise ter seu destino escrito pelas mãos macias e brancas de quem não sabe o que é uma enxada. Pra que nosso povo nunca mais passe fome. Aqui na Zona da Mata tem histórico disso, meu fi, de fome. Aqui na Zona da Mata quase todas as terras são só pra produzir cana de açúcar. Aqui, a produção agrícola não produz alimento pras pessoas, mas pro dinheiro. E eu te deixo esse registro pra que você saiba a força do alimento. É ele que nos deixa de pé, meu netin. É ele que nos dá energia. É ele que nos faz viver, do começo, ao fim.

2. Como a experiência foi acontecendo

Ah, meu fi... Como retratar os 20 anos passados dessa experiência, que tirou a gente da vida na cana que eu tava te explicando? Foram tantas coisas... Com toda certeza não vou conseguir me alembrear de tudo aqui, de cada detalhe, tinton por tinton. Mas prometo que meu esforço tá sendo grande! Espero lembrar dos principais... É que foi tanta coisa, visse? No começo a gente só fez a associação pra captar recurso, participar de edital, de política pública. Pra conseguir dinheiro, e tentar não precisar trabalhar mais na cana. Mas aí nos primeiros anos não acontecia nada... A associação existia, mas só no papel. Lembro quando nosso primeiro agricultor começou a estudar lá no SERTA. O SERTA tinha isso de buscar fortalecer nossa identidade de agricultor na gente mesmo. As parcerias são fundamentais, viu meu fi? Guarde isso. Mas assim, não ache que elas são Deus. Nem o ponto principal. O ponto principal somos nós, quem tem que tomar as decisões somos nós, mas nunca agimos só. Não vai repetir por aí o que vi numa reportagem uma vez que me deixou arretada! Como com a internet tudo fica registrado, acho que mesmo quando tu crescer, se quiser, pode ir atrás dessa reportagem. Procura na revista agropecuária uma reportagem de 10 de julho de 2012... A chamada era “Autonomia na agricultura familiar: organização e conhecimento científico.”. Ah, meu fi, me subiu uma raiva quando eu li, viu? Prestou não... Tava eu lá correndo as letras da reportagem, quando vejo “Na comunidade Marrecos, 42 famílias se mantêm em pequenas propriedades graças às informações trazidas pela universidade.”. Meu queixo caiu meu fi. Como é que todos os que vieram antes da gente passaram anos de luta e resistência, como é que nós mesmos continuamos lutando e resistindo, todos os dias de nossas vidas, pra chegar uns homi desses e dizer que a gente vive ‘graças’ à universidade? Olhe, não é nem um pouco assim não, viu? A gente vive graças à nossa luta, meu netin. Graças à nossa luta. O que não quer dizer que estamos só, a universidade tem seu valor, e outras parcerias também, mas quem faz a gente viver, somos nós mesmos, meu fi. Com isso na cabeça, saiba sim que as parcerias são muito importantes. É assim, a vida é que nem uma árvore. Ela tem raiz, tronco, galho, folha, frutos, várias dessas muitas coisas que, só quando juntas, fazem a vida acontecer. Então é importante sim a gente se juntar com outros parceiros, que pensam o mundo parecido com o que a gente pensa. Mas o principal nessa história é a gente mesmo. E cada parceria a gente podia tá definindo aqui qual sua participação, mas queria agora falar de duas em especial, sabendo que todas são importantes. O SERTA, que deu o pontapé inicial, e a incubadora

(ITCP), a INCUBACOOOP, através da UFRPE, que fizeram um trabalho, assim, mesmo de... Assim, de a gente mesmo voar, tá entendendo? De a gente voar, de a gente conhecer, de a gente se destacar, sabe? Dando oportunidade de a gente se representar, de a gente mesmo apresentar a nossa instituição. Ajudaram a gente não a construir asas, mas a perceber que já temos as nossas, e que podemos voar por a gente mesmo. A INCUBACOOOP levava nós pra tudo quanto era evento, botando a gente nessa rede da economia solidária e da agroecologia. Participar dessas redes é muito importante pra gente, que a gente conquista muitas coisas nelas. Eu me lembro logo de 2007. A gente tava, em 2007, só com duas feiras, que era a feira de Olinda e a feira de Boa Viagem, e os nossos agricultores e agricultoras crescendo, e precisando mais. Foi também nesse ano o encontro de ITCPs, realizado pela UFPE, aonde seu tio avô teve a satisfação de representar nós, como empreendimento de economia solidária, e falando pelos empreendimento incubados do Brasil inteiro. Nesse seminário, eu acho que foi um dos seminários, uma das palestras que eu acho que teu tio avô tava bastante inspirado. Ele tava bastante inspirado por tudo que tava acontecendo dentro do nosso território. A gente botou uma feira, do lado de onde tava o evento, enquanto tava se palestrando, nesse dia pra mais de 180 pessoas, quase 200, no auditório. Ia falar na mesa ele e uns pessoal da cidade de Catende. Os pessoal de Catende, por algum motivo, não foi, e aí ele teve um espaço maior. A fala dele foi uma fala muito, nesse momento, foi muito uma fala de envolver todos os setores, de envolver todas as pessoas nesse processo. Falando da importância da mulher, falando da importância da incubadora, do SERTA, dentro do nosso território, e falando da importância da cidade abraçar essa ideia de fortalecer o campo. Nesse encontro, quando ele terminou a fala dele, que começou a surgir as perguntas, eu acho que uma das perguntas mais importantes, todas foram importantes, mas a mais importante, que eu não me lembro se foi uma mulher, se foi um homem... Mas ainda me lembro que a pessoa fez questão de se levantar e perguntou: porque não uma feira aqui dentro da UFPE? E eu digo que eletava inspirado naquele dia, porque ele teve a resposta certa. Ele disse “muitas instituição já tentaram, abrir esse leque, essa conversa aqui com a UFPE, e não têm tido sucesso. Mas eu vejo esse espaço aqui como uma troca de experiência. O público que a gente tem aqui dentro... E a gente fazendo essa feira vai servir de estudo pra os alunos, vai servir de uma troca de experiência, e é um espaço que é nosso. E abrir esse espaço para nós seria muito gratificante. Porém, eu tenho aqui uma pessoa do meu lado...”, que era, na época, a pró-reitora Ana Arcoverde, “...e ela pode. Se ela autorizar os pessoal do NECSO a fazer essa articulação, com certeza a gente ainda inaugura esse ano.”. Isso foi no mês de outubro de 2007, e dia 13 de dezembro a gente fez uma feira inaugural. Dessa feira inaugural na universidade federal de pernambuco, que a

gente só fez pra sentir o clima, a feira foi tão boa que a gente fez no dia 20 de dezembro de novo, e essa feira até hoje tá acontecendo. Mas ela só aconteceu porque a gente tava no lugar certo, na hora certa. Ou seja, inseridos dentro de uma rede que vê o mundo parecido com o que a gente faz. E quem ajudou a inserir a gente nessa rede foi os parceiros. Isso é um dos processos que faz a gente viver bem, a gente se fortalecer e conseguir viver coletivamente no nosso território. Lá no SERTA, como eu tava falando, foi que alguns agricultores daqui foram fazer um curso de agroecologia. Acho que se pode dizer que esse foi o início mesmo da associação. Quando deu seus primeiros passos pra construir um novo rumo. Quando eu nasci ninguém nunca tinha nem ouvido falar nisso... Agroecologia... Por mais que os povos de antigamente já faziam isso há tempos! Mas com certeza você vai crescer com essa palavra na ponta da língua. Só quando os doutor resolveram dar um nome ao que vários povos faziam há milênios, foi que se passou a falar disso no governo, nas políticas públicas, e na nossa sociedade. Mas bem, pelo menos você já nasceu com a agroecologia devidamente conceituada, meu fi, já que só assim ela passou a ser de importâncianesse mundo doido. E o SERTA trabalhava justamente com ela. Foi aí, então, que a gente começou a se envolver, trazer pra dentro da associação... Porque na época, como eu disse, a associação existia, tinha alguns sócios, mas não tinha jovens, as mulheres que tinha eram poucas... Eu me associei, na época, porque eu ia dar aula voluntária, e quem fosse dar uma aula voluntariamente tinha de estar na associação. Aí eu me associei... Quando se começou a trazer o que a gente trabalhou no SERTA, pra cá, o pessoal começou a criticar, que não ia dar certo... E a gente começou plantando. Plantando, plantando, e o povo chamando a gente de doido, de louco. Foi assim que começou, a gente sendo tudo um bando de doido, na mentalidade dos outros. E isso é tudo muito angustiante, viu meu fi? Se prepare que a vida é cheia disso. Quando a gente se lança em novos caminhos, a gente fica ansioso, fica achando que tá fazendo tudo errado, que nada vai dar certo, que é melhor voltar pro de antes mesmo. Você já pegou um caminho desconhecido e depois voltou por ele, meu fi? Quando você pega o caminho pela primeira vez ele sempre parece muito maior que quando você já conhece, né não? Isso é justamente porque a gente se sente mais confortável com o que a gente já conhece. Quando não conhece fica achando que tá demorando, querendo saber quando vai chegar, achando que pegou o caminho errado... Mas vale a pena meu fi. Com o caminho da incerteza, a certeza foi aparecendo. E a gente foi se firmando no que as pessoas achavam que era uma ideia louca. A possibilidade de mudança é uma das coisas mais ricas que a vida deu pra gente. E foi na nossa insistência que, com o tempo, o pessoal começou olhando, começou vendo, não é que as coisas pareciam tá dando certo? Aí foi se associando mais gente, o pessoal começou a seenvolvermais. A

associação, que era mais parada, já começou a levantar, caminhar um pouquinho. Começamos a ter mais pernas juntas, e com elas a associação começou a dar seus primeiros passos pra frente. Depois que a gente foi se envolvendo com o SERTA, começamos a ir pra feiras. A nossa primeira foi a de Boa Viagem. Quando começou a de boa viagem, passou muito tempo só ela. Depois que foi surgindo as outras... Os meninos saíam daqui de madrugada, e iam pra feira, vender nossos produtos. Depois veio também a universidade fazer atividades de pesquisa, de ensino, e também de extensão, aqui na comunidade. O SERTA ajudou a gente com várias capacitações. Assim como em empresas, a gente, sendo empreendimento de economia solidária, também precisa de consultoria, capacitação, formação. Então foi no SERTA que aprendemos várias coisas, como o manejo de criar as galinhas, como é que se levantava os canteiros, de trabalhar nas hortaliças. Depois que eu terminei lá, que eu recebi o certificado, seu avô e eu fomos trabalhar com hortaliça. Era levantar canteiro, era plantar alface, aquele brócolis, rabanete, tudo a gente plantava. Quando começamos a colher, era uma caixinha, duas, que a gente levava pra feira. Eu sei que de uma caixinha, duas, era de uma a duas caixas de alface que a gente mandava, depois passou pra 12 caixas, hoje é mais de 12... Participar dessas feiras é bom também porque a gente conhece um monte de gente legal que pensa o mundo como a gente, a gente entra nessa rede. Foi assim que uma menina, uma cliente, lá na feira de Boa Viagem, falou pro teu avô de um curso no IFPE de Vitória, que a gente falou pra tua tia, e foi assim que ela virou técnica agrícola. Nessas feiras, a gente funciona em rede. A gente faz parte da Rede Espaço Agroecológico, onde o Centro Sabiá muito ajuda a gente como parceiro na coordenação, e também em assessorias, capacitações, assistência técnica. A gente participa de várias feiras, e cada fim de feira a gente faz uma reunião pra debater ela. Também tem as reuniões da Rede Espaço Agroecológico, que aí junta as várias feiras que participam, pra gente se reunir e conversar tudo junto. Essas reuniões acontecem geralmente nas cidades onde tem outras associações que formam a rede, como Bom Jardim, Igarassu, Chã Grande, Gravatá, Vitória, e aqui mesmo. É bom estar entre os nossos, trocar experiências, construir nossa própria política. Mas nem todas as feiras que a gente participa são dessa Rede Espaço Agroecológico, porque a ASSIM tem sua autonomia de participar de feiras. Com o passar dos anos, já depois do SERTA ter virado nosso parceiro, a Universidade Federal Rural de Pernambuco, através da INCUBACOOP, veio fazer sua seleção de associações no município de Lagoa de Itaenga. Eles fizeram um cadastro com todos, mas nós não acreditávamos, poucas pessoas acreditavam que isso podia acontecer, porque olhavam pra todo lado e só viam cana, cana, cana. A gente não achava que a vida podia ser outra. Mesmo assim, fizemos assembleia, chamamos os agricultores pra mudança. Outras pessoas depois

começaram a se envolver no processo diferenciado da associação, e começaram a ver de forma diferente que, pra viver bem na comunidade, a mudança podia acontecer sim! As parcerias fizeram os trabalhos serem dinâmicos, já que eram trabalhos novos pra realidade dos agricultores daqui, acostumados só com o trabalho da cana. As famílias da comunidade perceberam que a mudança podia acontecer, trabalhando de forma diferente, sem o trabalho na Usina Petribu... Mas, como eu tava falando, no ano de 2005 a INCUBACOOP começou a se envolver na comunidade, pra orientar a gente com formações. A chegada da INCUBACOOP começou um trabalho mais político sobre a economia solidária. Começou um debate da gente saber como funciona uma associação mesmo. Como se trabalha em coletivo? A gente descobriu que é muito importante o coletivo. Porque não adianta ter um papel dizendo que você é associação se você não trabalha a política de ser uma associação, a formação no trabalho associativo. Porque pra uma associação de economia solidária funcionar mesmo, ela precisa trabalhar essa questão política do coletivo. Os associados precisam desaprender muitas coisas que aprenderam na vida da cana, pra aprender novas e buscar a mudança. Foi só quando a gente começou a trabalhar mais esse lado do associativismo que a associação começou a andar. Foi a partir desse debate sobre a economia solidária. A INCUBACOOP trabalhou com a gente a linha da agricultura, do associativismo, da nossa cultura, e do beneficiamento. Será que você, lendo essa carta, já sabe o que é beneficiamento, meu fi? Imagino que sim... Imagino que você vai aprender com nosso grupo de mulheres muito antes de entrar numa escola formal. Você vai aprender sobre a vida, sobre o que mais importa no seu território, muito antes de aprender a ler. Mas se você ainda não sabe, o beneficiar é transformar os produtos que colhemos, e os que sobram, em algum alimento mais elaborado. E também, dentro da agroecologia, respeitar o ciclo da natureza. Nunca temos em abundância tudo em toda época do ano. O beneficiamento também ajuda você a armazenar, ter coisas que você não tem o ano todo. A gente pode fazer polpas, e congelar. Na época da safra pode fazer carne de jaca, congelar, e guardar pra vender ou consumir no ano todo. A gente não sabia fazer um bolo diferente, não sabia fazer um pão, não sabia fazer um escondidinho de macaxeira, e a gente aprendeu através dessas formação. Ensinaaram que tudo que tinha no roçado podia ser aproveitado. Nos sítios sempre tinha alguma coisa, a gente sempre plantava, mesmo antes da associação, mas quase não tinha hortaliça, era mais macaxeira, milho, batata, essas coisa sempre tinha. Não vendia, era pra consumo, e o que sobrasse se perdia. Você tirava a goma, como exemplo, você nunca imaginava de vender a goma, tirava a goma só pra consumo. Ninguém imaginava não... Porque todo mundo trabalhava fora, na cana. Todo mundo achava que só a agricultura não tinha o valor que a

gente hoje sabe que tem. Isso foi acontecendo aos poucos, fomos descobrindo o que era uma economia solidária, e como ela funcionava... Uma coisa legal também que a INCUBACOOOP fez foi um DRP. Isso é um Diagnóstico Rural Participativo, ou seja, uma coisa que a gente participava pra melhor olhar pra realidade da nossa comunidade. É legal porque foi com esse diagnóstico que a incubadora fez seus trabalhos. Isso fez com que os trabalhos fossem feitos a partir da realidade do nosso território, a gente mesmo vendo e apontando o que precisava mais nele. Foi assim que a gente entendeu que tinha que trabalhar mais com as mulheres, porque a realidade do nosso território era de muito machismo. A gente formou o grupo de mulheres, envolvemos também mulheres de outras comunidades, pra que as oficinas pudessem acontecer. Era tudo muito difícil, porque na nossa comunidade nós não tinha nenhum espaço de reunião. Nossas reunião eram debaixo do pé de jaca. Fomos nas comunidades vizinhas, no sítio Cai-cai, e lá o presidente daquela associação nos ajudou com a cozinha de lá, pra que as formações pudessem acontecer. Nós saíamos daqui, e íamos pra essa comunidade, pra aprender a aproveitar tudo aquilo que voltava da feira, como cenoura, macaxeira, beterraba, e outras. O fortalecimento do trabalho coletivo permitiu a gente ir pra essa comunidade vizinha, pra que o trabalho acontecesse, já que sozinho ninguém ia poder ir. Foi muito importante, viu? Assim, em aprendizagem... A gente teve muitos cursos que os parceiros trouxeram pra nós. Em beneficiamento, na agricultura, na organização, organização de feira, organização de preço, a gente teve muito curso trazido pelos parceiros, viu? E sempre voltados pro nosso território. Pra gente conseguir viver com o que podia ser trabalhado no nosso território, pra que dele a gente não precisasse sair. Aprendemos muito, foi muito importante, e ainda é. Eu lembro que, na época que a gente tava começando, o primeiro beneficiamento que a gente teve não foi pra feira. De começo a gente teve essas capacitação pra nós mesmo, não foi pra comercializar. A gente teve só pra aprender a aproveitar as hortas, as hortaliças que a gente tinha, frutas, verduras, batata, macaxeira. Aí depois que foi surgindo os espaços de feiras... Foi surgindo a partir dessas novas ações no sistema de produção, acontecendo a transição agroecológica, na alimentação, nas formas de plantio, nos mutirões, com incentivo. As mudanças começaram a acontecer por meio da transformação dos cultivares, no início de forma mais informal e individual. Isso até começar a ser percebido como um novo tipo de trabalho, com meios próprios de comercialização, buscando transformação na nossa qualidade de vida. Porque até isso ser percebido, como te falei, tinha uma grande desconfiança... Alguns começavam a deixar o serviço da cana pra entrar em uma aventura de trabalhar pra si próprio, mas dava medo. Às vezes, mesmo depois de ver exemplos que tavam dando certo, muitos viam com desconfiança, até começar a dar certo pra eles mesmo, quando vinha um pouco de alívio.

Mas o diálogo era constante, pra não haver desistência. Sempre aparecia, e sempre vai aparecer, um desafio novo, meu fi. Isso é a vida. Lembro quando os grandes proprietários começaram a comprar terras ao nosso redor. Tudo, como sempre, pro plantio de cana. Muitos pequenos agricultores venderam suas terras, que ficavam próximas às nossas propriedades. Fomos ficando cada vez mais cercados pela cana, mas a gente produzia orgânico e dele queria viver. Como lidar com os venenos, as queimadas, da cana de açúcar? Até onde influenciava no nosso plantio? Foi um momento de desespero... A gente também sofreu já muita perseguição da polícia rodoviária, nas nossas idas às feiras em Recife, também ameaças da Companhia de Serviços Urbanos do Recife (CSURB), por influência de redes de supermercados, por acharem que estávamos tirando seus clientes. Principalmente uma rede de supermercados lá de Boa Viagem, onde participamos de nossa primeira feira, que tentava pressionar a gente, se vendo ameaçada. Isso é disputa de poder. Esses poderosos disputando e combatendo a nossa forma diferente de viver, pra que só exista a deles. Também aconteceram muitos conflitos na comunidade devido à influência de alguns políticos, aqueles ligados às grandes propriedades de cana, que lá antes eu te disse que eram os donos de Lagoa de Itaenga, lembra? Muitos nos viam como ameaça e não tinham o bom senso de tentar se unir a nós, sempre tentando nos desestabilizar. Lembro uma vez que, em ano de eleição, um candidato fez muita propaganda com sua vinda à comunidade, carro de som, sorteio de brindes. A forma como fez, junto com outras pessoas, era pra nos humilhar. Mas ele esqueceu que a energia da igreja saía da nossa, e então não deixamos ele ligar o carro de som na energia. Precisamos usar as armas que temos pra lutar pela vida que sonhamos. Se houve revolta? Sim. Teve porque muitos tava pensando só nos brindes, e nem um pouco em sentar com o candidato e discutir os problemas da comunidade. Mas a gente tem a resistência no sangue, na cor da pele, no território onde vive, e no cabo da enxada, meu fi. E no meu caso ainda, a resistência começou no primeiro dia que perceberam o que eu era. Uma mulher. A resistência faz parte da existência de toda mulher, meu fi. Dos cuidados com seus irmãos, da voz não escutada, do esposo repressor, da sociedade que só vê a gente como cuidadora da casa, nada mais. Tinha muito machismo aqui. Não que não tenha mais, mas ele em muito diminuiu. Espero que você cresça um homem que sabe a importância da igualdade entre todos os seres, independente de suas diferenças, meu fi. A mudança da mentalidade dentro da associação ficou mais forte com as várias formações, e teve formação tanto pros homens quanto pras mulheres. Primeiro teve a das mulheres, depois veio a dos homens. Muitas mulheres não participavam da associação, porque se dizia que as reuniões que a gente fazia, as formações, eram pra aprender tudo de errado. Mas só que não era, era pras mulheres aprenderem como lidar dentro de casa com os

maridos, questões de sexualidade também, do feminismo, e, de forma geral, como lidar em um grupo social. Lembro que quem ofereceu capacitações nesse sentido foi o Centro Nordestino de Medicina Popular e também a INCUBACOOOP. Foi também nesta realidade, e em parcerias, que a gente se reuniu e construiu o ‘grupo de mulheres’. Foi com o grupo de mulheres que participamos do PNAE (Programa Nacional de Aquisição de Alimentos), entregando macaxeira nas escolas. Pra isso a gente fazia os mutirões atrás da sede. A gente descascava a macaxeira, lavava, ensacava, e ia entregar nos colégios e na prefeitura. Era melhor do que fazer sozinho, porque o negócio com mais gente é melhor do que pouca, né não? E é bom que vai todo mundo conversando e, quando pensava que não, tinha terminado, já ia pra entrega. Pra mim foi muito importante uma renda a mais. Mas não só isso. Pra mim foi muito importante ter uma renda vindo direto pra mim, e não pro meu esposo. Das mulheres que vinham, muitas tinham que enfrentar o marido quando chegavam em casa. Mas foi juntas, fortalecendo o grupo de mulheres, que resistimos e nos fortalecemos. E que hoje somos nós, mulheres, uma grande força dentro da associação. Nosso histórico de luta é em coletivo. Não só esse nosso, das mulheres, mas nós agricultor no geral. Lembra que eu falei que, mesmo antes da associação, as ações coletivas já existiam? Que nessa época já existiam os grupos coletivos, mesmo sem ser através de uma coisa mais formal? E que já aconteciam mutirões? Pois foi a partir desta energia comunitária que a gente tomou força e iniciou nossos trabalhos. Não tínhamos muito dinheiro, mas tínhamos força coletiva. Com a associação, pegamos toda essa força, e começamos a melhor organizá-la. Já teve muito mutirão nessa associação. Assim, quando tava cada agricultor construindo sua horta, bem no começo. Foi tudo de mutirão. Passou uma época assim, até organizar a horta, que quando começou a fazer, passava o dia num sítio, numa propriedade, no outro dia aqueles ia tudo pra outra propriedade. Passava a semana todinha assim, trabalhando, se ajudando, sendo coletivo. Foi esse trabalho do mutirão que deu a chance da gente participar das feiras. Foi dele que os agricultores começaram a plantar a horta, que tinha que modificar o modo de plantar, modificar o sítio, aí teve muitos mutirões. A gente tinha também dois técnicos do SERTA que ajudavam, que ficaram com a turma um bom tempo, dando aula sobre a propriedade, como fazer curva de nível, como fazer adubagem, como fazer cobertura morta, como fazer mandala... Aí toda vez que eles vinham, todos os agricultores tinham que tá numa propriedade pro mutirão, aí noutra semana ele vinha, todo mundo ia pra outra propriedade... A gente trabalhava e aprendia na prática, né? Aí já que ia trabalhar na prática, todos os agricultores tinha que tá ali na propriedade pra aprender como é que fazia. Eu gostava muito meu fi! Porque era um trabalho animado, tinha mais gente pra conversar, era trabalhando e conversando. Ali na manhã

passava rápido, um serviço que você tinha pra fazer, que você ia passar a semana todinha, um grupo fazia dentro de uma manhã. Era uma forma de trocar conhecimento, de um vizinho dizer “óia, num faz assim não, vamos fazer assim que é melhor...”. Eu achava legal, eu aprendia muito com esses mutirão, era bom demais... Eu digo que naqueles mutirão, que foi no tempo da gente fazer a sede da associação, a turma parece que era mais animada. Depois que todo mundo conseguiu o que queria parece que alguma coisa adormeceu... A gente esqueceu, às vezes eu digo... No tempo do mutirão a turma tinha mais coragem do que agora. E foi mutirão sobre muita coisa, viu? Teve gente aqui que construiu cisterna calçadão, tudo feito em mutirão. Tá entendendo? Isso aí, prum agricultor, que não estava financeiramente em condição, ajudava demais. Aí a gente se sente gratificante... Também teve mutirão pra plantio de Urucum. Eu sempre me envolvi em tudo. União, fortalecimento, né? Tudo isso o mutirão favorece, pra o coletivo, e também pra gente no individual. Mas o que eu destaco é a construção da sede da nossa associação! Hoje a gente recebe visita, que pra gente era um constrangimento muito grande, e muitas visitas a gente serviu almoço de baixo do pé de pau, em lugar aberto, sabe? Acessível a mosca, muitas coisas... Mas o pessoal, de certa forma, a gente ficava constrangido, mas os pessoal reconhecia e via o esforço, que a gente tava fazendo aquilo porque infelizmente a gente não tinha uma sede. Então a gente correu atrás desse objetivo coletivo. Aí a gente pensou de fazer uma sede. Tão tal que a gente pensou a cozinha, pensou o espaço de informática, pensou os salão, pra fazer atividade, né? Ali a gente demonstrou a força do coletivo, devido ao tamanho da nossa sede. Muita gente chegava e dizia ‘porque não fazer menor?’, ‘porque não fizeram por parte?’, e a gente sempre respondia que menor não atendia o nosso objetivo, só dava se fosse daquele tamanho. A gente tem que confiar nos nossos sonhos, meu fi. Correr atrás deles, e fazer por onde pra que eles aconteçam. Quando vierem lhe dizer que seu sonho é alto demais, diga que quando você chegar nelevai sonhar mais alto ainda. Então como é que a gente fez pra conseguir esse sonho alto? A gente se uniu, meu fi, e pensou juntos. Sabe o que a gente fez? A gente fazia muito almoço! Porque, assim, nessa época a prefeitura se engajou junto com a gente, aí todas as reuniões que tinha da prefeitura, eventos, a gente ia fazer os lanches, fazer o almoço. Nunca se esqueça disso que vou lhe dizer: nossos plantios e o nosso beneficiamento, meu fi, eles dão nossa energia necessária pra caminhar, e viver, e nos ligam a outras pessoas. É com eles que a gente tem conseguido mudar a nossa vida. Sempre tenha um imenso respeito por eles! Como a gente sabe disso, além de fazer lanches e refeições pra prefeitura, também passamos a oferecer o nosso alimento saudável, o que a gente plantava, aos nossos visitantes. A gente recebia várias visitas, sempre tinha muitas visitas pra associação. De escolas, universidades,

ONGs... Nesse tempo a gente fazia divulgação e vinha muitos desses visitantes, passavam o dia. A gente fazia almoço, dava entrevistas, fazia conhecer as propriedades, nossos plantios. Tudo isso era pra nós fazer a sede. Assim a gente fazia, com os agricultores doando os alimentos. Podia ser um feijão, um doava uma galinha, outro doava as hortaliças, macaxeira, batata, o que fosse. Então tinha aquele grupo de mulheres que ali fazia um escondidinho de macaxeira, fazia uma torta de berinjela, uma lasanha de berinjela... Era um feijão, era uma taioba de côco, era um escondidinho, era um couve, era um maxixe de côco, sabe? Tinha uma diversidade muito grande nesses almoços. Então a gente pegava esse dinheiro que arrecadava pra construir a associação. Ela foi construída praticamente com esses recursos do coletivo. Esse trabalho que se fazia com um grupo muito grande era de uma diversidade muito maior, eu digo até que dos almoços de hoje, eu achava aqueles mais bem elaborados, assim, pela diversificação, sabe? A união no coletivo faz realmente tudo. E aí quando entrava um novo agricultor na ASSIM, que o agricultor tava com pouca coisa, tava querendo iniciar, a gente tinha, quem já tava, feito eu, mais bem adiantada, a gente tentava ajudar. Por exemplo, eu tinha semente, eu levava semente, eu levava muda, a gente fazia um mutirão, ia pra casa daquela pessoa, fazia os canteiros, iniciava aqueles primeiros plantios, começava a levar as coisas dele pra vender na feira. Quer dizer, muitos dos que hoje estão aqui foram iniciados nesse processo de mutirão. E onde a gente tinha um terreno vazio, hoje temos uma sede que temos muito orgulho. Sozinhos, cada um trabalhando só no seu, pensando só no seu, nunca que a gente teria conseguido avançar tanto. Não teríamos conseguido transformar tanta coisa! O COEP também foi importante parceiro nessa transformação, ajudou muito. Foi com o COEP, por exemplo, que a gente conseguiu uma antena de internet, computadores, que a gente montou o nosso Telecentro. E olhe, não sei como vai ser quando você crescer, mas muita gente, quando isso chegou aqui, não sabia mexer nessas coisas de internet. Tinha muita gente que não sabia mexer na internet, nem tinha curso. Eu mesma ainda tenho meus problemas com esses computador... Aí nessa época a gente foi aprendendo, aprendendo mais.... E isso aí já foi bagagem pra gente se motivar a fazer outras coisas. Com a internet a gente podia falar com outras pessoas, buscar receitas, aprender beneficiamentos, defensivos naturais, foi um mundo inteiro descoberto. Agora, o nosso telecentro foi implantado no que era dos outros... Foi na garagem de um de nossos agricultores, por sinal, o mesmo que doou as terras pra gente construir a sede. Serviu? Serviu... A gente não tem o que dizer. Mas, hoje, a gente ter uma estrutura daquela como a sede, que é coletiva, que é da própria ASSIM, é muito importante. Eu acho que o passo maior foi a construção dessa sede, por causa de todos esses processos coletivos, de mutirão, essas coisas todas. Foi importante também ter recebido o

prêmio “boas práticas em economia solidária”, ter feito o primeiro andar da sede, ter captado recurso com o ‘Ecoforte’, ter transformado a cozinha da sede numa forma mais profissional, ter conseguido equipamentos pra ela. Quanta coisa se consegue quando se trabalha junto, né meu fi? Agora, tem uma situação engraçada também, sobre a gestão da nossa associação. Teve um tempo que a gente passou quase seis meses sem ter presidente. Isso foi porque uma liderança nossa da época bateu o pé e disse que não queria mais ser presidente, que tinha que mudar de pessoa. Aí ficou aquele lenga-lenga, ninguém querendo assumir, ninguém querendo assumir... Mas hoje a gente vê isso como uma coisa boa de ter acontecido, eu acho que foi importante na época. Isso foi lá por 2006, por aí... Foi importante porque eu acho que várias lideranças foram criadas depois disso. Tá entendendo? Várias lideranças foram criadas, principalmente de mulheres. E eu acho, eu acho que foi importante aquela tomada de decisão naquele momento. Às vezes um momento assim de conturbação é o que tira a gente da mesmice, e só assim a gente ganha um novo gás pra seguir, e construir novas andanças. Hoje eu olho pra trás com tanto orgulho, sabia, meu fi? Quando? Meu Deus... Quando que eu ia imaginar poder trabalhar pra mim mesma? Trabalhar com uma alimentação saudável, melhorando a minha vida e a de outras pessoas com meu trabalho? Sou muito feliz de Jesus me dar essa chance. Muita coisa já aconteceu aqui, você deve tá imaginando agora. Mas é que vinte anos não são vinte dias, meu fi, não são. Vinte anos são toda a vida da nossa associação, hoje. Vinte anos se passaram, e aqui estou eu te contando sobre o que já foi. Que caminho longo até chegarmos onde estamos. E você sabe onde estamos?

3. Como estamos hoje

Olhe, fazendo isso aqui pra você, eu tô puxando na minha memória viu? E algumas coisas até dói um pouco de lembrar. Porque tem coisa que não adianta eu pensar nisso mais, porque eu não gosto de renovar passado, principalmente quando ele não é bom. Porque quando eu renovo o passado, eu sofro duas vezes... Porque o que já aconteceu comigo, da minha meninice, até hoje, hoje pra mim é festa. Hoje é alegria! Então eu não sento assim muito pra recordar passado não. É difícil, se ninguém me perguntar, eu não digo é nada. Tô fazendo isso aqui pensando em você! Pra mim hoje é festa, hoje pra mim é festa, hoje eu sou rica, sou rica hoje, pra vista do que eu era. Meu pãozinho todo dia, comendo meu pãozinho na mesa, com a minha família, com minhas fia tudo tendo estudado. Hoje pra mim é uma benção, é uma

benção de Deus. Lembro quando mandei teu avô pra Glória do Goitá, pra fazero curso lá, o de técnico em agroecologia do SERTA. Ele recebeu o certificado, eeumandei ele trabalhar, “vá trabalhar!”, aí ele foi. Meio desanimado, dizendo que a gente ia era passar fome, essas coisas. Assim mesmo, nós entregamos a Deus e corremos atrás. Aí de lá pra cá, graças a Deus, não precisamos trabalhar mais pra ninguém. Ainda hojeeutô batalhando, mesmo já sendo aposentada. Mas não deixo de trabalhar na minha verdura não. Olhe, meu fi, eu digo a você, a ASSIM tá no patamar que muitas associações queriam tá hoje, mas não estão. A gente tem que lutar muito por aquilo que a gente quer. Cada um tem que olhar, olhar bem o que quer, porque é difícil chegar até aqui. Por outro lado, meu netin, pra você perder isso tudo que você tem, é rápido, pode ser muito rápido. E tem coisa que a gente conquista que a gente não quer mais voltar atrás. A gente sabe também que a associação ela não pode viver sozinha, só daquela comunidade. Precisa criar outros laços também, estender a economia solidária, a agroecologia, a grupos lá fora. Do mesmo jeito que alguém ajudou a gente, hoje a gente já dá assistência ao pessoal de outras comunidades. É o caso da comunidade do Quatis, aqui vizinha. Outras pessoas da cidade também já formaram um grupo, pedindo pra vir, que queriam aprender, aí a gente também já repassou pra outros grupos de Lagoa de Itaenga, Camboa, Cai-cai, Quatis, Barragem, até pessoas de Glória do Goitá já foram envolvidas nessas formação que a gente dá. Quando a gente faz essas formação, sempre a gente gosta de colocar no *face*. Mas não sou eu que mexo com isso não, tem um pessoal mais entendido... Isso tudo é o trabalho coletivo construindo uma força em todo nosso território, que sai dele também pra outras comunidades. Por mais que tenha muita picuinha, as vezes fofoca, disse me disse, mas tem muita parceria também. Assim, eu mesma, eu pego muita coisa com os amigos, de produtos. Eu vou pra feira, que sobra coentro, manjerição, que sobra nabo, cebolinha, o que sobra, que a turma ia botar lá pra fazer o composto, o adubo, eu trago, tá entendendo? O povo já vem me dizendo “sobrou macaxeira, sobrou não sei o que...”, as meninas já sabem, tá entendendo? Hoje quem foi pra feira foi sua mãe, minha filha, e aí ela sai ligando “mãe, sobrou tal coisa!”, aí a turma me dá. O que eu faço? Eu beneficio, eu vendo mais beneficiado, e as vezes eu levo as coisas do teu tio avô também, tá entendendo? Quando ele tem muita, aí eu levo as coisas dele, que eu boto no banco do grupo, que, assim, quando um grupo tem muito coentro, e os outros grupos não têm, aí ele manda por mim e eu distribuo pros meus amigos. Eles vendem e me repassam o dinheiro. Se meus amigos tiverem um monte de coisa que teu tio não tem, aí teu tio leva, assim, a gente não tira nada de um amigo pro outro. Por exemplo, eu levo uma galéia de alface, aí alguém leva a do teu tio, essa pessoa não tira dinheiro, ela não ganha dinheiro sobre aquilo. Ela vende, aí tira o dinheiro só da bolsa que

usou, só da bolsa, e repassa pra ele. Na outra semana, quando ela tem muita coisa, aí ela já manda por ele. A gente não tenta ganhar em cima do produto de outro associado ou associada. A gente repassa o dinheiro todo pra ela. Sempre no grupo funciona assim, sempre um tá ligando pro outro. A gente não estraga muita coisa, porque sempre pede pro amigo vender na feira dele. Agora, a gente só pega de um com o outro dentro do grupo da associação. Se tem um grupo na feira que não é sócio da ASSIM, mesmo que ele plante e diga que não botaveneno, a gente não pode pegar. Pode ser de um grupo de outra feira que a que eu participo, mas tem que ser da associação. Isso porque só ela é que é fiscalizada por a gente, entendeu? Agora, uma coisa que eu sinto falta, que a gente não tem hoje, mas podia ter, era um banco de troca. Se houvesse a gente podia até criar, quem sabe, um melhor consumo pra gente. Hoje, boa parte busca muito consumir o que já tem, mas se faz necessário o complemento ainda. E por aqui ainda tem muita gente que dá valor aos produtos industrializados que fazem mal, como os biscoitos, salgadinho, coca-cola, espero que você cresça sem gostar de nada disso meu fi. Cabe a gente, tua família, te educar pra isso. Prometo fazer do meu melhor. Mas aí, com o banco de troca, a gente podia melhor organizar as nossas trocas. Assim, se alguém produz bastante farinha, por ter a casa de farinha, do outro lado eu tenho muito feijão... Essa troca podia tá acontecendo de uma forma melhor se a gente fizesse um banco de troca aqui. Era bom também um banco de sementes da associação, que hoje a gente ainda não tem. Agora, tem uma coisa hoje, ruim, em comparação ao que era antes, meu fi. Hoje, por moi da pobreza que nos é acometida, a violência tá cada vez maior. E isso é na cidade e no campo. Cada vez maior. Antes, aqui na comunidade, os terrenos eram tudo livre, não tinha essas coisas de cerca, grade... Tinha não. Hoje tá tudo cercado. Outro dia mesmo teve um assalto aqui que fez um bocado de gente fugir pra cidade, mas aí na cidade também teve um arrastão... Não tem pra onde correr, meu fi. Enquanto a gente não cuidar da desigualdade nesse país, enquanto a gente não der de comer a todo mundo, que todo mundo tenha as mesmas oportunidades, a violência vai continuar crescendo. Às vezes tinha evento à noite, reunião, ou na igreja mesmo, eu podia ir... Eu e minhas meninas andava no sítio 21h, 22h, e andava sozinha. Agora a gente sente que não pode mais. Lembro quando tinha festa ali na associação, festa de São João, a turma brincava até de madrugada, tarde da noite. Os agricultor depois tudo ia de um sítio pro outro, sua família sozinha, e nada disso acontecia. Mas como agora tá assim, né... Até tarde da hora você andar naquela estrada ali, a pé, você não consegue mais. Aí cada agricultor começa a se proteger, se proteger, não é se proteger nem do agricultor pro outro, é proteger do mundo, da violência que tem crescido tanto. Parece que tem cerca porque fica organizado, fica bonitin, mas a cerca não foi nem pra organizar, foi

mais por conta da violência mesmo. Espero que quando você leia essa carta as cercas não sejam mais necessárias em nossas vidas. Que a vida teje mais igual pra todos, e que assim a gente sofra menos violência. Mas é preciso lutar por isso. Lutar por uma sociedade mais justa. Outra coisa também meio ruim foi os mutirão. Lembra como eu disse que foram muitos e importantes? Pois hoje a gente perdeu mais o hábito. De vez em quando, quando a gente quer fazer um trabalho na sede, é em mutirão que a gente faz. Reúne todo mundo, vai lá, limpa, ajeita, tudo no mutirão. Mas tá quase que só na sede. Mutirão, mutirão pra valer mesmo, faz muito tempo já. O último mutirão que a gente fez foi assim, agora a pouco, pra pintar a sede, pra festa dos 20 anos que a gente fez. Eu até fiquei lembrando os que a gente fazia antigamente. Foi bom ter esses 20 anos, que a gente passou o domingo todinho lá, pintando, outros limpando, outros cortando, outros lavando, passei o domingo todinho lá. Ai revivi os mutirão que a gente fazia antes. Eu tenho saudade... Mas pintou as feiras, cada cá foi trabalhar... Mas, assim, se tiver precisando, a gente se reúne. Eu acho que hoje diminuiu mais porque cada cá já tem sua feira, sua propriedade. Todo mundo já... Não aprendeu de tudo, né, mas já sabe conduzir as suas hortas, sua agricultura, aí os mutirão mais parou. Parou de se reunir cada dia na propriedade de um, porque hoje também as propriedades já tão mais estruturadas. Às vezes também é mais por conta de tempo... Porque naquele tempo a gente não tinha tanta feira ainda, a gente só trabalhava mais no sítio, tinha mais tempo pra estar todo mundo junto, e agora cada dia um sai pra uma feira diferente. Tu pode ver, é difícil conseguir reunir o grupo dia de semana. E a gente precisa, né? Dessas feira. Porque agora elas são nosso sustento. Outra coisa é que o pessoal começou a se estruturar financeiramente, aí cada um já pode as vezes pagar mais um funcionário, e cada um começou a produzir por si, né... Ainda existe, ainda tem alguns mutirões que são feitos, alguns ou outros grupos faz um mutirão, pra fazer algumas atividades, mas isso já foi mais forte, já foi mais forte esses mutirão. Em parteeu vejo como um resultado bom. Tanto nas propriedades como na questão da ASSIM. O mutirão não é algo que pode ser chamado a cada dois dias... Ele leva um tempo de organização, precisa juntar todo mundo, tem suas complicações também. É bom que a gente não tenha mais a necessidade dos mutirão. Agora eu acho também que de vez em quando a gente podia fazer uns, nas propriedades uns dos outros. É bom porque isso cria uma união maior entre a gente, e também ajuda a trabalhar a propriedade das pessoas. Faz com que a gente não fique só com aquele pensamento na feira, mas também no projeto coletivo. Sem ele, sem um pensamento no coletivo, a gente quebra. E as vezes eu fico pensando que o pensamento pro mercado, pro dinheiro, pro capital, tá mais forte que pro coletivo, hoje. Às vezes eu fico pensando que de tanto a gente fortalecer só as idas pra feira, a gente acabou

como se voltando só pros interesses do mercado, deixando mais de lado a nossa ideia de coletivo. Deixando de lado a forma que a gente aprendeu na formação de economia solidária. De criar outro tipo de vida, que não seja só pro mercado, pro dinheiro, como é a realidade da cana. Às vezes eu acho que o capital tá tendo sua influência forte demais na nossa experiência. Se modificou também aqueles mutirão pros almoço coletivo. Lembra que na construção da sede todo mundo meio que se envolvia? Hoje utiliza assim, três pessoas vaifazer o almoço, então essas pessoas que fazem e que recebem, entendeu? Não é a associação. É mais diferente, nesse sentido. Eu acho pior, acho até que os almoços ficam menos diversificados. De certo modo, eu acho que hoje tá mais cada um faça o seu, sabe? Isso se perdeu um pouco, o espírito associativista adormeceu um pouco... Agora, o que tá retomando, que eu achei muito bonito, é a questão cultural. Assim, a gente realiza a festa do padroeiro, dentro da comunidade, já é o segundo ano que a gente vai fazer, e aí no final tem essa questão de partilhar o alimento. Cada um leva um prato, e isso me lembra muito a questão do mutirão. Eu digo “que beleza! Uma coisa nova que agrega o que a gente já fazia, né? Essa partilha.”. Então eu acho muito bonito, eu acho muito interessante, porque eu já vi muito em outras regiões. É legal ter aqui também. Uma ideia que a gente tem tido é de criar um calendário anual com todas as festas que a ASSIM vai comemorar. Assim a gente fortalece a nossa identidade, e também o nosso planejamento pra se organizar e fazer uma festa arretada! Inclusive acho que a gente hoje podia usar nosso espaço coletivo muito mais pra fazer essas coisas também. Usar mais a sede pro lazer... Hoje eu percebo que as mulheres têm ainda mais ações coletivas do que os homens. Isso é por a gente ter criado e fortalecido um ‘grupo de mulheres’. Vejo como uma forma de a gente ter se tornado forte, e não ter ficado pra trás. Toda a nossa disposição de sair de madrugada, conquistamos um carro coletivo, tiramos carteira de motorista pra que a gente mesmo dirigisse, tivemos de aprender a circular no Recife. Tudo com o intuito de buscar nossa autonomia. A chegada desse carro aqui eu acredito que foi muito importante pro grupo de mulheres, principalmente também quando teve o PNAE, na entrega das macaxeira. Pra ir buscar no roçado, pra depois entregar nas escolas. Isso foi um filme que eu tô lembrando, pra mim, eu não sei pras outras, mas eu acredito que esse carro coletivo é um grande apoio que a gente tem até hoje. A gente conquistou ele por projeto de recurso perdido do Banco do Brasil, junto com o Centro Sabiá. A gente teve que fazer um levantamento do que a gente precisava, o que a gente tava precisando na associação. Aí colocou carro, fogão, forno, colocou uns equipamentos. A gente, assim, nem imaginava que fosse chegar, ficou só na expectativa. Mas esse carro tem dado um grande apoio pra nós ir pras feira. Ele lembra muitas coisas na minha vida... Eu não sabia

dirigir, aí, depois, eu pensei “eu vou tirar a minha carteira!”, mas só fui mais empurrada por causa de teu avô. Graças a Deus hoje já dirijo, já vou no Recife, vou pra feira, volto. Mas, se a gente não tivesse esse carro, talvez as mulheres ainda não estava nas feiras. A gente só produzia e mandava por outras pessoas... E também esse carro favorece muito a gente nas reuniões, porque eu me sacrificava muito. Ia ou pra Vitória, ou pra Lagoa de Itaenga, ou pra Carpina, participar de reunião de coordenação. Aí eu me sacrificava muito, saía daqui o que? 5h/5h30 da manhã, chegava 19h/20h da noite. Então, esse carro foi uma oportunidade única, assim, na vida de todos nós aqui. Porque ai de nós se não fosse esse carro, pra ir em reuniões distantes, em Abreu e Lima, Bom Jardim, Vitória, Gravatá, Chã Grande... E também, muitas vezes, a gente se reúne o grupo de mulheres com outras mulheres, pra trocar experiência de receitas. De receita, assim, troca de conhecimento, uma da outra, de uma associação pra outras associações. Isso foi muito gratificante aqui pro nosso território também. Não só a gente aprendia o que elas lá sabiam, mas como a gente também repassava. E é muito gratificante, porque a gente repassa pra elas, que elas não sabem, mas estão aprendendo, a partir do nosso grupo. Então a nossa associação, sempre a gente vai conquistando outras pessoas, e vamos repassar o que a gente sabe pra elas. E, assim, a gente já conheceu bastante lugar graças a esse carro que a gente conquistou. É o resultado da ação coletiva das mulheres, que não foi fácil. Foi com muita insistência, viu meu fi? Muito grande. Chamando, uma chamando a outra, uma incentivando a outra, e graças a Deus o machismo eu acredito que tá praticamente acabado dentro da associação. Entre os trabalhos a gente vê que, hoje, as mulheres elas têm um empoderamento, realizam mais atividades. Mas ainda tem alguns homens que olham diferente, porque veem as mulheres envolvidas dentro da associação. E temos muita capacidade para desenvolver o nosso trabalho! Isso me lembra uma frase do movimento da agroecologia, “*sem feminismo não há agroecologia!*”. Isso teve muita influência nas nossas vidas, meu fi. Se hoje a gente tá mais organizada, se hoje a gente tem até mais atividade coletiva que os homens, é porque lá atrás trabalhamos o feminismo aqui. Porque a gente fez capacitação pras mulheres, mas também pros homens. E por que a gente construiu o nosso grupo de mulheres, dando mais autonomia à gente, construindo uma rede de mulheres fortes, aprendendo muito, e tirando nosso próprio sustento. Eu tenho muito orgulho de ser uma mulher, agricultora, autônoma, e que trabalha em coletivo, aqui na ASSIM. É engraçado que por aí você vê muitos agricultor sem orgulho de si, não querendo que os filho pegue na enxada. Pois eu aqui na ASSIM tenho muito orgulho da nossa identidade! E tenho mais orgulho ainda de ter lutado muito pra que isso tudo pudesse ser verdade. Tudo veio do meu suor, do nosso suor. Se a gente não começa nunca a botar energia na mudança, energia

nossa mesmo, nada nunca vai acontecer. O que a gente colhe hoje como mudança pras mulheres, foi por mói das sementes que foram plantada muito tempo atrás, regadas, iluminadas pelo sol, que as vezes pareceram que não iam germinar, mas que hoje deram frutos deliciosos. Eu acho que ao longo do tempo, pra vista do que era, agora já tá bem avançado. E eu acho que ainda falta muito mais... Eu acho que o nosso espaço era pra ser mais valorizado pelos agricultor. Assim, se os agricultor fosse... Comparação, um exemplo: quando tem reunião, aquilo era pra ser lotado. Ainda tem muito agricultor que falta acordar, sabe? Assim, pelo que a gente tem graças à associação, eu acho que a gente tinha que dar mais de nós, ainda falta. A gente falta, eu digo, não vou dizer a turma, eu digo nós todos falta ver o valor que a associação tem. A gente valorizar e olhar mais pra o que a gente é hoje, que é graças à organização da associação. Tem gente que se envolve pouco, e tem gente que nem se envolve. Só os que faz parte, que têm o interesse, é que sabem o valor. Mas muitos que têm sua agricultura não se interessam. Não param pra olhar o que construímos enquanto associação, acham que é tudo fruto de seu trabalho sozinho. Não lembram que se não fosse no trabalho coletivo, a gente não tava aqui onde estamos hoje. Quando é assim, que tem que ir numa reunião mais importante, quase todos participam. Agora, assim, que nem eu te digo, tá faltando... Porque as vezes tem reunião, as pessoas não vai. Isso incomoda. Uma coisa que eu penso é que a gente devia mudar também as nossas assembleias. Eu fico muito cansada de passar a semana todinha trabalhando, ainda ir pra feira no sábado, e quando voltar ter a reunião só pra resolver bronca. A gente devia fazer desse momento da assembleia, que é só uma vez por mês, pra fazer um momento legal de encontro de todo mundo, do coletivo. Talvez fazer um lanche coletivo, um jantar depois da assembleia... Não sei, isso a gente tinha que ver no grupo, mas fazer algo que desse mais vontade de ir pra essas assembleias. Que não fosse só um lugar de resolver problema, que fosse legal também, um momento pra gente se encontrar tudo junto, que é difícil de ter. Mas eu acho que daqui um tempo, de agora por diante, eu espero que o grupo vai acordar mais ainda, porque tá vendo que tem muita coisa acontecendo, né? Muita mudança que aconteceu. Beneficiamento, os que tão indo pra feira, que antes vivia principalmente na cana de açúcar, e agora tem seu próprio trabalho, sua própria renda, não precisa sair de casa pra trabalhar. Mudança dentro do grupo. Avançamos, mas devíamos ter avançando mais, se tivesse prevalecido mais a coletividade da comunidade, estaríamos com outras conquistas. Não é dizer, assim, “eu não vou perder um tempinho pra ir fazer tal coisa na ASSIM...”. A gente precisa fortalecer o coletivo, não só a gente mesmo. Com o tempo, o pessoal se prendeu muito à produção e comercialização. É isso que é a minha briga dentro da ASSIM muitas vezes, é essa. Como eu disse, o capital, de certa forma,

influenciou. É importante, mas eu registro isso também, de certa forma influenciou. Porque eu percebo que existe dentro da ASSIM agora uma questão, assim, de quem produz mais, como ganhar mais, que eles sabe que o mercado é bom... O mercado do orgânico é bom. Mas alguns tão perdendo a principal essência do que é esse processo de organização coletiva. Porque alguns já chegaram, assim, eu vejo um comentário “não, hoje eu já tô muito focado na feira, e já tô a muito tempo na feira, não preciso mais da associação pra participar.”. Precisa, principalmente nesse controle da lei 10.833, que regulamenta a questão da produção orgânica, a questão das OCS, né? Se não for através de um processo coletivo, a gente não se representa só. Se representa grupo informal, não individual. Mas eu só chegar pra pegar uma OCS, que nem a gente tem na ASSIM, não posso, porque é um controle de organização social. Como é que você sozinho vai se controlar? Tá entendendo? E mais do que isso. Se a gente se separa, fica achando que agora já tá melhor, que não precisa mais do coletivo, a gente se quebra. Se a gente gasta todo nosso tempo produzindo, só pensando em comercializar, a gente quebra a nossa associação. E é dela que vem nossa mudança, é dela. E ela, na verdade, somos nós todos, em um mesmo grupo. A ASSIM somos nós, e foi com ela que hoje a nossa qualidade de vida melhorou um pouco mais. As feiras são muito importantes pra gente. São inclusive espaços onde a gente aprende muito sobre organização coletiva. Elas são em si uma organização coletiva. Mas com elas a gente tem que continuar percebendo como o trabalho coletivo é importante, a gestão, a formação, tudo, e não só a produção e comercialização. Hoje, aqui na ASSIM, cada grupo de pessoas que vai pra uma mesma feira a gente chama de ‘grupo de feira’. Meu grupo de feira é de 5 pessoas, mas lá na feira tem outros agricultor, que não são da ASSIM. Aí também toda feira tem que ter uma pessoa que seja representante. Na minha feira é eu. No final de cada feira a gente faz uma assembleia da feira, porque é a gente mesmo que decide as coisas. A gente funciona em autogestão, o que quer dizer que a gente mesmo é quem faz a gestão da feira, junto com os parceiros. Isso é bom porque a gente aprende e faz política na prática, a nossa política, a política sobre a nossa ação. Assim a autogestão fortalece na gente um sentimento de liberdade. A autogestão leva a uma maior autonomia, mostra que a gente pode escolher a própria vida, que pode decidir o que quer fazer. E também, mais uma vez, a gente não faz isso sozinho, cada um na sua. O que foi discutido na feira tem que levar pra assembleia da ASSIM. As decisão que tem que tomar logo a gente toma logo ali, na feira. Mas depois a gente leva pra ASSIM. Tudo que acontece na feira, na nossa assembleia mensal da associação a gente fala. Como é que tá a feira, o que tá acontecendo, entendeu? Sempre a gente tem que repassar pra associação o que é que tá acontecendo na feira. Se tem alguma mudança, mudança de horário, se saiu alguma pessoa,

algum problema com produto, se chega o fiscal lá, se faz análise. Tem que tá ligado feira e associação, porque se deixar as feiras soltas, cada um por si, sem fiscalização nossa, aí não tem organização... Cada um vai ficar solto, fazer o que quer, e a gente deixa de ser um grupo, de fazer uma organização coletiva. Na assembleia da ASSIM pode, como exemplo, um grupo que faz parte de outra feira dizer ‘você tá errado, você tá agindo errado’. Porque assim, mesmo que sejam vários grupos de feira, eles se tornam um grupo só, a nossa associação. Porque se algum desses erra, atinge todos nós. Então é vários grupos que se tornam um grupo só. E a gente se reúne em assembleias todo mês, pra falar sobre essas coisas das feira, pra unificar as experiências e as ideias, e também pra discutir outras questões. Tem também as assembleias da Rede Espaço Agroecológico, que são em parceria com o Centro Sabiá. São 3 assembleias durante o ano, com representantes de todas as feiras da Rede Espaço Agroecológico. Então a gente tem que ir... A gente vai, discute sobre preço, porque a feira da gente ela é tabelada, então a gente vai discutir sobre preço, saber o que precisa de melhorar, vai saber qual é o sistema da feira, qual a organização que tá sendo feita, o que o Centro Sabiá quer propor, o que a gente fala, essas coisas... E também essas reuniões servem como nosso controle social, pra abrir os olhos de muitos produtor que quer passar o pé pela mão. O que quer dizer passar o pé pela mão? Usar algum produto que não é permitido. Essas experiências deixam a gente mais perto da política, que muitas vezes a gente acha que não é coisa pra gente, que é coisa de gente de gravata. A política de todos os dias, e não a de Brasília. A gente vive na pele e na prática a democracia, a organização coletiva, o como fazer uma política que deixe um equilíbrio entre a gente. E isso a gente aprende pela nossa própria experiência, a partir do que tá mais perto da nossa vida, fazendo uma política mais participativa e no nosso contexto. Assim a gente pode fugir de uma maldição que há séculos oprime as famílias da gente, a da cana. Fugir dessa que sempre foi nossa obrigação, que a gente não tinha outra escolha. E todos esses espaços onde a gente toma as decisões, onde a gente funciona em autogestão, ajudam a gente a se sentir mais forte e capaz. Ajudam a gente a perceber que a gente não precisa baixar a cabeça pra servir a ninguém. Hoje mesmo a gente é uma comunidade que é cobiçada, politicamente. Tá entendendo? Porque a gente já tem um reconhecimento, a gente já é uma experiência referência em Pernambuco. E aí eu acho também que aconteceu uma transformação de visão, não só a transformação de financeiro, mas também a transformação política, né? Assim, de a gente ter sempre aquela decisão de que a nossa associação não é palco político, tá entendendo? A gente sabe que a gente é quem deve decidir. Político a gente convida, se convive, mas que não chegue se achando que é o bambambam. A gente tem todo esse controle. Agora mesmo, nesses 20 anos, a prefeita falou,

mas na inauguração da cozinha, que era época de eleição, tinha dois candidatos, mas a gente não deixou nenhum falar, tá entendendo? Porquênão era o momento, a gente chamou eles pra eles ver o brilhantismo da gente, que a gente é bem meio que provocador. A gente gosta de chamar, pra que eles venham e digam assim ‘eles são danado mesmo!’, tá entendendo? Os que não vêm, problema deles... E a gente sabe que isso tudo funciona, porque a gente sente na pele. Toda essa mudança que hoje existe aconteceu pelo trabalho coletivo. A mudança de dentro da própria comunidade, que muitas pessoas não acreditavam. Muitas pessoas falam “já vinte anos...”. Nós conseguimos muitas coisas, meu fi, e que sirvam de exemplo para você e os demais tomarem a responsabilidade pelas próximas, pelo caminho que elas vão tomar. Hoje, em questão lazer mesmo, é muito melhor, do que quando você pensa no trabalho da cana. Tempo pra tá com a família, meu horário de trabalhosou eu que faço. Tanto faz pegar de quatro da manhã às cinco, como chegar de 7h, largar de 12h... Pronto, aí tem o... Vamos dizer, feriado, que empresas da cana não dão, né? Ou que a empresa paga e o povo é obrigado a ficar lá trabalhando... Hoje eu faço meu horário, eu faço meus feriados, e sem falar que hoje tá eu, meu cunhado e seu tio avô trabalhando, né? Hoje seu tio avô não pode mais pegar no pesado como pegava antes. Como ele trabalhou com cana, num serviço muito duro, hoje a força dele já foi muito gastada. E ele não sabe ler, não tem uma alternativa de serviço menos forçado pra trabalhar... Ele trabalhando comigo ele vai fazendo o que pode, num dia que não dá pra fazer, ele fica em casa, e tá tudo certo. Quer dizer... É, hoje, hoje é uma transformação. Hoje, ali, de todos os agricultores, se eles quiser, pelo financiamento do PRONAF, eles tira uma caminhonete pra eles. E não sente dificuldade de pagar, não sente dificuldade de pagar. Outra coisa também, se a gente pegar alguma foto daqui de 20 anos atrás, se a gente conversar com pessoas mais antigasdo que 20 anos atrás, a gente vai ver que a cultura daqui era mais cana de açúcar e macaxeira. A gente não encontrava propriedades tão diversificadas... Apesar de o quantitativo de terra ser pequeno, porque a maioria é 2 ha, 1.5 ha, no máximo 3 ha, por família, mas a grande maioria é de 2 ha a 1.5 ha. As pessoas que participam da associação, os sócios, a gente nota que o sítio são bem mais diversificados. Ou pessoas da comunidade, mesmo que não se envolve no processo da ASSIM, mas têm uma certa, vamos dizer... Se espelha, né? No vizinho, que é a gente. Aí isso ajudou a diversificar mais as propriedades, a gente nota que, hoje, as propriedades aqui em cima na comunidade têm uma quantidade maior de fruteiras, mesmo as pessoas que não produzem pra feira já têm uma baciazinha com coentro, um leirãozinho com alface, uma criaçãozinha de galinha, um bode ou outro, não criação grande, mas tem algumas coisa pro consumo de casa, pelo menos, e há 20 anos atrás isso não era muito comum. Lembra que aqui na Zona da Mata tem um histórico de ter de

buscar o alimento fora, desde a época da colonização, porque as terras são tudo voltadas pra cana? E hoje aqui no nosso território a gente mudou muito essa realidade! Queima de lixo, queima de folhas secas, hoje a gente não vê tanto quanto via antes. Antes a gente via no sítio, o pessoal juntava as folha tudinho e tome fogo. Hoje queimadas é só mais na usina, só de cana. Hoje eu tenho orgulho de produzir alimentos com saúde, de consumir mais diversificado, de trabalhar em coletivo. Esses 20 anos nos ensinaram muito, viu, meu fi? E agora que eu já te expliquei melhor como a gente tava antes da ASSIM, como a experiência aconteceu, e como estamos hoje, vou me deixar divagar um pouco sobre o que eu acho de mais importante que eu aprendi com isso tudo. Foram tantas coisas! Espero que isso te seja de grande importância um dia, meu netin.

4. O que eu penso disso tudo

Quando eu penso assim, meu fi: o que de mais importante aprendi? Quais pedras no meu caminho? O que o caminho mostrou? Quer dizer, esse crescimento da associação, é uma valorização pro nosso território. Quando a gente cria nele um outro tipo de vida, a gente vai aos poucos fazendo uma outra realidade. Você mesmo, vai crescer aqui, já em um território de agroecologia e de economia solidária. Isso vai fazer que você já cresça com essas coisa na cabeça. Vai fazer que você cresça já com um outro jeito de olhar o mundo do que o seu bisavô, que só soube o que era cana a vida toda. Lutar por um território que não continue a história da região, da opressão da cana, faz um território alternativo à realidade da região, faz que pessoas possam viver de outra forma, faz essa possibilidade mais possível. É um grande avanço pra nossa comunidade. Agora, pra quem não conhece, pensa que isso foi à toa. Mas não! A gente tá vendo que a comunidade tem avanço, agora precisa o povo se interessar mais ainda, porque não é ficar só com o olho, que não adianta nada. Não pode achar que já conquistou as coisa e que não precisa mais do coletivo. Eu penso também que a gente precisa cuidar melhor uns dos outros. Às vezes eu vejo que aqui tem muito picuim, e a gente devia aprender melhor a lavar a roupa suja. Sempre teve muito picuim aqui, mesmo antes da ASSIM. É normal também, mas a gente não pode deixar as coisa crescer, ficar sem resolver. Tem que usar mais os espaços de assembleia pra resolver os problema. Porque a gente tomou mais conhecimento no nosso trabalho, e desenvolvemos mais o nosso sistema, assim, vamos supor, a nossa liberdade, foi no trabalho coletivo. Foi pelo trabalho em associação, e a gente precisa continuar cuidando dele. Que a gente trabalhando, e vendendo nossos produto na feira, é de tá com a liberdade melhor, né? Os produto que nós vendemo são os produtos de durabilidade, que têm mais saúde, então quer dizer que pra nós foi importante. O trabalho

autônomo dá mais alegria e vontade de fazer que o da cana. A gente sabe que tá fazendo algo pra gente mesmo, e a gente que decide as nossas coisas. A vida vai melhorando, e a gente vai sentindo isso na pele, fazendo que a gente não queira nunca mais voltar pra cana. Fazendo que a gente lute pra conseguir continuar com a associação. Fazendo que a gente sinta que tá dando certo. Isso tudo foi quando a gente passou pela nossa transição agroecológica e pela economia solidária. No consumo, no plantio, na relação com o alimento, com o ambiente, com as mulheres, na solidariedade, no fortalecimento de nossa identidade. A transição agroecológica fortaleceu na gente a nossa identidade e orgulho de ser agricultor, e isso deixou mais forte a nossa organização coletiva. A gente se viu como um mesmo grupo, um grupo de agricultor. Fazer uma associação cria um laço em comum entre a gente, fazendo que a gente tenha necessidades em comum, e que a gente troque juntos pra saber como dar uma solução pra elas. O fato da gente ser associado faz a gente perceber também que a ação individual afeta o coletivo. Isso é até uma formação política pra gente. A organização coletiva politiza o nosso trabalho da importância do coletivo. Quer dizer, cria uma consciência do coletivo, uma fiscalização do coletivo, um trabalho no coletivo, quer dizer, faz a gente ver que a vida é construída sempre em coletivo. Se nós não fosse de uma associação, quer dizer que a gente não pegava também os projetos das políticas públicas... Com esses projeto, sendo uma organização coletiva, a gente constroi também estruturas coletivas. Foi assim que a gente conquistou o carro das mulher, a cozinha coletiva e seus equipamentos, a sede, o telecentro, o biodigestor, enfim, várias coisas que são de todos e, assim, fortalecem o coletivo. Essas coisas fazem o coletivo virar matéria no território. Participar de políticas públicas, dos projeto, como uma associação, vai cada vez mais enraizando a nossa realidade coletiva no nosso território, enfrentando a da cana. Guarde isso na sua cabeça meu fi. Hoje a gente tem tudo isso que tem devido à associação e ao nosso trabalho nela, à nossa luta. Se fosse pra eu ir individual, daqui pra feira, eu não ia. Ninguém ia. Então se reúne eu e mais várias pessoas, quer dizer, isso aí é uma reunião que fortalece nosso dia a dia. A gente é associação porquê? Porque um só não consegue fazer o que um coletivo consegue, né? O mutirão até reproduz isso, que a união faz a força, que é o coletivo que vai acelerar, vai construir maiores ações. Eu acho que o mutirão fortalece essa parte humana, essa sua parte humana, tá entendendo? De você se disponibilizar e sair pra ajudar outra pessoa. Seja mesmo no seu grupo, ou fora do seu grupo, você indo, você passando o dia, eu acho que não só o financeiro, mas a maneira mesmo de lhe ajudar, até como pessoa. Ele tem esse papel de formação de uma identidade de coletivo, além do papel de ajudar a trabalhar a terra, ou a sede, enfim. Então a nossa organização coletiva serve pra isso. Pra comunidade se unir, ter a nossa segurança alimentar, o enriquecimento da

comunidade economicamente, a partilha, as divisões, isso enriquece. Uma coisa muito importante pra essa identidade coletiva é ter objetivos coletivos. Às vezes eu acho que isso se perdeu mais. Eu vejo quando a gente tinha o objetivo coletivo da transição agroecológica, fazia os mutirão tudo pra ir nas propriedade uns dos outros. Quando a gente tinha o objetivo coletivo de entregar a macaxeira nas escolas pelo PNAE, fazia mutirão pra lavar, descascar, ensacar as macaxeira. Mais ainda quando a gente tinha o objetivo coletivo de fazer a nossa sede, a gente fazia os almoço coletivo, cada um se doava um pouco, guardava o dinheiro pro coletivo, fazia limpeza, pintura, construção, tudo no coletivo. Agora eu acho que os pessoal parou um pouco mais com isso. Eu acho que falta a gente fazer um planejamento pra o que a gente quer pra frente. Não pra o que eu quero, mas o que a gente quer como associação. A gente precisa colocar objetivos coletivos, pra ter ações coletivas. Porque se meu objetivo for só ir pra feira, hoje que já tô mais estruturada, minhas ação vai ser só de produzir e vender na feira, nada mais. Pra fortalecer a associação, que foi quem trouxe a gente até aqui, a gente precisa pensar nela, e não só no nosso individual. Mesmo que nesse meio campo haja conflito, é no conflito que a gente se enriquece também. Porque a gente acha que se organizar coletivamente é nunca ter conflito, e não existe isso, aonde houver ser humano vai haver conflito. Até porque eu não preciso concordar contigo sempre, e nem você concordar comigo, você precisa simplesmente respeitar a minha ideia e eu respeitar a sua. Graças a Deus, eu digo, até hoje o coletivo que eu tenho junto com as menina dá certo. O grupo de mulheres... Tá dando certo até hoje. E assim, imagine... Eu acho que isso é fundamental dentro de uma organização, e também ter os espaços coletivos. De ter sua sede, com tudo que tem nela. Isso deixa mais forte sua identidade de associação. Você ter um estatuto, você ter uma ata, você ter vários documentos, e não ter um espaço físico pra organizar essas questão, esses arquivos, é complicado... É feito um passarinho, ou um animal, ou uma pessoa mesmo que não tenha o seu lar... Tá entendendo? Não ter o seu lar... E a gente pode dizer que a gente tem um lar. Naquele espaço ali, a sede, o nosso coletivo deixa de ser só um pensamento, uma vontade, e vira uma coisa que a gente pode tocar, ver, entrar. Uma coisa que a gente tem que cuidar, todos juntos. Isso cria um cuidado coletivo, um pensamento coletivo, um espaço coletivo, e assim fortalece nossa identidade de coletivo. É ali que acontece as assembleias que a gente faz, onde a gente decide os rumos do coletivo. Já recebemos tantas visitas nela também, e atividades da própria comunidade, como foi realizada agora os vinte anos da ASSIM. Imagine pra gente fazer aquela festa toda num espaço que a gente não tivesse uma sede daquela? Como ia ser montar uma estrutura? Ia ter que alugar eu acho... E a sede tem uma história muito importante da maneira que ela foi construída, tem o suor de cada um ali dentro. A gente que

levantou aquela sede, que pintou, cuidou, e continua cuidando. Você vê que não é uma coisa qualquer. É uma estrutura pra associação! Tem associação que tem mais ano de que a nossa e não tem uma sede daquela. Isso também facilita no processo da própria identificação da ASSIM, hoje. Por exemplo, quando se pede o endereço, quando se pede uma conta de energia, hoje, em nome da associação, se tem. E isso é muito importante pra gente. Muitas instituições não têm... Ou é na casa do presidente, ou é outra coisa. E muitas vezes isso dificulta em algum processo, de captação de recurso, de algumas outras coisa, de você não ter o endereço próprio. É a primeira coisa que as pessoas, que as instituições parceira olha. Mas a gente tem esse legado de ter essa sede. Aí, assim, eu acho que quanto mais ações vier, voltada pra que a gente possa tá usando aquele espaço, eu acho que é importante, e vai dar o verdadeiro sentido da coletividade pra que aquele espaço foi construído. Outro ponto também é a questão das parcerias, o aprendizado que elas ajudam. Ajudam principalmente a estruturar materialmente a associação e a facilitar formação e capacitação pra gente. Agora, uma coisa importante de saber, é que a ideologia dos parceiros também acaba influenciando a gente. A gente passou por uma transição agroecológica, pelo trabalho em economia solidária, pela inserção nas feiras, porque os parceiros trabalhavam essas questões. Se, por exemplo, o parceiro tivesse sido o SEBRAE, talvez nossa experiência teria seguido outros caminhos. As parcerias são várias, trabalham com coisas diferentes, porque cada uma tem uma forma de trabalhar, tem um determinado, como é que eu posso dizer? Uma determinada área de trabalho. Determinadas atividades, né? Então toda ela vem somar. Eu acho que a soma deles é que dá a importância. Porque tem um parceiro que vai puxar mais pra uma organização, tem um parceiro que é mais de ação, eu acho que varia de parceiros e parceiros. Um complementa o outro. Como hoje temos o Centro Sabiá, que tá com a gente na feira, tá organizando a comercialização. Aí vem um parceiro como a gente teve a INCUBACOOOP, que sempre a gente conversava muito com eles sobre agricultura, o beneficiamento, as hortaliça, as tecnologias, modos de produção, organização, questão das mulheres. Aí quando junta um com o outro dá uma soma muito interessante. A gente troca muita experiência. Entra numa rede de pessoas que se importam com isso que a gente faz, tanto parceiros, mas também clientes e outros agricultores. A coisa também da gente participar de várias feiras, e nas assembleias mensais unificar o que acontece em cada uma delas, diversifica a nossa experiência coletiva. Amplia a troca de informação pra gente construir novos caminhos e fortalecer os que têm de ser fortalecidos. É muito gratificante quando você chega lá na feira. A maioria das pessoas, assim, sempre vai existir, sempre vai ter pessoas que vai chegar na sua banca e vai comprar, sem nem, só porque o povo tá no modismo, “ah, é bonito comer sem agrotóxico...”. Mas tem

muita gente que já tem outra consciência, a da mudança, e isso lhe motiva, também, a continuar. É bom também que nas feiras a gente tem uma maior liberdade de vender os nossos produtos, porque nos supermercados eles têm uma exigência de padrão, que muitas vezes estraga vários alimentos bons, que eles dizem que não presta pra vender. Eu gosto de participar das feiras. Eu sempre dizia o seguinte, “óii, todo mundo hoje precisa de sustentação”. Precisa de sustentação. Se você não der à pessoa a oportunidade de produzir e comercializar, não tem como essa pessoa continuar no processo, não tem como essa pessoa se autossustentar. Porque se a gente não tivesse, eu sempre digo assim, se a gente não tivesse o início, o meio e o fim, eu acho que esse processo nosso não estava até hoje sendo consolidado. Porque o início? O início que eu acho é os agricultores com a sua produção. O meio, é a associação que faz esse processo de organização, esse processo de articulação com as entidades, junto com alguns parceiros. E o fim, que é a comercialização, a escoação da produção. Eu acho que isso fortalece, fortalece muito. Agora, na maioria das vezes só se discute sobre as feiras, e não o papel social que a gente tem, e isso poderia ser a nossa maior defesa. A defesa de outro tipo de sociedade, de solidariedade, de respeito, de alimento com saúde. Porque aqui a gente constroí um território de (r)existência. A gente resiste ao existir. É um território diferenciado de outros aqui da Zona da Mata. Pela qualidade de vida das famílias, pela diversidade, pela alimentação mais saudável, então fez uma diferença muito grande dentro do nosso território. E a partir dele, a gente multiplica o conhecimento, expande e fortalece pra outros territórios. Mesmo que toda a comunidade não seja sócia, mas a experiência da ASSIM envolve boa parte das famílias e vizinhos na produção, tornando sustentável e incentivando o envolvimento de mais famílias. E aí essa experiência cria raiz no território, e deixa sua marca. A partir do momento em que a gente produz e comercializa algo que não é o que acontece na sociedade como um todo, a gente tá medindo forças, contra uma grande massa. A gente enfrenta uma sociedade de consumir só por consumir, com a saúde e a sustentabilidade que a gente promove com os nossos produtos. E eu acho que, também, ao permanecer, permanecer na agricultura, permanecer no sítio, só isso já é uma resistência. Precisa ter força, porque a sociedade não protege e defende os agricultores. A sociedade escanteia, esconde, finge que não sabe de onde vem a sua comida. O despertar pra novas formas de produzir, serviu de incentivo pra que nossos filhos tivessem interesse de ir estudar cursos que contribuíssem no novo trabalho da comunidade. Também a serem capazes de coordenar seus próprios projetos. Ter essa autonomia nos permite ser independentes em ter e buscar nossos espaços e conquistas. Nas propriedades, antes era aquele monocultivo, que você olhava, você só via cana e macaxeira. Macaxeira não, mandioca, não era nem macaxeira, era mandioca. E hoje

você vê aquela diversidade, o clima é outro também, sabe? Porque, assim, como é que eu posso dizer? Você vê a presença de pássaros, tem estação que surge diferentes, a gente vê os cantos, é uma coisa linda! Aqui mesmo, tem vezes que a gente escuta e fica encantado... Então é outra realidade. A diversidade, também, de insetos, de animais. Só uma coisa, assim, que se perdeu, e a gente sente um pouco, que foi a questão das casa de farinha, que tinha muito mais, e hoje é bem menos. Hoje tem mais diversidade, e a gente vive do nosso próprio território. Isso enriquece muito a comunidade, porque é uma forma de um ciclo. Um ciclo econômico, que a partir do momento em que eu, minha fonte de renda é dali, eu, de alguma forma, tô enriquecendo o meu local, a minha estrutura, a minha comunidade, a minha cidade, e assim sucessivamente. E antes não. Era cana, cana encostada até os muro de algumas casa. Foi bom ter modificado, porque essa cana de açúcar, assim... Era onde a gente sobrevivia, a cana de açúcar, eu digo pra você que antes, o povo cortava muita cana. E hoje eu não quero isso nem pra mim, nem pra ninguém. Eu acho que a nossa história é de melhoria também por ser uma história de ter vindo da cana de açúcar, de um serviço árduo, tá entendendo? De um serviço que ninguém... A gente faz quando é o jeito, mas ninguém gosta. E hoje os representantes do sindicato mostram pra gente que é um trabalho escravo, que ele não se acabou... Assim, hoje a pessoa não tá com uma corrente, hoje não tá com um chicote, feito era de primeiro, mas eu ainda defino o trabalho do corte da cana como trabalho escravo. Tá entendendo? Porque as pessoa ainda descumpre muito a legislação dentro da cana de açúcar. Esse histórico de cana teve e tem influência dentro da comunidade. Foi por ele existir que o pessoal começou a perceber que é muito melhor trabalhar pra si só, trabalhar pra você mesmo, no que é seu. Viu o que era ruim, pra saber que não quer mais de jeito nenhum. E o rendimento mostrou isso também, a liberdade mostrou isso, né? A capacidade da gente se valorizar mostrou isso. Uma coisa também que se a gente tivesse todo mundo naquele processo ainda, dependendo só da cana, eu acho que hoje a gente tava, meio que a nossa comunidade tivesse acabado. Esse era um dos meus medos... Eu acompanhei praticamente outra comunidade aqui perto se acabando, e eu tinha medo que a nossa também se acabasse. Saísse da história do nosso município, sabe? E eu acho que foi isso, eu acho que o resgate, a situação que a gente passou na cana, eu acho que ajudou muito, ajudou muito a gente a ter força pra trabalhar esse processo, pra querer sair da cana. Precisa melhorar, precisa mais, assim, sei lá, mais entendimento. Hoje o que prevalece na nossa comunidade é a hortaliça. Veio o plantio de hortaliças, e frutas, sendo o chamado orgânico no começo, e agora o agroecológico. Isso foi uma mudança muito importante. Quem vive da agricultura sabe, a gente planta uma macaxeira, vai colher com 8 meses... A hortaliça não. E a gente planta um

canteiro de cenoura, com 3 meses a gente tá colhendo. E continua plantando macaxeira. Mas também inhame, batata doce, feijão, milho, fruteira, hortaliça, faz beneficiado. E a hortaliça tá de frente, a hortaliça é diariamente, né? Desse tempo pra cá eu percebo muitas coisas de mudança no nosso território. Quando eu era pequena, eu via muito um bichinho que a gente chama caga-fogo. É um bixinho que fica acendendo umas luzinha na bunda. Tinha quando eu era pequena, e se perdeu... E agora eu percebo muito aqui, voltou a ter. Mas se tu for ver o território de outras comunidades, que ao longo do tempo foram desaparecendo, tu vai perceber muita diferença. O que tinha de outras comunidades aqui entorno, muitas se perderam. Muitas agora só têm plantio de cana no lugar. A cana devorou tudo e todos por onde passou. Como suas queimadas que matam e tiram tudo dos solos. Tirou a vida, plantando um imenso deserto verde no lugar. Às vezes você vê só uma torre de engenho, dizendo que ali já existiu moradia, já existiu povoado. Muitos não têm nem mais um resquício. E aqui não, foi construindo, foi plantando mais árvores, virando economicamente sustentável. É uma comunidade que se sustenta, não precisa de os seus moradores terem buscando o seu sustento em outros locais, a gente vive do nosso território. Então, isso, tanto socialmente, como economicamente, isso é muito bom pra uma comunidade, ser autossustentável economicamente, e viver do próprio território. Isso dá uma maior liberdade aos associados. Mas esse território mudou através de muita luta, foi luta, muita luta, ele tá mudando, e vai ainda mudarmos. E é a partir dele que a gente constroi a nossa identidade. Que a gente tenta apagar a da cana, e plantar outra no lugar. A mim, se alguém me perguntar, eu sei, aonde eu chegar eu vou me apresentar como agricultora. A minha profissão primeira é agricultora. É a minha identidade. Eu posso ir pra onde for, essa vai ser a minha identidade. Então, quando você vai e sai do seu lugar de origem, e isso não permanece, você acaba se perdendo, porque você não está na sua identidade. Você fica perdido, o outro que lhe intitula. E a sociedade macro faz justamente isso, intitular, você tem que ser isso, você tem que ter um trabalho tal, você tem que ter um carro tal, você tem que ter um consumo tal, pra estar inserido na sociedade. Ou seja, é os outros que diz quem você é, não você, si próprio. Muitas vezes você não se assume como sua própria identidade. Você vê mesmo, alguns filhos de agricultor, ou seja lá qual profissão seu pai for, alguns não se reconhecem. Dizem ter vergonha. Porque eu posso, eu poderia muito bem nunca ter me reconhecido como agricultora... Aonde eu fosse, eu “não, meus pais mora no sítio, mas eu não me reconheço...”. Eu poderia muito bem ter me formado e ter saído daqui, mas isso não ia fazer parte da minha identidade, eu não ia ser feliz. Aonde eu for, eu sou agricultora, e quero viver de algo com isso. Essa identidade se faz também pela solidariedade, pela associação. A partir do momento em que eu percebo a

necessidade do outro, e que eu percebo que eu também tenho necessidade, isso me enriquece, e enriquece o coletivo, fortalece a nossa identidade. Eu me enriqueço enquanto comunidade, eu percebo que tipo de órgão eu estou, quem são as pessoas que estão comigo. Porque você não vai se juntar com qualquer um. Você não vai combinar a festa da associação com os dono da Usina Petribú. Você vai se fortalecer entre os seus, os que fazem coisas que você defende, que você luta junto. Aqui, a nossa, do nosso território, é de ser uma comunidade de agricultores agroecológicos, Imbé, Marrecos e sítios vizinhos. Essa ideia de agricultor, a pessoa que ajuda o outro, essa ideia de que eu tenho feijão aí compartilho contigo, que tem fava. De que eu levo teus produto pra vender na feira. De que respeita a terra onde pisa, e planta. Tanto pra questão da alimentação, como começa a ter uma nova visão, um aprendizado diferente, aonde a gente começou a despertar a começar a estudar, pra que esse estudo viesse a ter retorno, contribuir na nossa vida, familiar e comunitária, e essa vida comunitária facilita várias coisas. Sonho que se sonha junto vira realidade. Sou mil vezes trabalhar de autônoma. Porque é em uma coisa que eu gosto, é uma coisa que tá na minha identidade, é uma coisa que tá na minha, no meu sangue, mexer com a terra. E a gente conseguiu perceber que uma nova realidade podia existir. Da cana pra ASSIM. É melhor economicamente, porque toda semana você tem um dinheirinho, ou quinzenalmente, seu dinheirinho. Também você não pode, se você trabalha com leite, por exemplo, você trabalha numa fazenda, mesmo processando leite, mas se você não tiver o dinheiro pra comprar, pra trazer aquele leite, você não tem leite. Você trabalhando pra você, pode pegar uma verdura, você pode processar, pode já ir agregando ali na sua alimentação, e tem mais tempo livre. Agora uma questão é a legislação. A gente sabe que nas exigências, hoje, nas exigências que a gente passa, de legislação, dessas coisa, é muito grande. Às vezes quando a gente vê um escândalo, dia desses mesmo teve um escândalo de uma grande empresa que vendia carne podre com dinheiro público, uma tal de JBS. A gente vê essas coisa e pensa, como é que pode? Porque quando é com a gente, a fiscalização é sempre dura. Como pode uma empresa desse tamanho conseguir fazer uma coisa dessas? Com a gente a legislação é bem rígida. Se a gente vacilar, tudo vai por água a baixo... Imagina, uma família dessas que hoje tá nesse processo, se eles ficar desestruturado? Não dá, a gente segue tudin na lei, e olhe que muitas vezes a legislação vem pra pegar a gente de calça curta. Qualquer vacilo... E a gente precisa manter, que eu acho que o nome da ASSIM, hoje, desses 20 anos, é um nome de referência. Muitas e muitas pessoas, hoje, têm esse conhecimento da ASSIM. Eu acho que quem tá aqui, cada um que tá aqui, tem a responsabilidade de manter esse nome sempre como boa referência, tá entendendo? Como boa referência. Manter o nome da ASSIM como uma coisa

que as pessoas possam ver e dizer “óia, ali acontece uma ação, ali os pessoal faz uma coisa diferente...”. E manter esse nome mesmo com todas as diferenças que têm dentro da associação. Mas que essas diferenças, esses conflitos, não destruam a belíssima história que a gente tem. Eu sempre digo, a gente pode até chutar o pau da barraca, mas não podemos nos separar, ou nos dividir. Porque já teve assembleia aqui que foi quente, disse, não disse, mágoa, uns picuim, mas na próxima já tem que lavar a roupa suja, que o momento é esse. A gente incentiva pra que o momento seja esse. Tá entendendo? Porque é melhor se acabar tudo ali na assembleia, de que ficar aquele disse não disse, que muitas vezes só faz destruir. Só faz destruir. A gente precisa participar dessas reunião por isso. É nelas que a gente resolve as coisas, que a gente decide outras. É importante participar do que acontece aqui. Até porque eu acho que você se renova, a cada participação. A cada formação também. Você não perde... Um dia de atividade você não perde, você ganha. Porque cada atividade é um conhecimento. É isso ainda que me deixa triste, ainda nessa questão coletiva, muitas vezes eu fico comentando com teu avô, em casa, eu digo “meu Deus, será que um processo desse todinho, depois, vai terminar se perdendo porque as pessoa vai ficar na mesmice?”. Porque, assim, é importante fazer formação, fortalecer nossa forma de produzir agroecológico, fazer intercâmbio com outros agricultor, você conhecer uma forma melhor que outro agricultor tá fazendo. Foram muitos os desafios nos processo coletivo, e ainda serão muitos! A gente precisa aprender sempre. A nossa gestão mesmo, acho que pode melhorar. Fazer uma gestão de mais participação. Não ter presidente, tesoureiro, secretário, mas ter núcleos, sabe? Por exemplo, vamos supor, ter comissão de monitoramento, ter comissão de comercialização, comissão técnica, pensar uma melhor forma de se organizar. Porque quando a gente imita as empresas, bota um presidente, um tesoureiro, a gente faz uma hierarquia dos sócio. E a gente transfere responsabilidade só pra aquelas pessoas, aí, quem não for da diretoria, acha que não faz parte da gestão da associação. Essa gestão com representantes, como o presidente, fragiliza a nossa autogestão por meio de todos os agricultores juntos. Pode causar intriga também, que quem não é da diretoria as vezes fica achando que só a diretoria tem poder. Quando a gente faz a organização por núcleos de temas, a gente tenta que todo mundo participe mais, deixa todo mundo como igual. Aqui a gente podia também incentivar outros jovens a ser técnicos pra gente mesmo, que hoje a gente faz isso muito pouco. Porque não os nossos jovem montarem uma equipe técnica dentro da própria ASSIM? Pra assessorar, dar uma informação... Já que é difícil sair pra outro lugar, vamos fazer na própria comunidade. Agora, hoje a gente vê muita energia voltada só pra questão da comercialização dos produtos, e aí trabalha menos essas outras coisas. A gente podia trabalhar mais a questão de outras

tecnologias alternativas, também de sistema agroflorestal, porque essas ações fazem que tenha mais trabalho coletivo. Foi só quando a gente fortaleceu mais as questão da coletividade, do associativismo, que a gente foi melhorando mais a vida. Não adianta só plantar, colher, e vender, se não a gente vai perder tudo que conquistou. Essa questão política do fazer outro modo de vida é muito importante, uma vida coletiva, solidária, sustentável, e a gente não pode perder ela. A gente precisa também de mais movimento dos jovens. Espero que você venha pra isso meu fi! Puxando pro lado da agricultura eu vejo, assim, que a comunidade da gente tem tanto jovem, e hoje é tão pouco trabalhado, a questão com os jovens... Porque a gente sabe que, hoje, hoje eu sou uma geração que eu já tô passando da faixa etária de jovem, é o mínimo que se possa dizer. Eu trabalhei isso lá atrás...Mas eu sinto a falta que novos jovens venha trabalhar isso também. Porque hoje a gente é uma comunidade com uma ideia de vida oposta à realidade da região. Uma comunidade que teve força de vencer e sair da escravidão da cana. Mas pra isso foi preciso muita batalha, muita formação, muito trabalho coletivo. A gente precisa continuar trabalhando como é que a gente pode fortalecer essa outra forma de viver que a gente faz, que não a que nossos familiares viveram por séculos. Que não a da escravidão da monocultura da cana, mas sim da autonomia na diversidade. Hoje, eu me sinto feliz, eu me sinto bem. Se não fosse o conhecimento da associação, da ASSIM, eu acho que hoje eu não tinha esse... Essa tranquilidade, essa paz que eu vivo de saber que meu marido tá indo pra feira, que eu tô indo, vendendo o que vem da nossa terra, um produto saudável, de boa qualidade. Questão de lazer, de você tá em casa, de você tá fazendo uma coisa pra você mesmo, tá produzindo sua alimentação. Hoje a gente pode não ter todos os produto pra levar pra feira, mas a gente tem aquilo na cabeça que sempre vai ter um pezinho de tomate, vai ter um pezinho de pimentão, que é pra casa, mesmo que não tenha grande quantidade pra levar pra feira, mas o de casa vai tá, o da alimentação vai tá ali. Eu lembro bem desde o começo que eu comecei que falava “a gente planta, e a gente nunca vai ficar com o fraco pra vender o bom. A gente se alimenta do melhor e vende o que sobra!”. Isso é um sentimento de vitória. É o que eu tenho, um sentimento de vitória. Uma vitória de vinte anos que já foram. Já tamos de maior! Eu acho... Vinte anos... Não parece não que já passou vinte anos... Como passa rápido, meu fi. Como você vai crescer rápido... Aproveite muito cada dia da sua vida. Olhe pra cada detalhe. Agradeça o sol, a chuva, a fertilidade da terra. Dê o valor que as pequenas coisas merecem. Cuide delas na sementeira, leve elas pra terra, regue, deixe brotar. Plante hoje o que você quer colher amanhã. Ontem a gente tava fazendo a sede, e hoje ela já levantou. O nosso sonho, que era alto, aconteceu. Agora a gente precisa sonhar mais, ter mais sonhos coletivos. Eu acho que vinte anos passou tão rápido, meu fi. Ficou tanta coisa na memória. Hoje eu não

sei o que eu seria sem a ASSIM. Eu não sei onde eu estaria, ou o que eu estaria fazendo... É um sentimento de muita gratidão, e de muito orgulho pela nossa luta, por tudo que eu agora já te contei. A mudança alimentar, o jeito de cultivar a terra, o se apropriar do que é seu. Osaberque tudo que você tem, até agora, foi fruto daquele passo inicial. Há de a gente não ter um sentimento de gratidão? Eu acho que a palavra gratidão resume tudo. Passou foi um filme na minha cabeça te fazendo esse relato, meu netin. Porque a luta da ASSIM se mistura com as nossas lutas. É a luta das nossas famílias. Ainda me lembro antes da gente começar a produzir o orgânico, o agroecológico, e ir às feiras. Logo no início, o início é sempre desafiador, é o passo mais difícil de se dar, é o primeiro passo. E aí, nisso tudo, eu tava me lembrando... Eu lembro da nossa vida antes. O quanto era difícil, o quanto a gente tinha que tá dependendo só de um salário, não tinha tempo direito, era um trabalho duro, não tinha outras opções. E também a qualidade de vida. A qualidade na alimentação. Porque eu lembro de, muitas vezes, de acordar de madrugada pra fazer comida pros meus irmãos, pra sair. E aí quando eles chegava, da cana, chegava esgotados. E eu vi que isso foi... Hoje a gente já tem a condição de acordar um pouco mais, um pouco menos cedo. Não passar mais por essa luta, não passar por essa necessidade, não depender de trabalho semiescravo, tá entendendo? Ou mesmo escravo, pra adquirir seu pão...Ai meu fi, nisso tudo, quase que eu me esquecia... Agora vem a hora deu te contar a história da chuva, que lembrei lá no começo! Quando eu lembro também disso, eu lembro da nossa casa ainda antes da ASSIM. Só a família sabe o quanto foi difícil, e o quanto a associação também ajudou na construção de uma nova casa. Eu lembro que, quando a gente tinha essa primeira casa, tinha uma pingueira, bem no meio, que era uma bica que dividia a casa. Toda vez que chovia mamãe tinha que acordar a gente pra gente não se molhar. Essa pingueiratinha também no meu quarto. Quando a gente começou a reconstruir a nossa casa, depois do trabalho com a ASSIM, veio essa conquista, o fim das pingueiras, do acordar de noite, da raiva que me tomava. Tá entendendo a importância desse processo? A melhoria da nossa alimentação, um ambiente melhor, e também um ambiente mais confortável pra gente se abrigar. Então, hoje, quando a chuva cai, eu sempre remeto a esse tempo difícil que a gente vivenciou. Lembro das gotas de chuva caindo na minha testa. Lembro do medo e da raiva que eu tinha quando chovia. Lembro das crianças brincando na chuva, e como eu não entendia porque elas ficavam feliz. Mas quando a chuva cai hoje, pra mim, é outra coisa. Eu tenho a chuva hoje com uma outra perspectiva. De gratidão, de força, de resistência, de melhoria, de bem estar. Eu vejo a chuva hoje como algo sagrado, que alimenta nossos alimentos, que adentra nossa terra. Que é uma prova da mudança na minha vida. Graças a esse movimento, graças a esse movimento da associação, eu pude começar a

ver a chuva como aquelas crianças viam. Cada um aqui teve a sua resistência pra permanecer no que faz hoje, meu fi. Cada um tem a sua luta. E eu, mais do que nunca, já vivi vários processos na minha vida. De morar distante de família, de morar distante de minha cultura, de morar distante do que é meu, e é bem difícil isso. E tá agora vivendo essa... Uma luta, mas uma luta diferenciada, uma luta que você é pertencente disso, aqui é o meu lugar, faz parte da minha história, faz parte da minha raiz, faz parte da minha identidade. Eu não me reconheço sem fazer isso. Isso sim é luta, isso sim é gratidão, isso sim são 20 anos de ASSIM. E que venham muito mais! Que a tua geração também goste de continuar. Que o nosso território seja referência de que a mudança pode acontecer. Que a gente consiga dar o exemplo de que podemos existir respeitando a vida, promovendo a diversidade. Que a nossa comunidade saiba, de geração em geração, que pode crescer e multiplicar seu conhecimento. Que se organizando em coletivo, pode fugir de toda maldição histórica. Até a da cana. Finalmente, que haja força na luta coletiva pra liberdade permanecer sempre. Pra liberdade permanecer sempre.